

ESPAÇO ABERTO

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

volume 9

número 1

janeiro/junho 2019



Copyright© 2019 Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFRJ

Coordenador: Manoel de Couto Fernandes

Vice-Coordenador: Rafael Winter Ribeiro

Editores: Ana Maria de Souza Mello Bicalho, Antônio José Teixeira Guerra, Rafael Winter Ribeiro, Rebeca Steiman e Telma Mendes da Silva

Apoio

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior



Editoração Eletrônica

Ilustrarte Design e Produção Editorial



Espaço Aberto está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional.

Responsabilidade: O Programa de Pós-Graduação em Geografia e os editores não são responsáveis pelo conteúdo, argumentos e uso de informações contidas nos artigos, estes são de inteira responsabilidade de seus autores.

INDEXAÇÃO

A revista Espaço Aberto encontra-se indexada em:

- Diadorim (Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras): [Diadorim.ibict.br](http://diadorim.ibict.br) ou <http://diadorim.ibict.br/handle/1/947>
- Latindex (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal): <http://www.latindex.unam.mx/buscador/ficRev.html?opcion=1&folio=24783>
- LivRe (Portal para periódicos de livre acesso na Internet): <http://200.156.7.63/ConsultaPorLetra.asp?Letra=E>
- DRJI (Directory of research journal indexing): <http://www.drji.org/JustIncluded.aspx>
- J4F (Journal for Free): <http://www.journals4free.com/link.jsp?l=44062252>
- ROAD (Directory of open access scholarly resources): <http://road.issn.org/issn/2237-3071-espaco-aberto#.Vike8n6rTcc>
- DialNet (Portada de revistas – Dialnet): <https://dialnet.unirioja.es/revistas>
- Google Scholar
- Periódicos CAPES

E77 Espaço Aberto / Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. – Vol. 9, n. 1 (2019) – Rio de Janeiro : Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019 – Semestral

Disponível online: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto>

ISSN 2237-3071

1. Geografia – Periódicos. I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

CDU 911

CDD 910

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Instituto de Geociências

Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Athos da Silveira Ramos nº 274

Cidade Universitária, Ilha do Fundão

CEP: 21941-916

Caixa Postal 68537

<http://www.ppgg.igeo.ufrj.br>

Editorial

Esta edição da revista Espaço Aberto, em seus três artigos iniciais, dá continuidade ao número anterior sobre migração e mobilidade humana. Neste número, os trabalhos se dedicam a elucidar novas e complexas questões relativas a processos migratórios internacionais, trazendo estudos sobre fluxos populacionais recentes direcionados ao Brasil e sobre aspectos da recepção e integração dos migrantes no território nacional.

No artigo “Os Desafios da Integração para Solicitantes de Refúgio e Portadores de Visto Humanitário no Brasil”, Daniela Araujo Virgens, apresenta que além da legislação, dos instrumentos jurídicos e de ações do Estado e da sociedade civil, há outros fatores que interferem no acolhimento e integração dos migrantes à sociedade brasileira. Já em “Implicações da Crise Migratória Venezuelana para as Políticas Brasileiras de Segurança e Defesa”, os autores Tiago Soares Nogara e Victor Leão Wobeto avaliam que junto à atuação diplomática na mediação da crise migratória venezuelana e ao protagonismo do Estado brasileiro, associa-se o interesse estratégico brasileiro em conter o transbordamento do conflito através de suas fronteiras. Por sua vez, o artigo “Webdiáspora e a Decisão de Migrar: Relatos Haitianos no Brasil” de autoria de Otávio Cezarini Ávila, difere dos anteriores por focalizar no migrante em si, no processo de decisão a migrar, corroborado pelas novas tecnologias de informação e comunicação nas relações interpessoais entre haitianos que migram para o Brasil.

Os demais artigos que compõem a edição têm temática diversa enfocando formas e gestão da paisagem. Todos demonstram preocupação com fundamentação teórica, porém, apresentam objetivos e matrizes epistemológicas distintas, assim como partem de casos empíricos diferenciados. Denis Rodrigues Dantas, Élide Thalita Silva de Carvalho e Julia Diniz de Oliveira, subscrevem o artigo “A Análise Urbana Sob a Perspectiva de Horácio Capel” no qual, através das obras de Horácio Capel, buscam apresentar ao leitor a sua contribuição ao entendimento da morfologia urbana pela análise de atores e de diferentes elementos da cidade contemporânea, sejam eles elementos materiais ou culturais.

Rebecca Lave, Matthew W. Wilson e Elizabeth S. Barron dialogam com seus pares de diferentes instituições em defesa de uma abordagem interdisciplinar e de integração da geografia física e da geografia humana críticas na análise de paisagens sócio-biofísicas, produtos indissociáveis de sistemas sociais, relações de poder, legado histórico, bem como de fatores hidrológicos, ecológicos e climáticos.

Linha semelhante de abordagem, mas em uma proposta aplicada fundamenta o artigo “Interações entre Geografia e Educação Ambiental. O Caso da Implantação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá” de Vicente Paulo dos Santos Pinto. Na análise do autor, o “saber fazer geográfico” é central e presente na estratégia da educação ambiental como instrumentalização da proposta de gestão sustentável participativa na primeira reserva de uso sustentável implantada no país, localizada na Amazônia, que se consolidou como modelo às experiências posteriores.

No artigo “Análise Espaço-Temporal do Uso da Superfície no Parque Nacional da Serra da Capivara/PI a partir do Sensoriamento Remoto” de autoria de José Antônio Vilar

Pereira, Elielson Fulgencio de Brito e Yuri Gomes de Souza também se dedica ao estudo de caso de uma unidade de conservação. O objetivo, contudo, é a análise da recuperação da cobertura natural de caatinga em parque nacional localizado no Sertão nordestino através da análise de imagens de satélite. Os autores refletem sobre a importância de medidas de proteção, como a criação do parque nacional, na recuperação do bioma brasileiro da caatinga.

Os dois outros artigos presentes na edição seguem uma linha humanística de interpretação. Em “A Tava Como Elemento Importante na Composição Territorial Mbyá Guarani” de Helena Amanda Faller Tagarro, a autora trata da relevância da trajetória histórica e cultural dos povos indígenas no debate sobre identidades, direitos e territórios. Analisa a importância de reconhecer as relações desses povos com o território, problematizando o papel dos Mbyá Guarani no processo de reconhecimento do Patrimônio Cultural Brasileiro na Região das Missões no Rio Grande do Sul.

Patrimônio cultural também é central à análise de Débora Rodrigues de Oliveira Serra no seu artigo “Turistificação e Patrimonialização na Representação do Espaço”. A autora analisa a relação turismo-patrimônio considerando concepções a partir de quem se faz turista e o espaço vivido dos quem estão nos lugares ora valorizados e atraídos ao turismo. Expectativas de quem chega e de quem está mostram-se relevantes - o espaço percebido e o espaço vivido – contornando frustrações e conflitos entre moradores e visitantes.

Este número da revista Espaço Aberto nos expõe, por sua diversidade de conteúdos e de abordagens teóricas, a novos caminhos temáticos e a posição da geografia na fronteira do conhecimento em momento de valorização da interdisciplinaridade das Ciências. Outros desafios similares e novas questões, com certeza, estarão presentes em futuras edições, pois assim tem sido a produção geográfica, acompanhando os interesses e o movimento da sociedade contemporânea.

Os Editores

ESPAÇO ABERTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

volume 9 número 1 janeiro/junho 2019

Sumário

| | |
|---|----|
| Os Desafios da Integração para Solicitantes de Refúgio e Portadores de Visto Humanitário no Brasil <i>The Challenges of Integration for Asylum Seekers and Humanitarian Visa Carriers in Brazil</i>7 <i>Daniela Araujo Virgens</i> | 7 |
| Implicações da Crise Migratória Venezuelana para as Políticas Brasileiras de Segurança e Defesa: Perspectivas para o Equacionamento de Conflitos <i>Implications of the Venezuelan Migration Crisis for the Brazilian Security and Defense Policy: Perspectives for Conflict Management</i>23 <i>Tiago Soares Nogara e Victor Leão Wobeto</i> | 23 |
| Webdiáspora e a Decisão de Migrar: Relatos Haitianos no Brasil <i>Web Diaspora and the Decision of Haitians to Immigrate: Haitian Accounts in Brazil</i>43 <i>Otávio Cezarini Ávila</i> | 43 |
| A Análise Urbana Sob a Perspectiva de Horácio Capel <i>Horácio Capel's Perspective of Urban Analysis</i>61 <i>Denis Rodrigues Dantas, Élica Thalita Silva de Carvalho e Julia Diniz de Oliveira</i> | 61 |
| Intervenção: Geografia Física Crítica <i>Intervention: Critical Physical Geography</i>77 <i>Rebecca Lave, Matthew W. Wilson e Elizabeth S. Barron</i> | 77 |
| A Tava Como Elemento Importante na Composição Territorial Mbyá Guarani – Breves Apontamentos <i>Tava as an Important Element in Mbyá Guarani Territorial Composition: Brief Notes</i>95 <i>Helena Amanda Faller Tagarro</i> | 95 |

| | |
|--|-----|
| Interações entre Geografia e Educação Ambiental. O Caso da Implantação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá <i>Interactions between Geography and Environmental Education: The Case of the Mamirauá Sustainable Development Reserve in the Brazilian Amazon</i> | 111 |
| <i>Vicente Paulo dos Santos Pinto</i> | |
| Análise Espaço-Temporal do Uso da Superfície no Parque Nacional da Serra da Capivara/PI a Partir do Sensoriamento Remoto <i>Remote Sensing Spatial-Temporal Analysis of Surface Use in the National Park of the Serra da Capivara (Piauí)</i> | 129 |
| <i>José Antônio Vilar Pereira, Elielson Fulgencio de Brito e Yuri Gomes de Souza</i> | |
| Turistificação e Patrimonialização na Representação do Espaço: uma Análise sob a Perspectiva da Tríade Lefebvriana <i>Turistification and Patrimonialization in the Representation of Space: an Analysis Using a Lefebvrian Triad Perspective</i> | 143 |
| <i>Débora Rodrigues de Oliveira Serra</i> | |

Os Desafios da Integração para Solicitantes de Refúgio e Portadores de Visto Humanitário no Brasil

The Challenges of Integration for Asylum Seekers and Humanitarian Visa Carriers in Brazil

Daniela Araujo Virgensⁱ

Universidade Federal da Bahia
Salvador, Brasil

Resumo: O processo de migração forçada é uma experiência muitas vezes traumática para os indivíduos que migram. O objetivo deste artigo é refletir sobre a integração dos solicitantes de refúgio e portadores de visto humanitário no Brasil à sociedade brasileira, especialmente considerando a condição temporária desses dois grupos. Para a realização das reflexões propostas, o trabalho apoia-se em revisão bibliográfica, análise de instrumentos jurídicos, ações do Estado e organizações da sociedade civil. O Brasil tem avançado em questões relacionadas à legislação e ao acolhimento, porém há outros fatores que precisam ser considerados no processo de integração que ainda não estão bem resolvidos por parte do Estado e nem por parte dos brasileiros. Como conclusão aponta-se: o país, que teve um avanço na legislação e nas políticas migratórias pode passar por uma fase de retrocesso; a integração é uma via de mão dupla que depende dos esforços da sociedade e do próprio migrante.

Palavras-chave: Solicitante de Refúgio; Portador de Visto Humanitário; Brasil; Integração.

Abstract: The process of forced migration is a traumatic experience for individuals who migrate. The objective of this article is to reflect on the process of integration of asylum seekers and holders of humanitarian visas in Brazil into national society, especially considering the temporary condition of both groups. The work is based on bibliographic review, analysis of legal instruments and actions of the State and civil society organizations. Brazil has advanced on issues related to legislation and hosting, but there are other factors that need to be considered in the integration process that are still not well resolved either by the State or by Brazilians. It is concluded that Brazil has made a breakthrough in migration legislation and policy but may go yet through a phase of retreat and that integration is a two-way street that depends on the efforts of the receiving society and the proper migrant.

Keywords: Asylum Seeker; Humanitarian Visa Holder; Brazil; Integration.

ⁱ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia. daniaaraujovg@gmail.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-3555-3444>

Introdução

A autorização para viver em um país onde não se tem cidadania tem se transformado em uma tarefa cada vez mais difícil para migrantes forçados de distintas partes do planeta. O ato de cruzar uma fronteira traz consigo muito mais que uma mudança física. Está repleto de referências simbólicas, políticas, ideológicas e legais que se materializam no cotidiano das pessoas que o fazem. O outro lado da fronteira que, por um lado, é idealizado pela esperança de uma vida melhor, por outro, traz especialmente a concepção da não cidadania ou de cidadania estrangeira como uma forma de diferenciar as pessoas. O tratamento dessemelhante por parte do Estado e os estereótipos criados sobre diversas culturas reforçam um sentimento coletivo que pode afastar nacionais e estrangeiros que vivem num mesmo espaço, dificultando a integração.

Em nome do princípio da soberania nacional, a vida e a privacidade de pessoas são completamente reviradas. Independentemente da justificativa, os casos de pedido de refúgio passam pela burocracia de um processo a ser enfrentado, e pela desconfiança quanto ao real motivo da mudança de país. Essas pessoas precisam provar a condição de vítima, através de exaustivos processos administrativos, e que não estão migrando por questões econômicas, mas por temor de perseguição (FELDMAN-BIANCO, 2015). O processo é incerto porque depende da interpretação que o país ao qual se solicita refúgio dá à legislação internacional.

O contexto de incerteza também pode dificultar a integração dos migrantes à sociedade, visto que essas pessoas estão presencialmente no país, mas sofrem com a ausência social e legal. Uma legislação que reconheça os direitos dos estrangeiros como pessoas iguais aos nacionais não é suficiente se a sociedade não praticar essa igualdade nas suas relações cotidianas e se o indivíduo migrante não se sentir integrado. Isso não significa que a integração e a adaptação sejam tarefas impossíveis. O lugar, como espaço com o qual se desenvolve uma relação afetiva (TUAN, 1983), é construído a partir das vivências e das experiências. Isso significa que cada indivíduo tem um tempo e uma forma diferente de criar e manter essas relações.

Este artigo foi dividido em quatro partes, incluindo esta introdução e a conclusão. A seção a seguir irá abordar as legislações que definem o refúgio e o visto humanitário, apresentando as principais diferenças entre os dois tipos de autorização de permanência de estrangeiros, bem como o contexto em que foram criados e suas implicações. Em seguida, será tratada a questão da integração dos grupos estudados a partir de três pontos de vista: o do Estado, que é responsável pelas políticas de entrada e permanência dos migrantes; o da sociedade, que pode ter um papel agregador ou fragmentador na integração e a perspectiva do indivíduo que migra, que é subjetiva e sofre influência das experiências vividas ao longo da sua trajetória e do processo migratório.

A Legislação Brasileira e as Diferenças entre Solicitante de Refúgio e Portador de Visto Humanitário

Na última década do século XX e nos primeiros anos do século XXI, o Brasil passou por um período de estabilidade política e econômica, além de um crescimento das rela-

ções sul-sul que criaram condições favoráveis para a atração de fluxos migratórios distintos dos que ingressaram até meados do século XX. O Brasil não chega a ser um dos principais países receptores de fluxos migratórios mundiais, principalmente pela distância geográfica dos maiores emissores, mas aumentou gradativamente a sua participação em função de razões econômicas e uma aproximação de outros países através de blocos regionais. É o caso do MERCOSUL – Mercado Comum do Cone Sul, por exemplo, da UNASUL – União de Nações Sul-Americanas, da CELAC – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos e da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O país também desenvolveu políticas aparentemente mais abertas às migrações de refugiados por meio da criação do CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados. O imaginário coletivo de que o Brasil é um país receptivo, acolhedor da diversidade, além das comunidades já estabelecidas em algumas regiões, como é o caso dos sírios, tornou o país atrativo.

Muitos países europeus e os Estados Unidos estão mais seletivos com os migrantes e com um rigor cada vez maior nas políticas de vistos e de fronteiras. Além disso, o discurso antimigratório vem ganhando força. A visibilidade em âmbito internacional e o aumento das políticas de securitização de fronteiras em países que costumam ser mais procurados podem ter sido fatores que desencadearam um recente aumento do movimento migratório de estrangeiros para o Brasil. O país, que na década de 1980, dentro do contexto geopolítico do período, era denominado país do terceiro mundo, passou, a partir do final da década de 1990, a ser uma economia em crescimento e uma promessa de criação de oportunidades.

Os migrantes forçados vêm de diversas partes do mundo, por diferentes razões. Para Riaño-Alcalá (2008), migrações forçadas são formas de mobilidade que estão diretamente relacionadas a fatores externos de coerção. É o caso de pessoas que se deslocam devido aos conflitos armados, por violência extrema ou por questões ambientais. Nem todas as razões para migração forçada são reconhecidas pelas normas de direito internacional apesar do crescimento em quantidade e em importância (CASTLES, 2003). O autor ainda menciona a diferenciação que as legislações dos distintos países dão às diversas categorias de migrantes e aponta a influência que a classe social e a qualificação profissional podem ter na aceitação dos grupos nos países de destino.

Para o grupo de migrantes forçados, há uma legislação específica que abrange o grupo de refugiados de direito, os regulamentados pela Convenção Internacional sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 (ACNUR, 2019b). O documento, no Brasil, foi incorporado pela lei nº 9.474/1997 (BRASIL, 2017). Seu artigo 1º considera refugiado todo indivíduo que:

- I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- II – não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- III – devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

A ideia de refugiado, no âmbito do direito internacional, surge após o final da 2ª Guerra Mundial como um mecanismo de ajuda e proteção aos que se deslocaram do seu país de residência em virtude da guerra. Dessa forma, a legislação não considera, por exemplo, os refugiados ambientais, deslocados por desastres naturais, que cada vez mais vem sendo uma realidade no cenário internacional. O Glossário da Organização Internacional para Migrações (OIM, 2017) traz a ideia de que há diversas modalidades de refugiados de fato, mas não de direito.

Com o fluxo de haitianos após o terremoto de 2010, o Brasil criou, inicialmente para este grupo, o visto humanitário. De acordo com o discurso governamental, o visto surge com a preocupação pela migração indocumentada e com o tráfico de pessoas que vinha aumentando. A resolução normativa nº 97 (ACNUR, 2019a) foi promulgada em 2012, especificamente para os haitianos. O visto garantiu um prazo de cinco anos de permanência com a possibilidade de prorrogação em virtude da sua situação laboral. Posteriormente, em setembro de 2013, foi promulgada a resolução normativa nº 17 (ACNUR, 2019a) do CONARE que beneficiou os migrantes da República Árabe Síria, alegando os laços históricos com o país. O visto humanitário foi incorporado pela nova lei de migrações brasileira nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (BRASIL, 2019) e amplia o visto aos seguintes grupos:

apátrida ou ao nacional de qualquer país em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário, ou em outras hipóteses, na forma de regulamento (BRASIL, 2019).

A principal diferença é que a solicitação de refúgio é regida por normas internacionais e só pode ser realizada após o cruzamento da fronteira, com o solicitante já no Brasil. O visto humanitário é regido pela legislação nacional e pode ser solicitado em uma das representações diplomáticas brasileiras. O fato de ter o visto humanitário não impede que a pessoa, quando chegar ao Brasil, faça o pedido de refúgio. Isso tem ocorrido com os sírios, que apresentam as condições de elegibilidade e admissão como refugiados, diferentemente dos haitianos.

Até o final de 2017 havia no país 10.145 refugiados reconhecidos de diversas nacionalidades (ACNUR, 2018). Nem sempre um solicitante de refúgio tem o seu pedido atendido. Após dar entrada em algum dos postos de atendimento da Polícia Federal do Brasil, o solicitante necessita aguardar os trâmites do processo, que incluem entrevista e análise dos representantes das diversas instituições que compõem o CONARE (Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego, Polícia Federal, IDMH – Instituto de Migrações e Direitos Humanos e a Caritas Arquidiocesana de São Paulo e Rio de Janeiro). No final de 2017, conforme dados do relatório Refúgio em Números (ACNUR, 2018), havia 86.007 solicitações de reconhecimento como refugiado em trâmite. As nacionalidades que mais solicitaram refúgio em 2017 foram: venezuelanos, cubanos, haitianos, angolanos e chineses. As nacionalidades que mais tiveram os pedidos aceitos neste mesmo ano foram: sírios, congoleses, palestinos, paquistaneses e egípcios.

Dentro da legislação brasileira, o solicitante de refúgio permanece no país durante o processo, com direito a possuir documentos como carteira de trabalho e CPF – cadastro de pessoa física. O mesmo ocorre com as pessoas que possuem visto humanitário. Quando encerra o período do visto, no último caso, ou quando sai a decisão do CONARE e após a apelação, no caso do primeiro grupo, eles passam a viver como indocumentados, quando ficam, ou precisam se deslocar para outro país onde tentarão recomeçar.

A OIM define como solicitante de refúgio:

Pessoa que pretende ser admitida num país como refugiado e que aguarda uma decisão relativamente ao seu requerimento para obter o estatuto de refugiado segundo os instrumentos, internacionais e nacionais, competentes. Em caso de indeferimento, tem que abandonar o país e poderá ser expulsa, tal como qualquer estrangeiro em situação irregular, exceto se for autorizado a permanecer por razões humanitárias ou outros fundamentos relacionados. (OIM, 2017, p. 68)

Para deferir ou não os processos é tomada como base a definição da Convenção Internacional sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 (ACNUR, 2019b). Esse processo não tem um tempo definido de tramitação, tendo dependido da quantidade de pedidos realizados, que vem aumentando. Em verdade, as estatísticas mostram o grande número de pessoas que solicitam refúgio e não têm o seu pedido aceito, por não terem suas justificativas enquadradas no que diz a Convenção. De acordo com Lima (2017), a taxa de elegibilidade entre 2010 e 2014 foi de 50,1%, com variações que foram de 21,5%, em 2011, a 88,5%, em 2014. Em 2015, 43.871 pedidos de refúgio de haitianos foram arquivados após decreto que prorrogou o período de residência até 2017 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2017). Até o final de 2017 ainda havia casos dos anos anteriores em tramitação, sendo mais de doze mil que deram entrada em 2014, mais de sete mil em 2013 e aproximadamente mil e quinhentos em 2012 e em 2011 (ACNUR, 2018).

O que se observa aqui é que a definição de refúgio no Brasil não tem acompanhado as necessidades atuais de todos os grupos de migrantes forçados. Arendt (1989) acredita que os direitos humanos deveriam estar acima da soberania dos Estados. Para ela:

Se um ser humano perde o seu status político, deve, de acordo com as implicações dos direitos inatos e inalienáveis do homem, enquadrar-se exatamente na situação que a declaração desses direitos gerais previa. Na realidade, o que acontece é o oposto. Parece que o homem que nada mais é que um homem perde todas as qualidades que possibilitam aos outros tratá-lo como semelhante. (ARENDR, 1989, p. 334)

A necessidade do refúgio é imediata e urgente, considerando as circunstâncias de migração forçada, e é garantida pelo princípio de *non refoulement* ou não rejeição, que protege aquele que se declara como refugiado de ser repatriado ou deportado de volta ao país de origem ou do qual sofre perseguição (ACNUR, 2019b). A lentidão do processo faz com que essas pessoas precisem esperar anos por uma resposta que pode

ser negativa. Dessa forma, todos os que estão em situação temporária no país precisam conviver ao mesmo tempo com a busca pela sobrevivência e adaptação e com a incerteza da permanência. Não possuem os benefícios e o tratamento especial que é dado a um turista, com pessoas os servindo e se esforçando em falar o seu idioma, e também não possuem a condição de residente permanente, para que possam definir um local de moradia, pensar numa educação continuada para os filhos e se planejar em longo prazo. A necessidade os faz viver um dia de cada vez.

Os Desafios da Integração Diante da Incerteza

As demandas que envolvem as migrações forçadas, independentemente das legislações em vigor, passam por uma reflexão sobre o que é estar integrado à sociedade. O tempo que os solicitantes de refúgio vivem no Brasil esperando uma resposta do governo, ou até mesmo uma melhoria nas condições de vida do seu próprio país, para que possam regressar, de um modo geral é suficiente para que precisem criar uma rotina, estabelecer laços, vínculos afetivos com pessoas e com lugares.

O tratamento como semelhante é fundamental no processo de integração. É necessário levar em consideração o fato de que todos são seres humanos, não importa o local de origem. Há distinções que devem ser observadas no processo. Diferenças não apenas culturais, adquiridas a partir da convivência com determinados grupos, mas de caráter individual que não devem ser barreira para a criação de novos laços, de vivências que lhes proporcionem serem iguais mesmo diante das diferenças. A divergência de interesses, em especial os econômicos e territoriais, além da intolerância às diferenças são alguns dos fatores que dificultam a integração. Dessa maneira, este estudo buscará analisar o processo de integração a partir de três vertentes diferentes: a do Estado receptor; a da população do país receptor; e a do indivíduo migrante.

A Visão do Estado Receptor

Dentro do contexto migratório, o Estado costuma se posicionar como o responsável pela proteção do território e da soberania nacional. Essa postura implica em uma manutenção do poder dentro da noção colonial de que povoamento é sinal de posse territorial e estrangeiros são vistos como invasores ou inimigos. Raffestin (1993), por meio de uma crítica a obras que propõem o poder centrado no Estado, aborda como o poder político do Estado-nação se constituiu a partir da tríade território, população e autoridade. Dentro da sua análise, o controle populacional a partir do conhecimento das taxas de natalidade, de mortalidade e de mobilidade são formas de exercer domínio sobre um determinado território.

Em se tratando da questão da mobilidade, este poder é exercido por meio dos rigorosos controles de fronteiras que bloqueiam a livre circulação e rejeitam a entrada de pessoas pelo perfil econômico e social, fatores que aumentam ou não a possibilidade de o estrangeiro ter a sua entrada e permanência autorizadas no país. Schiller e Salazar (2014) apontam a tentativa dos Estados de manterem as suas autoridades a partir do controle que demoniza ou glamoriza categorias de pessoas em regime de mobilidade por serem

migrantes ou turistas. No caso dos migrantes, a liberdade de ir e vir é cerceada e pessoas são julgadas e condenadas sem sequer terem cometido algum crime.

Durand e Massey (2003) abordam como os movimentos migratórios ocorrem, historicamente, baseados nos interesses do país receptor. Nos seus estudos sobre as migrações México–Estados Unidos, eles observam que a abertura pode ocorrer quando há interesse de importação de mão de obra ou controle de território. Raffestin (1993) apresenta como a questão das restrições à migração foi tratada, especialmente por países como Estados Unidos e Austrália. De acordo com ele, as restrições estabelecidas eram qualitativas e não quantitativas. Não importava a quantidade de migrantes, desde que o perfil dos grupos fosse conveniente ao Estado. As limitações, nestes casos específicos, buscavam a homogeneidade étnica, com o acesso livre para a entrada de brancos anglo-saxônicos.

O refúgio deveria representar a proteção, a segurança, porém, as políticas migratórias vêm transformando as fronteiras em grandes barreiras à sobrevivência e aos direitos humanos. Os direitos individuais garantidos pelas constituições de regimes democráticos são substituídos por uma liberdade vigiada ou mesmo pela falta dela ao atravessar a fronteira, mesmo que a travessia seja para outro país de regime democrático. Essa vigilância vem aumentando cada vez mais, com o discurso da soberania e da segurança nacional, que coloca os migrantes como responsáveis pelos problemas de segurança nos países, estereótipo que se reflete nas relações sociais e faz com que sejam criadas ainda mais políticas de restrição dentro de um círculo vicioso que parece não ter fim.

As políticas de securitização e militarização dos deslocamentos humanos, em especial para frear a migração indocumentada são baseadas em uma lógica que exclui socialmente e “descarta pessoas, lugares e bens considerados dispensáveis ou ameaçadores negando, no caso de pessoas, inclusive o direito de serem humanos. Cria, assim, contingentes de despossuídos” (FELDMAN-BIANCO, 2015, p. 21). É importante também destacar práticas sociais das áreas urbanas que, para Castles e Davidson (2010), tendem a segregar e a excluir. A propensão de que os recém-chegados passem a viver em localidades distantes dos grandes centros contribui também para diminuir as chances de mobilidade social já que ficam expostos à falta de infraestrutura de serviços de saúde, de educação, de lazer e ao estresse social com a exposição às áreas de violência urbana.

Essa lógica de exclusão dificulta ainda mais o processo de integração. Não se nega aqui a importância de políticas públicas nesse sentido, mas é necessário o devido cuidado para que essas políticas não tenham o efeito inverso. Na esfera das questões culturais, por exemplo, Canclini (2007) faz uma crítica a políticas que admitem a diversidade de culturas por meio de uma simples justaposição de grupos étnicos e/ou raciais e acabam reforçando a segregação.

Dentro desse contexto, o solicitante de refúgio e o portador de visto humanitário são e não são, estão e não estão. O cruzar a fronteira significa para esses grupos não ter para onde voltar. Ainda precisam ficar à mercê das políticas de Estado que nem sempre coadunam com as políticas das cidades onde eles estão, e são “empurrados” de um lado para outro, como mercadorias não necessárias que não se tem onde guardar. Estão em busca não só de proteção, mas de uma nova vida, na qual não precisem mais fugir e possam viver com um mínimo de dignidade. De acordo com Sayad (2008), a migração faz com que quem migra viva e não viva, considerando o cerceamento de muitos direitos

especialmente em relação aos cidadãos nacionais. Para ele, em uma democracia não deveria haver desigualdades perante a lei.

Gloria Naranjo Giraldo (2016) recorre à ideia de cidadanias transfonteiriças para questionar a naturalização do modelo nacionalista e soberano, no qual apenas aqueles que se enquadram no projeto de Estado-nação são considerados cidadãos. O modelo assimilacionista, que está relacionado a uma ideia de que os migrantes, ao longo do tempo e das gerações, devem passar por um processo de absorção dos costumes locais (COULON, 1995) ainda é fortemente reproduzido no cotidiano. Está estreitamente presente na ideia de que a nação deve ser uma comunidade cultural baseada em descendência, idioma e experiência histórica conforme apontam Castles e Davidson (2010). Isso se traduz na quase obrigatoriedade que o migrante tem de se comportar igual aos nacionais se quiser pertencer à comunidade, como também se manifesta nas diferentes formas de exclusão social.

Em 2017, foi aprovada a Lei nº 13.445 (BRASIL, 2019), conhecida como nova lei das migrações. Havia a necessidade de atualizar a defasada legislação brasileira sobre o tema. O texto, aprovado pelo Congresso e pelo Senado, trazia uma série de mudanças como a anistia aos estrangeiros indocumentados que já estivessem no Brasil, a livre circulação de indígenas que vivem em região de fronteira e a possibilidade de ingresso em carreiras públicas. Diversos artigos foram vetados pelo então presidente, Michel Temer, incluindo os mencionados. Apesar disso, a lei representou avanços no sentido de promover a integração por meio da acolhida humanitária, de facilitar o acesso à documentação e garantir o direito de manifestações públicas, por exemplo. Entretanto, mesmo os avanços garantidos pela nova lei podem estar em risco. A postura adotada pelo atual governo, com a saída do Pacto Mundial das Migrações é um primeiro sinal de que o Brasil pode estar caminhando para um retrocesso em relação ao tema. Em declaração, o atual presidente da república, Jair Bolsonaro, afirmou que: “Quem porventura vier para cá deverá estar sujeito às nossas leis, regras e costumes, bem como deverá cantar nosso hino e respeitar nossa cultura. Não é qualquer um que entra em nossa casa, nem será qualquer um que entrará no Brasil via pacto adotado por terceiros” (GONÇALVES, 2019). A ideia de soberania e de nação como algo baseado em costumes de um grupo homogêneo aparece de maneira clara no discurso que traz elementos assimilacionistas, especialmente quando se fala em estar sujeito aos costumes, o que hierarquiza e menospreza a diversidade da formação étnica e cultural brasileira.

Essa nova postura adotada em relação à política migratória contraria o texto da nova lei que, em seu artigo 3º, trata da política regida, entre outros princípios, pela proteção aos brasileiros no exterior. A adoção de políticas mais duras em relação aos migrantes que estão no Brasil pode fazer com que outros países apliquem o princípio da reciprocidade, o que atingiria diretamente os brasileiros. No artigo 4º, a nova lei menciona a questão das liberdades sociais, culturais, econômicas e civis, que poderia ser ferida no caso de uma exigência de que os migrantes abandonem os seus costumes e passem a viver de acordo com normas impostas.

Vale aqui ressaltar, dentro das circunstâncias apresentadas, que os direitos civis e as liberdades individuais deveriam abranger a todos, independentemente da sua nacionalidade e considerar as heterogeneidades individuais sem discriminar. Para Tejeda (2003)

a cidadania, como é vista atualmente é um momento de homogeneização, no qual as diferenças individuais são retraídas dos espaços de discussão.

A distinção entre cidadão nacional e estrangeiro foi usada para tentar justificar deportações em grupo que vinham acontecendo a partir de Roraima, ainda nos primeiros meses do aumento do volume de pessoas que atravessavam a fronteira em direção ao Brasil. Em 2016, centenas de venezuelanos foram deportados, o que causou uma mobilização do Ministério Público Estadual de Roraima diante das razões e das condições financeiras, emocionais e físicas nas quais se encontravam estas pessoas. Em 2 de março de 2017, foi publicada a resolução normativa nº 126 (CNlg, 2017), que permitiu a residência temporária por até 2 anos para pessoas de países limítrofes, o que passou a atender os venezuelanos. Vale ressaltar que, apesar de a Venezuela ser membro do MERCOSUL, o país não ratificou o acordo de residência firmado entre os países do bloco. Os venezuelanos que chegavam ao país entravam com visto de turista, o que impede a realização de atividade remunerada. E essa era a justificativa utilizada para as deportações, já que muitos deles ficavam nas ruas como vendedores ambulantes ou pedintes.

Em abril de 2018, foi iniciado o programa de interiorização, com o objetivo de desafogar os serviços públicos em Roraima, espalhando os migrantes em diversas regiões do país. Até o final do ano, foram deslocados 3.900 venezuelanos para 29 cidades (FONSECA, 2019). Com o apoio de diversos órgãos que compõem o sistema ONU – Organização das Nações Unidas, o governo brasileiro cede o avião e as instituições cuidam da seleção dos interessados e do acolhimento dessas pessoas no destino. Vale ressaltar que o trabalho formal é a condição para prorrogação da permanência dessas pessoas no Brasil com o vencimento dos visto. Os haitianos são os que mais têm registro formal. Eram 35.658 em 2017, de um total de 122.069 trabalhadores migrantes no mercado formal (ARAÚJO; QUINTINO, 2018).

A importância e o papel do migrante vão muito além dos estereótipos construídos e que os consideram como pessoas que chegam para tomar os empregos dos moradores locais ou como coitados que estão fugindo de conflitos ou perseguições. Nina Glick Schiller (2010) traz o papel que os migrantes, sejam eles forçados ou não, podem ter na reestruturação econômica e espacial das cidades. Sua contribuição pode ir desde a criação de novas zonas imobiliárias até a mudança nos padrões de distribuição e de consumo. A garantia das condições de igualdade de direitos a todos os que vivem no território nacional, pode ser um vetor de desenvolvimento especialmente para as regiões menos centrais do país. O migrante forçado, muitas vezes qualificado, vai para onde há oportunidade de emprego e subsistência, incluindo as regiões mais carentes.

A Visão da Sociedade

As políticas de securitização que impõem o controle migratório como questão de segurança nacional colocam o migrante, especialmente o de classes sociais menos favorecidas, como um inimigo, como se o país receptor estivesse vivendo uma real ameaça na qual “uma vez classificados pela opinião pública na categoria de potenciais terroristas, os migrantes se encontram além dos domínios e fora dos limites da responsabilidade

moral – e, acima de tudo, fora do espaço da compaixão e do impulso de ajudar” (BAUMAN, 2017, p. 38).

Ações que deveriam alimentar as redes de solidariedade criam um ambiente de hostilidade que dificulta ainda mais a integração. O cotidiano dos migrantes, independentemente da categoria em que as legislações os enquadrem, tem uma relação direta com as práticas das populações receptoras. Vale aqui ressaltar as dificuldades pelas quais passam esses grupos que, em sua maioria, já se deparam com a barreira do idioma e dos estereótipos criados sobre suas culturas, religiões, etnias além do estigma de “reduzidos de salários”. Isso se traduz não só na falta de solidariedade, mas também nas práticas discriminatórias mais veladas. Não se pode negar que a população receptora também desempenha um papel crucial no acolhimento, através das redes de solidariedade que vão se formando entre organizações de acolhimento e voluntários.

As redes de solidariedade emergem muitas vezes em contextos desfavoráveis de crises econômicas, de medo do outro num contexto onde a violência tem sido banalizada e as pessoas desconfiam cada vez mais umas das outras. O estrangeiro representa o desconhecido, e essa incógnita é para os dois lados. Solicitantes de refúgio e pessoas com visto humanitário vivem um limbo que passa não só pela aceitação legal, como pela aceitação social. O migrante forçado, por necessidade, precisa estabelecer relações de confiança nesse caminho que eles percorrem para a integração. Goettert (2010, p. 25) destaca que:

mais que relações amistosas, os contatos, vivências e experiências também indicam desencontros, tensões, conflitos, mal-entendidos e, quase sempre, positiva ou negativamente, o movimento mesmo dos pré-conceitos, das imagens e representações sobre o outro em seu duplo sentido: enquanto país e enquanto sujeito.

Os grupos aqui estudados possuem direitos limitados e, para conseguirem o acesso ao *status* e aos direitos de refugiado, precisam provar a insegurança ou a perseguição sofrida nos seus países. Durante o processo acabam vivendo isolados em espaços de confinamento para refugiados que normalmente ficam em locais distantes (CASTLES E DAVIDSON, 2010).

No estado de Roraima, fronteira com a Venezuela, o acolhimento é improvisado em lugares com poucas condições sanitárias. Com o início da participação da ONU no processo de acolhimento, os abrigos passaram a ter barracas que acomodam famílias inteiras. Em Pacaraima, município mais próximo da fronteira, os venezuelanos foram levados inicialmente para um galpão improvisado. Posteriormente, foi criado um abrigo de passagem que, em agosto de 2018, foi atacado por moradores locais, que agrediram e atearam fogo nos pertences, dinheiro e documentos dos migrantes. Chegou a ser noticiado que mais de 1.200 venezuelanos retornaram ao seu país de origem após o episódio (DW BRASIL, 2018). Em outubro de 2018, foi inaugurado o 13º abrigo do estado de Roraima, com capacidade para 1.000 pessoas. Até então, os outros abrigos acolhiam 5.500 pessoas (DAMASCENO, 2019).

O acolhimento é só o primeiro passo para a integração. Ager e Strang (2004) relacionam como indicadores de integração os seguintes fatores que eles separam por

categorias, apesar de não hierarquizá-las: condições e indicadores (emprego, moradia, educação, saúde); conexões sociais (vínculos sociais dentro de uma comunidade por identidade étnica, nacional ou religiosa, pontes sociais com membros de outras comunidades, *links* sociais com instituições governamentais ou não); facilitadores (língua e conhecimento cultural, segurança e estabilidade); base (direitos e cidadania).

Os solicitantes de refúgio e portadores de visto humanitário podem ter acesso ao sistema de saúde público e também de educação, bem como trabalhar e ter residência no Brasil. As conexões sociais costumam se iniciar a partir das instituições de acolhimento, especialmente no caso de quem não fala português. A secretaria de educação do estado de São Paulo elaborou uma cartilha de acolhimento, para professores e demais profissionais das escolas (DOCUMENTO, 2018), com o intuito de que os alunos migrantes sejam acolhidos de maneira respeitosa e integradora. Entre os temas de destaque da cartilha estão: o combate ao preconceito e à xenofobia; a comunicação além da língua falada; questões práticas da vida escolar; a intercompreensão entre línguas próximas; e o estudante imigrante com deficiência.

Algumas iniciativas mostram que há uma mobilização por parte de alguns setores da sociedade no intuito de integrar o migrante. Porém, o processo de integração desses grupos ainda passa por questões que envolvem racismo, burocracia, falta de boa vontade e, no caso do Brasil, muitas das dificuldades que também são enfrentadas pela própria população: violência nas grandes cidades, desemprego, desigualdades sociais, falta de capacidade de atendimento do sistema de saúde e sistema de educação ainda ineficiente, em especial quando se fala em acolhimento de pessoas com necessidades diferentes da maioria.

A Visão do Indivíduo que Migra

No âmbito individual, do ponto de vista do solicitante de refúgio e do portador de visto humanitário, a mudança de país traz diversas questões que podem influenciar no seu processo de integração. Se as migrações já compreendem o encontro de uma diferente realidade, as migrações forçadas envolvem, além disso, o enfrentamento de uma realidade não desejada e num contexto muitas vezes de quebra de relações familiares, de relações de confiança. Eles precisam conviver com uma ruptura dessas relações e, ao mesmo tempo, necessitam estabelecer novas relações, muitas vezes em um país completamente diferente, no qual a maioria das pessoas fala outro idioma, professa outras religiões, vive outros costumes e rejeita o diferente. A urgência e a necessidade de integração se chocam com o sentimento de medo e desconfiança, por tudo o que já viveram anteriormente, e com os estereótipos criados sobre eles. O estereótipo muitas vezes é cruel porque generaliza e homogeneiza grupos de pessoas, que essencialmente são diferentes.

Essa diversidade se materializa também na subjetividade da experiência individual e na influência que as experiências vividas antes da partida podem ter na adaptação e na integração ao novo país. Tuan (1983, p. 10) destaca que a experiência está relacionada “à capacidade de aprender a partir da própria vivência”. Para Riaño (2008) o acesso à proteção humanitária e a integração variam conforme o contexto expulsor, as condições

sociais de quem migra, as fronteiras culturais, o tamanho e as condições da cidade receptora. Mesmo a história da cidade e a atitude das pessoas que vivem no local, segundo ela, podem influenciar na experiência migratória. A autora analisa a ideia do medo e de como as experiências de deslocamento e migração influenciam na adaptação e na construção das relações no novo ambiente. De acordo com ela, especialmente no caso de migrações forçadas em que o elemento coerção tem um forte peso na decisão de migrar, o medo é um componente importante para compreender como essas pessoas vivem as suas novas experiências.

A integração está diretamente relacionada à construção do lugar. A expulsão do seu território não significa obrigatoriamente que o indivíduo não possa construir um lugar que, independentemente da escala, esteja relacionado a uma apropriação afetiva que, de acordo com Tuan (1983), se desenvolve como uma composição entre a experiência individual e os grupos sociais. Essa experiência se concretiza em um espaço e suas características trazem ou não algum tipo de afeição. Independentemente do tempo, o autor destaca a intensidade da experiência como fator decisivo na afeição pelo lugar.

A integração não reside meramente no fato de a pessoa ter vivências cotidianas que garantam sobrevivência além da que teria se tivesse permanecido no seu país. A integração, muito além, traz a ideia de construção do lugar. Ao viver em um lugar que não ajudou a construir, não participou da história, o sujeito passa por um processo de alienação e, posteriormente, “o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte do seu ser que parecia perdida” (SANTOS, 2006, p. 222).

Por outro lado, o indivíduo que migra traz consigo a sua própria história de vida e as suas expectativas em relação ao futuro, apesar da incerteza que o processo de solicitação de refúgio ou o visto humanitário trazem. Histórias de violência vivida por outros migrantes, por exemplo, podem agravar ainda mais o trauma de pessoas que saíram do seu país fugindo da violência da guerra. Em 2012, a estudante angolana Zulmira Cardoso foi assassinada em um bar onde estava com amigos compatriotas, em São Paulo. Brasileiros, após tecerem insultos xenofóbicos e racistas contra o grupo, deixaram o bar e retornaram alguns minutos depois em um carro, disparando com uma arma de fogo contra os angolanos. Por outro lado, nas experiências de pessoas que fogem da perseguição de regimes ditatoriais ou de culturas extremamente patriarcais, a liberdade de expressão pode ser um facilitador para que o indivíduo se sinta integrado.

O Brasil vem caminhado no sentido de promover o acolhimento dos migrantes, porém ainda não dispõe de infraestrutura para oferecer os serviços básicos para todos (mesmo para os brasileiros). As conexões sociais geralmente são realizadas a partir das instituições de acolhimento e organizações não governamentais, que encaminham para emprego, ajudam com o idioma, participam ativamente na luta pelos direitos dos migrantes, já que, até a aprovação da nova lei das migrações, eles eram proibidos de fazer reivindicações e se manifestar publicamente.

Toda migração forçada gera sentimentos adversos de coragem e medo, de alívio e de apreensão que trazem consigo, no caso dos grupos aqui estudados, a incerteza. A integração exige um esforço de todas as partes, especialmente a do próprio migrante que

precisa se manter firme em um processo que pode ser traumático ou mesmo ser em vão. A política atual tem acolhido em curto prazo, mas rejeitado a maioria dos pedidos de refúgio. As opções para essa maioria são: estar sempre preparado para migrar de novo ou viver na invisibilidade e desamparo da permanência indocumentada.

Conclusão

As legislações atuais e o tratamento nacionalista que se dá ao deslocamento internacional de pessoas ainda tem o componente muito forte da soberania e dos migrantes como invasores do território, que podem comprometer a segurança e exterminar as “imaculadas” identidades nacionais. É necessário repensar e reavaliar as políticas de fronteira que tratam como culpados pessoas que não cometeram crimes. Políticas que, atualmente, se refletem em sentimento de insegurança por parte da população que hostiliza indivíduos sem sequer conhecer as suas histórias. Políticas que impactam diretamente na percepção e no sentimento do migrante sobre o seu novo espaço de vivências. Políticas que buscam satisfazer os interesses do Estado, na medida em que o comitê de decisão sobre os pedidos de refúgio tem, em sua maioria, representantes de órgãos governamentais.

O processo de integração no Brasil ainda está submetido a uma lógica assimilacionista e discriminatória. A sanção da nova lei das migrações, apesar de trazer avanços, teve mais artigos vetados do que o esperado. O programa de interiorização é uma tentativa de minimizar a sobrecarga nos serviços públicos do estado de Roraima, porém ainda é necessário realizar um estudo mais aprofundado sobre as condições em que os interiorizados são realocados de cidade. O visto humanitário e a regulamentação da residência temporária de venezuelanos são estratégias paliativas para desafogar o sistema de refúgio, porém não se leva em consideração o que acontecerá com essas pessoas com o término dos prazos estabelecidos.

Dentro da perspectiva da subjetividade do processo de integração, não se integrar ou se integrar precisa ser uma escolha, um direito. Não necessariamente nos afeiçoamos aos lugares, e a decisão de deixar ou de permanecer precisa ser do indivíduo. A expulsão não deveria ser uma opção. É nesse sentido que as vivências e as experiências são importantes partes do processo de construção do lugar. É importante abrir as mentes para questões que ainda obstruem o processo de integração.

Há muitos desafios a serem enfrentados nesse percurso: superação da ideia do nacionalismo que fala em proteção de identidades nacionais como se as identidades e as culturas fossem estáticas e não já sofressem a influência das redes de tecnologia e informação e do processo de globalização; busca pela minimização do condicionamento competitivo do mundo capitalista, que faz com que as pessoas vejam o outro como concorrente ou inimigo; superação de comportamentos que inferiorizam as minorias e que repercutem tanto no tratamento da sociedade em relação ao migrante, como na sua autoestima. Os desafios não são simples e passam principalmente pelo respeito às diferenças e pela humanização do tratamento ao migrante. O Estado, a sociedade e o migrante, todos têm a sua parcela de responsabilidade e comprometimento com a integração.

Referências Bibliográficas

ACNUR. *Coletânea dos instrumentos de proteção nacional e internacional de refugiados e apátridas*. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2012/Lei_947_97_e_Coletanea_de_Instrumentos_de_Protecao_Internacional_de_Refugiados_e_Apatridas.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019a.

_____. *Convenção relativa ao estatuto dos refugiados*. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019b.

_____. *Refúgio em números*. Disponível em: http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em-numeros_1104.pdf. Acesso em: 23 jul. 2018.

AGER, A.; STRANG, A. *Indicators of integration: final report*. Londres: Home Office, 2004.

ARAUJO, D.; QUINTINO, F. Migrantes no mercado de trabalho formal brasileiro: análise a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. *Migrações e mercado de trabalho no Brasil*. Relatório Anual 2018. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília: OBMigra, 2018.

ARENDETT, H. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BAUMAN, Z. *Estranhos à nossa porta*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BRASIL. *Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm. Acesso em: 15 jan. 2019.

_____. *Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm. Acesso em: 12 out. 2017.

CANCLINI, N. G. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

FONSECA, C. E. *Operação acolhida: histórico*. Publicado em 28/12/2018. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/historico>. Acesso em: 17 jan. 2019.

CASTLES, S.; DAVIDSON, A. Immigration, minority formation and racialization. In: *Citizenship and migration: globalization and the politics of belonging*. Nova York: Routledge, p. 54-83, 2010.

_____. La política internacional de la migración forzada. In: *Migración y Desarrollo*, n. 1, 2003.

CNlg. *Resolução Normativa nº 126 de 02 de março de 2017*. Diário Oficial da União nº 43, 3 de março de 2017. Disponível em: <http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/BDL/2017/1106>. Acesso em: 27 jan. 2018.

COULON, A. *A Escola de Chicago*. Papirus: Campinas, 1995.

DAMASCENO, R. *Novo abrigo expande acolhimento de venezuelanos em Boa Vista*. Publicado em 23/10/2018. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2018/outubro/novo-abrigo-expande-acolhimento-de-venezuelanos-em-boa-vista/view>. Acesso em: 17 jan. 2019.

DOCUMENTO orientador CGEB/NINC. *Estudantes imigrantes: acolhimento*. São Paulo: CAESP/NINC, 2018.

DURAND, J.; MASSEY, D. El núcleo básico de la migración México-Estados Unidos. Premisas para entender y explicar el proceso. In: DURAND, J.; MASSEY, D. *Clandestinos*. Migración México-Estados Unidos en los albores del siglo XXI. México: Miguel Ángel Porrúa Librero Editor y Universidad Autónoma de Zacatecas, p. 45-61, 2003.

DW BRASIL. *Após conflito, mais de 1.200 venezuelanos deixam Roraima*. Publicado em 19/08/2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ap%C3%B3s-conflito-1200-venezuelanos-deixam-roraima/a-45138649>. Acesso em: 10 dez. 2018.

FELDMAN-BIANCO, B. *Deslocamentos sociais, ciência e cultura*. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), v. 67(2): 20-53, 2015.

GLICK-SCHILLER, N.; SALAZAR, N. B. Regimes of mobility: across the globe. In: GLICK-SCHILLER, N.; SALAZAR, N. B. (eds.). *Regimes of mobility: imaginaries and relationalities of power*. Nova York: Routledge, p. 1-36, 2014.

_____. A global perspective on migration and development. In: GLICK-SCHILLER, N.; FAIST, T. (eds). *Migration, development and transnationalization*. Nova York-Oxford: Berghen Books, p. 22-62, 2010.

GOETTERT, J. D. Paradoxos do lugar mundo: brasileiros e identidades. In: SPOSITO, E. S.; BOMTEMPO, D. C.; SOUSA, A. A. *Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades*. São Paulo: Expressão Popular, p. 15-36, 2010.

GONÇALVES, C. Bolsonaro confirma revogação da adesão ao Pacto Global para Migração. In: *Agência Brasil*. Publicado em: 09 jan. 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-01/bolsonaro-confirma-revogacao-da-adesao-ao-pacto-global-para-migracao>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Daniela Araujo Virgens

LIMA, J. B. Panorama do refúgio. In: *Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados*. Brasília: Ipea, p. 37-73, 2017.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Refúgio em números*. Disponível em: http://www.justica.gov.br/noticias/brasil-tem-aumento-de-12-no-numero-de-refugiados-em-2016/20062017_refugio-em-numeros-2010-2016.pdf. Acesso em: 14 set. 2017.

NARANJO, G.G. Políticas del disenso y luchas migrantes: una aproximación a las prácticas emergentes de ciudadanías transfronterizas. In: *Colombia Internacional 88*. Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Ciencia Política, Universidad de los Andes, p. 57-78, 2016.

OIM. *Glossário sobre migração*. Disponível em: <http://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIAÑO, P. Trayectos y escenarios del miedo y las memorias de las personas refugiadas y desplazadas internas. In: RIAÑO; P.; VILLA, M. (eds.). *Poniendo tierra de por medio: migración forzada de colombianos en Colombia, Ecuador y Canadá*. Medellín: Corporación Región – The University of British Columbia, p. 383-418, 2008.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SAYAD, A. Estado, nación e inmigración: el orden nacional ante el desafío de la inmigración. In: *Apuntes de Investigación del CECYP*, v. 12, n. 13, p. 101-116, 2008.

TEJEDA, J. L. Ciudadanía, derechos sociales y multiculturalismo. In: JURADO, R. G.; RENTERÍA, J. F. (coords.). *La democracia y los ciudadanos*. México DF: Universidad Autónoma Metropolitana, 2003.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

Recebido em: 30/07/2018

Aceito em: 29/12/2018

Implicações da Crise Migratória Venezuelana para as Políticas Brasileiras de Segurança e Defesa: Perspectivas para o Equacionamento de Conflitos

Implications of the Venezuelan Migration Crisis for the Brazilian Security and Defense Policy: Perspectives for Conflict Management

Tiago Soares Nogaraⁱ
Universidade de Brasília
Brasília, Brasil

Victor Leão Wobetoⁱⁱ
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, Brasil

Resumo: O trabalho a seguir visa identificar as principais implicações da atual crise migratória venezuelana para as formulações das políticas brasileiras de segurança e defesa. A hipótese do trabalho é de que o exponencial aumento do fluxo migratório de venezuelanos para o território brasileiro possui flagrante conteúdo geopolítico, hoje obliterado no debate público sobre o tema devido à uma falsa dicotomia por ora estabelecida, concentrada na contraposição das dimensões securitárias e humanitárias da questão migratória. Neste contexto, a atuação diplomática na mediação do confronto político venezuelano e o protagonismo do Estado nacional na recepção e regularização dos imigrantes venezuelanos aparecem como medidas afins com o interesse estratégico brasileiro, evitando o transbordamento do conflito para além das fronteiras da Venezuela e garantindo o controle do país sobre as questões referentes ao aumento do fluxo migratório.

Palavras-chave: Venezuela; Brasil; Imigração; Roraima; Soberania.

Abstract: This article has the aim of identifying the main implications of the current Venezuelan migratory crisis for the formulation of Brazilian security and defense policy. Our hypothesis is that the exponential increase in the migratory flow of Venezuelans into Brazilian territory has serious geopolitical implications which are absent in public debate due to a false dichotomy contrasting security and humanitarian dimensions of migration. In this context, diplomatic action in the mediation of Venezuelan political confrontation

ⁱ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI). tiagosnogara@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-1560-8150>

ⁱⁱ Graduando em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). victorlwobeto@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-1443-0338>

and the role of the national State in the reception and regularization of Venezuelan immigrants appear as measures related to Brazilian strategic interests meant to avoid the overflow of the conflict beyond the borders of Venezuela so guaranteeing national sovereignty in issues related to increased migration flows.

Keywords: Venezuela. Brazil. Immigration. Roraima. Sovereignty.

Introdução

O trabalho a seguir visa identificar as principais implicações da atual crise migratória venezuelana para as formulações das políticas brasileiras de segurança e defesa. Compreendendo que a crise política e econômica venezuelana constitui a principal força motriz da ascensão do processo migratório, o trabalho buscará interligar as dinâmicas do conflito venezuelano com a capacidade de atuação política do Brasil para contribuir no seu equacionamento, bem como para inibir a proliferação de conflitos frente ao aumento do fluxo de imigrantes. Assim, mais do que promover o debate acerca das políticas públicas para a recepção do acentuado contingente de imigrantes provenientes da Venezuela, o trabalho visará focalizar o componente político deste processo, com reflexos importantes para as relações bilaterais entre os dois países, mas, também, para a defesa de interesses estratégicos do Brasil na região fronteiriça com os venezuelanos e especialmente no conjunto da região amazônica.

A hipótese do trabalho é de que o exponencial aumento do fluxo migratório de venezuelanos para o território brasileiro possui flagrante conteúdo geopolítico, hoje obliterado no debate público sobre o tema devido à uma falsa dicotomia por ora estabelecida, centrada na contraposição das dimensões securitárias e humanitárias da questão migratória. Neste contexto, a atuação diplomática na mediação do confronto político venezuelano e o protagonismo do Estado nacional na recepção e regularização dos imigrantes venezuelanos aparecem como medidas afins com o interesse estratégico brasileiro, evitando o transbordamento do conflito para além das fronteiras da Venezuela e garantindo o controle do país sobre as questões referentes ao aumento do fluxo migratório.

Num primeiro momento, será esboçado um quadro geral da evolução da crise política venezuelana nos últimos anos, destacando suas condicionantes geopolíticas e seus reflexos para o aumento da emigração. Na segunda etapa do trabalho, será exposto um panorama dos fluxos migratórios de venezuelanos para o território brasileiro, analisando algumas de suas implicações mais imediatas e especulando acerca de possíveis decorrências futuras. Por fim, serão apresentadas perspectivas para as políticas brasileiras de segurança e defesa, a partir da articulação entre os elementos que conformam a crise política venezuelana, o aumento do fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil e a capacidade política brasileira para lidar com as dinâmicas deste complexo processo.

A Crise Venezuelana

A Venezuela, fruto do desmembramento da Grã-Colômbia em 1830, conviveu com a instabilidade dos confrontos que sedimentaram seu Estado nacional até meados da

primeira metade do século XX. Apenas com o governo ditatorial de Juan Vicente Gómez, entre 1908 e 1935, o país consolidaria seu Estado nacional, com uma administração centralizadora fortalecida pelos ganhos da prospecção petrolífera, então ligada ao capital estrangeiro (VISENTINI, 2001). Se por décadas prevaleceram os regimes centralizadores, ilustrados tanto pelos governos de Gómez quanto do General Marcos Pérez Giménez – ainda que contando com o interregno democrático do *Triênio Adeco* –, após 1958, com o *Pacto de Punto Fijo*, o país passaria a conviver com a estabilidade das instituições democráticas, num processo de alternância eleitoral entre a Ação Democrática (AD), socialdemocrata e partido-membro da Internacional Socialista, e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI), democrata-cristão e com características mais conservadoras.

A incomum estabilidade democrática lograda pela Venezuela e seus enormes ganhos inerentes à produção petrolífera consolidaram uma excepcionalidade num contexto político hemisférico de proliferação de regimes ditatoriais, impulsionando duas percepções que, na visão de Amado Cervo (2001), conformariam o semblante autoconfiante da inserção regional venezuelana: (1) a crença em sua superioridade econômica, advinda da riqueza petrolífera; (2) a crença em sua superioridade política, substanciada na *Doutrina Betancourt*, que levaria ao estremecimento de suas relações com os regimes ditatoriais latino-americanos, tendo em vista a orientação venezuelana de reconhecer apenas governos oriundos de processos eleitorais consonantes com as normas constitucionais dos respectivos países.

A excepcional estabilidade democrática e razoável vitalidade econômica venezuelana não escaparam ao contexto da crise dos anos 1980, o que levou Caracas a adotar, ainda que com certa relutância, os receituários neoliberais ao final da década. A desvalorização do bolívar pelo presidente Luís Herrera Campíns, naquela que ficou conhecida como a “sexta-feira negra”, em 1983, pode ser apontada como o ponto de inflexão para a progressiva gestação de uma crise política e social, que desembocaria nos acontecimentos do *Caracazo*, ou *Sacudón*, em 27 de fevereiro de 1989, quando a alta nos preços do transporte coletivo, decorrente do aumento nos preços da gasolina, e a promessa de novos ajustes neoliberais pelo presidente Pérez levaram as massas empobrecidas dos *cerros* de Caracas e outras cidades a saquearem supermercados e lojas, gerando uma repressão policial responsável por mais de 400 mortes. A ocorrência desse lamentável incidente induziu o ex-presidente Rafael Cadeira a declarar a quebra da “vitrine da democracia” da América Latina, ilustrando o rompimento do pacto petroleiro-rentista que sustentou por anos o sistema político venezuelano.

Segundo afirmaria o próprio Hugo Chávez Frías, a utilização das Forças Armadas para reprimir o levante popular protagonizado durante o *Caracazo* foi a chave para o movimento iniciar uma aceleração de sua expansão, passando a buscar maior aproximação com movimentos populares (HARNECKER, 2004). Essa aceleração resultou nas duas tentativas de golpe dirigidas pelo Movimento Bolivariano Revolucionário, em 1992. Se na primeira tentativa, em fevereiro de 1992, o MBR sofreu uma flagrante derrota militar, ainda assim conquistou uma profunda vitória política, com a rendição de Chávez condicionada a um anúncio em rede nacional na televisão, ampliando a visibilidade e inclusive o apoio popular ao movimento (MENDES, 2012). Esse apoio apareceu não somente

em pesquisas de opinião, como também na mobilização de setores civis conjuntamente ao MBR na segunda tentativa de golpe, também fracassada, em novembro de 1992.

Com a vitória eleitoral de Hugo Chávez, em 1998, e a elaboração de uma nova Constituição, em 1999, se alteraram radicalmente os padrões das disputas políticas até então travadas pelo controle do Estado venezuelano, com a proeminência da participação popular na aprovação de projetos, pela via de plebiscitos, bem como na execução de políticas públicas, vindo à tona nesta nova conjuntura. Se inicialmente o governo de Chávez, ainda que com uma retórica típica de um nacionalismo-popular radicalizado, fora composto por forças sociais heterogêneas, incluindo diversos ministros ligados às tradicionais elites econômicas do país, após a tentativa de golpe de Estado orquestrada pela oposição em 2002, com apoio de parte dos duvidosos aliados do governo chavista, a coalizão governante passou a estreitar seu arco de alianças policlassistas, radicalizando sua prática e retórica. A polarização política da sociedade tornou-se uma constante, com o grupo oposicionista aderindo abertamente a táticas subversivas para forçar a derrubada do governo por vias não constitucionais. Como bem se percebe, o radicalismo e as posturas refratárias ao diálogo não se resumiam às posições do governo, mas principalmente às da oposição, desesperada com sua incapacidade de vencer os tortuosos e recorrentes processos eleitorais em curso. Longe de conformar uma consequência de supostas fraudes eleitorais, as sucessivas vitórias eleitorais resultavam de uma bem-sucedida estratégia formulada pelos chavistas:

Sob a perspectiva das massas desorganizadas que bradavam contra o status quo, os tradicionais partidos e instituições venezuelanas pareciam mesclar-se com um projeto não mais capaz de elevar os níveis de vida da população, com os programas neoliberais e o *Pacto de Punto Fijo* aparecendo, naquela altura, como duas faces de uma mesma moeda. Chegando ao governo, Chávez valeu-se do apoio popular para respaldar a dita “refundação”, ocorrida através do processo constituinte de 1999. Mais do que uma medida de mero caráter ideológico, o processo de “refundação da república” foi indispensável para o posterior embate de Chávez com as forças neoliberais e antinacionais (quando do avanço contra a abertura petroleira), fornecendo ao governo não apenas o devido apoio popular às medidas, mas também mecanismos político-institucionais que permitiram ao governo implantar as reformas, acionando esse apoio nos momentos de “medição de força” com as forças oposicionistas. Resumidamente, podemos apontar que o elemento central da estratégia do governo chavista, no momento de sua ascensão à presidência, passava diretamente por uma política de *enfrentamento prolongado* ao neoliberalismo, estando a Assembleia Constituinte diretamente ligada a esta estratégia, fornecendo os alicerces necessários para o enfrentamento que se desdobrou entre 2001-2004, permitindo a continuidade do processo de transformações sociais. Se num primeiro momento o governo buscou dialogar com setores tradicionais das elites venezuelanas, a escalada golpista destes, dirigida pela *Fedecamaras*, azedou suas relações com Chávez, que, respaldado por setores populares, passou a ampliar as reformas contra o neoliberalismo a partir de

uma coalizão mais estreita, porém com acentuado poder de mobilização de suas bases sociais. (NOGARA & OLIVEIRA, 2017, p. 74)

O desenrolar desta patente e persistente polarização, exercida por dentro e por fora dos processos eleitorais, conformou, com o passar dos anos, um cenário de progressiva deterioração da capacidade de os governos chavistas implementarem grande parte de seus projetos, tendo em vista a necessidade de atentarem aos exercícios de confrontação e concertação política necessários à estabilização do cotidiano do país. Conjugados com as flutuações econômicas às quais a pouco diversificada e petróleo-dependente economia venezuelana, os elementos da crise política evoluíram para um quadro de interminável desgaste das instituições públicas. Para além dos conflitos internos, a política externa desenvolvida por Hugo Chávez criou uma série de atritos bilaterais, especialmente com a vizinha Colômbia e com os Estados Unidos da América. A latente e permanente disputa com a Guiana pela região de Essequibo também foi evocada por diversas vezes. Os contornos geopolíticos dos rumos das disputas ecoam sobre o conflito interno, com a desestabilização política e econômica sendo, de certa forma, também impulsionada por intromissões estrangeiras nos assuntos venezuelanos.

Com a piora do estado de saúde de Hugo Chávez, Nicolás Maduro tomou posse em janeiro de 2013, herdando o legado chavista à frente da República Bolivariana da Venezuela. Em novas eleições, realizadas em abril de 2013, Maduro derrotou Henrique Capriles, principal candidato da oposição, que não aceitou o resultado e exigiu recontagem dos votos, que acabou atestando a vitória de Maduro. Não satisfeito, Capriles pediu a anulação das eleições junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da OEA, gerando reações do governo venezuelano, como o anúncio de seu desligamento da CIDH, acusada de ser um instrumento do imperialismo estadunidense (MARTINS, 2018). Em 2015, as eleições parlamentares retirariam dos chavistas sua maioria na Assembleia Nacional, o que decorreria no avanço das tentativas de obstrução das políticas do governo por parte da oposição, resultando na utilização, por parte de Maduro, do Poder Judiciário para fragilizar as movimentações do bloco opositor no âmbito parlamentar. Esta crise institucional sem precedentes corroborou à caótica conjuntura da Venezuela, que desde 2014 tem visto aumentar considerável as emigrações de seu país, fruto principalmente da crise econômica, dificilmente capaz de ser resolvida sem um anterior equacionamento dos graves problemas políticos do país, que envolvem desde acusações por parte do governo acerca de atividades de sabotagem econômica desenvolvidas pela oposição até confrontos entre grupos opositores nas ruas, o que não por acaso estimulou medidas como a prisão do líder opositor Leopoldo López, em 2014.

Com o afastamento e posterior falecimento de Chávez, a coalizão política chavista foi ainda mais debilitada, o que fomentou a radicalização das movimentações da oposição. A dramatização do conflito uniu-se à debilidade econômica apresentada pela Venezuela frente às baixas no preço internacional do petróleo (Figura 1). A disparada da espiral inflacionária, do desemprego e do desabastecimento de produtos básicos minou os fundamentos da já escassa estabilidade política existente no país até então. Previsões do FMI estimam um aumento de 1.800.000% na taxa de inflação venezuelana dos pró-

ximos anos, além da ampliação da queda da taxa de crescimento, que já havia sido de 14% negativa em 2017 (EL PAÍS, 2018).

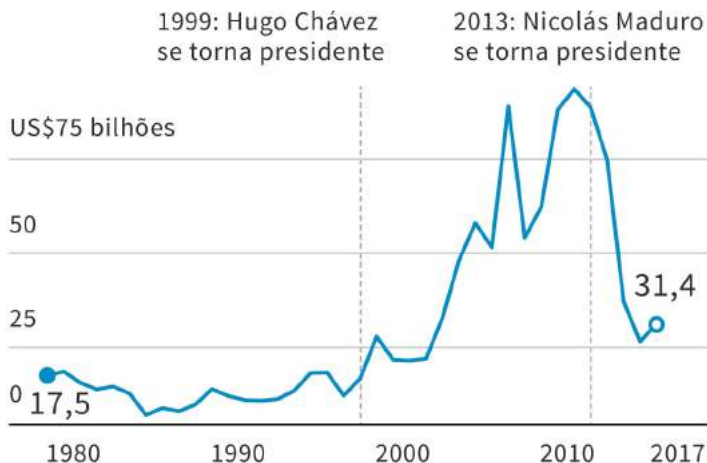


Figura 1 – Dados da OPEP acerca do valor das exportações de petróleo venezuelano. Fonte: *Gazeta do Povo* (28 jan. 2019).

Em maio de 2017 foi iniciada nova etapa da crise, após Nicolás Maduro convocar uma Assembleia Constituinte. A oposição entendeu a medida como uma manobra dos chavistas para ampliar o poder do Executivo, governista, sobre o Legislativo, com hegemonia oposicionista, passando a denunciá-la enquanto uma espécie de golpe de Estado. O processo eleitoral para escolha dos constituintes foi executado, ainda que sob contestação, com uma taxa de comparecimento acima dos 40%. Tempos depois, as eleições presidenciais de 2018 foram antecipadas para o mês de maio, decorrendo na reeleição de Nicolás Maduro e acirrando as contestações da oposição, que em parte boicotou o processo eleitoral. Não reconhecendo o resultado eleitoral, Juan Guaidó, presidente da Assembleia Nacional, se autodeclarou novo presidente e exigiu a realização de novas eleições. Desde então, Estados Unidos da América, Brasil, Colômbia, Argentina e outros países – inclusive a maioria dos sul-americanos – reconheceram Guaidó enquanto presidente, ao mesmo tempo em que potências como Rússia e China mantiveram o reconhecimento ao governo Maduro, garantindo apoio político e até mesmo militar ao mesmo.

O recrudescimento dos conflitos políticos e sociais ocorre, portanto, num ambiente carregado pela onipresente possibilidade de evolução do quadro para o de uma guerra civil, ou até mesmo de uma intervenção estrangeira, tendo em vista os interesses geopolíticos de grandes potências envolvidos. O fato de os chavistas manterem sua capacidade de lograr vitórias eleitorais, não respaldadas integralmente pela oposição, e, ao mesmo tempo, possuírem fortes vínculos com as Forças Armadas do país induz a resolução do conflito para dois caminhos distintos: o de violentos confrontos por fora da institucionalidade, podendo acarretar um golpe de Estado e conseqüente uma Guerra Civil, ou de uma concertação política entre as partes conflitantes, reestabelecendo a estabilidade

política do país para permitir a execução de medidas em prol da retomada do crescimento econômico, necessário para sanar o desemprego, a inflação, o desabastecimento e a o espraiamento da violência urbana e rural, elementos hoje responsáveis por aumentar consideravelmente o fluxo migratório de venezuelanos para outras localidades.

O Aumento do Fluxo Migratório Venezuelano: Reflexos para o Brasil

O aumento da imigração venezuelana para países vizinhos tem sido constante, principalmente desde o ano de 2014, frente ao acirramento do contexto de crise interna do país. Relatório formulado pela ACNUR sobre a situação na Venezuela (2018), estima em cerca de 1,5 milhão o número total de venezuelanos imigrantes, destacando o aumento em 2.000% das solicitações de asilo por parte dos venezuelanos desde 2014. Se em 2014 foram realizadas 4.040 solicitações de asilo, em 2017 este número chegou a 94.284, totalizando mais de 140 mil solicitações entre 2014 e 2017. Em meados de 2018, o número médio de chegadas de imigrantes venezuelanos em países vizinhos atingiu a cifra de 5.000 por dia. Estudo da Organização Internacional para as Migrações (OIM) apontou que o número de venezuelanos vivendo no exterior aumentou de 697.526, em 2015, para 1.622.109, em 2017, comprovando que os conflitos em curso têm significativa tendência a gerar um significativo incremento dos fluxos migratório (Figura 2).

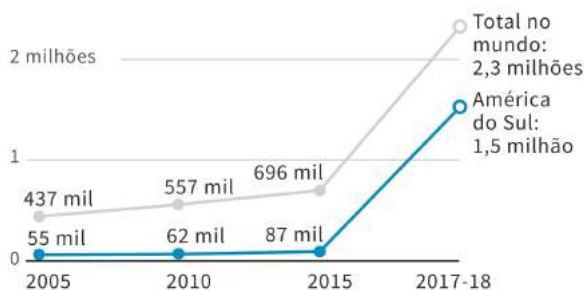


Figura 2 – Dados da OIM acerca do número de venezuelanos morando fora do país.

Fonte: *Gazeta do Povo* (28 jan. 2019)

Vale lembrar que estimativas apontam a residência de cerca de 3 milhões de colombianos no território venezuelano, tendo em vista que por anos o fluxo migratório se realizou no sentido Colômbia-Venezuela, fruto, em grande parte, dos efeitos da Guerra Civil colombiana, bem como das políticas de recebimento de imigrantes executadas pelo governo venezuelano. A recente inversão do fluxo migratório direcionou considerável contingente de venezuelanos para o território colombiano, onde se prognostica a presença de cerca de 600.000 venezuelanos, dos quais grande parte acessou o país após o ano de 2014.

Os deslocamentos por via terrestre tendem, na maioria das vezes, a direcionar seus fluxos para as chamadas *fronteiras vivas*, no caso venezuelano concentradas na sua faixa divisória com a Colômbia. Apesar de possuir extensas fronteiras com o Brasil e a Guiana, notáveis são os efeitos mitigadores dos processos migratórios gerados pela pouca vivificação

e pelo difícil acesso às suas respectivas zonas fronteiriças. Por outro lado, ao mesmo tempo em que estas condições regionais de relativo isolamento reduzem o fluxo migratório, também limitam a capacidade destas sociedades, alheias aos centros dinâmicos da economia brasileira, garantirem uma integração não traumática aos imigrantes provenientes deste reduzido, mas relativamente grande, número de estrangeiros que têm acessado estas regiões.

Como bem ressaltou Vaz (2017), o território de Curaçao, possessão holandesa no Mar do Caribe, tem demonstrado preocupação com o aumento do fluxo migratório venezuelano, tendo em vista sua proximidade geográfica com a zona costeira da Venezuela. Da mesma forma, o fato de que cerca de 3 milhões de venezuelanos detêm direitos à cidadania espanhola, 1 milhão à italiana e outros 400 mil à portuguesa faz com que estes países europeus, junto à Holanda, percebam possíveis implicações do aumento dos fluxos migratórios para seus respectivos territórios (VAZ, 2017).

No Brasil, a ACNUR estima que em 2018 o número de venezuelanos cruzando a fronteira brasileira por dia chegou a 800. Até fevereiro de 2018, 24.818 pedidos de asilo haviam sido registrados. Segundo dados da Polícia Federal brasileira, é provável que mais de 70 mil tenham entrado e permanecido no país desde 2016. Apenas em Boa Vista, capital roraimense, vivem cerca de 40.000 venezuelanos, perfazendo 10% da população total da cidade (ACNUR, 2018). Interessante notar que desde os anos 1970 até poucos anos atrás, a maior parte do fluxo migratório nesta região concentrava-se na saída de brasileiros para a Venezuela, com a atual situação estabelecendo, tal qual exposto no caso colombiano, uma inversão no fluxo.

Vaz (2017) observou a existência de diferentes fatores que podem concorrer tanto para o aumento dos contingentes migratórios na região fronteira Brasil-Venezuela. Segundo o autor, três seriam os fatores potencializadores deste possível aumento: a existência do longo eixo rodoviário estabelecido pela BR 174, que conecta Manaus a Boa Vista e adentra a Venezuela, conformando conexões tanto com Miranda, capital do Estado de Bolívar, quanto com Caracas, capital nacional; a preexistência de interações políticas, econômicas e sociais, ainda que de pequena escala, na região fronteira, contribuindo para o estabelecimento da busca de oportunidades tanto no eixo Boa Vista-Pacaraima quanto em direção a Manaus; a tendência de o governo brasileiro não impor obstáculos ao fluxo migratório venezuelano.

As dificuldades encontradas pelos venezuelanos para obterem oportunidades de emprego no eixo Pacaraima-Boa Vista é patente. Muitos acabam desabrigados, desempregados e a deterioração de suas condições de vida acirram as preexistentes fragilidades sociais da região, especialmente na capital Boa Vista. As históricas dificuldades econômicas enfrentadas pelo Estado roraimense e a profunda crise econômica pela qual passa o Brasil já seriam, por si sós, suficientes para causar processos de ebulição social no território em questão, agora agravados num contexto de progressivo crescimento demográfico. Assim, proliferam-se as adesões à informalidade laboral, à execução de atividades ilícitas e as ocorrências de conflitos entre estrangeiros e parcelas minoritárias da população brasileira, refratárias aos efeitos colaterais da crescente presença destes em suas regiões.

Diante do aumento das preocupações sociais e da cobertura midiática da situação em Roraima, o Governo Federal tem empreendido esforços para buscar equacionar

eventuais distorções sociais. Em fevereiro de 2018, o presidente Michel Temer adotou a Medida Provisória 820/2018, que dispôs sobre medidas de assistência emergencial às pessoas em situações de fragilidade decorrentes do aumento do fluxo migratório. Visando fortalecer a articulação de ações integradas a serem desempenhadas pelos governos federal, estadual, distrital e municipal, a MP prognosticou a ampliação de uma série de políticas voltadas para os imigrantes mais vulneráveis, abrangendo questões como a proteção social, atenção à saúde, oferta de atividades educacionais, qualificação profissional e garantia do respeito aos direitos humanos.

Apesar destes esforços, as turbulências enfrentadas pelo Estado de Roraima estiveram longe de ser eliminadas. Em abril de 2018, o Estado de Roraima entrou com ação no STF pedindo o fechamento temporário da fronteira com a Venezuela, em ocasião na qual a então governadora Suely Campos, do Partido Progressista (PP), comunicou a incapacidade de absorver de forma sustentável tamanha quantidade de imigrantes. Nesta mesma ação, Roraima também demandou do STF o aumento das verbas repassadas pela União para a contribuição na mediação da questão migratória. Em seguida, o presidente Temer afirmou ser “incogitável” o fechamento da fronteira com a Venezuela, afirmando esperar o não acatamento do pedido pelo STF.

Ao mesmo tempo em que o Governo Federal demonstra, com ações como as da MP 820/2018, pretensão de fornecer maior amparo aos estrangeiros e exercer maior controle sobre os reflexos sociais e securitários desta atípica e sensível situação, alguns *atores não estatais*, atuantes na área, reivindicam um *afastamento relativo do Estado* à região em questão, demandando uma ação unifocal de caráter “humanitário”. Camila Asano, coordenadora da *ONG Conectas Direitos Humanos*, teceu, em entrevista realizada em fevereiro de 2018 ao sítio *Nexo Jornal* (2018), críticas à forma como o Governo Federal tem conduzido a situação. Dentre as críticas, uma em especial chama muito a atenção: a de uma suposta contradição entre a “abordagem humanitária” proposta por Temer à questão migratória e o paralelo envio de reforços das Forças Armadas brasileiras para a região. Em outra entrevista realizada pela coordenadora, para o *El País Brasil*, ela reafirma esta crítica e preocupação:

A gestão migratória é de competência federal. Espero que eles não foquem tanto nesta questão de controle de segurança, a prioridade é a questão humanitária. O importante é conseguir que esses imigrantes consigam se inserir na sociedade. (ASANO, 2018)

No entanto, como bem indicam tanto as movimentações do Governo Federal quanto as reivindicações do Estado de Roraima, se faz extremamente necessária a presença do Estado brasileiro e do conjunto de suas instituições na condução desta questão, abrangendo suas dimensões políticas, econômicas, sociais. Neste sentido, a indução de políticas públicas coordenadas nacionalmente para garantir uma saudável absorção do fenômeno migratório pela sociedade brasileira aparece como tarefa indispensável, apenas possível se executada de forma planejada pelo Governo Federal, de acordo com as realidades cotidianas das esferas estaduais e municipais. Conforme estudo realizado pela Fundação Getulio Vargas (2018), parcela significativa da população venezuelana

não indígena estabelecida no Brasil apresenta bons índices de escolaridade, com cerca de 78% possuindo nível médio completo e cerca de 32% com ensino superior completo ou até mesmo com pós-graduação. Frente aos atuais problemas enfrentados para a assimilação de parte desta força de trabalho excedente à vida econômica nacional, o mesmo estudo apresentou importantes medidas a serem asseguradas pelas políticas executadas pelo Governo Federal:

Na situação atual, entende-se que haverá a necessidade de uma força-tarefa emergencial envolvendo os órgãos responsáveis: além do Ministério da Justiça e do Itamaraty, é importante envolver a pasta do Trabalho (para articulação com as oportunidades de empregos) e a pasta da Educação (para criar um mecanismo ágil de reconhecimento das habilidades), pois, como é sabido, a revalidação de diplomas é um dos principais gargalos para a alocação satisfatória dos migrantes no mercado de trabalho. Em conjunto, poderiam ser formuladas as necessárias políticas de migração humanitária, familiar e, por demanda, laboral, bem como os respectivos programas, como exemplificam os adotados em outros países, para a atração de empreendedores, a migração familiar para trabalhadores qualificados, o portal com lista de ocupações demandadas, a linha direta com informações para viver e trabalhar no país, os incentivos para cursos de idioma, e projetos-piloto para integração de migrantes humanitários, entre outras. (FGV, 2018, p. 20)

A redução do debate sobre a questão migratória a uma falsa dicotomia entre suas esferas securitária e humanitária contribui, portanto, para dificultar o processo de integração destes imigrantes à sociedade brasileira, afinal, são as próprias Forças Armadas que têm protagonizado as principais atividades de auxílio aos imigrantes. Em março de 2018 foi iniciada a Operação Acolhida, organizada pelas Forças Armadas em parceria com os governos federal, estadual e municipal, estabelecendo medidas de assistência emergencial para acolhimento de imigrantes que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Visando respeitar as diferenças e desmistificar o preconceito, os abrigos que acolhem os indígenas das etnias Warao e Eñapa realizam um trabalho de manutenção das condições culturais, dos costumes e da preservação do idioma. São disponibilizados locais para armação de redes e áreas para a montagem de fogareiros, bem como distribuídos gêneros alimentícios para a confecção das refeições. Com 391 militares atualmente, a Força-Tarefa vem mostrando, mais uma vez, todo o potencial e a capacidade logística na construção de mais três abrigos, dois deles em Boa Vista e um em Pacaraima. Cada abrigo terá a capacidade de acolhimento de até 500 desassistidos e oferecerá a mesma infraestrutura dos existentes. Diariamente são distribuídas cerca de sete mil refeições, divididas entre café da manhã, almoço e jantar. Desde o início da Operação, foram preparadas mais de 270 mil refeições e 60 toneladas de gêneros alimentícios pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva, do Exército Brasileiro, e pelo Grupo

de Apoio de Boa Vista, da Força Aérea Brasileira. (BLOG DO EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018)

Nessa esteira, candidaturas vinculadas com o processo eleitoral de 2018 aproveitaram-se da situação de calamidade do Estado de Roraima para alavancar votos com base no discurso de repulsa à recepção dos imigrantes venezuelanos. No entanto, cabe ressaltar que esta orientação não encontra respaldo em qualquer documento oficial do governo federal ou nas diretrizes das principais instituições estatais que vêm lidando com as questões decorrentes do aumento do fluxo migratório, vide a postura assumida pelas Forças Armadas durante os trabalhos da Operação Acolhida. Ainda assim, as expressivas votações em Roraima das candidaturas do PSL ao governo do Estado e à presidência da república – de Antônio Denarium e Jair Bolsonaro, respectivamente – demonstram a conjuntural sintonia da população local com possíveis medidas mais abruptas, gerando um problema adicional para a mediação estatal do conflito, afinal, o discurso dos candidatos contrariava frontalmente a política de controle até então exercida e incitava, ainda que indiretamente, possíveis desavenças entre imigrantes e brasileiros na região. E, como demonstrado, as credenciais brasileiras de mediação do conflito vizinho passam, indubitavelmente, pela capacidade do país em conseguir interagir de forma ativa com os desafios impostos pela questão migratória.

Interesses Estratégicos do Estado Brasileiro: as Relações com a Venezuela e a Ingerência Estrangeira na Região Amazônica

Nesta seção, abordaremos as implicações da crise em questão para os *interesses estratégicos do Estado brasileiro*. Ao definirmos estes interesses, partimos da compreensão de que o sentido das relações internacionais e, conseqüentemente, das políticas exteriores de um país tende, em última instância, a ser subordinado aos interesses concretos gerados e modelados pelas necessidades do processo produtivo, que o Estado nacionalmente articula, organiza e representa. Assim, ainda que admitindo a possibilidade das relações internacionais e das políticas exteriores adquirirem certa autonomia na sua dimensão ideológica, compreende-se que os interesses concretos terminam prevalecendo, como condição de segurança, defesa ou expansão do Estado nacional, responsável pela satisfação destes interesses, pouco importando sua forma de soberania ou forma de governo (BANDEIRA, 2010).

Luis Fernandes (2000) destacou que a apreciação da validade de teorias no âmbito geral das ciências sociais há de ser remetida à evolução histórica dos fenômenos sociais que elas pretendem explicar. Bandeira (2010) corroborou esta compreensão, indicando que os fenômenos políticos resultam das transformações de tendências históricas, compreendendo que as análises políticas desprovidas da história – necessária ao conhecimento do passado, enquanto substância real do presente – constituem um exercício ineficaz, na medida em que demonstram apenas a acidentalidade dos fenômenos, e não a sua essência. Desta forma, a definição dos *interesses estratégicos do Estado brasileiro* envolvendo o tema em questão será considerada a partir do padrão histórico das relações bilaterais Brasil-Venezuela, contextualizando-o na atual conjun-

tura e no plano mais amplo da estratégia brasileira de impulsionamento da integração sul-americana.

Se no Brasil a ascensão de um governo de centro-esquerda, com a eleição de Lula, em 2002, ocorreu pela via da costura de acordos políticos envolvendo uma frente parlamentar e social ampla e heterogênea, reunindo agrupamentos com interesses conflitantes mas equacionados dentro das regras do jogo político, na Venezuela, ao contrário, o processo de ascensão do bolivarianismo chavista foi desfechado num ambiente político e social extremamente conturbado, com a eleição de Chávez, em 1998, ocorrendo após duas tentativas de golpe de Estado promovidas pelo seu grupo político, o MBR-200, seu anterior aprisionamento e o esfacelamento das estruturas de um pacto político democrático que perdurou por décadas no país. Ainda que nos primeiros anos dos governos chavistas a coalizão política que sustentava o governo fosse composta por forças sociais heterogêneas, com importantes representantes das tradicionais elites econômicas do país, após a tentativa de golpe de Estado contra o governo de Chávez, em 2002, a radicalização das reformas sociais, estatizantes e nacionalistas dos chavistas acelerou a conformação de um quadro político polarizado, contrapondo o nacionalismo-popular chavista, com forte apelo nas periferias urbanas, nos movimentos sociais de esquerda e nas Forças Armadas, a uma oposição majoritariamente dirigida pelas elites financeiras e pelas classes médias, contestatária às atribuições democráticas da constituição bolivariana.

O desenvolvimento do conflito entre os dois blocos, nas últimas duas décadas, resultou no atual cenário de imensa instabilidade política, marcado pela onipresente ameaça de guerra civil ou de intervenção estrangeira no conflito. O grau da fragilidade na capacidade de diálogo entre os antagonistas é refletido numa espécie de repetição do cenário da sociedade chilena às vésperas do golpe contra o presidente Salvador Allende, em 1973, mas com uma distinção imensamente significativa, afirmada pelo próprio Hugo Chávez: a revolução bolivariana é *pacífica, pero armada*. Tanto a inflexibilidade da oposição face às vitórias eleitorais do governo chavista, adotando de longa data estratégias subversivas visando a retomada do aparato estatal por fora das vias democráticas, quanto a retórica e práticas radicais de um governo com forte sustentação em movimentos sociais e nas Forças Armadas, contribuem, portanto, para o vislumbamento de duas saídas para o conflito em voga: seu equacionamento político, a ser concertado pelas forças sociais protagonistas dos embates em curso, ou sua radicalização, podendo acarretar uma guerra civil ou até mesmo uma intervenção estrangeira, tendo em vista os interesses geopolíticos adjacentes à questão venezuelana.

Evidentemente, o aumento da corrente migratória para o Brasil responde, de forma preponderante, aos componentes da crise econômica que assola a Venezuela, impulsionando a busca de parte de sua população por melhores oportunidades em outros países. Analisando as atuais dimensões do conflito na Venezuela, visivelmente se percebem tendências para – no caso de o governo e a oposição não estabelecerem um acordo para a resolução das controvérsias pelas vias democráticas e constitucionais – ampliarem-se as instabilidades econômicas e os consequentes processos migratórios, podendo até mesmo desembocar em um confronto armado. Desta forma, premente se faz para o Brasil conjugar esforços diplomáticos para contribuir na mediação do conflito entre governo

e oposição no território venezuelano, evitando a radicalização dos posicionamentos de ambos, único caminho capaz de frear o aumento exponencial do número de imigrantes e espantar a possibilidade de um confronto que transborde as fronteiras venezuelanas. A postura mediadora do Brasil em conflitos internos de outros países não é uma novidade para a diplomacia brasileira, que habilmente articulou, por exemplo, movimentações para evitar a acentuação dos confrontos inerentes à guerra civil colombiana, estando consciente de seus reflexos para a defesa da soberania nacional, em especial nas zonas fronteiriças ao território amazônico

Da mesma forma, a história da política exterior brasileira é recheada de inúmeros eventos nos quais, frente aos posicionamentos políticos radicais de outros países, o Brasil, de forma realista e pragmática, buscou interagir com estes e engajá-los em diálogos e arranjos de cooperação multilaterais, diluindo suas posturas isolacionistas e visando evitar eventuais deteriorações nas relações bilaterais brasileiras com qualquer dos países em questão. Caso clássico, neste sentido, foi a argumentação brasileira contrária à exclusão de Cuba da OEA, na esteira dos acontecimentos decorrentes da Revolução Cubana e da posterior Crise dos Mísseis. À época, o Brasil percebia que um isolamento hemisférico dos cubanos resultaria num previsível alinhamento destes à URSS, bem como num eventual apoio logístico à proliferação das guerrilhas urbanas e rurais de esquerda nos países latino-americanos, ação que de fato se concretizaria, em grande parte resultante do isolamento ao qual foi submetido o país caribenho. Desta forma, evitar uma exclusão da Venezuela dos arranjos regionais de cooperação e concertação política tende a colaborar nos esforços de mediação do conflito, tendo em vista que um ator engajado em compromissos multilaterais e processos estratégicos regionais tende a incrementar o cálculo político de suas ações internas, o que naturalmente inibiria parte das radicalizações políticas estéreis hoje propostas pelo governo bolivariano frente ao conflito corrente.

Ao reproduzirem aleatoriamente declarações ofensivas e degradantes acerca das políticas exercidas pelo governo Nicolás Maduro, as atuais lideranças políticas brasileiras mais estreitam do que ampliam a capacidade do Brasil contribuir para o equacionamento das questões internas deste importante vizinho, reproduzindo, de certa forma, o sectarismo da *Doutrina Betancourt*, outrora apregoada pelos venezuelanos contra os governos ditatoriais sul-americanos. Há de se perceber, neste sentido, que mais do que uma política de governo, a manutenção de um bom nível de relacionamento do Brasil com a Venezuela constitui uma política de Estado, consubstanciada em importantes concertações multilaterais, especialmente no Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e na posterior Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), na adesão da Venezuela ao Mercosul, na construção da IIRSA e da Unasul, mas também em substanciais aproximações bilaterais, demonstradas tanto pelo Compromisso de Caracas, de 1987, quanto pelas convergências políticas estabelecida entre Chávez e Fernando Henrique Cardoso na transição do século XX para o XXI e na posterior elevação da relação entre ambos os países à Aliança Estratégica, em 2005, durante visita de Lula à Caracas. Antes de qualquer ideologização das ações a serem tomadas frente ao país vizinho, devem ser levados em conta os interesses geopolíticos estratégicos do Estado brasileiro, que nas relações com a Venezuela constituem questões como

o aprofundamento do processo de integração sul-americana, a garantia da segurança energética brasileira e a manutenção da ordem social e da soberania do país nas zonas fronteiriças da região amazônica.

Além do mais, progressivamente, a crise política interna do país vizinho tem sido internacionalizada, com a ingerência de potências como Estados Unidos da América, China e Rússia em seus acontecimentos. No caso, os EUA têm favorecido sistematicamente os setores oposicionistas, desde a tentativa de golpe de Estado em 2002, passando pelo apoio informal às posteriores lideranças divergentes e, recentemente, pelo reconhecimento do governo paralelo de Juan Guaidó. Antagonicamente, a Rússia tem fornecido suporte político, econômico e militar ao governo de Nicolás Maduro, ao mesmo tempo em que os chineses procuram mediar a situação, desencorajando uma possível intervenção militar dos Estados Unidos no conflito.

Guardadas as proporções, situação semelhante se encontra na trajetória diplomática brasileira ao longo do século XX, com referência à situação da vizinha Guiana, há décadas em litígio com a Venezuela referente à posse da região de Essequibo. Em 1968, Cheddi Jagan foi eleito presidente da Guiana, representando uma ala política nacionalista e mencionando, em seus discursos, intenções de buscar parcerias para além da esfera de influência ocidental, mais especificamente com “amigos com foguetes”, em clara referência à URSS e à China (GALVÃO, 2012). Temendo o aumento da instabilidade na região e uma possível internalização da Guerra Fria no ambiente sul-americano, o Brasil optou por uma política de apaziguamento, visando inibir um confronto indireto de superpotências nas proximidades de suas fronteiras:

Havia o receio da disseminação dos ideais comunistas, da contaminação política da região, uma vez que o regime cooperativista instalado em 1979 na Guiana era de inspiração socialista e, principalmente, da atração das duas superpotências para a região, especialmente os EUA, que já incursionavam – patrocinando golpes e promovendo intervenções – pelo Caribe e América Central. Assim, a atitude de Brasil e Venezuela foi se aliar para perseguir duas políticas semelhantes: frear diplomaticamente o ímpeto intervencionista estadunidense e neutralizar a presença comunista na fronteira norte sul-americana, diante da promoção da cooperação com Georgetown. (GEHRE, 2012, p. 108)

Consequentemente, o Brasil buscou uma posição equidistante no conflito entre Venezuela e Guiana pela região de Essequibo, estabelecendo uma postura imparcial, com o ideal político de construir, simultaneamente, duas rodovias que partissem de Boa Vista até as fronteiras venezuelana e guianense, uma interligação viária que simbolicamente selaria a paz entre as nações, a partir da mediação brasileira (GALVÃO, 2012). De certa forma, a atual situação da Venezuela lembra em partes a questão da Guiana do século passado, com o adendo de que a internacionalização do conflito representaria, hoje, a internalização, para o ambiente sul-americano, daquilo que Bandeira (2014) conceituou como a *Segunda Guerra Fria*. Portanto, evidentemente, qualquer movimentação político-diplomática brasileira que não a da mediação e dissuasão de um eventual conflito aparece enquanto

flagrante obstáculo para o regular avanço de políticas de Estado há décadas construídas no âmbito de suas diretrizes de inserção regional, especialmente as de segurança e defesa.

Ademais dos esforços político-diplomáticos a serem tomados, a atuação incisiva do Estado nacional no processo de recepção dos imigrantes venezuelanos aparece enquanto condição crucial para o equacionamento de conflitos, especialmente na zona fronteiriça de Roraima, onde são agudizadas as contradições da abrupta assimilação dos imigrantes à sociedade brasileira (Figura 3). Cabe ressaltar que no Estado de Roraima se encontra a terra indígena Raposa-Serra do Sol, com polêmica demarcação homologada pelo presidente Lula¹, em 2005, exemplo patente da conjugação regional de contradições sociais com questões geopolíticas, que envolvem desde movimentos sociais locais até interesses de grandes potências militares e econômicas estrangeiras. Da mesma, passos-em-falso da diplomacia brasileira, como a assinatura da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, em 14 de setembro de 2007, aparecem, nas palavras de Darc Costa (2014), como um verdadeiro *Cavalo de Troia*, ao abrirem margem para possível alienação do território nacional, aumentando a complexidade do tema em questão.



Figura 3 – Mapa de Roraima com delimitação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol.

Fonte: *Folha de S.Paulo* (30 jan. 2018).

E não por acaso, diversas Organizações Não Governamentais, por sinal *questionavelmente não governamentais*, financiadas com dinheiro estrangeiro, atuam na região promovendo uma *despolitização politicamente calculada* de temáticas como a defesa do

meio ambiente, da demarcação de terras indígenas e, mais atualmente, do recebimento ao crescente número de imigrantes. Se no âmbito da defesa das políticas de demarcação de terras indígenas e de áreas de preservação ambiental os esforços destas organizações se concentram numa espécie de *congelamento da exploração econômica* das áreas reivindicadas, quando atuando no campo da recepção aos imigrantes desnudam seus posicionamentos políticos de formas sutis, como nas requisições pela *não ingerência das Forças Armadas* neste processo e demandando um *perfil humanitário* no trato do Estado brasileiro para com o processo de assimilação, ignorando o caráter de defesa da soberania nacional e de planificação da inserção dos imigrantes na sociedade brasileira induzido pela ação estatal. Neste caso específico, além da solicitação colidir com as atribuições constitucionais delegadas às Forças Armadas, também contrapõe importantes diretrizes do Plano de Defesa Nacional e do Livro Branco da Defesa Nacional:

A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. A garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas, entre outros fatores, pela baixa densidade demográfica e pelas longas distâncias. A vivificação das fronteiras, a proteção do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração da região. O adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras é condição relevante para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012a, p. 22)

Otimização do controle sobre atores não governamentais, especialmente na região amazônica, visando à preservação do patrimônio nacional, mediante ampla coordenação das Forças Armadas com os órgãos governamentais brasileiros responsáveis pela autorização de atuação no País desses atores, sobretudo daqueles com vinculação estrangeira. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012b, p. 332)

Não é necessária muita pesquisa em meios virtuais para que se encontrem dados acerca do financiamento internacional de várias ONGs atuantes na Amazônia brasileira. No mínimo curioso é o fato de várias destas organizações serem sustentadas pelas mesmas instituições responsáveis por municiar financeiramente ONGs que lideraram o violento processo de derrubada do presidente ucraniano Viktor Yanukovich², em 2014, num conflito com amplas repercussões geopolíticas, responsável por gerar antagonismos crescentes entre potências como os Estados Unidos da América e a Rússia. Nesse sentido, por demais pertinente é a análise do ex-Ministro da Defesa, Aldo Rebelo, acerca dos interesses em jogo nesta complexa cena onde atores transnacionais promovem atividades pretensamente altruístas em regiões ricas em minerais estratégicos e biodiversidade, ao mesmo tempo em que induzem o afastamento do Estado nacional, e de suas instituições, destas mesmas regiões:

O ambientalismo e o indigenismo de inspiração externa constituem uma forma de guerra comercial contra o Brasil, dirigida principalmente contra dois objeti-

vos: a expansão da fronteira agrícola e a ampliação da fronteira mineral do País. No primeiro caso, protege-se a agricultura deficitária e subsidiada dos países ricos; e no segundo, defende-se a estabilidade do preço dos minérios comercializados pelas companhias europeias, de vez que a prospecção do ouro, diamante e outros minérios na Amazônia poderia alterar a cotação no mercado mundial. Para os dois casos, a mesma solução: imobilizar toda a vastidão amazônica, rica em potencial agrícola e mineral, transformá-la em santuário intocável, uma espécie de *Antártida verde*, sobre a qual se estabelece uma moratória de exploração, até que os donos do mundo resolvam seu destino. (REBELO, 2010, p.,125)

Essa latente disputa de interesses na região amazônica – sutilmente mascarada através de *lobbies* políticos, acadêmicos e de uma nebulosa *sociedade civil* – realça as necessidades de atenção diante dos acontecimentos deflagrados na região, ainda mais quando envolvendo o tema em questão, decorrente de uma enorme crise política e econômica num país vizinho que possui uma reconhecida aliança estratégica com o Estado brasileiro. A conjugação da crise do país e aliado vizinho, do exponencial aumento do contingente migratório, da vulnerabilidade das fronteiras brasileiras, da reduzida capacidade do Estado de Roraima integrar os imigrantes à sua vida econômica e da evidente existência de interesses estrangeiros que se manifestam por diversas formas na região apenas reforçam o apelo para que o Brasil atente para a questão migratória com um olhar cuidadoso, percebendo sua dimensão humanitária mas, paralelamente, interagindo ativamente com seu componente político.

Ainda no governo de Michel Temer, o Brasil aderiu ao chamado Grupo de Lima, reunindo chanceleres de países americanos dispostos a buscar uma saída pacífica para a crise venezuelana. A postura do grupo tem sido de rechaço às manobras do governo de Nicolás Maduro, aprovando sanções à Venezuela e, de certa forma, alinhando-se às reivindicações da oposição local. Com a eleição do governo Bolsonaro e o recrudescimento das pressões dos Estados Unidos da América para uma possível intervenção militar na Venezuela, a expectativa é de um aumento das hostilidades nas relações Brasil-Venezuela. Ainda assim, tem sido manifestada flagrante contradição entre os setores mais ideológicos do novo governo, ilustrados por figuras como o chanceler Ernesto Araújo e membros do clã Bolsonaro, e sua respectiva ala militar, de maior pragmatismo, com nomes como o do vice-presidente Hamilton Mourão e de Augusto Heleno: enquanto os primeiros adotam uma postura patentemente ofensiva frente ao país vizinho, os segundos parecem prezar por maior alinhamento às tradições das políticas externa e de defesa do país, priorizando a resolução pacífica de conflitos e a obstrução de um eventual confronto armado, com o qual o Brasil obviamente apenas teria a perder, em termos políticos, econômicos e sociais.

Considerações Finais

Destacamos, ao longo do trabalho, as determinantes políticas responsáveis por impulsionar o fluxo migratório venezuelano nos últimos anos, bem como os efeitos da progressiva chegada de imigrantes venezuelanos ao Brasil, especialmente no vulnerável eixo Paracai-

ma-Boa Vista, em Roraima. Pensando este fenômeno em termos estratégicos e inserindo-o na perspectiva da formulação das políticas brasileiras de segurança e defesa, ressaltamos a necessidade de o Estado brasileiro abordar esta questão migratória a partir de suas múltiplas dimensões, atentando não apenas à sua evidente face humanitária, mas também às suas importantes implicações políticas, sociais e econômicas para a sociedade brasileira.

Os riscos da eclosão de uma guerra civil ou de uma intervenção estrangeira na Venezuela existem, e o onipresente fantasma dos interesses estrangeiros no território amazônico também, fatores que, se conjugados, possuem potencial para impulsionar um processo de *balcanização* da região. Sem dúvidas, auxiliar o equacionamento político do conflito interno venezuelano e garantir a predominância das orientações do Estado brasileiro e de suas instituições no processo de acolhimento aos imigrantes, especialmente no Estado de Roraima, são duas tarefas indispensáveis para a pacificação das situações aqui destacadas, e espera-se que, conscientes dos interesses nacionais historicamente instituídos, as orientações governamentais do Brasil se encaminhem neste sentido.

Referências Bibliográficas

ACNUR. *Venezuela situation: responding to the needs of people displaced from Venezuela*. Genebra: ACNUR, 2018.

ASANO, C. Com 40.000 venezuelanos em Roraima, Brasil acorda para sua “crise de refugiados”. *El País Brasil*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/16/politica/1518736071_492585.html. Acesso em: 27 jul. 2018

BANDEIRA, L. A. M. *A desordem mundial: o espectro da total dominação – guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. *A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. *Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul*. Brasília: Funag, 2010.

BRASIL. *Medida Provisória nº 820/2018*. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Brasília, 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Relatório da Comissão Especial da Câmara dos Deputados constituída para analisar a demarcação da terra indígena Raposa-Serra do Sol*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/militares-amazonia/doc_relataRCE1.pdf. Acesso em: 27. jul. 2018.

CERVO, A. L. A Venezuela e seus vizinhos. In: GUIMARÃES, S. P.; CARDIM, C. H. (orgs.). *Venezuela: visões brasileiras*. Rio de Janeiro: Funag, 2001.

Implicações da Crise Migratória Venezuelana para as Políticas Brasileiras de Segurança e Defesa

COMO O BRASIL LIDA COM A IMIGRAÇÃO VENEZUELANA. NEXO. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/02/14/Como-o-Brasil-lida-com-a-imigra%C3%A7%C3%A3o-venezuelana>. Acesso em: 27. jul. 2018.

COSTA, D. *Fundamentos para o estudo da estratégia nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

EL FMI PREVÉ QUE LOS PRECIOS SUBAN EN VENEZUELA UN 1.800.000% EN DOS AÑOS. *El País*. Disponível em: https://elpais.com/economia/2018/04/17/actualidad/1523934621_077871.html. Acesso em: 26 fev. 2019.

FGV DAPP. *Desafio migratório em Roraima: repensando a política e gestão da migração no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2018.

GALVÃO, T. G. *Uma história de parceria: as relações entre Brasil e Venezuela (1810-2012)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

HARNECKER, M. *Hugo Chávez Frías, um homem, um povo*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ÍNDIOS EM RORAIMA CRIAM GADO EM FAZENDAS “HERDADAS” DE RURALISTAS. *Folha de S.Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/01/1954274-indios-em-roraima-criam-gado-em-fazendas-herdadas-de-ruralistas.shtml>. Acesso em: 26 fev. 2018.

KORYBKO, A. *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARTINS, C. E. “Venezuela”. Em: *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/>. Acesso em: 27 jul. 2018.

MENDES, F. S. *Hugo Chávez em seu labirinto: o Movimento Bolivariano e a política na Venezuela*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Política Nacional de Defesa*. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

_____. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

NOGARA, T. S.; OLIVEIRA, T. P. “O MBR-200 e o enfrentamento prolongado ao neoliberalismo”. *REBELA – Revista Brasileira de Estudos Latino-americanos*, v. 7, p. 53-75, 2017.

OIM. Tendencias migratórias nacionales em América del Sur: República Bolivariana de Venezuela. Buenos Aires: Oficina regional de la OIM, 2018. Disponível em: http://ro-buenosaires.iom.int/sites/default/files/Informes/Tendencias_Migratorias_Nacionales_en_America_del_Sur_Venezuela.pdf. Acesso em: 27 jul. 2018.

OPERAÇÃO ACOLHIDA: A MÃO AMIGA EM RORAIMA. Blog do Exército Brasileiro. Disponível em: <http://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/operacao-acolhida-esperanca-para-venezuelanos-desassistidos-no-estado-de-roraima-1.html>. Acesso em: 26 fev. 2019.

REBELO, A. *Raposa-Serra do Sol: o índio e a questão nacional*. Brasília: Thesaurus, 2010.

RORAIMA ENTRA COM AÇÃO NO STF PARA PEDIR FECHAMENTO DA FRONTEIRA COM A VENEZUELA. *G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/roraima-anuncia-acao-no-stf-para-pedir-para-fechar-fronteira-na-venezuela.ghtml>. Acesso em: 27 jul. 2018.

TEMER DIZ QUE É “INCOGITÁVEL” FECHAR FRONTEIRA COM A VENEZUELA. *G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/temer-diz-que-e-incogitavel-fechar-fronteira-com-a-venezuela.ghtml>. Acesso em: 27 jul. 2018.

VAZ, A. C. A crise venezuelana como fator de instabilidade regional: perspectivas sobre seu transbordamento nos espaços fronteiriços. *Análise Estratégica*, v. 3, n. 3, p. 1-7, 2017.

VISENTINI, P. F. “A política externa da Venezuela frente a globalização, 1989-2001”. In: GUIMARÃES, S. P. & CARDIM, C. H. (orgs.). *Venezuela: visões brasileiras*. Rio de Janeiro: Funag, 2001.

Recebido em: 28/07/2018

Aceito em: 06/01/2019

¹ Sua demarcação em terras contíguas, baseada em laudo antropológico da FUNAI, recebeu uma série de críticas por parte das autoridades do Estado roraimense, de substancial parcela do Congresso Nacional e, especialmente, das Forças Armadas brasileiras. O Relatório da Comissão Especial da Câmara dos Deputados constituída para analisar a demarcação da terra indígena Raposa-Serra do Sol (2004) observou negligência do laudo antropológico para com as questões referentes à defesa nacional, e exigiu a retirada da demarcação das áreas cujo aproveitamento era fundamental para o bem-estar da economia do Estado de Roraima, – basicamente 10% do total da TI, com próspero desenvolvimento da rizicultura – bem como uma faixa de 15km ao longo da fronteira do Brasil com a Guiana e a Venezuela, atentando à preservação da paz social e da segurança nacional. Tanto estas reivindicações quanto a de convocação do Conselho de Defesa Nacional para apreciar a questão não foram atendidas, incluindo na TI Raposa-Serra do Sol áreas que respondiam por quase 60% da produção agrícola local e por 10,25% do PIB de Roraima, território riquíssimo em recursos naturais e minerais, incluindo reservas de diamante, molibdênio, ouro, ametista, cobre, caulim, barita, diatomito, zinco, titânio, calcário e nióbio, além de indícios de urânio e tório (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2004).

² Para maiores detalhes acerca do financiamento de ONGs envolvidas com as chamadas *revoluções coloridas*, ver Bandeira (2016) e Korybko (2018).

Webdiáspora e a Decisão de Migrar: Relatos Haitianos no Brasil

Web Diaspora and the Decision of Haitians to Immigrate: Haitian Accounts in Brazil

Otávio Cezarini Ávilaⁱ

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: O artigo foca nos usos das tecnologias de informação e comunicação (TICs) sobre a tomada de decisão de migrar realizada pelos haitianos que vieram ao Brasil, mais especificamente na cidade de Curitiba. Decorrente de uma ampla pesquisa sobre as práticas comunicativas dos haitianos, busca-se saber como as tecnologias de comunicação e informação contribuem na formação de um capital de mobilidade desses indivíduos, incorporando a teoria de Bourdieu – capital e *habitus* – à análise comunicativa estabelecida no universo da sociedade mediatizada e da globalização transnacional. Conclui-se que o caráter afetivo promovido pela circularidade informacional possibilita que se reconheçam novas formas de “ser migrante”.

Palavras-chave: Migração; TICs; Haiti; *Habitus*; Capital.

Abstract: The article focuses on the use of information and communication technologies (ICTs) in the decision of Haitians to migrate to Brazil and to the city of Curitiba in particular. Bourdieu’s concepts of capital and habitus were applied to research on the communicative practices of Haitians in which migrant’s created mobility capital in a context of mediatized society and transnational globalization. Informational circularity bestowed an affective character to Haitian social media practices giving rise to new ways of “being a migrant”.

Keywords: Migration; ICTs; Haiti; *Habitus*; Capital.

Introdução

O Brasil e o Haiti aprimoraram um laço diplomático, social e político em 2004, com a criação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah). Ligada à ONU e em parceria com o governo brasileiro, a iniciativa surgiu para tentar minimizar a crise política e social que atingia o país, que ainda perdura com as manifestações agora contra o presidente Jovenel Moise. Desde esse período, os capacetes azuis tornaram-se marca da política brasileira no Haiti, proporcionando um dos maiores fluxos migratórios entre os dois países.

ⁱ Doutorando em Comunicação e Cultura. Bolsista CAPES. ota_cez@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-6495-6226>

Se a presença da Minustah durou até outubro de 2017 – sendo substituída pela Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti (Minujusth) –, o outro “lado da moeda” ainda é duvidoso: a presença dos haitianos no Brasil, passados os anos, já não é uma certeza. Uma das possíveis explicações para a desconfiança, a partir de 2016, ano em que houve também a maior entrada desses imigrantes no país (CAVALCANTI et al., 2017), foi o aumento do desemprego quando, entre os haitianos, houve mais demitidos do que admitidos (um saldo negativo de 10.891 contratações por CTPS, segundo o Conselho Nacional de Imigração).

De toda forma, tal fluxo continua ocorrendo dentro da América do Sul por conta das mudanças econômicas e políticas dos países. O Chile é um desses casos. Milhares de haitianos mudaram-se para lá como alternativa à crise brasileira, porém, após endurecer sua política migratória, o país fez com que se desenvolvesse uma rota de retorno, que atravessa a Bolívia e chega à fronteira de Corumbá, no Mato Grosso do Sul. Ainda que seja necessário continuar acompanhando a dinâmica migratória haitiana para conferir se a migração humanitária manterá seu fôlego no Brasil do século XXI – sobretudo pela promulgação da Nova Lei de Migração, em 2017 –, o artigo tem como objetivo analisar como a construção do *capital de mobilidade*, fomentado pelas tecnologias de comunicação e informação (TICs), contribuiu para a formação da última diáspora haitiana ao Brasil, cujo cenário foi citado no início do texto.

O artigo se apresenta como recorte a um percurso já feito, cuja análise se deteve na construção das identidades migrantes fomentadas pelas práticas comunicativas dos haitianos residentes em Curitiba (*ver Nota de Agradecimento*). Como acréscimo ao percurso, situa as práticas mediadas por tecnologias como parte de um *habitus imigrante* tal como a reflexão sobre a “decisão de migrar” ao Brasil como componente de um *capital de mobilidade*. Ambas as expressões – *habitus* e *capital* – desenvolvidas na teoria da razão prática de Pierre Bourdieu, afirma Wacquant (2007), apresentam elevada capacidade em propor conceitos derivados, como estes ligados à migração.

Passando a cada parte do texto, o capítulo seguinte contextualiza a formação do *habitus imigrante* na formação identitária do Haiti contemporâneo. Analisar o fenômeno desse fluxo migratório ao Brasil requer a compreensão de um contexto mais abrangente da formação do Haiti como país de diáspora. Ou melhor, *dyaspora*, expressão da língua local que designa mais do que um deslocamento: tipifica um *capital*. Aos haitianos, o verbo “ser” parece se encontrar melhor com a palavra diáspora do que “estar” e possibilita que a análise bourdieusiana se aplique com mais ênfase. Seguidamente se discute sobre as redes construtoras do *capital de mobilidade*. As redes são os nós desencadeados pelo fluxo de mobilidade (físicos e culturais) em um mundo que transita do moderno ao pós-eletrônico. Questionadas pelas tecnologias de informação e de transporte, as fronteiras nacionais têm seu lugar ameaçado por comunidades imaginadas e suas estratégias integrativas no mundo social. Ainda neste contexto, o capítulo se aproxima à teoria de Pierre Bourdieu aplicando-a à realidade migratória e ao mundo midiaticizado noções de *habitus* e *capital*.

Finalmente, a metodologia de análise de conteúdo ganha espaço no trabalho potencializando a interpretação das entrevistas realizadas com nove haitianos residentes em Curitiba. A partir do objeto da pesquisa, “as práticas comunicativas realizadas entre imigrantes e candidatos à imigração”, o artigo responde à pergunta: “Como as tecnolo-

gias de comunicação contribuem na formação de um *capital de mobilidade* aos haitianos que migraram ao Brasil?”. Compreendendo que o *capital de mobilidade* é exercido, sobretudo, frente à sua comunidade original, as análises demonstram o lado daquele que, ao imigrar, emigra, e possibilita que o ciclo migratório continue a se desenvolver. Busca-se compreender não só a imigração concretizada e vivida no cotidiano, mas a transitoriedade (emigração-imigração) como fator de identidade individual e referencial ao deslocamento de outros pares.

As Diásporas da *Dyaspóra*

(...) o imigrante é *atopos*, sem lugar, deslocado, inclassificável. (...) Nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, o “imigrante” situa-se nesse lugar “bastardo” (...), a fronteira entre o ser e o não ser social. (BOURDIEU, P. In: SAYAD, 1998, p. 11)

A citação contribui na compreensão do ser migrante situando-o entre a esfera do outro e do eu; nem é da cultura étnica, do diferente, nem é o contrário ao outro, o próprio, o da cultura vivida e, por isso, a mais “civilizada”, como afirma criticamente Eagleton (2011). É este desafio no campo cultural que propõe Bourdieu ao situar o imigrante como um *atopos*. A fugacidade do lugar é condição enfrentada pelo imigrante em seu percurso social, em sua definição de ser caminhante, em constante ir e vir. No entanto, ao migrar, o indivíduo se ressignifica nas formas identitárias, mas se mantém ligado a um lugar materno. E é de forma concreta que isso pode ser percebido, como carregar consigo bandeiras, pela culinária e pela língua, ou ainda de formas subjetivas como datas, emoções. É o caso do Haiti, um país caracteristicamente migrante por seu histórico de lutas e invasões que acaba em confundir, muitas vezes, o desenvolvimento de seu povo à capacidade de “ser migrante”.

Ao se falar no fenômeno migratório, o Haiti tem sido constantemente invocado pelo imaginário social brasileiro da última década, porém, sua projeção diaspórica vem de antes. Segundo o antropólogo haitiano Joseph Handerson (2015), são considerados quatro os momentos da diáspora de seu país, que se inicia no processo de colonialismo, até uma última, de caráter socioambiental, já no século XXI. A pesquisa realizada por ele com compatriotas revela um sentimento de “obrigação” e “predestinação” pela mobilidade por meio de falas expressivas como “Desde que nasci, meu sonho era partir um dia” ou “Tenho de viajar um dia para *peyi etranje*”¹ (HANDERSON, 2015, p. 67). Esse sentimento, segundo o antropólogo, provém dos tempos coloniais, a busca pela libertação do país e, concomitantemente, dos povos escravizados trazidos da África. A independência, datada de 1º de janeiro de 1804, após dez anos de lutas entre escravizados e colonizadores franceses com a vitória da *Batalha de Vertieres*, tem um sentido histórico e de valorização nacional por se constituir como a primeira independência de um país por mãos de escravizados.

No entanto, o processo de independência uniu diversos interesses culminando em constante deslocamento de haitianos para países como França, República Dominicana e Estados Unidos. O fato gerou no Haiti uma cultura de mobilidade e a *marronnage* referente à fuga de colonos do trabalho escravo. Essa prática carrega ainda hoje a nomeação

de *marrons* a indivíduos que fogem do Haiti por diversos motivos, como brigas familiares, feitiçaria ou vodu, ou mesmo por questões políticas e jurídicas (HANDERSON, 2015).

A partir desse contexto é possível pensar as diásporas haitianas, que tiveram sua primeira expressão no período em que forças militares estadunidenses ocuparam o Haiti (1915-1943) e a República Dominicana (1912-1924), fazendo deste país um receptor de mão de obra daquele por conta do avanço da indústria de cana-de-açúcar. Os haitianos imigrantes laborais foram chamados de *braceros*.

A segunda diáspora, afirma Handerson (2015), está relacionada à cada vez mais constante presença estadunidense no Haiti, que tornou obrigatório o ensino do inglês e aumentou consideravelmente o número de igrejas protestantes. Somada a essa interferência cultural, responsável pelo envio dos filhos da elite haitiana aos Estados Unidos, de 1957 a 1971, o Haiti esteve sob a ditadura de François Duvalier e a proclamação do mesmo como “Presidente vitalício” reconfigurou a dinâmica migratória no país:

A autoproclamação de “Presidente vitalício” de François Duvalier em 1964 assustou os intelectuais e a classe média negra (médicos, advogados, professores) que não demoraram para ir ao exílio. Entre 1957 – o ano de ascensão de Duvalier ao poder – e 1963, 6.800 haitianos foram para os Estados Unidos com visto de imigrantes e outros 27.300 com visto temporário. Entre o ano da autoproclamação em 1964 até o ano da sua morte em 1971, os serviços de imigração estadunidense registraram 40.100 imigrantes e 100.000 não-imigrantes oriundos do Haiti. (AUDEBERT, 2012, p. 26-27)

Handerson (2015) utiliza essa informação para prosseguir na descrição de múltiplos destinos dos haitianos pelo mundo nessa segunda diáspora, especialmente para países francófonos, como o Canadá (província do Quebec), com 90 mil pessoas até 2001; países africanos como Senegal, Benin e República do Congo; Bahamas a partir de 1940, onde existem entre 40 mil e 70 mil haitianos; a Guiana Francesa, a partir de 1963, e, conseqüentemente, a França, que recebeu os primeiros haitianos somente na década de 1960, mas que na década de 1990 já contava com 20 mil imigrantes do país caribenho.

O terceiro período da diáspora haitiana está alocado na década de 1990 e relaciona-se com as conturbadas sucessões presidenciais no país, especialmente pelas três passagens do governo nacional de Jean-Bertrand Aristide, que ocupou, ao todo, oito anos no governo ao longo de 13 anos. Os sucessivos golpes espantaram os haitianos, que buscaram refúgio em países vizinhos.

A quarta diáspora, vivenciada nos últimos anos pelo povo haitiano, é a que insere o Brasil na rota, embora Handerson (2015) afirme que a mobilidade não ocorreu apenas externamente, mas mobilizou pessoas – ainda que pela primeira vez – para o interior rural do Haiti. Agravada pelo terremoto de 7,3 pontos na escala Richter que devastou a capital Porto Príncipe em 2010, a crise haitiana decorria de fatores políticos, sociais e econômicos que foram agravados com o desastre ambiental, dificultando que o país pudesse se reerguer sozinho. Dos 10 milhões de haitianos, o terremoto matou aproximadamente 300 mil, deixando mais 500 mil feridos e 3 milhões desalojados, como informa Fernandes (2015) em sua pesquisa.

É possível perceber que, até a chegada do Brasil nessa história, há uma longa trajetória, cuja relação com movimentos diaspóricos acaba por compor a identidade haitiana. Handerson (2015) levanta esse tema comentando sobre o uso da palavra “diáspora” em expressões: a “casa diáspora”, referente à identidade familiar na forma arquitetônica de residências; o “sonho em ser diáspora”, nesse “destino imigrante”; dizer que alguém “parece um diáspora” para se referir a um comportamento de maior poder aquisitivo, são exemplos dessa composição identitária que acabaram por tornar a palavra parte no vocabulário da língua oficial do país, o crioulo: *dyaspora*.

Assim, se o Brasil não se apresentou como tradicional destino histórico, as políticas da última década tornaram o fluxo constante a fim de não apenas trazer novos parâmetros para a migração haitiana, como também novas formas de recepção do Estado brasileiro, a partir do eixo migratório Sul-Sul decorrente, especialmente, do endurecimento das políticas migratórias na Europa e Estados Unidos, além de uma ativa presença internacional do Brasil nos anos anteriores.

E nesta realidade marcada pela divisão das fronteiras geográficas, a temática migratória ganha relevância quando o intercâmbio de culturas não se restringe ao território político do nacional. Se os limites dos Estados-nação mobilizam novas formas de ser “sociedade nacional”, os indivíduos, nela, não estão sujeitos apenas às dimensões político-territoriais do lugar em que vivem, mas se relacionam com “campos sociais” (BRAGA, 2006; BOURDIEU, 2001) que extrapolam esses limites atribuídos.

Hall (2006), por outro lado, afirma que a homogeneização das culturas nacionais, promovida pelos limites impostos pelos Estados-nação, produz discursos e sentidos sobre a nação construindo “comunidades imaginadas”, termo de Benedict Anderson. É evidente que “as nações modernas são, todas, híbridas culturais”, sugere o autor (2006, p. 62) e é possível perceber esse componente na formação haitiana. Observando esse ambiente, Appadurai (1997) denomina “esfera pública diaspórica” a dinâmica social proporcionada pelo desenvolvimento de novas tecnologias responsáveis pelo deslocamento dos indivíduos do mundo moderno ao pós-eletrônico, que contribuem nessa transmutação física e cultural à revelia dos processos de homogeneização da modernidade. É a partir dessa resolução teórica que passamos para a concepção das redes como resultado prático dessa “esfera pública diaspórica” e a possível construção do *capital de mobilidade*.

As Redes Construtoras do Capital de Mobilidade

Ao considerar que o estatuto do Estado-nação não é suficiente para assegurar a identidade do indivíduo, opta-se por um caminho teórico que explica como a decisão de migrar, mediada pela midiaticização da sociedade, responde a este fenômeno das identidades em trânsito. No campo da sociologia, a contribuição de Pierre Bourdieu e sua teoria da razão prática indicam dois conceitos importantes para esse texto: *habitus* e *capital*. Para Bourdieu (1996), *habitus* são estruturas incorporadas ao indivíduo que se contrapõem à noção estritamente racional de suas motivações, ao mesmo tempo em que recusam um certo estruturalismo que entrega ao indivíduo apenas passividade. Essas “disposições”, expressão que o autor compara diversas vezes com *habitus*, possibilitam que o indivíduo faça “ativamente o mundo social por meio do envolvimento de

instrumentos incorporados de construção cognitiva”, ou seja, contra o estruturalismo, ao mesmo tempo em que “contra o construtivismo, que estes instrumentos foram também eles próprios feitos pelo mundo social” (WACQUANT, 2007, p. 67).

O *habitus* não é autossuficiente, esclarecerá Wacquant (2007). Para ele, “não pode ser considerado isoladamente dos mundos sociais particulares” e, por isso, a noção pode ser vista como uma “postura de investigação” para apontar o caminho contínuo do mundo vivido pelos indivíduos (2007, p. 69), o que possibilita aproximar das realidades de deslocamento humano. Na perspectiva de Bourdieu, este *habitus* está vinculado à ideia de *capital*. Conforme sugere a palavra, *capital* é aquilo que se acumula culturalmente, socialmente, simbolicamente no sistema de significados da sociedade, e até de mobilidade, como pleiteiam Oliveira e Kulaitis (2017).

Ao proporem uma aproximação da teoria de Bourdieu ao fenômeno migratório, os autores trazem os conceitos de *habitus imigrante* e *capital de mobilidade* para explicar como “os projetos migratórios são frutos de um sistema de disposição (...) e como eles se transformam em um conjunto de propriedades específicas” (OLIVEIRA; KULAITIS, 2017, p. 15). Para eles *habitus imigrante* é:

o conjunto de disposições adquiridas que funcionam como princípio gerador de representações e práticas migratórias. Tem sua origem e formação nas experiências migratórias pessoais ou vivenciadas no interior do grupo étnico e/ou familiar. Esse tipo de *habitus* se apresenta como fonte de inspiração e como facilitador dos percursos migratórios. (idem, p. 42)

Já o *capital de mobilidade* define-se por:

(...) [ter] um papel preponderante na dinâmica social. Tal qual o *capital cultural*, trata-se de um conjunto de bens (simbólicos e materiais) que se apresenta sob a forma de conhecimentos migratórios – formalidades administrativas, procedimentos de viagens, línguas e costumes – e documentos (cartas de estadia, passaporte ou contratos de trabalho) adquiridos pelo indivíduo através de experiências próprias ou de indivíduos próximos, oriundos de seu grupo familiar ou étnico. Apresenta ainda dimensão jurídico-política quando o indivíduo adquire outras nacionalidades ou um novo *status* de cidadão. Reflete-se no aumento da capacidade individual de integração, de empregabilidade, de mobilidade e/ou de migração. Em associação com os capitais cultural, simbólico, social e econômico, tende a produzir indivíduos-mundo. (idem, p. 42)

É necessário considerar que suas derivações [do capital] se interpelam. Assim, o *capital de mobilidade* pode relacionar-se com o *capital simbólico*, por exemplo, quando a reputação construída por familiares emigrados contribui para o deslocamento de um haitiano ao país de destino e diversos outros fatores que extrapolam, inclusive, os campos sociais, tendendo à produção de indivíduos-mundo, como ressaltado na citação anterior.

Essa experiência migratória que vem da família ou da comunidade é fomentada pela presença das tecnologias de comunicação e informação (TICs), que propulsionam

junto a outras mídias tradicionais as “conversas sociais” (BRAGA, 2016; 2012) e desempenham função socializante ao *habitus migrante*. Esta experiência e esquemas de ação decorrentes, ditas em Oliveira e Kulaitis (2017), transformam-se em *capital de mobilidade*. E os pesquisadores concluem:

O que aparentemente foi uma consequência da relação entre fatores de expulsão (precárias condições de vida) e fatores de atração (concessão de visto humanitário) pode ser visto como um ajuste fino entre as disposições duradouras do *habitus migrante* e o contexto migratório. (idem, p. 43)

Da mesma forma que o *capital de mobilidade* vai sendo incorporado ao *habitus migrante*, o artigo apresenta como acréscimo a esta definição de capital o conceito de webdiáspora, como uma espécie de estratégia/uso do *capital informacional*, definido como uma “reapropriação das TICs pelos imigrantes e seus usos sociais e subjetivos dela decorrentes” (ELHAJJI; ESCUDERO, 2015, p. 14), ao mesmo tempo que conseguem “tecer e reforçar suas redes sociais, econômicas, políticas e culturas transnacionais” (Idem). Embora o artigo restrinja o *capital informacional* ao universo da reapropriação de tecnologias de comunicação e informação, compreende-se a amplitude do termo ao abarcar a composição das mídias tradicionais na participação das “conversas sociais” (BRAGA, 2006; 2012) e as próprias interações comunicativas de migrantes em um processo social contínuo de organização identitária, tratadas como objeto comunicacional em pesquisa anterior (ÁVILA, 2016).

Se a reapropriação das TICs permite tecer e reforçar as diversas redes que compõem a vida social do imigrante nesse movimento webdiaspórico, compreende-se que isso afeta decisivamente a construção de um *capital informacional* e, por conseguinte, em um *capital de mobilidade*. Além da já conhecida apropriação que a internet faz do termo “redes sociais”, elas podem abarcar todas as interações de indivíduos ou grupos em suas relações cotidianas, as quais surgem a partir de demandas das subjetividades e da identidade particular. É considerada rede social todo impulso que indivíduos ou grupos dão em torno de interesses coletivos, conglomerando pessoas para fins comuns, como é o caso de movimentos e comunidades (AGUIAR, 2006, p. 14). Afirma Sônia Aguiar:

Embora o crescimento e a extensão das redes sociais nos últimos dez anos possam ser atribuídos, de forma significativa, à disseminação da Internet comercial, a abordagem aqui proposta leva em conta também os “elos invisíveis” através dos quais circulam informação e conhecimento, permitindo a expansão da rede para além dos meios digitalizados, das instituições legitimadas e dos detentores de poder. Esse tipo de abordagem é fundamental em contextos de alto grau de infoexclusão (...) (AGUIAR, 2006, p. 16).

Sônia Aguiar (2006) critica a concepção que todo nó interconectado seja uma rede, como uma ferrovia que leva uma pessoa de um ponto a outro, de um local a outro, mas que em sua forma completa é global, como defende Latour (2013). Para Aguiar, na verdade, mais do que estar em rede, é estar em rede para enfrentar algo. Nesse sentido, o prin-

cial enfrentamento ao qual os haitianos estão envolvidos é a adversidade em relação ao seu país, decorrente de distintos episódios que culminaram em diásporas, tendo como último caso a junção de instabilidades políticas e desastres naturais. De toda forma, é a temática do trabalho fator decisivo para que indivíduos se desloquem. Sobre a relação imigração-trabalho, Sayad (2000) afirma:

Afinal, o que é um imigrante? Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase um pleonasmo), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração) na imigração, mesmo se é chamado para trabalhar (como imigrante) durante toda sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer como imigrante, continua sendo tratado como um trabalhador definido e provisório (...). Afinal, um imigrante só tem razão de ser no modo provisório e com a condição de que se conforme ao que se espera dele; ele só está aqui e só tem uma razão de ser para o trabalho e no trabalho, porque se precisa dele (...) e lá onde se precisa dele. (SAYAD, 2000, p. 54-55)

Embora nesse artigo a teoria econômica dos estudos migratórios seja minimizada pelas teorias dos sistemas migratórios e redes², entende-se a categoria “trabalho” vertente principal dos deslocamentos humanos que possibilitam, inclusive, a aproximação das representações sobre “imigrante” e “trabalhador”, como afirma o autor. Embora a maioria dos imigrantes esteja em busca de trabalho ou melhores condições de vida, outros tantos se encaminham para estudos ou mesmo pelo impulso cultural como motivação, mas é notório que em países cujas situações se aproximam ao refúgio – como no caso do Haiti – o deslocamento por pura opção se torna menos realista e mesmo a justificativa de se deslocar para estudos alinha-se à lógica do trabalho, se pensada a longo prazo.

Considerando a dinâmica do trabalho como motivadora dessa construção de redes, a partir da construção do *habitus imigrante* e sua relação com as TICs que a posterior análise se situa.

Metodologia de Pesquisa e Análise das Entrevistas

Compete justificar o componente metodológico assumindo, primeiramente, que há um recorte em relação à pesquisa inicial a qual utilizou como objeto os processos comunicativos realizados pelos imigrantes haitianos residentes em Curitiba. Embora o *locus* continue sendo a capital paranaense, este artigo busca analisar como objeto as interações entre haitianos imigrantes e os candidatos à imigração, além de eliminar, nesse momento, a presença das organizações de apoio da cidade na contribuição às reconstruções identitárias dos imigrantes.

A partir da aplicação de parâmetros analíticos ligados à Hermenêutica de Profundidade (HP), de John Thompson, que em seu livro *Ideologia e Cultura Moderna* (2011) sugere como objeto toda “construção simbólica significativa, que exige interpretação” (p. 355, 2011), essas formas simbólicas, que podem ser textos, falas ou ações, são cons-

truídas sobre distintos contextos sociais e históricos e podem ser inter-relacionadas com outros métodos de forma a reivindicar destacada capacidade interpretativa.

O enfoque interpretativo atravessa outros métodos, como a análise de conteúdo. Este momento, chamado de análise formal (a única a ser materializada no artigo) pela HP, procede à análise da *doxa* (conceito de Bourdieu ligado à análise do cotidiano) e à análise sócio-histórica, todas precedendo a interpretação/reinterpretação ou o que Laurence Bardin (1988) chama de Inferências na análise de conteúdo.

Para fins práticos, embora realizada de forma completa em sua produção original, a HP não será utilizada neste artigo porque demandaria um espaço inviável, já realizado na pesquisa anterior mencionada. Citamos outro trabalho sobre esta escolha metodológica: “A realização de algumas das análises, sem completar o ciclo da HP, gera uma visão parcial e potencialmente equivocada, além de não respeitar o método, o que ocasiona perda de tempo e de eficiência” (REINO; NAZARIO; MANFREDINI, 2016). Considerando essa limitação, substituímos a HP pela análise de conteúdo que, oportunamente, é encontrada na metodologia de Thompson e nomeada de análise formal. Embora a análise que virá não seja um recorte da realizada na HP original, é possível estabelecer um diálogo entre elas e seu *corpus* teórico.

As escolhas dos entrevistados seguiram características gerais dos imigrantes haitianos no Brasil (gênero, religião, idade, formação, profissão), além de serem pessoas que mantinham relações com organizações sociais da cidade pela possibilidade de acompanhamento a longo prazo. Na pesquisa que deu origem a este artigo (ÁVILA, 2016) foram escolhidas quatro categorias: práticas comunicativas mediadas por tecnologias; manifestações culturais; trabalho; e organizações de apoio. Neste artigo, explorou-se o trabalho, especialmente no que concerne aos “motivos da vinda” (identificando que é justamente essa categoria o principal motivo da imigração ao Brasil) e as práticas comunicativas ligadas ao mesmo “motivos da vinda”. Esse ponto de encontro (motivos da vinda) entre as categorias manifesta nosso interesse pela vinculação ao *habitus migrante* e *capital de mobilidade*, que serão elucidados durante a análise.

O *corpus* da pesquisa está atrelado ao perfil de haitianos que imigraram ao Brasil. Ao todo, foram realizadas 13 entrevistas semiestruturadas, sendo 11 delas com haitianos (dois deles representando organizações de apoio, ignorados neste artigo) e duas com brasileiras, também representantes de organizações de apoio. Da parte dos entrevistados haitianos que são considerados neste trabalho, nove entrevistados, apenas uma pessoa não pertencia à faixa etária dos 29 aos 33 anos. Cabe considerar que, segundo pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e de outras instituições, como o próprio Governo Federal (FERNANDES; CASTRO, 2014), a faixa etária média dos haitianos que vêm ao Brasil varia entre 25 e 34 anos, apesar de o universo contemplar de crianças a idosos (ÁVILA, 2016).

Quanto ao sexo, a pesquisa se dividiu: dos nove haitianos entrevistados, seis eram homens e três eram mulheres, mas a escolha foi feita estrategicamente, respeitando a média de 20% de imigrantes mulheres haitianas até a referida pesquisa (FERNANDES; CASTRO, 2014). Em relação ao estado civil, apenas dois entrevistados afirmaram ser casados, sendo um homem e uma mulher. Além desses, outros dois homens afirmaram ter filhos. Se os casados estão com a sua família completa no Brasil, ambos os homens solteiros

têm seus filhos morando no Haiti (ÁVILA, 2016). Um dos pontos mais questionáveis demograficamente é o da religião. Dos nove entrevistados, oito afirmaram ser protestantes/evangélicos e um disse não ter religião. Dados sobre o Haiti ainda afirmam que o catolicismo é a principal religião do país, seguido do protestantismo e do vodu haitiano. De toda forma, a empiria realizada na Pastoral do Migrante constatou que a maioria dos migrantes haitianos em Curitiba pertence a religiões protestantes (ÁVILA, 2016). Por fim, é importante ressaltar a escolaridade e a ocupação dos haitianos em Curitiba. Destes, cinco afirmaram ter tido acesso ao ensino superior (concluindo ou não), três têm ensino médio completo e apenas um o ensino fundamental completo. É preciso deixar claro que as especificações de ensino fundamental completo e médio são traduzidas para a linguagem brasileira, mas são diferentemente concebidas no Haiti. Em relação à ocupação dos haitianos, apenas dois entrevistados afirmaram ter ocupações próximas às suas profissões de origem (vinculadas, sobretudo, à formação universitária) (ÁVILA, 2016).

Durante dois anos houve acompanhamento sistemático da comunidade haitiana em Curitiba por meio de duas organizações de apoio aos migrantes. A partir disso, foi possível realizar entrevistas em profundidade que agora foram utilizadas na apropriação das novas tecnologias, aqui chamadas de webdiáspora. Tais práticas comunicativas são parte de processos de interação atribuídas às “conversas” mediadas por dispositivos tecnológicos e que se põem em circulação social. Elas buscaram ser identificadas em uma nova “conversa” (as entrevistas), cuja especificação recai sobre os motivos da vinda desses imigrantes e como essas decisões/disposições estão atreladas à construção de um *capital de mobilidade*.

Análise das Entrevistas

A primeira parte da análise está relacionada aos “motivos da vinda” dos haitianos ao Brasil, considerando que a categoria “trabalho” seria um dos principais argumentos de migração, sobretudo pela impossibilidade de o Haiti abranger toda a mão de obra de seus cidadãos após os desastres ambientais dos últimos anos. As entrevistas confirmaram que a migração ao Brasil se deve a questões de trabalho, estudos e a um clima propício para viver. O quesito trabalho foi o mais ressaltado, influenciado pelas interações pessoais. Informações sobre a economia haitiana revelam que, entre 2005 e 2015, as remessas financeiras de fora registraram participação de 22% a 26% no PIB haitiano, o que equivale a 150% das exportações do país (UNCTAD, 2017).

É possível perceber o trabalho como componente mediador da mudança para Curitiba, somado à característica do contato interpessoal: *“Em 2013, quando eu estava lá no Haiti, queria mudar de país. Eu queria morar em um país rico, mas a oportunidade do Brasil subir, é fácil de conseguir um visto permanente. Embarquei para cá. Eu vim para cá para estudar também, trabalhar”* (Entrevistado E9, 2015).

O cara me falou e daí eu tenho um amigo aqui em Curitiba e ele me falou também. O cara que vem de fora ele quer achar um emprego rapidinho também, entendeu? Aí o cara falou: “Lá tem um lugar e você pode achar um emprego rapidinho”. Qualquer lugar que você vai lá, qual o setor que você quer trabalhar

e vai indo. O cara que está aqui falou: “Vem hoje e amanhã você já pode vir trabalhar”. (Entrevistado E6, 2015)

(...) depois do Haiti ter sido atingido pelo terremoto eu, com um primo que estava já aqui, ele conversava comigo – ele estuda Engenheiro Industrial. Ele foi estudar na República Dominicana e depois ele veio pra cá pra ver se conseguia um emprego melhor, ou pra fazer mais experiência no trabalho dele. Ele chegou aqui no Brasil e depois perguntou a mim se eu queria vir também... (Entrevistado E2, 2015)

Um pouco além dessas falas, o trabalho se mostrou como o único fator para a vinda de uma família haitiana para Curitiba: *“Chegando em Manaus, uma empresa de mina de ouro contratou meu marido para Curitiba. Daí depois me contrataram como cuidadora de idoso. Foi assim que nós viemos aqui. Através daquela empresa que foi lá em Manaus nos contratar”* (Entrevistado E5, 2015).

Ainda que as interações pessoais tenham se mostrado mais decisivas do que a oportunidade de trabalho no Brasil, é importante referendar que havia nessas pessoas um componente de esperança, de uma imagem potencializada pela mídia haitiana sobre o país, que não será analisada neste artigo. Mas o componente de esperança pode ser ratificado a partir das características favoráveis dos haitianos entrevistados (*capital cultural e social*), como uma formação técnica ou superior e um conhecimento de idiomas: *“(...) ‘você fala vários idiomas, você manja em computador, você pode vir, daí você vai ter sorte pra trabalhar aqui’ (...) Eu falo crioulo que é um dialeto de lá do Haiti, francês que é nativo, inglês, espanhol e agora português”* (Entrevistado E3, 2015).

Quanto à escolha por Curitiba, a categoria “trabalho” também aparece como um componente, como pode ser percebido pela fala do Entrevistado E5, logo acima, e por essa constatação:

Eles vêm muito por conta das Pastorais do Migrante e por conta do empresariado. Os empresários que acabam trazendo eles para o Sul, por conta da mão de obra, infelizmente, né, a mão de obra barata (...) vêm muitos ao sul, pra Santa Catarina, Rio Grande do Sul. (Entrevistado EQ3, 2015)

Desta forma, percebe-se que a vinda ao Brasil e, especialmente, para Curitiba, está relacionada a oportunidades vislumbradas frente ao conceito desta como a “melhor cidade do país”, segundo levantamento em 2015 da *Agência Austin Ratings* e pela *Revista IstoÉ*; e do Sul, como região desenvolvida nacionalmente, cuja afirmação, inclusive, é aceita em uma das falas: *“Se você pensar em Curitiba, você pode pensar em qualquer cidade do mundo. Uma cidade da França, do Quebec... não sei se você concorda comigo”* (Entrevistado E6, 2015).

Se a escolha por Curitiba está ligada a um *capital simbólico*, prestígio por ser a “melhor cidade do país”, pesquisas dos últimos anos sobre empregabilidade trazidas pelo Observatório de Migrações da UnB afirmaram que as capitais do Sul e Sudeste brasileiro demitiram mais do que contrataram estrangeiros em 2015, ano da pesquisa.

Se parte da decisão de migrar esteve relacionada ao trabalho, como podemos notar na pesquisa e nas próprias teorias sobre migrações, perguntou-se aos nove haitianos qual a principal fonte de informação que os fez migrar para o Brasil e para Curitiba. Embora a mídia tradicional fosse critério de análise e houvesse uma presunção que a propaganda do Brasil na última década fosse bastante positiva, notou-se que o componente da confiança nas informações de algum emigrado divide a força com a propaganda positiva do país de destino. Vale ressaltar uma das falas que expõe como fator para se decidir pela migração a necessidade dos vínculos afetivos como canalizadores de confiança: “(...) eu tinha um amigo aqui no Brasil, em Curitiba, que me convidou: ‘Ô, E3*, vai ter Copa do Mundo, você fala vários idiomas, você manja em computador, você pode vir, daí você vai ter sorte pra trabalhar aqui.’ Daí larguei tudo para vir aqui” (Entrevistado E3, 2015).

Interessa analisar a condição pela qual esses vínculos afetivos foram realizados a ponto de influenciar a decisão de migrar. Só é possível manter um contato permanente com tais pessoas distantes se existirem tecnologias de comunicação disponíveis e facilmente acessíveis (ÁVILA, 2016; 2018). Nesse sentido, não basta apenas o porte do instrumento tecnológico, mas o uso que se faz dele em uma relação entre o *capital informacional* (a aquisição de possibilidades a partir do uso do meio para finalidades específicas) e o *capital de mobilidade* (a aquisição de capacidades migratórias a partir da aquisição de disposições incorporadas).

A acessibilidade da internet e de suas ferramentas de conversação interpessoais ou grupais, como o *Whatsapp*, torna mais fácil o entendimento sobre a realidade do país para o qual se pretende migrar. Além do *capital informacional*, pode-se perceber que o *capital simbólico*, ou seja, o prestígio que determinados indivíduos desempenham no grupo, atua como argumentação de convencimento. O referendo de vínculos afetivos e familiares revela como a imigração, hoje, pode ser influenciada por aqueles que expõem sua opinião e contam sobre os novos espaços de ocupação, o que parece criar uma perspectiva de confiança muito mais forte do que as informações veiculadas apenas pelas mídias tradicionais (ÁVILA, 2016; 2018).

(...) depois do Haiti ter sido atingido pelo terremoto eu, com um primo que estava já aqui, conversava comigo – ele estuda para Engenheiro Industrial (...). Ele chegou aqui ao Brasil e depois perguntou a mim se queria vir também (...) Meus pais não queriam pra *mim* viajar tão longe assim, mas meu primo conversou com eles e conseguiu o aceite. (Entrevistado E2, 2015)

Se na maioria dos casos a presença de alguma pessoa conhecida contribui para a vinda do migrante ao Brasil e a Curitiba, em outros casos, o conhecimento prévio a partir das informações veiculadas nas mídias, ainda que pequeno, também colabora: “Sobre o Brasil só (*sabia*) sobre futebol. Mas uma coisa que eu *sabia* é que o Brasil produzia muito café” (Entrevistado E8, 2015). Também nessa fala, o entrevistado revela mais conhecimentos sobre o país, o que denota um aumento na capacidade de *capital de mobilidade*, aliado ao *capital informacional* (busca avançada na internet):

Eu tinha acesso à internet, lá na faculdade no Haiti, e eu pesquisei bastante. A parte mais importante pra mim é que o Brasil estava no 5º lugar das economias no mundo. Às vezes eu penso que eu sou uma vítima da propaganda do Brasil lá fora. Porque lá fora não mostram as favelas (...). Eu sei que tem miséria no Brasil, mas eu achei que era fraco e quando eu cheguei eu vi que era outra coisa. Mas fora tem turismo e a economia é muito boa. Depois vai ter a Copa do Mundo, o Brasil vai crescer mais. Eu estava pensando assim. (Entrevistado E6, 2015)

Cabe ressaltar que este entrevistado busca ascensão social no Brasil por meio de validação do diploma, algo ainda não conquistado. Embora o *capital intelectual* (conquistado com a validação dos saberes) não possa ser atribuído ao imigrante haitiano, a sua fala busca a validade cultural pela demonstração de conhecimento prévio do país, ao mesmo tempo em que o *habitus imigrante* foi apropriado pelo mesmo, visto que disposições estruturais fomentadas pela opinião pública tornaram-se um “ajuste fino” na decisão de migrar, conforme afirmam Oliveira e Kulaitis (2017).

Ao se observar a estreita relação que os dispositivos tecnológicos tiveram na decisão de migrar especialmente a partir de vínculos afetivos percebe-se que após a migração essa relação ainda se mantém, agora com remanescentes no país de origem. Todos os entrevistados afirmaram manter contato frequente com suas famílias e amigos e acabam por manter o ciclo comunicativo migratório, sendo agora eles os informantes das realidades externas à sua nação:

Agora eu sempre falo que aqui no Brasil... como tem eles que me perguntam, porque eles sabem que eu gosto muito de informação, essas coisas assim, eu sempre falo a verdade (...) eu ainda tenho um relacionamento com meu ex-colega que eu trabalhei lá no Haiti, no rádio, sempre fica uma conexão da informação. (Entrevistado E2, 2015)

Essa relação que se estabelece entre os migrantes e as mídias sociais ou mídias tecnológicas aproxima-se do que Martín-Barbero chama de “mediação comunicativa da cultura”, que amplia a atuação das mídias, de algo meramente instrumental para se converter em estrutural. Assim, podemos afirmar que:

As experiências e narrativas do imigrante se mesclam cada vez mais densamente com as dos internautas. Milhões de *desplazados* e migrantes – dentro e fora de cada país – praticam a cidade que habitam escrevendo relatos em chats ou em hipertextos da internet, pelos quais indivíduos e comunidades se comunicam com seus familiares que ficam do outro lado do mundo. E isso através da circulação de histórias e imagens que contam, são contadas, para continuar contando entre as pessoas e para serem levadas em conta por aqueles que tomam decisões sobre elas que as afetam. (MARTÍN-BARBERO, 2015, p. 27. Tradução livre.)

A contribuição de Jesús Martín-Barbero encerra essa análise que buscou aproximar a teoria de Bourdieu com as decisões de migrar mediadas pelas TICs. A continuidade desse

ciclo são os novos usos que os imigrantes dão às redes sociais como um tipo de organização. Essa organização, em pesquisa anterior, trouxe à tona a participação de instituições de apoio, aqui, foi considerada apenas pelos esforços que os imigrantes têm no universo webdiaspórico, que possibilita formação de comunidades de sentimentos (SANTOS, 2002) e contribui para a construção de repertórios de resistência (HALL, 2013) em uma sociedade composta por muitas vozes, ou o que Braga (2006) chama de “redes difusas”. Essa necessidade pela organização, aprofundada em artigo anterior (ver ÁVILA, 2018), é visitada a partir da contribuição de Boaventura de Sousa Santos e sua ideia de cosmopolitismo, como forma real da formação de uma globalização contra-hegemônica, e que permita ao migrante estender sua identidade para além da capacidade de mão de obra e se situar como ser cultural.

Conclusão

A decisão de migrar e a escolha de vir para o Brasil são influenciadas pela presença e uso das mídias. Esse intenso uso das redes sociais para aproximar haitianos que estão no Brasil e conterrâneos ainda residentes em sua terra natal não fica restrito apenas à natureza das redes como ferramentas para a manutenção de vínculos afetivos, mas seu uso acaba por modificar a forma do indivíduo migrante e, inclusive, contribui na decisão de migrar, como afirmou um dos entrevistados quando disse ter ganho a permissão de sua família para vir ao Brasil apenas porque seu primo, que já estava no país, conversou com seus pais pela internet.

A modificação da forma do “ser migrante” não se dá somente pela decisão em ser um imigrante, mas também na decisão de continuar o processo migratório já na condição de emigrado. O imigrante se faz emigrado e, na sociedade midiaticizada, ele dá continuidade ao circuito social comunicativo, ou o que chamamos aqui de *capital informacional* em constante sintonia ao *capital de mobilidade*. Essa afirmação nos permite considerá-los como aquilo que Oliveira e Kulaitis (2017) chamou de “indivíduos-mundo”.

A título de conclusão é interessante notar que a raiz bourdieusiana não exclui a presença de uma disposição dos indivíduos em tornar contínuo o circuito social das migrações. A circularidade comunicacional passa a ser parte desse *habitus imigrante* como uma estrutura incorporada ao indivíduo. E que estrutura é essa? A da sociedade midiaticizada, usufruto dos indivíduos que buscam a validação de disposições referentes a diversas formas de saber, no caso, a capacidade de mover-se.

Cabe ressaltar, por fim: a pesquisa inferiu que essas novas formas de pertencimento manifestadas por meio das novas sociabilidades não substituem a comunidade original desses imigrantes, mesmo nos casos dos que não pretendem voltar ao Haiti. Concorde-se com a ideia de que o ato migratório modifica as identidades, tornando-as multifacetadas, ao mesmo tempo em que não perdem seu centro geográfico, que também é cultural, afetivo e histórico, mesmo em casos nos quais a identidade histórica aponta para um “destino de ser migrante”, sinal, inclusive, de uma relação viva com o Haiti.

Agradecimentos

Agradeço as contribuições, em nível de orientação de pesquisa, da Dra. Myrian Del Vecchio de Lima e do Dr. Mohammed ElHajji.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, S. Redes sociais e tecnologias digitais de informação e comunicação: relatório final de pesquisa. *Relatório do Núcleo de Pesquisas, Estudos e Formação da Rede de Informações para o 3º Setor*. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisas, Estudos e Formação da Rede de Informações, 2006.

APPADURAI, A. *Modernity at large*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

AUDEBERT, C. *La diaspora haïtienne: territoires migratoires et réseaux transnationaux*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2012.

ÁVILA, O.; LIMA, M. V. Uma análise interpretativa sobre as práticas comunicacionais nas construções identitárias dos migrantes haitianos em Curitiba/PR. *Intexto*, Porto Alegre, UFRGS, v. 41, p. 152-172, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/72252/44320>. Acesso em: 14 fev. 2019.

_____. *O Haiti em Curitiba: um olhar interpretativo das práticas comunicativas dos haitianos no novo território*. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação e Comunicação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

BOURDIEU, P. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

_____. Um analista do inconsciente. In: SAYAD, A. *A imigração*. São Paulo: Edusp, 1998.

BRAGA, J. L. *A sociedade enfrenta sua mídia*. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. Circuitos versus campos sociais. In: JACKS, N. et al. (orgs). *Mediação e midiaticização*. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012.

CAVALCANTI, L. et al. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. *Relatório Anual 2017. Série Migrações*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigra-

ção. Brasília, OBMigra, 2017. Disponível em: https://laemiceppac.files.wordpress.com/2017/12/relatorio_final_pdf_crgd.pdf. Acesso em: 14 fev. 2019.

EAGLETON, T. *A ideia de cultura*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ELHAJJI, M.; ESCUDERO, C. Webdiáspora: migrações, TICs e memória coletiva. In: XXV Encontro Nacional – COMPÓS – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2015, Brasília. *Anais...* 2015. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/compos2015_autores_2759.pdf. Acesso em: 14 fev. 2019.

ESCUDEIRO, C. *Comunidades em festa: a construção e expressão das identidades sociais e culturais do imigrante nas celebrações das origens*. 247 fl. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Comunicação, Escola de Comunicação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FERNANDES, P. *Diáspora na rede: redes sociais e questões identitárias de migrantes haitianos no Brasil*. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HANDERSON, J. *Diáspora: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

MARTÍN-BARBERO, J. Desde donde pensamos la comunicación hoy? *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*, Equador, n. 128, p. 13-29, 2015. Disponível em: <https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/2545/2445>. Acesso em: 14 fev. 2019.

OLIVEIRA, M.; KULAITIS, F. Habitus imigrante e capital de mobilidade: a teoria de Pierre Bourdieu aplicada aos estudos migratórios. *Revista Mediações*, Londrina, v. 22, n. 1, Dossiê Migrações Internacionais Contemporâneas, p. 15-47, 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/29616/pdf>. Acesso: 14 fev. 2019.

REINO, L.; NAZARIO, H.; MANFREDINI, R. A hermenêutica de profundidade e suas aplicações. *Revista Linguagens*, Blumenau, v. 10, n. 2, p. 304, 2016. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/linguagens/article/view/5164/3349>. Acesso: 14 fev. 2019.

SANTOS, B. (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. *Travessia – Revista do Migrante*, São Paulo, v. 13, n. Especial, p. 7-32, 2000.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

UNCTAD. *HandBook of statistics 2017*. Geneva, 2017. Disponível em: <http://unctadstat.unctad.org/EN/Index.html>. Acesso em: 25 fev. 2018.

WACQUANT, L. Esclarecer o habitus. *Educação & Linguagem*, São Paulo, v. 10, n. 16, p. 63-71, 2007. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/126/136>. Acesso em: 14 fev. 2019.

Recebido em: 30/07/2018

Aceito em: 18/1/2019

¹ “País estrangeiro”, na língua crèole.

² Escudero (2017, p. 20) afirma que os processos migratórios costumam ser classificados em três variáveis: quantidade de pessoas deslocadas (migração em massa ou individual), o tempo de permanência do migrante (migração definitiva ou temporária), e como se deu a forma de migração (migração espontânea ou forçada). Além dessas variáveis, O’Reilly (apud ESCUDERO, 2017) identifica três correntes principais em seus estudos sobre migração: teorias econômicas; sistemas migratórios e redes; e teorias da globalização. Na pesquisa, opta-se pelos sistemas migratórios e redes por considerar o contexto social e a lógica comunicativa de “circulação”.

A Análise Urbana Sob a Perspectiva de Horácio Capel

Horácio Capel's Perspective of Urban Analysis

Denis Rodrigues Dantasⁱ

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal, Brasil

Élida Thalita Silva de Carvalhoⁱⁱ

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal, Brasil

Julia Diniz de Oliveiraⁱⁱⁱ

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal, Brasil

Resumo: O estudo da morfologia urbana possibilita interpretar a cidade a partir dos diversos elementos e dimensões que a ela estão imbricados. Nessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo apresentar as principais contribuições do geógrafo espanhol Horácio Capel para análise urbana na Geografia, tendo a morfologia urbana como ponto crucial da análise. Para tanto, utilizamos como aporte teórico os três volumes da sua obra *La Morfologia de las Ciudades* publicados originalmente em 2002, 2005 e 2013. Como resultado, o leitor encontrará uma discussão acerca da morfologia urbana e dos elementos que compõem a cidade, compreendendo como as edificações, as técnicas, a cultura e as dimensões sociais contribuem para a consolidação das formas urbanas, além de uma discussão acerca dos agentes e atores sociais que produzem e modelam o espaço urbano na contemporaneidade.

Palavras-chave: Horácio Capel; Morfologia Urbana; Agentes Urbanos.

Abstract: The study of urban morphology makes it possible to interpret cities from the various elements and dimensions that constitute them. Using this perspective, we present the main contributions of the Spanish geographer Horácio Capel for urban analysis in geography and urban morphology in particular, which are encountered in the three volumes work *La morfologia de las ciudades* and originally published in 2002, 2005 and

ⁱ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia. Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande. denis_rdantas@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-9818-5688>

ⁱⁱ Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia. Graduada em Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. elidathalita@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-6068-4801>

ⁱⁱⁱ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia. Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande. juliadiniz.oliveira@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-4259-245X>

2013. Urban morphology and the elements that make up the city are discussed in order to understand how buildings, techniques, culture and social dimensions contribute to the consolidation of urban forms and how agents and social actors produce and model urban space today.

Keywords: Horácio Capel; Urban Morphology; Urban Agents.

Introdução

Horácio Capel Saez é professor e pesquisador de Geografia Humana na Universidade de Barcelona desde 1983. Até meados dos anos 1970, realizou pesquisas relacionadas a morfologia, sistemas urbanos e percepção do espaço, incluindo produções como: *Estudios Sobre el Sistema Urbano* (1974 e 1982), *Capitalismo y Morfología Urbana em España* (publicada em 1975, com quatro edições sequenciais, além de outra versão ampliada em 1991).

Em 2008, recebeu o Prêmio *Vaultrin Lud* Internacional, um dos prêmios mais importantes atribuídos a pesquisadores da Ciência Geográfica. Atualmente, tem sido reconhecido por seus trabalhos no âmbito da Geografia Urbana, apesar de já ter se debruçado em pesquisas e produções científicas em outros campos do conhecimento, a saber: a filosofia e a historiografia. Seu currículo enriquecido pela interdisciplinaridade favoreceu a elaboração do clássico intitulado *Filosofía y Ciencia em la Geografía Contemporánea: Una Introducción a la Geografía*, publicado originalmente em 1981, cujo foco é a epistemologia e consolidação da Geografia enquanto ciência.

Em sua extensa produção científica, especialmente, nos estudos voltados para a análise urbana, destacam-se os três volumes do livro *La Morfología de las Ciudades*: o primeiro intitulado *La Morfología de las Ciudades: Sociedad, Cultura y Paisaje Urbano*; o segundo intitulado *La Morfología de las Ciudades: Aedes Facere: Técnica, Cultura y Clase Social em la Construcción de Edifícios*; e o terceiro intitulado de *La Morfología de las Ciudades: Agentes Urbanos y Mercado Inmobiliario*, publicados em 2002, 2005 e 2013, respectivamente. Destacam-se também as obras *La Cosmópolis y la Ciudad*, publicada em 2003, e *Los Ferro-carriles em la Ciudad – Redes Técnicas y Configuración del Espacio Urbano*, publicada em 2011.

Nas pesquisas na área da Geografia Urbana, Capel apresenta a importância de analisar a cidade, sem se limitar a sua estrutura física, mas a partir dos seus elementos, dos processos de transformações e de relações sociais, os quais são aspectos constituintes da morfologia urbana. Capel (2002, p. 20) afirma que “la morfología urbana, el espacio construído, refleja la organización económica, la organización social, las estructuras políticas, los objetos de los grupos sociales dominantes”. Desse modo, a construção física da cidade está propícia ao recebimento de uma dinâmica própria, condicionada por fatores econômicos, sociais, políticos e culturais. É nesse espaço urbano que se relacionam os elementos básicos (os planos, as edificações, os usos do solo), configurando-se no tecido urbano como mecanismos capazes de modelar suas estruturas.

Assim, ainda que a forma urbana possa se apresentar de diferentes maneiras nos estudos morfológicos (sejam na forma de estudos historicistas, arquitetônicos, sociológicos

etc.), descrevemos, neste artigo, alguns elementos fundamentais da análise morfológica, tendo em vista a Geografia como área norteadora, uma vez que ela é uma ciência que estuda a organização espacial e nos permite direcionamentos para a compreensão de toda estrutura urbana, considerando, por exemplo, os diferentes contextos culturais na apreensão das variadas paisagens.

Dessa forma, não enxergamos a morfologia urbana com uma visão restrita e limitada à descrição de formas. Como assevera Capel (2002), esse tipo de estudo serve, singularmente, como ponto de partida e como ponto de chegada para a compreensão da dinâmica urbana. Nesse caso, faz-se necessário considerar a formação dos *eventos* no desenvolvimento desta análise, os quais são caracterizados pelo autor como estudo da morfogênese (desenvolvimento da sua forma), sendo impossível não considerar tal aspecto para compreensão da configuração atual do espaço que se pretende estudar.

Isto posto, o presente artigo tem como fundamento teórico os três volumes do livro *La Morfología de las Ciudades* de Horácio Capel. Seguindo essa divisão em volumes, organizamos este artigo em três seções, além da introdução. Na primeira seção, realizamos uma discussão acerca da morfologia urbana e dos elementos que compõem a cidade. Na segunda seção, discutimos como a técnica, a cultura e as dimensões sociais contribuem para a consolidação das formas urbanas. Por fim, na terceira seção, identificamos e discutimos sobre a atuação dos diferentes agentes e atores sociais que produzem e modelam o espaço urbano na contemporaneidade. Assim, ressaltamos que apesar do trabalho crítico do geógrafo Horácio Capel ter sido realizado no contexto turbulento da Europa e do mundo durante a década de 1970, na contemporaneidade os seus apontamentos ainda são importantes para o estudo da Geografia Urbana.

A Morfologia Urbana e os Elementos da Cidade

A cidade e a sua produção tem sido objeto de pesquisa de diversas ciências, na qual cada área do conhecimento utiliza métodos e procedimentos metodológicos específicos. Entre essas diferentes abordagens tem-se a análise da cidade a partir do estudo da morfologia urbana. Neste enfoque, para compreender as transformações que permeiam o espaço urbano, é necessário contextualizar as suas relações para além das representações das formas urbanas na paisagem.

Assim, entre os diversos pesquisadores e estudiosos do espaço urbano optamos por utilizar, principalmente, a contribuição teórica de Horácio Capel. Além desse autor, trataremos outras referências que também contribuíram para o estudo da morfologia urbana e, conseqüentemente, o entendimento da análise urbana.

Para o estudo da morfologia urbana, observamos que Capel (2002) destaca alguns elementos, dos quais podemos sublinhar a paisagem. Sob muitos aspectos a paisagem torna-se espelho da forma urbana (das edificações, da existência ou não de vegetação, das praças e áreas de lazer, do parcelamento do solo etc.), evidenciando as suas inter-relações. Para esse autor, a leitura crítica da realidade deve estar assentada de forma direta nos aspectos da renovação da Geografia, sendo necessário considerar diversos agentes, processos e articulações.

Portanto, considerar a paisagem como um elemento de análise, possibilita, *a priori*, interligar distintas relações que se cristalizam em nossa sociedade, principalmente quando observamos na paisagem a relação homem *versus* natureza. Partindo dessa concepção, o estudo da paisagem implica na compreensão das relações do empírico com a maneira em que este, traduzido nas formas espaciais, é apreendido pelo homem, ganhando, assim, uma significação. Segundo Capel (2002, p. 20), “el paisaje urbano constituye una herencia cultural de gran valor”, expressando ações e relações que proporcionam uma investigação sobre a cidade.

Corroborando com isso, Spósito (2004) também busca definir a morfologia urbana para além das aparências da forma, assim a autora afirma que:

o conceito de morfologia urbana não se referiria a uma dada forma urbana (extensão e volume), tal como ela se apresenta configurada espacialmente, mas ao processo de sua gênese e desenvolvimento, segundo os quais podemos explicar essa morfologia e não apenas descrevê-la ou representá-la gráfica ou cartograficamente. Aceitando-se essa perspectiva, a morfologia urbana refere-se não apenas à forma, mas também aos conteúdos que orientam essa forma e são por ela redefinidos continuamente. (SPOSITO, 2004, p. 66)

Para essa autora, realizar uma análise da cidade tomando como referência a sua morfologia, é ir além das aparências ou da mera descrição. Para tanto, torna-se indispensável analisar as dinâmicas e os processos que resultam na atual configuração das formas espaciais da cidade.

Sob este prisma, Lamas (2011) ressalta a importância em analisar a produção da cidade a partir das relações existentes no conjunto urbano que contribuem para definir as áreas. Portanto, o estudo da forma urbana deverá considerar pelo menos três aspectos fundamentais: a) a produção da forma com base em seus aspectos exteriores; b) a divisão do meio urbano em partes e a articulação dessas entre si; e c) os diferentes níveis de produção do espaço urbano. Esses três aspectos correspondem à composição urbana, a qual o autor nomeia como desenho urbano.

Esse desenho urbano é representado também pela paisagem, de forma que a observação desta não se restringe ao que é visível. Carlos (2008) afirma que

a análise da paisagem urbana faz-nos atentar para o fato de que não estamos descrevendo ou montando um quadro, e sim elaborando uma construção cujo objetivo é entender o modo pelo qual ela se produz (...) a partir de relações reais. (2008, p. 44)

Em outras palavras, é crucial compreender os elementos que foram resultantes na sua configuração, como as temporalidades, necessidades, interesses, e os responsáveis pelos processos que a constitui. Contudo, diversas fontes podem ser utilizadas para o estudo da morfologia urbana e auxiliar na leitura da paisagem, como, por exemplo, o uso de imagens de satélite, análise de mapas, fotografias aéreas, leis e normas urbanas e arquivos de propriedade.

Pela paisagem, podemos identificar as características culturais de um país, de uma cidade, ou de um bairro, tendo em vista sua capacidade de expressar as diferentes configurações de usos do espaço. Desse modo:

as diferenças nesses casos têm a ver com diversas características culturais, como as formas religiosas e as normas sobre o culto, que supõem diferenças na configuração dos espaços sagrados (mesquitas muçulmanas, igrejas cristãs, templos budistas etc.) e seu uso; ou as formas de uso das ruas e espaços públicos em geral, com detalhes importantes na diferenciação do público e do privado. (CAPEL, 2002, p. 68. Tradução livre.)

Há uma necessidade de considerar, na análise da morfologia urbana, a relação entre os elementos básicos que configuram o tecido urbano, bem como os processos que transformam suas estruturas, de modo que, além das dimensões culturais, devem ser consideradas as dimensões econômicas e sociais. Nesse sentido, a existência de uma ampla e diversificada quantidade de elementos compostos na forma urbana podem possibilitar a identificação de diferenças de renda entre indivíduos e entre grupos sociais, constituindo características morfológicas diferenciadas e divididas em setores ricos e pobres nas cidades.

As diferenças espaciais existentes nas cidades, condicionadas, principalmente, pelo desenvolvimento econômico. Essas diferenças são capazes de refletir desigualdades que podem ser expressas na aparência de bairros ou áreas fragmentadas, ocasionando contrastes e divisões sociais, ao ter por um lado, “los paisajes de pobreza (barrio de barracas, favelas, bidonvilles, centro históricos degradados)”, e por outro, “los paisajes de la riqueza (barrio burgueses, áreas de chalets unifamiliares com jardín, country clubs, barrios cerrados, etc.)” (CAPEL, 2002, p. 69).

Por meio da análise da paisagem também é possível apreender a organização econômica do espaço, e, dessa forma, definir um panorama geral sobre qual setor está se reportando. Por exemplo, ao referir-se à paisagem da indústria, paisagem comercial, paisagem do ócio, paisagem dos transportes e/ou das telecomunicações, remete-nos à ideia de espaços constituídos a partir de usos do solo, que possibilitam definir aquele local de acordo com determinado setor econômico e/ou social.

Assim, os usos do solo e as (re)configurações de seus arranjos vão interferir de maneira decisiva na morfologia urbana por meio das atividades que são desenvolvidas em determinados locais. Como ressalta Capel (2002), durante o século XX, foram elaborados diversos mapas representando os diferentes usos dos solos. Em um primeiro instante, elaboraram-se mapas que representavam unidades residenciais e as atividades econômicas que distinguia os usos residenciais, industriais, comerciais, entre outros, e que apresentavam as suas funções segundo o setor correspondente.

Após a Segunda Guerra Mundial, o uso do solo passou a ser alvo de diversos agentes sociais. Um exemplo foi o crescimento significativo da população instalada nas proximidades das indústrias, decorrente do aumento da busca por oportunidades de emprego. Isso, por sua vez, modificou as dinâmicas desses lugares, ocasionando aumento da demanda por transportes públicos e valorização do solo. Portanto, neste cenário, os pa-

drões de distribuição da utilização do solo foram influenciados pelo sistema econômico e social (CAPEL, 2002).

O crescimento proporcionado pelas mudanças técnicas e econômicas produziu uma expansão do tecido urbano com dimensionamento mundial. Tal expansão acarretou transformações significativas no interior dos espaços urbanos com o deslocamento das atividades comerciais existentes nas áreas centrais para as áreas periféricas, sendo motivo para a realização de estudos comparativos de usos do solo em diferentes cidades. Com efeito, muitos autores passaram a abordar a importância da gestão urbana e promover estudos sobre os agentes urbanos que constroem as cidades, os quais são responsáveis pelo delineamento do tecido urbano, dos usos do solo e, necessariamente, das formas que a cidade adquire (CAPEL, 2002).

Assim, o crescimento das cidades, seja espontâneo ou não, é um aspecto singular para o entendimento da morfologia urbana. Sobre este aspecto, Capel (2002) destaca que alguns autores trabalham com a noção de crescimento “orgânico”, considerando-o como natural ou não regulado, fazendo jus ao crescimento espontâneo. Contudo, conforme o autor, não significa que esse crescimento seja totalmente desvinculado de um ordenamento ou uma regra urbanística. Esse tipo de crescimento “se puede reconocer como la dominante en la mayor parte de las ciudades, y lo há sido durante mucho tempo de grandes urbes como Atena, Roma, Londres o Madrid” (CAPEL, 2002, p. 100).

No entanto, diante da necessidade de trazer um caráter abrangente para os estudos da morfologia urbana, Capel destaca a necessidade de classificar as cidades não apenas pela variável espacial, mas também de levar em consideração seus aspectos culturais, econômicos, sociais e históricos, que podem ser combinados com as características naturais, especialmente as relacionadas ao clima e relevo.

Além disso, destaca-se a clara relação entre a morfologia e o espaço social, pois, como já foi dito, a própria forma urbana é um produto social. Essa forma é produzida por pessoas e por grupos sociais através de processos que podem ser identificados por meio de análises, às quais os agentes e os processos são elementos indispensáveis.

Técnica, Cultura e Dimensões Sociais na Construção da Cidade

As edificações se apresentam como um dos elementos fundamentais da paisagem urbana, sendo consideradas a parte mais visível da paisagem, porém, ao analisá-las, devemos abordar diferentes dimensões, considerando as técnicas, os aspectos culturais e as relações sociais que estão imbricadas no espaço construído:

Para estudar a edificação, como para outras questões urbanas, é necessária uma abordagem que vá além do quadro disciplinar, pois existem muitas dimensões que se cruzam, e também são muitos os especialistas que têm realizado estudos sobre o assunto. (CAPEL, 2005, p. 13. Tradução livre.)

A análise das edificações abordada por Capel (2005) remete-nos a uma aproximação com diferentes campos do conhecimento, a exemplo da arquitetura, da história, ao

mesmo tempo em que faz relações com a filosofia, a sociologia e outras áreas do conhecimento, propiciando um olhar multidimensional sem se prender às formas estruturais puras. Para tanto, esse autor considera as diferentes formas de construir, utilizadas desde a antiguidade, as quais são caracterizados pelos materiais disponíveis (a madeira, o barro, a argila, a pedra etc.), até as influências naturais nas características das moradias, baseado nas mudanças estilísticas que inspiraram as edificações entre o século XIX e a contemporaneidade.

A cidade transforma-se em *lócus* das simultaneidades e das coexistências, uma vez que, como afirma Carlos (2007, p. 55), “a análise da morfologia da cidade revela uma dimensão que não é apenas espacial, mas também temporal, ao mesmo tempo em que aponta uma profunda contradição nos processos de apropriação do espaço pela sociedade”. Nesse sentido, compreendendo o espaço urbano como um produto social, que está em constante modificação, se reproduzindo com base nas particularidades e nas técnicas e que, a cada momento, corresponde a uma realidade da sociedade, requer uma análise complexa dos elementos fundamentais envolvidos nesse processo de modificação.

Nesse sentido, é possível identificar que, além das adaptações ambientais, existem outras dimensões na caracterização das edificações. Para Capel (2005), “una de essas dimensiones es la que podemos calificar de forma amplia como socioculturales” (CAPEL, 2005, p. 38). Essa dimensão pode estar presente de diferentes maneiras no espaço construído, seja na presença de elementos religiosos, espaços para realização de cerimônias e de eventos específicos, equipamentos culturais como museus, cinemas, até a disposição das casas, tipo de cômodos, entre outros.

Além dos elementos citados acima, as edificações também se caracterizam na existência das diferentes formas de moradias que estão presentes no ambiente urbano, as quais fazem parte da diversidade social e da forma como a renda se encontra distribuída na sociedade. Em uma sociedade hierarquizada, assim como ocorre no Brasil, é possível haver uma clara distinção entre áreas que correspondem às classes sociais privilegiadas e as áreas formadas por grupos populares marginalizados, ou os segmentos sociais excluídos. Em consonância com isso, Capel (2005) afirma que “sin duda la distinción fundamental es la existencia entre las viviendas de los grupos privilegiados, o de rentas altas y las de los pobres (CAPEL, 2005, p. 38).

Um ponto a ser destacado em Capel (2005) é sua percepção sobre a difusão das tipologias construtivas, direcionando um olhar para as moradias burguesas e moradias populares que surgiram no século XIX na Europa. Segundo esse autor, a moradia burguesa constituiu-se isolada com jardins, as casas foram sendo construídas em blocos nas novas expansões centrais da cidade, como também começou a existir uma segregação vertical, pois as antigas moradias (velhos casarões e palácios) ficaram pouco apropriadas para os novos usos da moradia de qualidade. Por isso, muitos casarões foram reformados ou derrubados para dar espaço a novas construções que seguiram um novo modelo, acompanhando os padrões estilísticos da época.

Outro panorama abordado pelo autor diz respeito às características internas das edificações, passando desde o mobiliário até os equipamentos que estão dispostos nas moradias, nas formas ornamentais das portas e janelas, incorporadas por inovações arquitetônicas e influenciadas pela diversidade de estilos e de gostos. Tais características

representam tipologias diferenciadas de padrões construtivos, as quais são responsáveis por caracterizar uma determinada área da cidade. Com isso, é possível perceber a que grupo social os indivíduos pertencem, e até mesmo relacioná-los ao nível técnico da sociedade em determinado momento. De acordo com Capel (2005):

Ao longo do século XIX, a comunidade habitacional burguesa foi se adaptando aos espaços estilísticos e enriquecendo com novos estilos e com a preocupação com o conforto. Seguindo uma evolução já iniciada no século XVII. (CAPEL, 2005, p. 140. Tradução livre.)

As cidades do século XIX na Espanha, por exemplo, apresentaram intensificações das moradias populares em áreas periféricas, como resultado da forte ocupação dos espaços centrais pela sociedade burguesa e pelo alto custo de acesso à terra. Esse processo foi reflexo de uma fase de crescimento intenso:

com a chegada de um número nunca antes conhecido de imigrantes, expulsos de zonas rurais devido ao crescimento da produtividade agrícola e atraídos pelo emprego na indústria e nos serviços oferecidos nas cidades. Uma dupla Revolução Industrial e Agrária, juntamente com a diminuição da mortalidade, permite a existência de "excedentes" demográficos que são dirigidos às cidades. (CAPEL, 2005, p. 145. Tradução livre.)

Essa mesma realidade pode ser observada no Brasil, porém, tendo um caráter diferente do Europeu pela rapidez de seu crescimento. A maioria dos países europeus tornou-se majoritariamente urbano entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Enquanto no Brasil, o intenso crescimento populacional teve seu ápice na década de 1960.

Esse crescimento reforçou suas características de concentração e passou a distribuir elevados contingentes populacionais em um número reduzido de centros urbanos. A rapidez desse processo resultou em uma forte "periferização" nas grandes cidades brasileiras, causando problemas sociais e ambientais, entre os quais se destacam: o desemprego, a favelização, problemas de higiene e insalubridade de moradias. Essa proliferação da moradia precária no Brasil resultou em diversos debates sobre a real necessidade de realizar uma reforma urbana no país.

Contudo, a ideia de reforma urbana no Brasil aparece com uma perspectiva reformista da sociedade, semelhante à realizada nos países capitalistas considerados desenvolvidos, como é o caso da França com a reforma urbanística de Paris, realizada ainda no século XIX. No entanto, Capel (2005) evidencia que a política e as dimensões sociais se consolidam como elementos fundamentais para a análise da forma urbana, podendo estas serem contempladas em diversos períodos históricos.

Tendo as cidades europeias como base de análise, Capel (2005) destaca os impactos ocasionados ao longo da primeira e da segunda Revolução Industrial sobre as cidades e sobre as técnicas de edificações utilizadas. Conforme o autor, o surgimento e disponibilidade de novos materiais tornaram possíveis o surgimento de novas formas de

construções, e, com isso, também foi possível modificar os ordenamentos que regulam a construção da cidade. De modo que:

por um tempo, aqueles procedentes do passado puderam se adaptar às novas circunstâncias, mas logo ficou claro a necessidade de elaborar outras novas, o que os governos estaduais e municipais se esforçam ordenando e realizando de maneira diferente ao longo do século XIX. (CAPEL, 2005, p. 174. Tradução livre.)

As transformações econômicas e sociais juntamente com as inovações técnicas aplicadas à edificação foram capazes de modificar profundamente a paisagem das cidades contemporâneas. Embora, durante muito tempo tenham utilizado formas construtivas recorrentes do passado, só tardiamente dando espaço às novas possibilidades existentes.

Apesar de pensarmos a cidade como ambiente de vivência, Capel (2005) afirma que a cidade não é só um espaço residencial, ela é, também, um espaço de instituições, de comércios, indústrias e espaços de socialização. Pode-se dizer, dessa forma, que todos esses espaços são para consumo coletivo e constituem equipamentos que compreendem uma finalidade, como produtos ou serviços, e outros correspondem ao funcionamento das estruturas básicas de transporte e comunicação.

Além disso, na análise morfológica da cidade, destacam-se as edificações que têm relações diretas com o Estado, as quais apresentam papel fundamental na transformação da paisagem, a exemplo dos equipamentos de saúde (hospitais, postos, clínicas), de educação (escolas, creches), de cultura (museus, teatros, estádios) e de lazer (praças, parques):

as cidades são as sedes da ciência e da cultura e sempre concentraram os equipamentos educacionais e culturais. Nelas são oferecidos serviços de lazer aos cidadãos, que adquirem importância crescente na sociedade atual. (CAPEL, 2005, p. 391. Tradução livre.)

De modo geral, a análise das edificações possibilita diversas reflexões e rebatimentos acerca das relações sociais, econômicas e políticas de determinado local e determinado período histórico. Dessa forma, faz-se necessário saber quais são os agentes responsáveis pela transformação e ordenamento do espaço urbano, sejam eles públicos ou privados, e se utilizam das diferentes técnicas, funções e instituições para a consolidação do espaço construído, refletindo de maneira direta na morfologia urbana.

Os Agentes Produtores e Modeladores das Cidades

Capel (2013) apresenta um quadro geral sobre a atuação dos agentes¹ urbanos e os seus papéis nas transformações das cidades, com o intuito de discutir sobre os fatores que afetam a construção da morfologia urbana. A atenção direcionada por ele diz respeito aos proprietários do solo urbano, aos construtores de edifícios, aos proprietários do comércio enquanto agentes urbanos, e à forma como esses elementos e a própria urbanização se promovem e se lançam no mercado. Destaca-se também a atenção dada

ao Estado, enquanto regulador e atuante na tomada de decisões; aos agentes financeiros; e ao papel dos técnicos na construção e na comercialização da cidade.

Além da expressão *agentes*, Capel (2013, p. 17) também utiliza o termo *atores*, entretanto diferenciando esses *atores* dos *agentes* urbanos: para ele os *atores* “son todos los individuos y grupos sociales presentes em la ciudad, que viven y se mueven em ella”. Portanto, é possível reconhecer que o papel tanto dos *agentes* quanto dos *atores* urbanos apresenta relação próxima com a capacidade que o ser humano tem de tomar decisões. Essas decisões, por sua vez, são responsáveis por refletir nas diversas consequências e fatores espaciais e/ou sociais no interior do espaço urbano.

Capel (2013) ainda apresenta algo que podemos classificar adequadamente como duas subdivisões dos *agentes* urbanos. A primeira subdivisão diz respeito aos agentes diretos, os quais atuam diretamente na transformação do solo urbano e no seu lançamento no mercado por meio das edificações, ou seja, do espaço construído, são eles: os promotores e construtores imobiliários; os arquitetos; os vendedores; os publicitários etc. A segunda subdivisão corresponde aos agentes indiretos e são aqueles que demandam determinados tipos de edificações para os diversos usos, a exemplo dos empresários que decidem a construção de uma fábrica em um determinado local; dos proprietários que tomam decisões sobre a venda do solo urbano ou se conservam seu uso inicial; e os ligados ao setor financeiro que concedem o capital ou os créditos necessários para que se possa modelar o espaço de acordo com seus interesses.

Na construção das tipologias dos agentes urbanos desenvolvida por Capel, o autor faz uso da abordagem marxista lefebvriana, colocando esses agentes como “nós” das relações sociais no processo de “produção do espaço” (expressão vinculada à formulação de Henri Lefebvre [1984]). Embora esteja se referindo especificamente à realidade europeia, muitos dos agentes identificados por Capel também foram reconhecidos por autores que se dedicaram a analisar a realidade brasileira, ainda que com algumas variações.

Corrêa (1989) na sua simples, mas já clássica, obra, identifica que os agentes capazes de modelar a forma urbana são: os promotores imobiliários; os proprietários fundiários; os proprietários dos meios de produção; o Estado; e os grupos sociais excluídos. É bem verdade que dentro dessas tipologias existem também subdivisões de agentes, que são semelhantes às definições de Capel, principalmente no que se refere aos promotores imobiliários.

Conforme Corrêa (1989), os promotores imobiliários são aqueles que realizam, parcial ou totalmente, as seguintes operações: a) a incorporação; b) o financiamento; c) os estudos técnicos; d) a construção e produção física do imóvel; e) a comercialização ou transformação desses imóveis em capital-dinheiro. Enquanto os proprietários fundiários são aqueles que vão atuar no sentido de obter mais renda fundiária de suas propriedades, isso significa dizer que estão fundamentalmente interessados no *valor de troca* da terra e não no seu *valor de uso*.

Os proprietários fundiários também são capazes, de acordo com seus interesses, de exercer pressões junto ao Estado, principalmente na instância municipal, para flexibilização das leis de uso e da ocupação do solo e do zoneamento urbano. Os proprietários dos meios de produção, por sua vez, dizem respeito às empresas industriais que controlam

as glebas de terras para fins de produção imobiliária. Como dito, essas empresas são essencialmente industriais e sua relação com a terra é temporária.

De acordo com a concepção do autor, o Estado seria aquele que também atua na organização espacial da cidade, diferente de um agente qualquer, o Estado pode ter mais de uma função e “atuar diferentemente como grande indústria, consumidor do espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser um regulador do solo urbano e alvo dos chamados movimentos urbanos” (CORRÊA, 1989, p. 24). Enquanto os grupos sociais excluídos seriam aqueles que sofrem diferenças sociais no que se refere ao acesso aos bens e aos serviços públicos produzidos socialmente. Esses grupos têm como possibilidade de moradia as favelas e as ocupações irregulares, normalmente constituídas à revelia dos mecanismos formais do mercado.

Preservadas as particularidades da obra de Corrêa, por ter sido elaborada no final da década de 1980, podemos afirmar que na contemporaneidade são esses mesmos agentes que atuam na transformação do espaço urbano. Ao reler outra obra de Corrêa (2011) podemos afirmar que os agentes são os mesmo atualmente.

No entanto, outros autores ainda preferem utilizar a expressão os *sujeitos*. No entendimento de Carlos (2011), a noção de produção do espaço urbano nos exige considerar vários níveis de realidade com momentos diferenciados de reprodução da sociedade em sua complexidade. Exige considerar o *sujeito* da ação como parte integrandos seguintes elementos: do *Estado* como representante da dominação política; do *capital* com suas estratégias de reprodução; e dos *sujeitos* sociais que, em suas necessidades têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação. Para o autor, essa concepção permite reconhecer os diferentes níveis que correspondem às práticas socioespaciais que se realizam na produção do espaço urbano com seus passos e descompassos que se estabelecem pelas contradições.

É válido ressaltar que independentemente da concepção adotada, seja na utilização de agentes, atores ou sujeitos, esses elementos são os responsáveis pela materialização dos processos sociais na forma de um ambiente construído. Esses processos ocorrem seja na escala da rede urbana, seja na escala do espaço intraurbano, conduzidos por interesses que são traduzidos, também, nas alianças públicas e privadas. Assim, os agentes urbanos e os processos sociais são indissociáveis, elementos fundamentais da sociedade e de todo seu funcionamento.

Tais alianças funcionam sobre a lógica da financeirização capitalista ligada ao mercado imobiliário. Capel (2013) resalta que essa lógica é bastante antiga, e seu desenvolvimento ocorreu na idade moderna. No entanto, intensificou-se na metade do século XIX com a possibilidade de organização do sistema de crédito que ampliou o mercado imobiliário. Contudo, somente a partir da década de 1970 esses processos de financiamento se acentuaram nos países capitalistas, a exemplo do Brasil.

Nos últimos anos, o mercado da habitação vem enfrentado transformações importantes, decorrentes da articulação entre o setor público e o privado, sobretudo no financiamento de moradias. Essas moradias variam de acordo com a classe social, o nível de renda e a disponibilidade dos locais onde são ofertadas.

Vale ressaltar que o financiamento habitacional acontece segundo diversos fatores, entre eles, destacam-se: a análise de grupos sociais; a atuação do poder público que po-

de facilitar ou dificultar o acesso à moradia, principalmente por meio de normatizações de posse e de acesso ao solo; e a atuação do próprio sistema financeiro que permite ou restringe o acesso ao crédito por meio de empréstimos e de subsídios. Dessa forma, Capel (2013) ressalta que:

instituições bancárias e caixas de poupança que concederam auxílio à construção permitiram financiar o intenso crescimento urbano. O desenvolvimento de uma legislação hipotecária para a concessão de créditos com a garantia da propriedade, tornou possível estender o empréstimo a indivíduos e melhorar o acesso à habitação das cidades. (CAPEL, 2013, p. 193. Tradução livre.)

Além de haver um espraiamento das cidades com a possibilidade de maior financiamento habitacional, há de se prever, ao mesmo tempo, o aumento da especulação imobiliária com os processos que se desencadeiam a partir de então. Normalmente, o valor do solo tende a diminuir a partir do centro da cidade para a periferia, isso ocorre de diferentes maneiras e de acordo com as atividades e os usos. Com isso, o preço mais baixo faz com que promotores imobiliários escolham e se apropriem do espaço *periurbano* para a produção de moradias na garantia de altos lucros.

Nesse sentido, o aumento do número de lançamentos imobiliários e o constante crescimento de empreendimentos tendem a configurar novas dinâmicas urbanas e novos processos imobiliários, demonstrando sua importância na economia local, principalmente no investimento do setor público e privado em novos serviços, fazendo com que locais onde não tinham grande valor passem a ter. Contudo, o mercado imobiliário se constitui como um setor fragmentado, tanto na demanda quanto na oferta, por dividir seu público alvo por estratos de renda (CAPEL, 2013).

Um exemplo prático de alianças público-privadas tendo como base a realidade brasileira é o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), criado em 2009 pelo governo federal, cujo intuito é diminuir o *déficit* habitacional no país. Com a implementação do programa, também podemos encontrar os agentes diretos, envolvendo promotores, técnicos no processo de construção, corretores imobiliários, responsáveis pela comercialização das moradias e os agentes indiretos, sejam eles os donos do solo urbano ou o mercado financeiro enquanto conessor de crédito, entre outros. Com o PMCMV foram criadas facilidades para o acesso à moradia, porém essa produção habitacional também contribuiu para a criação de cidades cada vez mais desiguais, onde se acentua a expansão da malha urbana, e, conseqüentemente, ocorre uma acelerada transformação na paisagem do espaço *periurbano*, decorrente do processo de valorização seletiva do espaço e da especulação imobiliária a ela relacionada.

Essa produção imobiliária em larga escala, juntamente com a facilidade de acesso ao crédito impactou na morfologia das cidades brasileiras, sejam elas metropolitanas ou não, na medida em que favoreceu um crescimento urbano em curto prazo, expresso tanto nas expansões horizontais, observadas principalmente nas pequenas cidades, quanto nas expansões verticais, mais notórias nas médias e grandes cidades.

Vale ressaltar o seguinte: para que ocorra essa expansão, além da ação direta dos agentes imobiliários segundo seus interesses, a oferta do solo urbano também deve ser

considerada como um fator determinante. Segundo Capel (2013), podemos diferenciar a oferta da propriedade e a oferta do solo, sendo a primeira algo mais geral e vinculada à propriedade agrária, enquanto que a oferta do solo tem mais a ver com a propriedade urbana, com o espaço em que se vive e em que se constrói, sendo essencial para o crescimento da cidade.

No entanto, a oferta do solo será afetada por diversos fatores. Em princípio, entende-se que o solo disponível é todo aquele que não está edificado e nem afetado por serviços institucionais (como áreas militares, áreas de planejamento, ordenamento urbanístico, entre eles os derivados do planejamento e áreas de proteção ambiental). Por conseguinte, outros elementos podem afetar a oferta do solo, como os que estão próximos às periferias e acabam influenciando no seu preço (os aterros sanitários, estações elétricas, águas residuais, dejetos de indústrias etc.). Estes últimos afetam negativamente o solo e, conseqüentemente, fazem baixar seu preço (CAPEL, 2013).

Além disso, com relação ao solo, existem grandes diferenças entre o valor de uso (de uso agrícola, por exemplo, segundo seu rendimento atual e futuro) e o valor de troca, e o preço que está disposto a pagar pela compra do solo (CAPEL, 2013). Desse modo, os proprietários de terras detêm grande poder na permissão das transformações dos usos do solo, as quais afetam diretamente a expansão das cidades. Estes atuam como agentes urbanos que tomam decisões sobre o uso do solo e a venda de suas terras na medida em que:

podem considerar a transformação imediata ou a curto prazo (para construir casas, indústrias, superfícies comerciais, equipamentos diversos...), mas também projetar estratégias conscientes para retê-lo em vista da especulação para conversão futura. (CAPEL, 2013, p. 82. Tradução livre.)

Assim, há de se considerar que, articulados, os proprietários de terra procuram obter a maior renda possível, os construtores o maior lucro, já os financistas os maiores juros possíveis (RODRIGUES, 1989), sendo que a apropriação do espaço urbano estará sujeita a regras de cada um desses capitais em particular. Assim, o espaço urbano vai sendo apropriado de maneira diferenciada pelos diferentes segmentos da sociedade, provocando um acirramento nas disputas entre aqueles que demandam um determinado espaço de moradia, principalmente entre aqueles que se referem às classes de menor renda. Essa apropriação diferenciada também vai rebater diretamente nas materializações sociais no espaço da cidade, ou seja, na sua estrutura social e simbólica que, nas condições ora apresentadas, são desveladas pela morfologia urbana.

Portanto, pelas argumentações apresentadas no decorrer desta seção, é possível postular a importância da análise dos agentes urbanos enquanto agentes definidores da morfologia urbana, envolvendo uma complexidade de relações e de interesses, sejam eles convergentes ou divergentes que aparecem cada vez mais acentuados. Vale destacar que as contribuições apresentadas por Capel (2013) evidenciam a importância de entender o jogo político dos agentes urbanos, bem como as relações políticas, econômicas e sociais em que tais agentes passam a se mesclar, resultando, dessa forma, em uma série de possibilidades para compreender a conformação das cidades na contemporaneidade.

Considerações Finais

Os trabalhos desenvolvidos por Horácio Capel são de fundamental importância para a ciência geográfica e, principalmente, para os pesquisadores que se dedicam à análise urbana. O direcionamento de olhares que não se limitam a formas estruturais puras possibilita uma ampla apreensão do espaço construído, refletindo nas mais diversas instâncias sociais que estão interligadas e que, conseqüentemente, configuram o tecido urbano. Contribuindo com a discussão, autores como Sposito (2004), Carlos (2007; 2008) e Lamas (2011) também apresentam importantes aspectos para a averiguação dos elementos fundamentais que permeiam o espaço urbano, tais como as relações sociais, divisão de classes, desenvolvimentos das atividades econômicas, entre outros.

Considerando a produção da cidade para Capel, observamos que este autor propõe reflexões sobre as dimensões que estão imbricadas na morfologia urbana, como fruto da técnica, da cultura e das dimensões sociais, que se expressam por meio de edificações, estas sendo a parte mais visível da paisagem urbana.

Contudo, a análise urbana não deve se limitar aos aspectos descritivos dos seus elementos morfológicos, assim também a tipologia (das edificações e moradias) deve estar além da sua classificação externa, considerando que o reconhecimento e a identificação das formas existentes são apenas passos iniciais da pesquisa. É nos aspectos sociais, econômicos, políticos, históricos e culturais que a relação dialética apresenta grande contribuição para a delimitação da paisagem urbana e social.

Nessa perspectiva, o espaço construído é produto dos agentes sociais que atuam de forma direta e indireta na produção da forma urbana, que agem de acordo com seus interesses e com a sua capacidade de tomar decisões. Entre esses agentes destacam-se a atuação dos proprietários dos meios de produção, dos promotores imobiliários, dos grupos sociais dominantes e dos indivíduos e/ou atores sociais que demandam espaço por moradia, como também considera-se o papel do Estado. Este último, agente fundamental para o suprimento de necessidades e para a realização da vida nas cidades, bem como para reunir recursos, sejam eles políticos ou financeiros. O Estado, portanto, é um agente urbano que atua na produção da cidade e, ao mesmo tempo, é a instância de regulação de conflitos e de gestão de contradições.

Como vimos, apesar de haver preferências pelo uso das expressões “agentes”, “atores” ou “sujeitos” entre as análises de Capel (2013); Corrêa (1989; 2011); Carlos (2011), os usos dessas expressões se tratam, na maioria dos casos, dos mesmos envolvidos na produção do espaço. Também se referem àqueles que implantam estratégias variadas em relação aos seus próprios interesses, podendo apresentar conflitos uns com os outros.

A análise urbana, levando em consideração os agentes urbanos, é um assunto de grande importância nos dias atuais, na medida em que permite compreender como a cidade é construída, quais são os fatores essenciais da organização do espaço, da criação da paisagem urbana possibilitando avançar na compreensão e explicação dos seus mecanismos e lógicas.

Contudo, embora Capel e demais autores apresentem um rico caminho para compreender as transformações que ocorrem no espaço urbano, estabelecendo uma relação

do estudo da forma urbana com os processos que atuam nessa dinâmica temporal e espacial, nos surgem os seguintes questionamentos: seria mesmo possível, com base nos mais variados objetivos e focos de observação desenvolver uma tipologia “geral” dos agentes urbanos? Todos os proprietários industriais atuariam de forma única independente da realidade em que se localizam? Os atores, os sujeitos ou os grupos sociais excluídos não seriam muito abrangentes, tendo em vista os diferentes segmentos da sociedade e cada maneira específica de demandar e de intervir no espaço urbano?

Acreditamos, portanto, que a análise urbana deve levar em consideração cada realidade empírica, o que possibilitará uma melhor apreensão da produção desses espaços, pois juntamente com ele a quantidade e a qualidade – de ações, das estratégias, dos conflitos etc. – dos agentes urbanos muda. Dessa forma, a análise a ser empregada deverá adotar estratégias como forma de melhor perceber e avançar no sentido de identificar os agentes urbanos que compreendem conteúdos e atuações distintas, sendo resultado de fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que são materializados na sociedade em sua totalidade.

Referências Bibliográficas

CAPEL, H. *La morfología de las ciudades*. Vol. I: Sociedad, cultura y paisaje urbano. Espanha, Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.

_____. *La morfología de las ciudades*. Vol. II: Aedes facere: técnica, cultura y clase social em la construcción de edificios. Espanha: Ediciones del Serbal, 2005.

_____. *La morfología de las ciudades*. Vol. III: Agentes urbanos y mercado inmobiliario. Espanha, Barcelona: Ediciones del Serbal, 2013.

CARLOS, A. F. A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____. *A (re)produção do espaço urbano*. 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

LAMAS, J. M. R. G. *Morfologia e desenho da cidade*. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2011.

Denis Rodrigues Dantas, Élide Thalita Silva de Carvalho e Julia Diniz de Oliveira

LEFEBVRE, H. *La producción del espacio*. Barcelona: Anthropos, 1984.

RODRIGUES, A. M. *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo: Contexto, 1989.

SPOSITO, M. E. B. O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. Tese (Livre Docência) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n], 2004.

Recebido em: 21/06/2018

Aceito em: 06/01/2019

¹ Neste trabalho, o termo *agentes* se refere aos sujeitos responsáveis por modelar/transformar o espaço construído, bem como outras funções diretas e indiretas que podem aparecer no papel dos agentes urbanos.

Intervenção: Geografia Física Crítica¹

Intervention: Critical Physical Geography

Rebecca Laveⁱ

Department of Geography, Indiana University
Bloomington, EUA

Matthew W. Wilsonⁱⁱ

Department of Geography, University of Kentucky
Lexington, EUA

Elizabeth S. Barronⁱⁱⁱ

Department of Geography, University of Wisconsin – Oshkosh
Madison, EUA

...²

Resumo: Um artigo de opinião, recentemente publicado, reacendeu o debate sobre se a composição interdisciplinar que atualmente existe na área da Geografia é um vestígio da história ou uma atual e potencial fonte de vitalidade intelectual. Neste artigo nós adotamos esta última postura e destacamos os benefícios da integração prolongada da Geografia Física e Geografia Humana crítica. Por razões políticas e pragmáticas, nós denominamos esta área de pesquisa e prática indissociáveis de Geografia Física Crítica (GFC). A GFC combina a atenção crítica às relações de poder com o conhecimento profundo das ciências biofísicas ou tecnológicas a serviço da transformação social e ambiental. Argumentamos que a pesquisa da GFC, quando realizada por indivíduos ou equipes, podem melhorar a qualidade intelectual e expandir a relevância política da Geografia Física e da Humana críticas, dado que é cada vez mais impraticável analisar sistemas naturais e sociais separadamente: as paisagens sociobiofísicas são tanto produto de relações desiguais de poder, do legado histórico do colonialismo e das disparidades raciais e de gênero, quanto de fatores físicos como a hidrologia, ecologia e alterações climáticas. Neste texto, nós apresentamos os trabalhos existentes em GFC, discutimos os principais benefícios de um engajamento crítico integrador na pesquisa, no ensino e na extensão; e oferecemos nossas reflexões coletivas sobre como fazer uma GFC viável.

Palavras-chave: Geografia Física; Geografia Humana Crítica; Transdisciplinaridade; Antropoceno.

ⁱ Associate Professor. Director of Undergraduate Studies, Department of Geography. rlave@indiana.edu

ⁱⁱ PhD, Associate Professor, Department of Geography. matthew.w.wilson@uky.edu. <https://orcid.org/0000-0003-2910-050X>

ⁱⁱⁱ Assistant Professor, Department of Geography, Geography & Environmental Studies. barrone@uwosh.edu. <https://orcid.org/0000-0003-2926-765X>

Abstract: A recent opinion piece rekindled debate as to whether geography's current interdisciplinary make-up is a historic relic or an actual and potential source of intellectual vitality. Taking the latter position, we argue here for the benefits of sustained integration of physical and critical human geography. For reasons both political and pragmatic, we term this area of intermingled research and practice critical physical geography (CPG). CPG combines critical attention to power relations with deep knowledge of biophysical science or technology in the service of social and environmental transformation. We argue that whether practiced by individuals or teams, CPG research can improve the intellectual quality and expand the political relevance of both physical and critical human geography because it is increasingly impractical to separate analysis of natural and social systems: socio-biophysical landscapes are much the product of unequal power relations, histories of colonialism, and racial and gender disparities as they are of hydrology, ecology, and climate change. Here, we review existing CPG work; discuss the primary benefits of critically engaged integrative research, teaching, and practice; and offer our collective thoughts on how to make CPG work.

Keywords: Physical Geography; Critical Human Geography; Transdisciplinarity; Anthropocene.

Introdução

Numa coluna de opinião recentemente publicada na revista *Geology*, Stephen Johnston, geólogo da Universidade de Victoria, na Austrália, propôs a dissolução dos departamentos de geografia com o objetivo de por fim à associação “totalmente arbitrária” dos geógrafos físicos e humanos e reuni-los com seus pares nas ciências físicas e humanas, respetivamente (JOHNSTON, 2012, p. 6). O artigo de Johnston catalisou um debate feroz em numerosos fóruns da internet. A maioria das respostas rejeitou seu argumento, mas a crença de que os geógrafos físicos e humanos são unidos por causa da inércia histórica, e não por algum potencial ou atual sinergia intelectual, continua sendo comum tanto dentro quanto fora da disciplina, o que torna-se importante refutar.

Nós argumentamos aqui que há importantes benefícios mútuos que derivam da integração ativa da Geografia Física e Humana críticas, como demonstrado no trabalho de geógrafos que combinam a atenção crítica às relações sociais de poder com o conhecimento profundo de um campo específico das ciências biofísicas ou da tecnologia a serviço da transformação social e ambiental. Chamamos esta prática intelectual integradora de *Geografia Física Crítica (GFC)*. O princípio fundamental é que nós não podemos depender de explicações baseadas exclusivamente na Geografia Física ou Humana crítica, pois as paisagens sócio-biofísicas são o resultado tanto de fatores sociais, tais como as relações desiguais de poder, do legado histórico do colonialismo e das disparidades raciais e de gênero, quanto de fatores físicos como a hidrologia, ecologia e alterações climáticas. A GFC é, portanto, baseada no trabalho cuidadoso e integrador necessário para dar sentido a esta coprodução.

A denominação tem impactos materiais e demanda formas específicas de prática intelectual e demarcação de objetos de estudo. A Geografia Física Crítica convoca uma combinação distintiva de focos de pesquisa que poderia parecer um paradoxo àqueles geógrafos humanos que simplificam demais a pesquisa contemporânea na área da geografia física e taxam-na de ingenuamente positivista (uma posição que ignora a variedade de aproximações epistemológicas dentro dessa área, como apontado por Gregory [2000], Rhoads e Thorn [1996], Trudgill e Roy [2003], e muitos outros), ou mesmo parecer ofensivo aos geógrafos físicos, que a interpretam como uma crítica renovada da própria Geografia Física. Apesar desses possíveis perigos, nós acreditamos que o termo levanta questões importantes: Quais são as oportunidades para uma Geografia Física mais crítica e uma Geografia Crítica Humana mais física? Quais novas pesquisas, metodologias de ensino e práticas políticas poderíamos construir a partir de uma base de estudos de grupos subalternos, tais como biogeografia, economia política, geomorfologia, estudos sociais das ciências e a ciência do clima?

Antecedentes e Trabalhos Anteriores

Para começar, reconhecemos que há antecedentes claros para a síntese que propomos. Existe uma longa história de trabalhos críticos na área da Geografia Física. Os biogeógrafos, por exemplo, debatem a epistemologia da perturbação humana bem como a ontologia de características biogeográficas, mesmo que não usem termos filosóficos (DUVALL, 2011a). Thomas Vale argumentou que “os valores humanos, e não os efeitos ecológicos em si, determinam quão ‘boa’ ou ‘má’ é a alteração [da vegetação] pelos humanos” (VALE, 1982, p. 67), e William Denevan reanalisou criticamente a literatura para acabar com o “mito intocado” da paisagem selvagem americana em 1492 (DENEVAN, 1992). Esta tradição continua na pesquisa geográfica crítica contemporânea. Por exemplo, Clark e Richards (2002), Fryirs e Brierley (2009), Phillips (2010, 2011), Rhoads et al. (1999), e Wohl e Merritts (2007) demonstram a maneira como as estruturas de referência aparentemente objetivas da geomorfologia fluvial são imbuídas de presunções de valores sobre a relevância das escalas humanas nas mudanças ambientais. As noções da “naturalidade” dos canais fluviais são tão normativas e contextuais quanto “científicas”, e moldam a gestão ambiental de maneiras específicas. Como estes geógrafos físicos e outros apontam, a pesquisa não simplesmente descreve, mas produz os ambientes nos quais vivemos³.

Da mesma forma, a GFC foi precedida por três décadas de trabalhos nas áreas da ecologia política e da história ambiental, combinando pesquisa etnográfica com atenção à especificidade dos atributos materiais da natureza para explicar a degradação e as mudanças ambientais (BLAIKIE, 1985; HECHT, 1985; WATTS, 1985; BLAIKIE e BROOKFIELD, 1987; CRONON, 1995; BAKKER e BRIDGE, 2006; HUBER e EMEL, 2009; ROBBINS, 2012). Esta combinação permitiu que os ecologistas políticos explicassem, por exemplo, que a seca na África e as atividades pastoris como resposta é algo específico àquela região, variável e difícil de caracterizar com acurácia, seja através de satélites espaciais ou das Nações Unidas (TURNER, 1999), ou que a erosão do solo em áreas rurais da Bolívia é o resultado do despovoamento, contradizendo assim hipóteses malthusianas

comumente aceitas (ZIMMERER, 1993). Contudo, embora a ecologia política tenha feito um grande trabalho ao trazer para primeiro plano nossas interações – sempre politizadas – com o ambiente biofísico ao nosso redor, ela frequentemente favorece os processos e teorias sociais na explicação de situações biofísicas. A “ecologia” raramente recebe a mesma atenção que a “política” (WALKER, 2005)⁴.

Assim, a GFC amplia a ecologia política e a tradição crítica na Geografia Física através de uma nova integração da Geografia Física e da Geografia Humana crítica. O holismo integrador da GFC exige que os geógrafos humanos críticos interajam substancialmente com as ciências físicas e que considerem a importância do ambiente material na formação das relações sociais. Ao mesmo tempo, deve aumentar, por parte dos geógrafos físicos, a exposição e a compreensão das relações de poder e das práticas humanas que moldam os sistemas físicos e, também, as suas próprias práticas de pesquisa na área da GFC. O projeto intelectual fundamental da GFC não é compilar diferentes abordagens para colocá-las uma ao lado da outra, mas sim trabalhar sinteticamente para integrar essas abordagens por meio de conversações diretas e interferência mútua (DEMERRITT, 2009). Com esta aproximação profundamente integradora, acreditamos que a GFC pode se tornar um importante subcampo da Geografia que ocupará um nicho essencial na interface entre a Geografia Humana crítica e a Geografia Física.

Muitos pesquisadores já exibem o espírito epistemológico reflexivo e integrador que motiva a GFC, esforçando-se ao máximo para produzir explicações críticas tanto biofísicas quanto sociais, ao mesmo tempo em que refletem sobre o contexto em que essas explicações são propostas. Por exemplo, na “biogeografia humana” (HEAD et al., 2012), os acadêmicos estudam a literatura sobre a ecologia da vegetação junto com os discursos políticos para compreender os padrões e os processos na biosfera pós-moderna. O trabalho de Chris Duvall investiga como os humanos afetaram a distribuição da vegetação baseando-se em dados históricos sobre onde foram registradas espécies específicas (DUVALL, 2011a; 2011b). Entretanto, as fontes documentais para a maioria dos países do Sul são carregadas de concepções datadas, etnocêntricas, colonialistas e racistas sobre o mundo, que afetam as maneiras pelas quais as pessoas e a vegetação são representadas. Duvall se fundamentou nos trabalhos de Edward Said e também na ciência do solo para demonstrar como as definições das características geográficas da África têm sido intimamente ligadas a objetivos coloniais e neocoloniais de controle dos recursos naturais e as populações em resistência. Esta abordagem fortalece nosso entendimento sobre os aspectos físicos e sociais das relações biogeográficas (DUVALL, 2011a; 2011b).

Pode-se estender o trabalho colaborativo de Stuart Lane sobre o estudo da ciência das inundações em uma estrutura de participação mais ampla (LANE et al., 2011), a equipe de geógrafos humanos e físicos de Rachel Pain, junto à ONG inglesa Rivers Trust Group, desenvolveu uma pesquisa-ação participativa, uma abordagem colaborativa que permite que pessoas afetadas ou interessadas tenham um papel ativo na pesquisa, interrompendo assim o monopólio do conhecimento historicamente controlado pelos cientistas e administradores políticos. Os membros da ONG identificaram como preocupação principal a lama que entrava no rio, recolheram dados e conduziram análises com o apoio dos cientistas, discutiram as implicações dos resultados encontrados e planejaram e implementaram ações posteriores. O resultado foi um conjunto de mapas de cobertura

do solo e de risco na zona de captação, e também um modelo para identificar a vulnerabilidade das fazendas, permitindo a criação de soluções sensíveis à política e adaptadas especificamente para a localidade com o objetivo de combater a poluição causada pela lama (PAIN et al., 2011).

Bruce Rhoads, Michael Urban e seus colaboradores trataram da interação entre as atividades humanas e os processos biofísicos na paisagem agrícola do Meio-Oeste dos Estados Unidos, onde os imperativos econômicos de manter a produção agrícola em solos sazonalmente úmidos e pouco drenados levou os fazendeiros a canalizar riachos existentes e ampliar canais de drenagem para partes do terreno que anteriormente não eram canalizadas (RHOADS e HERRICKS, 1996; URBAN, 2005a). Conseqüentemente, os humanos se tornaram os agentes geomorfológicos dominantes na mudança das nascentes (URBAN e RHOADS, 2003a), provocando ampla simplificação e homogeneização da morfologia dos canais e, assim, limitando a complexidade do hábitat e afetando a integridade das comunidades de peixes (FROTHINGHAM et al., 2001; RHOADS et al., 2003; RHOADS e MASSEY, 2012). Pareceria fácil tratar estas questões como dano antropogênico, mas, com o tempo, a drenagem do terreno adquiriu importância cultural e social e se tornou uma característica central da identidade dos fazendeiros (WILSON et al., 2003; URBAN, 2005b). Rhoads, Urban e seus colegas demonstraram que soluções alternativas de gestão devem considerar preocupações sociais e culturais para serem ambientalmente bem sucedidas.

Existem numerosos exemplos de trabalhos da área da GFC, tais como pesquisas que consideram a maneira em que o poder institucional exerce influência na classificação sobre a cobertura de solo (ROBBINS, 2001), a neoliberalização da ciência ambiental inter-relacionada à gestão para a restauração de cursos d'água (LAVE et al., 2010; LAVE, 2012a; 2012b), os efeitos dos conflitos socioeconômicos na gestão das águas e para a adaptação às alterações climáticas (CAREY, 2010; CAREY et al., 2012), e as maneiras pelas quais os modelos hidrológicos existentes consideram determinadas compensações a partir da população residente em áreas de risco a inundações, e quais são os sujeitos que ganham e quem são aqueles que perdem nesse processo (LANE et al., 2011), entre muitos outros (PROCTOR, 1998; ROBERTSON, 2006; CRIFASI, 2007; SUTTER, 2007; SAYRE, 2008; HIRD, 2009; LINTON, 2010; LORIMER, 2010, 2012; MANSFIELD et al., 2010; CLARK, 2011; LANE, 2011; GRABBATIN e ROSSI, 2012; MAHONEY e HULME, 2012; SIMON, 2012; TADAKI et al., 2012; WAINWRIGHT, 2012; DOYLE et al., 2013; BARRON et al., no prelo). Ainda que este conjunto de trabalhos abranja uma variedade de tópicos e campos da Geografia, sua característica unificadora é a interação profunda com as teorias do poder e das ciências físicas, utilizando as estruturas explicativas integradoras para iluminar ainda mais a coprodução dos sistemas sócio-biofísicos.

Os Benefícios Possíveis: Por que se Importar?

É difícil ignorar o conjunto crescente de estudos da GFC justamente porque a área é profundamente necessária em seus aspectos intelectual e prático. Diante de uma variedade ampla e crescente de disciplinas biofísicas, os acadêmicos concordam que muitos dos processos mais fundamentais da Terra são dominados por atividades humanas

(VITOUSEK et al., 1997; LUBCHENCO, 1998; HAFF, 2010). Geólogos e químicos, inclusive, foram além, e propuseram uma nova época geológica – o Antropoceno – para caracterizar o período atual da história da Terra, reconhecendo que as amplas áreas de pesquisa existentes são simplesmente ininteligíveis se considerarem aspectos humanos e físicos isoladamente (CRUTZEN e STOERMER, 2000; ZALASIEWICZ et al., 2010; BIERMANN et al., 2012; LORIMER, 2012; SAYRE, 2012; PROCTOR, 2013). Entretanto, a complexidade destes sistemas sócio-biofísicos – exemplificada por preocupações como os perigos naturais, a perda de biodiversidade, a epidemiologia e a segurança alimentar – frequentemente se torna vítima da “violência de abstração” (SAYER, 1989) quando tratada em (sub)disciplinas isoladas que reduzem os fatores e processos humanos e sociais a simples variáveis, ou que, por outro lado, veem fatores naturais como mera construção política.

Para nos livrarmos desse dualismo humano/natureza, nossos conceitos e modelos explicativos precisam mudar. Por exemplo, continuam sendo úteis as nossas classificações de espécies e biomas, como as savanas e as florestas tropicais, em vista das mudanças antropogênicas no clima e na distribuição de espécies (ELLIS et al., 2010; DUVALL, 2011a)? A aceleração das mudanças e as conexões entre estes sistemas é indiscutível, mas, uma vez que adotadas no campo político, estas fronteiras viram realidade e são implementadas institucionalmente, mudando-se assim “de uma linha socialmente construída a uma linha que ativamente constrói a sociedade” (SIMON, 2011, p. 97). Como as estruturas de governança e conservação se centram nessas distinções inconstantes, são necessários novos pontos de colaboração para reconsiderar uma ampla variedade de divisões, seu (mau) uso no domínio da política e suas consequências para a justiça social e a conservação ecológica.

Para entender melhor os mecanismos de degradação ambiental atuais, a vulnerabilidade aos perigos naturais e as dinâmicas de insegurança alimentar, precisamos dar atenção às diferentes fases do capitalismo e as marcas que elas deixam nas paisagens. As práticas de uso de recursos e a gestão da paisagem têm mudado de maneira paralela às transições do capitalismo: do mercantilismo à extração colonial, do fordismo até a atual fase neoliberal (ARRIGHI, 1994; MOORE, 2000, 2008). Novas formas de governo e de regulação civil surgiram em cada uma das fases, definindo como estes novos modos de produção interagiriam com o ambiente (POLANYI, 1944; JESSOP, 1997; AGRAWAL, 2005). O reescalamento da produção e da regulação geraram, qualitativamente, diferentes formas de natureza (GIBBS e JONAS, 2000; SWYNGEDOUW e HEYNEN, 2003; MCCARTHY, 2005), alterando fundamentalmente os campos de estudo dos geógrafos humanos e físicos.

Por exemplo, para compreender a dinâmica da insegurança alimentar, é, agora, necessário considerar a “redescoberta” dos grãos como mercadorias especuladas financeiramente, o que tem consequências graves para a segurança alimentar e para os padrões de cultivo. Da mesma maneira, para explicar perdas de matéria orgânica do solo ou de microrganismos específicos, é cada vez mais necessário examinar práticas de gestão que se relacionam e são dirigidas por forças político-econômicas específicas – tais como a redução de subvenções do governo para produção, crédito e expansão como parte de programas de ajustes estruturais neoliberais – e a mudança gerada pela produção para exportação.

Nós defendemos esse novo subcampo porque acreditamos que beneficiará uma ampla variedade de geógrafos. A GFC evidencia as origens materiais de questões como a disponibilidade de recursos, a vulnerabilidade e a resiliência permitindo que os *geógrafos humanos críticos* desenvolvam um conhecimento profundo dos processos biofísicos que operam em seus campos de estudo e também a influência destes processos na atividade humana e na desigualdade. O trabalho recente de Julie Guthman (2011), por exemplo, foca nos processos pelos quais as toxinas ambientais poderiam contribuir à obesidade. Guthman afirma que a obesidade deve ser tratada como um resultado de processos industriais impulsionados pelo capitalismo, e não como um fracasso moral de indivíduos. Esta afirmação depende de dados das ciências físicas sobre a produção e proliferação de agentes químicos que perturbam o sistema endócrino. Além disso, os geógrafos humanos críticos podem descobrir que sua participação em pesquisas da GFC, seja individualmente ou em colaboração com outros pesquisadores, lhes fornece mais acesso e atenção do público alvo das políticas públicas e aumenta o impacto do seu trabalho no âmbito da justiça social.

Ao mesmo tempo, a GFC permite que os *geógrafos físicos* entendam e reconheçam as políticas que influenciam, concomitantemente, as suas próprias pesquisas e os sistemas que investigam. Por exemplo, para entender os impactos das alterações climáticas nos Andes do Peru, é muito importante comprovar que os rios alimentados por geleiras estão secando (CHEVALLIER et al., 2011; BARAER et al., 2012). Entretanto, para produzir o conhecimento mais exato, prático e relevante, também é essencial saber quem administra a água, como os objetivos e relações de poder dos agentes interessados variam, e como a pesquisa hidrológica na atualidade favorece mais as companhias hidroelétricas do que os trabalhadores do campo (VERGARA, 2007; CAREY et al., 2012). A GFC permite que os geógrafos físicos melhorem sua compreensão das origens socioecológicas dos processos ambientais, e que apresentem descobertas mais adequadas à produção de políticas de resiliência sociais e ambientais duradouras (BERKES e FOLKE, 1998). A GFC também oferece aos geógrafos físicos recursos para investigar as conexões entre suas pesquisas e o contexto social, econômico e político, aprofundando assim sua compreensão das maneiras como seu próprio conhecimento se situa no tempo e espaço (LIVINGSTONE, 2003; RAJ, 2007; TADAKI et al., 2012).

Em síntese, para entender o Antropoceno devemos dar atenção à coprodução de sistemas sócio-biofísicos. É cada vez mais importante integrar as relações de poder e os processos sociais, que são fundamentais para a pesquisa da geografia humana crítica, aos processos materiais que são fundamentais para a pesquisa da geografia física para fazer avançar o potencial analítico e o impacto político do nosso trabalho.

A Geografia Física Crítica na Prática: Tornando-a Viável

Conduzir pesquisas na área da GFC é um desafio, porque integra epistemologias substancialmente diferentes. Apesar disto, a GFC nos parece surpreendentemente viável na prática devido ao foco na complexidade, na particularidade e nos processos que a Geografia Humana crítica e Física têm em comum. As ciências biofísicas têm abandonado as teorias de equilíbrio para explicar como a natureza funciona em favor

de uma ênfase em processos não lineares, fenômenos multiescalares, complexidades, cadeias produtivas, limiares de mudança e legados históricos. Esta virada é altamente compatível com as ideias da ciência social crítica sobre agência, mudança, contingência e causalidade (ZIMMERER, 1994; URBAN e RHOADS, 2003b; PROCTOR e LARSON, 2005; RHOADS, 2006; HARRISON et al., 2008). Esta virada em direção aos processos, à estocasticidade e à dependência do observador na Geografia Física está diretamente ligada com o que tem sido chamado, na Geografia Humana crítica, de “virada pós-estruturalista”. Desta maneira, para pesquisadores e equipes transdisciplinares na GFC, o problema da compatibilidade epistemológica não é tão grave quanto se esperaria. Existem outras barreiras à pesquisa na GFC que desejamos destacar: nossas recomendações sobre como tratá-las enfatizam a importância da integração, o treinamento variado e a colaboração.

A primeira questão é como construir metodologias de pesquisa em comum, ou pelo menos compatíveis, para expandir o conjunto de pesquisas e pesquisadores da GFC. Cada um de nós já descobriu que, para tornar a Geografia Física Crítica viável **na prática**, precisamos revisar e adotar novas metodologias. Não é fácil dominar métodos que podem abranger desde o materialismo dialético até o cálculo. Alguns pesquisadores certamente aceitarão de braços abertos aprender o instrumental técnico-procedimental adicional necessário para concretizar pesquisas da GFC, enquanto outros decidirão buscar a excelência disciplinar como parte de uma equipe. Neste último caso, uma competência e necessidade básica na estrutura metodológica dos colaboradores da GFC é o respeito mútuo.

Além do trabalho metodológico, a expansão da GFC exigirá atenção à pedagogia enquanto desenvolvemos a estrutura institucional para criar e estimular novas culturas de pluralismo epistêmico (CASTREE, 2012). A GFC deve incluir e encorajar uma diversidade de abordagens no ensino, na aprendizagem e na pesquisa. Segundo o argumento de Nick Clifford (2002):

Uma das lições derivadas a partir do estudo das ciências é o poder de cultivar: se não esperamos (ou sequer desejamos) que os estudantes se integrem em circunstâncias em que nós temos controle absoluto, então como podemos esperar que sobreviva ou até floresça uma disciplina unitária quando os mesmos estudantes formarem a próxima geração? E, o que é pior: quase desmaiar ao ver uma equação em uma aula, ou ridicularizar as geografias “imaginadas” ou “místicas”? Na verdade, nunca se deve permitir que nenhum dos dois aconteça! (p. 435)

Claramente precisamos fortalecer os espaços institucionais de aprendizagem multidisciplinar para que os estudantes se familiarizem, ou mesmo dominem, uma variedade de métodos e linguagens acadêmicas. Uma peça chave para consegui-lo será submeter à discussão os conceitos e as categorias pelos quais os geógrafos humanos críticos e físicos “veem” o mundo através de orientações conceituais que explicam a origem e o contexto das mais importantes ideias, perspectivas e teorias. Em nossa experiência, tais diálogos podem gerar desconforto, porém, são essenciais para o desenvolvimento da pesquisa integradora e o crescimento intelectual de todos.

Outro elemento importante será implementar novamente requisitos mais exigentes referentes aos planos de cursos multidisciplinares, que em muitas universidades foram sacrificados devido a situações de financiamento altamente competitivas, o interesse das universidades em que os estudantes terminassem no prazo, e as exigências da especialização. Este é um grande desafio à sobrevivência da Geografia como disciplina (conforme demonstrado por JOHNSTON, 2012), e exige que repensemos a forma como ensinamos nossos alunos e como explicamos e justificamos esse processo. Por isso, sugerimos que os estudantes participem de aulas que representem uma união das abordagens da Geografia Física e Humana crítica, para demonstrar como tal união pode gerar perguntas de pesquisa e achados inovadores para avançar a compreensão de assuntos sócio-biofísicos complexos.

Finalmente, facilitar este tipo de trabalho integrador na área da GFC requer um esforço logístico. O financiamento é sem dúvida uma questão importante, uma vez que muitos programas de financiamento existentes estão fechados a propostas da GFC. No Canadá⁵, por exemplo, o financiamento nacional é dividido entre as ciências sociais e físicas, portanto não é possível solicitar uma bolsa para fazer trabalhos da GFC. Mas, principalmente nos países onde são aceitas propostas da GFC, é essencial que os pesquisadores responsáveis dos programas escolham avaliadores que estejam abertos e capazes de avaliar trabalhos tanto da Geografia Física quanto da Humana crítica. Assim, ainda que a situação de financiamento de pesquisas da GFC nos EUA pareça ser mais promissora, um conjunto inadequado de avaliadores dificulta na prática o financiamento desse tipo de pesquisa. Existe uma situação semelhante no caso das publicações. Nossa experiência permite identificar que pode ser muito difícil publicar trabalhos que combinem as ciências físicas e o engajamento crítico com a teoria social e as relações de poder. Novas revistas representam uma alternativa, mas uma solução melhor seria uma mudança na maneira pela qual os editores e assistentes de revistas existentes escolhem e recrutam novos avaliadores.

O aparecimento do movimento *GIS & Society* no campo da Geografia é um exemplo deste tipo de esforço bem-sucedido para eliminar a divisão entre vários subcampos. Depois das chamadas “guerras SIG” dos primeiros anos da década de 1990, os geógrafos humanos críticos e os “*GIScientists*” iniciaram trabalhos integrados para chegar a um acordo sobre uma agenda de pesquisa em comum, focada nas implicações sociais das tecnologias de mapeamento (SCHUURMAN, 2000; SHEPPARD, 1995; 2005). Hoje em dia, alguns programas de pós-graduação (e inclusive de graduação) incorporaram estas perspectivas sobre o SIG em seus cursos. As novas gerações de geógrafos humanos críticos estão descobrindo maneiras de incorporar técnicas de SIG como parte de uma práxis radical, e também como forma de produzir e fornecer uma crítica das tecnologias. Novas turmas de *GIScientists* têm cada vez mais interesse em aplicar as teorias e metodologias da Geografia Humana crítica para construir tecnologias de mapeamento alternativas (ELWOOD, 2009). Isto não significa que as diferenças entre eles tenham sido eliminadas; com certeza, continuam existindo verdadeiros desafios na aproximação entre a pesquisa geotécnica e a teoria crítica. No entanto, os trabalhos de SIG, nos últimos 20 anos, têm facilitado um debate mais razoável sobre estes desafios, criando assim oportunidades

para o engajamento e a experimentação, e fornecendo importante espaço para a Geografia Física Crítica.

Conclusões

A GFC se fundamenta a partir da união das formas de análise das mudanças sociais e físicas da paisagem, afirmação que Carl Sauer e outros geógrafos da mesma geração tinham como fundamental. Entretanto, o contexto moderno demanda ir além de noções generalizadas como a de “cultura” e/ou “sociedade” interagindo com sistemas ecológicos estáveis na Terra. Os modos, as estratégias e as instituições de governança e desenvolvimento interagem com processos físicos estocásticos para moldar a Terra; o racismo, o movimento global do capitalismo e a história do colonialismo são tão fundamentais quanto o ciclo hidrológico, a circulação atmosférica e as placas tectônicas. Nós definimos a GFC como o campo que combina a atenção crítica às relações sociais e de poder com um conhecimento profundo das ciências biofísicas e tecnológicas a serviço da transformação social e ambiental. Ignorar a diversidade dos processos sociais ou físicos não é apenas ilusório, mas impede ativamente essa transformação.

Esperamos que o debate acima leve a uma discussão sobre a possibilidade de estudos mais integradores e práticas mais colaborativas. Se lida em uma perspectiva diferente, a coluna de Stephen Johnston publicada na *Geolog* em 2012 aponta para um problema ainda maior de oportunidades perdidas. A GFC é a nossa resposta.

Referências Bibliográficas

AGRAWAL, A. *Environmentality: technologies of government and the making of subjects*. Chapel Hill, NC: Duke University Press, 2005.

ARRIGHI, G. *The long twentieth century: money, power and the origins of our times*. Londres: Verso, 1994.

BAKKER, K.; BRIDGE, G. Material words? Resource geographies and the “matter of nature”. *Progress in Human Geography*, 30(1): p. 5-27, 2006.

BARAER, M. et al. Glacier recession and water resources in Peru’s Cordillera Blanca. *Journal of Glaciology*, 58(207): 134-150, 2012.

BARRON, E. S. C. et al. *Practicing epistemological pluralism: transdisciplinary research for adaptive co-management and conservation of fungal resources*. Manuscrito.

BERKES, F.; FOLKE, C. (orgs). *Linking social and ecological systems: Management practices and social mechanisms for building resilience*. Nova York: Cambridge University Press, 1998.

BIERMANN, F. et al. Navigating the Anthropocene: improving earth system governance. *Science*, 335(6074): 1306-1307, 2012.

BLAIKIE, P. *The political economy of soil erosion in developing countries*. Nova York: Longman Scientific & Technical, 1985.

_____; BROOKFIELD, H. *Land degradation and society*. Nova York: Routledge, 1987.

CAREY, M. *In the shadow of melting glaciers: climate change and Andean society*. Nova York: Oxford University Press, 2010.

_____; FRENCH, A.; O'BRIEN, E. Unintended effects of technology on climate change adaptation: an historical analysis of water conflicts below Andean glaciers. *Journal of Historical Geography*, 38(2): 181-191, 2012.

CASTREE, N. Progressing physical geography. *Progress in Physical Geography*, 36, p. 198-304, 2012.

CHEVALIER, P. et al. Climate change threats to environment in the tropical Andes: Glaciers and water resources. *Regional Environmental Change* 11 (Suppl. 1): S179-S187, 2012.

CLARK, M. J.; RICHARDS, K. J. Supporting complex decisions for sustainable river management in England and Wales. *Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems*, 12(4): 471-483, 2002.

CLARK, N. *Inhuman nature*. Londres: Sage, 2011.

CLIFFORD, N. J. The future of Geography: when the whole is less than the sum of its parts. *Geoforum*, 33(4): 431-436, 2002.

CRIFASI, R. R. A subspecies no more? A mouse, its unstable taxonomy, and western riparian resource conflict. *Cultural Geographies*, 14(4): 511-535, 2007.

CRONON, W. The trouble with wilderness; Or, getting back to the wrong nature. In: *Uncommon ground: rethinking the human place in nature*. Nova York: W.H. Norton & Company, p. 69-90, 1995.

CRUTZEN, P.; STOERMER, E. F. *The "Anthropocene"*. *IGBP Global Change Newsletter*, 41, p. 17-18, 2000.

DEMERRIT, D. From externality to inputs and interference: framing environmental research in Geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 34(1): 3-11, 2009.

DENEVAN, W. M. The pristine myth: the landscape of the Americas n 1492. *Annals of the Association of American Geographers*, 82(3): 369-385, 1992.

DOYLE, M.; LAVE, R.; ROBERTSON, M. M. River federalism and individualism. *Annals of the Association of American Geographers*, 103(2): 290-98, 2013.

DUVALL, C. S. Biocomplexity from the ground up: Vegetation patterns in a West African savanna landscape. *Annals of the Association of American Geographers*, 101, p. 497-522, 2011a.

_____. Ferricrete, forests, and temporal scale in the production of colonial science in Africa. In: GOLDMAN, M.; NADASDY, P.; TURNER, M. (orgs). *Knowing nature: Conversations at the border of Political Ecology and Science Studies*. University of Chicago Press, p.113-127, 2011b.

ELLIS, E. C.; GOLDEWIJK, K. K.; SIEBERT, S.; LIGHTMAN, D.; RAMANKUTTY, N. Anthropogenic transformation of biomes, 1700 to 2000. *Global Ecology and Biogeography*, 19(5): 589-606, 2010.

ELWOOD, S. A. Integrating participatory action research and GIS education: Negotiating methodologies, politics and technologies. *Journal of Geography in Higher Education*, 33(1): 51-65, 2009.

FROTHINGHAM, K. M.; RHOADS, B. L.; HERRICKS, E. E. Stream geomorphology and fisheries in channelized and meandering reaches of an agricultural stream. In: DORAVA, J. M; MONTGOMERY, D. R. PALCSAK, B. B.; FITZPATRICK, F. A. (orgs). *Geomorphic processes and riverine habitat*. Washington DC: American Geophysical Union, p. 105-117, 2001.

FRYIRS, K.; BRIERLEY, G. J. Naturalness and place in river rehabilitation. *Ecology and Society*, 14(1): 20, 2009.

GIBBS, D.; JONAS, A. E. G. Governance and regulation in local environmental policy: the utility of a regime approach. *Geoforum*, 31(3): 299-313, 2000.

GRABBATIN, B.; ROSSI, J. Political ecology: noequilibrium science and nature-society research. *Geography Compass*, 6(5): 275-289, 2012.

GREGORY, K. J. *The changing nature of physical geography*. Londres: Arnold, 2000.

GUTHMAN, J. *Weighing in: obesity, food, justice, and the limits of capitalism*. Berkeley: University of California Press, 2011.

HAFF, P. K. Hillslopes, rivers, plows, and trucks: mass transport on Earth's surface by natural and technological processes. *Earth Surface Processes and Landforms*, 35(10): 1157-66, 2010.

HARRISON, S.; MASSEY, D.; RICHARDS, K. Conversations across the divide. *Geoforum*, 39, p. 549-551, 2008.

HEAD, L.; ATCHISON, J.; GATES, A. *Ingrained: a human biogeography of wheat*. Surrey, UK: Ashgate, 2012.

HECHT, S. Environment, development and politics: capital accumulation and the livestock sector in eastern Amazonia. *World Development*, 13(6): 663-684, 1985.

HIRD, M. *The origins of social life: evolution after science studies*. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, 2009.

HUBER, M. T.; EMEL, J. Fixed minerals, scalar politics: the weight of scale in conflicts over the "1872 mining law" in the United States. *Environment and Planning A*, 41(2): 371-388, 2009.

JESSOP, B. Capitalism and its future: remarks on regulation, government and governance. *Review of International Political Economy*, 4(3): 561-581, 1997.

JOHNSTON, S. Get rid of geography departments. *Geolog*, 41(1): 6-7, 2012.

LANE, K. M. D. Water, technology, and the courtroom: Negotiating reclamation policy in territorial New Mexico. *Journal of Historical Geography*, 37, p. 300-311, 2011.

LANE, S. N. Constructive comments on D. Massey – dpace-time, "science" and the relationship between physical geography and human geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 26(2): 243-256, 2001.

LAVE, R. Bridging political ecology and STS: a field analysis of the Rosgen Wars. *Annals of the Association of American Geographers*, 102(2): 366-382, 2012a.

_____. *Fields and streams: stream restoration, neoliberalism, and the future of environmental science*. Atenas: University of Georgia Press, 2012b.

_____; DOYLE, M.; ROBERTSON, M. Privatizing stream restration in the US. *Social Studies of Science*, 40(5): 677-703, 2010.

LINTON, J. *What is water? The history of a modern abstraction*. Vancouver: UBC Press, 2010.

LIVINGSTONE, D. N. *Putting science in its place: Geographies of scientific knowledge*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

LORIMER, J. Elephants as companion species: the lively biogeographies of Asian elephant conservation in Sri Lanka. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 35(4): 491-506, 2010.

_____. Multinatural geographies for the Anthropocene. *Progress in Human Geography*, 2012. Doi: 10.1177/0309132511435352

LUBCHENCO, J. Entering the century of the environment: a new social contract for science. *Science*, 279(5350): 491-97, 1998.

MAHONY, M.; HULME, M. Model migrations: mobility and boundary crossings in regional climate prediction. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 37(2): 197-211, 2012.

MANSFIELD, B.; MUNROE, D.; McSWEENEY, K. Does economic growth cause forest recovery? Geographical explanations of forest regrowth. *Geography Compass*, 4(5): 416-427, 2010.

McCARTHY, J. Scale, sovereignty, and strategy in environmental governance. *Antipode*, 37(4): 731-753, 2005.

MOORE, J. W. Environmental crises and the metabolic rift in world-historical perspective. *Organization & Environment*, 13(2): 123-157, 2000.

_____. Ecological crisis and the agrarian question in world-historical perspective. *Monthly Review*, 60(6): 54-62, 2008.

PAIN, R.; WHITMAN, G.; MILLEDGE, D.; TRUST, L. R. *Participatory action research toolkit: an introduction to using PAR as an approach to learning, research and action*. Durhan, UK: Durhan University, 2011. <http://www.dur.ac.uk/resources/beacon/PARtoolkit.pdf>.

PHILLIPS, J. D. The job of the river. *Earth Surface Processes and Landforms*, 35, p. 305-313, 2010.

_____. Emergence and pseudo-equilibrium in geomorphology. *Geomorphology*, 132, p. 319-326, 2011.

POLANYI, K. *The great transformation: the political and economic origins of our time*. Boston: Beacon Press, 1944.

PROCTOR, J. D. The meaning of global environmental change: rethinking culture in human dimensions research. *Global Environmental Change: Human and Policy Dimensions*, 8(3): 227-248, 1998.

_____. Saving nature in the Anthropocene. *Journal of Environmental Studies and Sciences*, 3(1): 83-92, 2012.

_____; LARSON, B. M. H. Ecology, complexity, and metaphor (introduction). *BioSciences*, 3(1): 83-92, 2013.

RAJ, K. *Relocating modern science: circulation and the construction of knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2007.

RHOADS, B. L. The dynamic basis of geomorphology reenvisioned. *Annals of the Association of American Geographers*, 96, p. 14-30, 2006.

_____; HERRICKS, E. E. Naturalization of headwater agricultural streams in Illinois: Challenges and possibilities. In: BROKERS, A.; SHIELDS, D. (orgs). *River channel restoration*. Chichester, UK: Wiley, p. 331-367, 1996.

_____; MASSEY, K. Flow structure and channel change in a sinuous grass-lined stream within an agricultural drainage ditch: implications for ditch stability and aquatic habitat. *River Research and Applications*, 28(1): 39-52, 2012.

_____; SCHWARTZ, J. S.; PORTER, S. A. Stream geomorphology and variability of hydraulic habitat for fish in four Midwestern agricultural streams. *Water Resources Research*, 39(8): 1-13, 2003.

_____; THORN, C. E. (orgs). *The scientific nature of geomorphology*. Chichester, UK: Wiley, 1996.

_____; WILSON, D.; URBAN, M.; HERRICKS, E. E. Interaction between scientists and nonscientists in community-based watershed management: emergence of the concept of stream naturalization. *Environmental Management*, 24(3): 297-308, 1999.

ROBBINS, P. Fixed categories in a portable landscape: the causes and consequences of land-cover categorization. *Environment and Planning A*, 33(1): 161-179, 2001.

_____. *Political ecology: a critical introduction*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2012.

ROBERTSON, M. M. The nature that capital can see: science, state and market in the commodification of ecosystem services. *Environment and Planning D: Society and Space*, 24(3): 367-387, 2006.

SAYER, D. *The violence of abstraction: the analytic foundations of historical materialism*. Oxford: Basil-Blackwell, 1989.

SAYRE, N. F. The genesis, history, and limits of carrying capacity. *Annals of the Association of American Geographers*, 98(1): 120-134, 2008.

_____. The politics of the anthropogenic. *Annual Review of Anthropology*, 41, p. 57-702, 2012.

SCHUURMAN, N. Trouble in the heartland: GIS and its critics in the 1990s. *Progress in Human Geography*, 24(4): 569-590, 2000.

SHEPPARD, E. GIS and society: towards a research agenda. *Cartography and Geographic Information Systems*, 22(1): 5-16, 1995.

_____. Knowledge production through Critical GIS: Genealogy and prospects. *Cartographica*, 40(4): 5-21, 2005.

SIMON, G. The 100th meridian, ecological boundaries and the problem of reification. *Society and Natural Resources*, 24(1): 95-101, 2011.

_____. Development, risk momentum and the ecology of vulnerability: a historic-relational analysis of the 1991 Oakland Hills firestorm. In: DOOLING, S.; SIMON, G. (orgs). *The politics and production of urban vulnerabilities*. Aldershot, UK: Ashgate, p. 23-48, 2012.

SUTTER, P. Nature's agents or agents of empire? Entomological workers and environmental change during the construction of the Panama Canal. *Isis*, 98(4): 724-754, 2007,

SWYNGEDOUW, E.; HEYNEN, N. Urban political ecology, justice, and the politics of scale. *Antipode*, 35(5): 898-918, 2003.

TADAKI, M.; SALMOND, J.; HERON, R. L.; BRIERLEY, G. Nature, culture, and the work of physical geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 34(4): 547-562, 2012.

TRUDGILL, S.; ROY, A. (orgs). *Contemporary meanings in physical geography: From what to why?* Londres: Arnold, 2003.

TURNER, B. L.; ROBBINS, P. Land-change science and political ecology: similarities, differences, and implications for sustainability science. *Annual Review of Environment and Resources*, 33, p. 295-316, 2008.

_____; LAMBIN, E.; REENBERG, A. The emergence of landchange science for global environmental change and sustainability. *PNAS: Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 104(52), 2007, p. 20666-20671.

TURNER, M. B. Merging local and regional analyses of land-use change: the case of livestock in the Sahel. *Annals of the Association of American Geographers*, 89(2): 191-219, 1999.

URBAN, M. A. An uninhabited waste: transforming the grand prairie in nineteenth century Illinois, USA. *Journal of Historical Geography*, 31(4): 647-665, 2005a.

_____. Values and ethical beliefs regarding agricultural drainage in central Illinois, USA. *Society and Natural Resources*, 18(2): 173-189, 2005b.

_____; RHOADS, B. L. Catastrophic human-induced change in stream-channel planform and geometry in an agricultural watershed, Illinois, USA. *Annals of the Association of American Geographers*, 93(4): 783-796 , 2003a.

_____. Conceptions of nature. In: TRUDGILL, S.; ROY, A. (orgs). *Meaning in Physical Geography*. Londres: Arnold, p. 211-231, 2003b.

VALE, T. R. *Plants and people: vegetation change in North America*. Washington DC: Association of American Geographers, 1982.

VERGARA, W. Economic impacts of rapid glacier retreat in Andes. *EOS, Transactions, American Geophysical Union*, 88(25): 261-268, 2007.

VITOUSEK, P. M.; MOONEY, H. A.; LUBCHENCO, J.; MELILLO, J. M. Human domination of Earth's ecosystems. *Science*, p. 494-99, 277, 1997.

WAINWRIGHT, S. Science studies in physical geography: Anidea whose time has come? *Progress in Physical Geography*, 36(6): 786-812, 2012.

WALKER, P. A. Political ecology: where is the ecology? *Progress in Human Geography*, 29(1): 73-82, 2005.

WATTS, M. J. Social theory and environmental degradation: the case of Sudano-Sahelian West Africa. In: GRADUS, Y. (Org.). *Desert development: man and technology in sparse-lands*. Dodrecht: Reidel, 1985, p. 14-32.

WILSON, D.; URBAN, M.; GRAVES, M.; MORRISON, D. Beyond the economic: farmer practices and identities in Central Illinois, USA. *The Great Lakes Geographer*, 10(1): 21-33, 2003.

WOHL, E.; MERRITTS, D. J. What is a natural river? *Geography Compass*, 1(4): 871-900, 2007.

ZALASIEWICZ, J.; WILLIAMS, J.; STEFFEN, W.; CRUTZEN, P. J. The new world of the Anthropocene. *Environmental Science and Technology*, 44(7): . 2228-2231, 2010, p.

ZIMMERER, K. S. Soil erosion and labor shortages in the Andes with special reference to Bolivia, 1953-91: implications for "conservation-with-development". *World Development*, 21(10): 1659-1674, 1993.

_____. Human geography and the "new ecology": the prospect and promise of integration. *Annals of the Association of American Geographers*, 84(1): 108-125, 1994.

Recebido em: 11/03/2019

Aceito em: 22/03/2019

¹ Este artigo foi originalmente publicado em inglês “Intervention: Critical physical geography no ano de 2014” na Revista *The Canadian Geographer*, 58:1–10. Estando disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/cag.12061>. A tradução livre realizada por Steven Alcorn foi solicitada e disponibilizada para publicação nesta revista pela profa. Rebecca Lave (rlave@indiana.edu). Revisão técnica no Brasil: Núbia Beray Armond (nubia.beray@ufrj.br), Paulo Cesar Zangalli Junior (pauloczangalli@gmail.com) e Vinicius Carmello (viniciuscarmello@gmail.com), que realizaram indicações em alguns momentos do texto expressas em notas de rodapé, identificadas por Nota dos Revisores (N.R.).

² Demais autores do presente artigo: Christine Biermann (Dept. of Geography, The Ohio State University, Columbus, EUA); Mark A. Carey (Dept. of History, University of Oregon, Eugene, EUA); Chris S. Duvall (Dept. of Geography, University of New Mexico, Albuquerque, EUA); Leigh Johnson (Dept. of Geography, University of Zurich, Zurich, Suíça); K. Maria Lane (Dept. of Geography, University of New Mexico, Albuquerque, EUA); Nathan McClintock (Dept. of Urban Studies and Planning, Portland State University, Oregon, EUA); Darla Munroe (Dept. of Geography, The Ohio State University, Columbus, EUA); Rachel Pain (Dept. of Geography, Durham University, Durham, England); James Proctor (Environmental Studies Program, Lewis & Clark College, Oregon, EUA); Bruce L. Rhoads (Dept. of Geography, University of Illinois Urbana-Champaign, Champaign, EUA); Morgan M. Robertson (Dept. of Geography, Universidade de Kentucky, Lexington, EUA); Jairus Rossi (Dept. of Geography, University of Kentucky, Lexington, EUA); Nathan F. Sayre (Dept. of Geography, University of California at Berkeley, Berkeley, EUA); Gregory Simon (Dept. of Geography and Environmental Sciences, University of Colorado-Denver, Denver, EUA); Marc Tadaki (Dept. of Geography, University of British Columbia, British Columbia, Canada); Christopher Van Dyke (Dept. of Geography, University of Kentucky, Lexington, EUA).

³ Para alguns cientistas nas ciências físicas, a área de pesquisa conhecida como “geografia física” jáoca práticas intelectuais multi e transdisciplinares, além do hibridismo de atravessar as fronteiras da prática, da análise e da formulação de política.

⁴ Outro precedente importante são os atuais e vitais trabalhos na ciência da sustentabilidade e na ciência das mudanças no uso/cobertura do solo. O trabalho de W. Clark, B.L. Turner e seus colegas é compatível com a GFC por sua interdisciplinaridade, pela atenção a interações sócio-ecológicas, que não são lineares e dependentes, e pela aspiração à relevância prática e política (TURNER et al. 2007; TURNER e ROBBINS, 2008). A GFC se diferencia por sua ênfase na coprodução de sistemas sócio-biofísicos, seu profundo compromisso com a teoria social e as raízes materiais e as consequências das relações desiguais de poder, e sua prática intelectual reflexiva que reconhece as influências sociais e políticas das agendas e práticas de pesquisa, questionando as afirmações das descobertas de pesquisas que dizem ser universais e livres da imposição de valores.

⁵ N.R.: no Brasil, apesar da Geografia Física e Geografia Humana compartilharem o mesmo comitê de assessoramento do CNPq (uma das principais agências de fomento à pesquisa do país) e a despeito das tendências mais recentes à integração temática, teórico-conceitual e metodológica destes dois grandes campos, parte dos pesquisadores de uma Geografia Física de caráter crítico possui uma percepção sobre a existência de certa relutância de pareceristas na concessão de fomento a pesquisas com esse perfil.

A *Tava* Como Elemento Importante na Composição Territorial *Mbyá Guarani* – Breves Apontamentos

Tava as an Important Element in *Mbyá Guarani* Territorial Composition: Brief Notes

Helena Amanda Faller Tagarroⁱ

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Brasília, DF, Brasil

Resumo: Antes, eram donos de toda essa terra; hoje, os povos indígenas precisam lutar para terem suas identidades e direitos reconhecidos; seu território se tornou restrito e imputado pelo Estado, muitas vezes sem levar em consideração a trajetória histórica e cultural e as relações territoriais existentes. O objeto de análise deste trabalho se refere à Região das Missões localizada no Rio Grande do Sul, local onde os missionários espanhóis fundaram seus povoados. A proposta é introduzir o debate acerca da relação dos *Mbyá Guarani* com o território, apresentando suas características e deslocamentos, o território político e cultural, além de problematizar a participação indígena nos processos de reconhecimento do Patrimônio Cultural Brasileiro na região missioneira.

Palavras-chave: Território; Identidade; Indígena.

Abstract: Once the owners of all of the land, today indigenous peoples must struggle to have their identities and rights recognized and over time their territory has been restricted and imputed by the State, often without taking into account their historical and cultural trajectory and their existing territorial relations. This study explores the relationship of the *Mbyá Guarani* with their territory in the Region of the Missions (Rio Grande do Sul state). In the past Spanish clerics founded mission villages for the *Mbyá Guarani*. These villages are characterized, population displacements traced and the political and cultural territory described. Finally, the role of indigenous participation in the process of recognition of a Cultural Heritage Site in the Missions region is evaluated.

Keywords: Territory; Identity; Indigenous

Introdução

A região das Missões, no Rio Grande do Sul, guarda uma historicidade complexa que envolve a participação dos jesuítas, dos indígenas e das duas Coroas Ibéricas. Território inicialmente pertencente aos nativos da América, foi invadido por colonos e

ⁱ Geógrafa pela UFES; Mestranda em Preservação do Patrimônio Cultural pelo IPHAN. helenafaller.89@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-6753-3325>

missionários espanhóis, durante os séculos XVI e XVII, que se apossaram atribuindo a ele uma nova forma de organização social e espacial. Embora, atualmente, este território pertença ao Brasil, a presença espanhola no período colonial se justifica pela assinatura do Tratado de Tordesilhas, em 1494. O tratado estipulou uma linha divisória do continente americano, designando o território oriental à Portugal e o ocidental à Espanha (MAEDER, 2009). Portanto, o que hoje se refere ao estado do Rio Grande do Sul, no período colonial pertencia à Coroa Hispânica.

O território em questão foi ocupado por missionários da Companhia de Jesus que fundaram povoados com características comunitárias, com áreas de cultivos de pastagem, além de uma infraestrutura urbana (STELLO, 2013). A fundação desses povoados teve como proposta a evangelização dos povos indígenas que habitavam aquela região, fazendo com que eles fossem “reduzidos” aos padrões culturais europeus, o que explica o termo redução também associado aos povoamentos (BAPTISTA, 2010). Entretanto, para além deste propósito, havia o interesse da consolidação do poder político e social por parte dos europeus sobre sua colônia. As ações, de certo modo, deram certo, apesar das diversas dificuldades que surgiram durante o processo, mas acabaram recebendo grande prestígio diante da coroa espanhola ainda no período colonial (MAEDER, 2009).

Para o pleno funcionamento desejado pelos jesuítas, as reduções eram constituídas por áreas que atendiam tanto os padres quanto os indígenas, além das áreas comunitárias que eram utilizadas por todos. Apesar de possuir uma infraestrutura aparentemente democrática, as reduções tinham um caráter bastante hierárquico, sendo os religiosos os maiores representantes do poder (BAPTISTA, 2010).

Em contrapartida, para que houvesse uma boa convivência entre os nativos e os jesuítas, foi necessário atribuir ao primeiro grupo poder de autonomia dentro dos povoados, pois, ainda que os jesuítas detivessem a maior centralidade do poder, ainda que estivessem no nível mais alto da hierarquia, muitos indígenas permaneciam resistentes às suas ordens, mantendo-se fiéis apenas aos seus caciques. E para que todos os nativos que optaram por viver dentro dos povoados produzissem conforme os anseios dos religiosos, era importante ceder parte do poder. Assim, segundo Baptista (2010), na composição espacial das reduções, havia uma área conhecida como cacicados, que podem ser entendidos como espaços reservados para uso familiar, muito comum aos modelos de organização dos próprios *Guarani*.

Há alguns autores que buscam apresentar a aliança formada entre os indígenas e os jesuítas como algo positivo ao primeiro grupo, ao considerarem que estando dentro das reduções eles estariam protegidos dos colonos, como aponta Baptista (2010, p. 18), onde “os povoados missionais são representados como locais seguros e confortáveis aos indígenas graças a um conjunto de benesses urbanísticos e tecnológicos apresentados pelos padres”. Por outro lado, há outros autores, como Pontes, que discordam e trazem outra perspectiva, segundo a qual “nas reduções os indígenas estavam mais protegidos da escravidão pelos colonos, no entanto, estavam submissos ao trabalho servil imposto pelos jesuítas” (2010, p. 58).

E foi com o uso desse trabalho servil que muitos povoados conseguiram prosperar. A mão de obra indígena se tornou base da produção interna das reduções, apesar de

não gerar excedentes, uma vez que não faz parte da tradição *Guarani* produzir além do necessário, o que, de certa forma, desagradava os religiosos (BAPTISTA, 2010). Porém, vale dizer que foram os indígenas os maiores responsáveis pela construção de inúmeras igrejas ao longo do território jesuítico. Graças a sua força de trabalho e seu empenho os povoados se desenvolveram, chegando ao número de trinta povos espalhados entre Argentina, Brasil e Paraguai, dando origem à Província Jesuítica do Paraguai (STELLO, 2013). No território que hoje pertence ao Estado brasileiro, encontram-se os remanescentes de sete desses trinta povos.

Os povoamentos de Santo Ângelo Custódio, São Francisco Borja e São Luiz Gonzaga tiveram seus resquícios sobrepostos pelas cidades que surgiram ao longo do tempo. Os outros quatro sítios mantiveram alguns vestígios das antigas reduções e foram todos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Figura 1), sendo eles São Miguel Arcanjo, São João Batista, São Nicolau e São Lourenço Mártir. Os sítios de São João Batista, São Nicolau e São Lourenço Mártir foram inscritos no Livro Histórico em 1970. Já o de São Miguel Arcanjo foi inscrito no Livro de Belas Artes em 1938, e declarado Patrimônio Mundial pela UNESCO, em 1983. Ademais, todos os quatro sítios históricos foram reconhecidos como Patrimônio Cultural do MERCOSUL, em 2015, em conjunto com Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, com o título de Missões Jesuíticas *Guarani*, Moxos e Chiquitos¹.

Quatro sítios históricos identificados, valorados e acautelados via legislação federal de tombamento, sem contar os reconhecimentos que ultrapassam os limites nacionais; mas eis um questionamento que muito me intriga: em meio a essas narrativas, houve a participação dos indígenas? Trago esta questão tendo em vista que é inevitável reconhecer o papel fundamental que os mesmos tiveram na construção desses bens que hoje chamamos de patrimônio. Desta forma, se eles fizeram parte do processo histórico de formação e consolidação das reduções, por que não trazê-los como os protagonistas que também são dessa mesma história? Não pretendo aqui afirmar que as narrativas indígenas foram excluídas ou negligenciadas, mas sim problematizar essa situação.

Ademais, em 2014 ocorreu o registro da *Tava*, inscrita no Livro de Lugares como *Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani*. Esse registro, fruto do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) dos *Mbyá Guarani* do Rio Grande do Sul, trouxe em perspectiva um novo olhar sobre o território missioneiro. Tanto a realização do inventário, quanto o registro da *Tava*, contribuíram para ampliar o debate acerca da territorialidade *Guarani*, que, como busco apresentar neste trabalho, demonstram haver uma forte relação cosmológica, considerando que todos os espaços ocupados por esse povo são inicialmente definidas pelos *karáí* (líderes espirituais) através da identificação das *Tava*, ou seja, ocorre uma identificação da sacralidade do lugar e, em seguida, a sua ocupação.

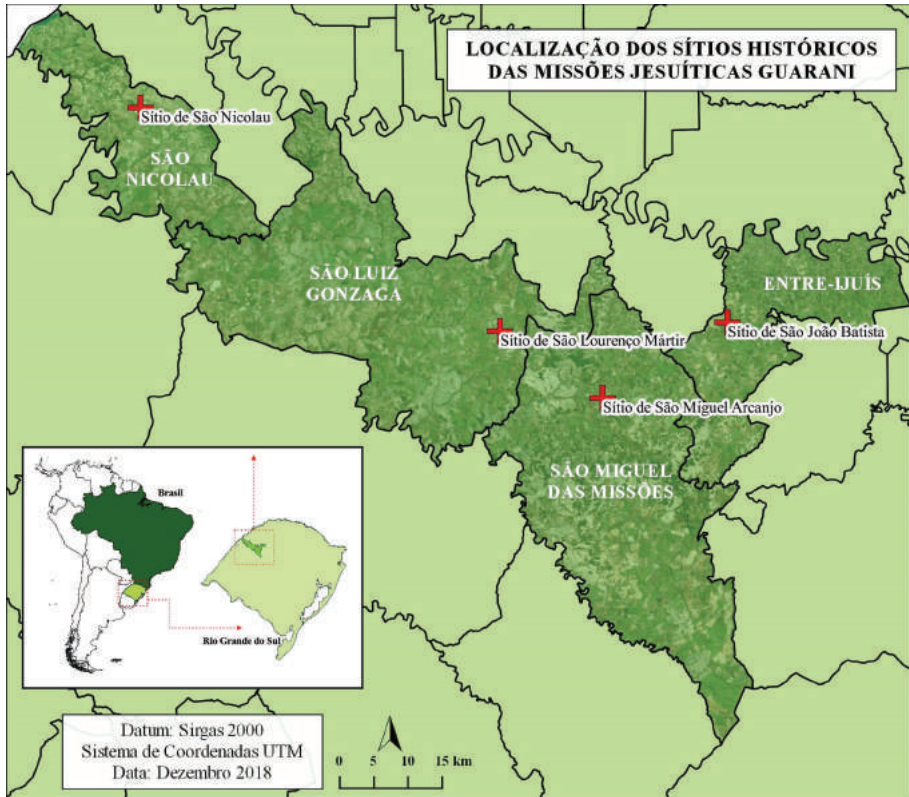


Figura 1: Mapa de localização dos quatro sítios históricos acautelados pelo IPHAN

Fonte: Geoserver IPHAN/ IBGE.

É perceptível que a existência das *Tava* está intrinsecamente relacionada com a territorialidade *Mbyá Guarani*, e a patrimonialização da *Tava* de São Miguel Arcanjo é uma maneira de reconhecer e valorizar a cultura *Mbyá*, bem como a participação desse povo nos processos históricos do Brasil. Em verdade, os *Mbyá Guarani* não só contribuíram na formação histórica brasileira através das instalações das reduções jesuíticas no sul do país, como também em outros países sul-americanos, como Argentina e Paraguai. Assim, em outubro de 2018, ocorreu o seu mais recente reconhecimento como Patrimônio Cultural do MERCOSUL, criando um novo espaço de debate acerca de sua territorialidade que ultrapassa os limites nacionais. E pensando na relação *Tava* x território *Mbyá*, há uma explanação acerca desse novo reconhecimento e a importância dele para aquele povo.

Vale ressaltar que, no âmbito do MERCOSUL, existem dois reconhecimentos distintos do patrimônio cultural. O primeiro, ocorrido em 2015, se refere aos quatro sítios históricos reconhecidos junto com outros sítios localizados na Argentina, Bolívia, Para-

guai e Uruguai; trata-se de um bem de natureza material e caráter transnacional. A *Tava* é outro bem reconhecido pelo bloco, em 2018, porém de natureza imaterial e, apesar de estar associado ao território tradicional *Guarani* que ultrapassa os limites nacionais, não se trata de patrimônio transfronteiriço.

O presente trabalho tem como proposta trazer para o debate a relação que o povo *Mbyá Guarani* tem com o seu território, considerando as existências das *Tava* que atuam no processo de ocupação e formação territorial. Assim, o trabalho busca apresentar o território sob duas perspectivas: a política, em que o território é delimitado política e juridicamente; e a cultural, que remete ao território tradicional *Guarani*, existente a partir dos movimentos de deslocamento e de ocupações ao longo do tempo, é um território que não obedece aos limites políticos. Ademais, há também uma breve explanação sobre o que é uma *Tava* e como se deu o reconhecimento da *Tava* presente no Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo, localizado no município de São Miguel das Missões/RS, como Patrimônio Imaterial Brasileiro, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e como Patrimônio Cultural do MERCOSUL.

Embora a proposta deste estudo seja de discutir a relação das *Tava*, em especial a *Tava* de São Miguel Arcanjo, com o território *Guarani*, não é intento aqui aprofundar tal discussão. Trata-se, portanto, de um estudo que traz breves apontamentos iniciais a respeito da temática. Para tanto, a metodologia utilizada é de pesquisa bibliográfica, em que foram selecionadas algumas bibliografias como livros, artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorados que apresentam ligações com o tema, para contribuir nessa construção. Havia-se, inicialmente, a proposta de se realizar uma visita de campo na Aldeia Alvorecer (*Tekoá Koenju*), em São Miguel das Missões/RS, para conhecer empiricamente essa relação do povo com o território, assim como para coletar informações importantes para o desenvolvimento do trabalho. Contudo, tal visita não pôde ser realizada, o que culminou na impossibilidade de aprofundamento do tema e, por esta razão, são trazidos aqui alguns breves apontamentos com bases bibliográficas que se dividem em apresentação sobre o território *Mbyá Guarani* e a *Tava* enquanto Patrimônio Cultural.

O Território *Mbyá Guarani*

O povo *Guarani* mantém uma relação íntima com a natureza, de modo que eles só ocupam ambientes propícios à sua sobrevivência, pois, para eles, deve-se usufruir apenas o necessário, o que lhes cabe. Há uma dificuldade de se estabelecerem em um espaço por conta do seu modo de vida, que se baseia na subsistência. Assim, em áreas pouco extensas, onde a concentração de elementos naturais para a subsistência do grupo é pouco favorável, ocorre um fluxo migratório mais intenso para outros locais, dando ao antigo o direito de regeneração (TEAO, 2015). Essa relação de uso do território, extraindo somente o que é preciso, é reflexo do modo de vida *Guarani*, que transcende as questões ambientais pertencentes ao pensamento ocidental; na verdade, está muito ligado às questões místicas e cosmológicas do grupo, que acredita que extrapolar os limites da natureza, isto é, danificar o ambiente causará “a fúria de seus ‘donos’” (IPHAN, 2014, p. 8).

No entanto, “os donos” a que se referem são os “seres encantados” que guardam e protegem a terra, os primeiros *Mbyá*; isso porque, para esse grupo, a terra não possui dono, tendo todos o igual direito de ocupar e usufruir dela (LADEIRA, 1997). Apesar da crença de que a terra não pertence a ninguém, os *Mbyá Guarani* acreditam na existência de um território tradicional deles, um território que foi habitado por seus ancestrais que atingiram a imortalidade, alcançando a “Terra sem Mal”. Esse território tradicional *Guarani* se expressa através de um itinerário percorrido pelos *Mbyá* do passado, que foram deixando marcas ao longo do tempo, e que hoje está presente no ideário de seus descendentes, o que reflete na dimensão cultural do território explicada por Haesbaert (2011).

O território tradicional *Guarani* é compreendido por áreas existentes na parte oriental do Paraguai, no nordeste da Argentina e no leste brasileiro, que se estende desde o Rio Grande do Sul até o Espírito Santo (IPHAN, 2014; TEAO, 2015). O mapa a seguir (Figura 2) mostra a mancha do que seria a representação atual do território tradicional *Guarani*, construído com base no Mapa Digital *Guarani*², em que são apontados os locais onde ainda há ocorrência da presença *Guarani* na América do Sul. Em toda essa mancha espacial eles estão presentes, pois é nela que realizam suas peregrinações em busca da morada celeste, além de se tornar uma representação da “territorialidade livre”, que se refere a um dos princípios estabelecidos por eles e que se encontra no Dossiê de Registro da *Tava*, documento elaborado em 2014 pelo IPHAN como base para o registro da *Tava* de São Miguel Arcanjo como referência cultural *Guarani*. Essa “territorialidade livre” consiste no reconhecimento do direito dos *Guarani* de transitarem livremente pelo seu território tradicional (IPHAN, 2014).

Além da “territorialidade livre”, há mais dois princípios apresentados pelos *Guarani*, sendo eles a “natureza livre” e “respeito à dimensão do segredo” (IPHAN, 2014, p. 8). A “natureza livre” está relacionada ao que já foi abordado anteriormente, ao respeito dado à natureza, a sobrevivência ocorrida através da moderação. A preservação, para eles, ultrapassa o sentido de proteger para manter, sendo mais uma questão de ser e de pertencer ao ambiente. O princípio de “respeito à dimensão do segredo” pode ser entendido como o direito de escolha do grupo do que deve ou não ser transmitido ao restante da sociedade, é a compreensão “de que há aspectos da cultura dos *Guarani-Mbyá* que só a eles pertencem e que não devem ser publicizados. (...) cabe a eles definir o que deve ser divulgado e o que deve permanecer como segredo com relação aos seus saberes” (IPHAN, 2014, p. 8).

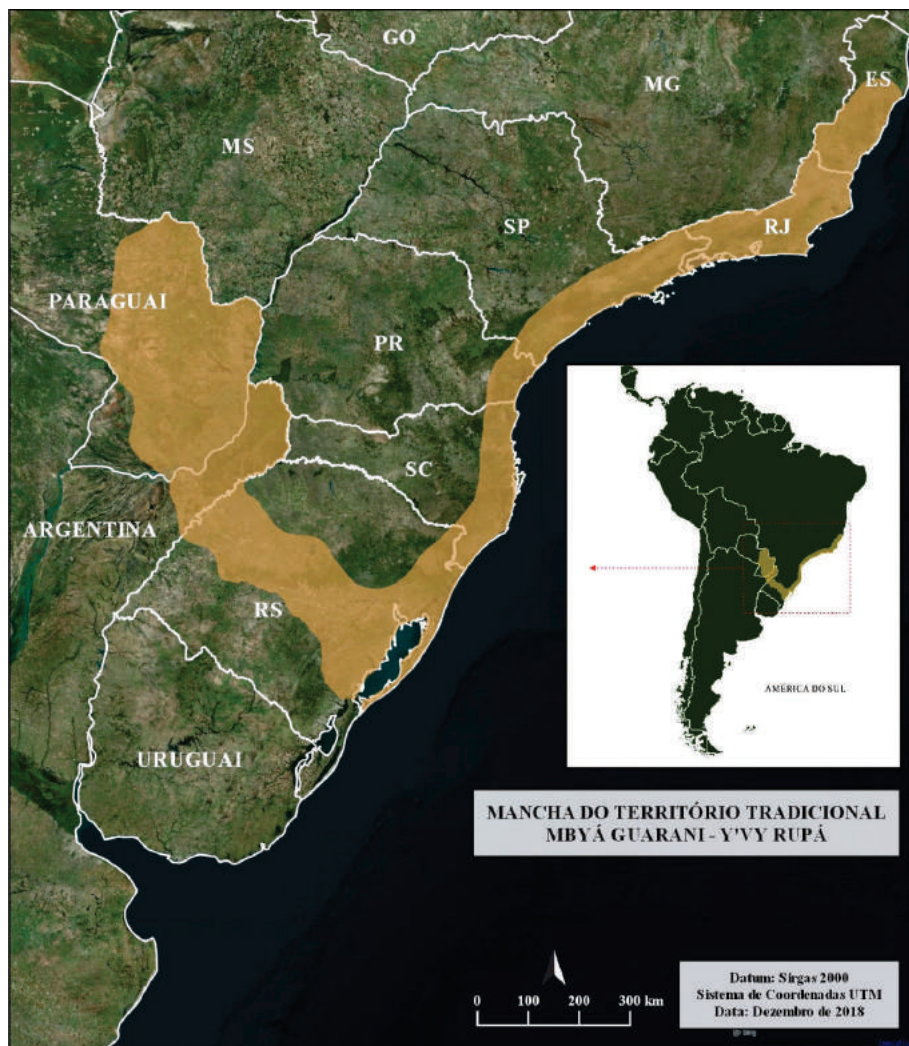


Figura 2: Distribuição do Território Tradicional *Mbyá Guarani* – Y'vy Rupá
Fonte: Geoserver IPHAN/ IBGE/ Cartografia Cultural Guarani IPHAN.

O entendimento acerca desses três princípios apresentados surgiu a partir do desenvolvimento do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), realizado pelo IPHAN, entre os anos de 2004 a 2008, nas seguintes aldeias: Tekoá Koenju, Tekoá Porã, Tekoá Yryapu e Tekoá Anhetenguá (Figura 3). Ademais, também o inventário possibilitou no conhecimento da existência da *Tava* no sítio de São Miguel Arcanjo, um dos quatro acautelados pela legislação federal de tombamento, além de ser reconhecido como Patrimônio Mundial e do MERCOSUL.

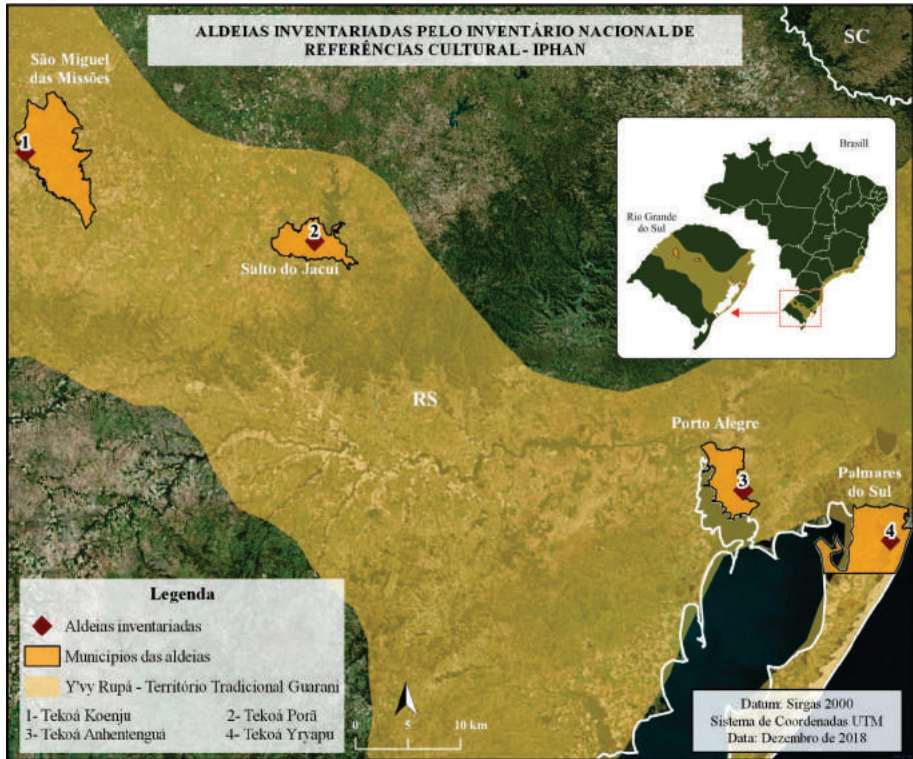


Figura 3: Localização das aldeias inventariadas pelo INRC dos *Mbyá Guarani* no Rio Grande do Sul.

Fonte: Geoserver IPHAN; IBGE; Cartografia Cultural Guarani IPHAN.

Para os *Guarani*, a *Tava* representa “um local sagrado onde viveram seus antepassados” (IPHAN, 2014, p. 29) e é tão significativa que só pode ser vista pelos *karaí*, líder espiritual *Mbyá*, e geralmente é associada a elementos da natureza, como formação rochosa e relevo. Por outro lado, a *Tava* localizada em São Miguel das Missões possui uma particularidade por ser visível tanto aos olhos dos outros *Mbyá*, quanto aos olhos dos *Juruá* (não indígenas), e também por se tratar de uma construção e não um elemento natural (Figura 4). E essa particularidade é explicada pelos *Guarani* como sendo o desejo de *Nhanderu* fazer dela visível para que todos possam acreditar nas narrativas sagradas e, assim, viver de maneira consciente e respeitosa tanto entre si quanto com a natureza (IPHAN, 2014).



Figura 4: Remanescentes da Igreja de São Miguel Arcanjo e Tava para o povo Mbyá Guarani – São Miguel das Missões/RS.

Foto: Helena Faller (Agosto/2018).

A *Tava*, como um lugar simbólico, torna-se também um lugar referencial para a territorialidade Mbyá, pois é a partir de sua identificação que o grupo começa a constituir o seu território, erguendo inicialmente uma *opy* (casa de oração) nas proximidades e, em seguida, edificando uma nova aldeia para dar continuidade ao modo de vida *Guarani*. De acordo com o dossiê de registro (IPHAN, 2014), quem determina o local para o estabelecimento das *tekoá* (aldeias) são os *karaí*, pois são os únicos capazes de enxergar os sinais deixados por seus ancestrais, sendo um desses sinais a própria *Tava*, como já foi mencionado anteriormente. *Tava* significa “casa de pedra”, e segundo o IPHAN, “são lugares que já tiveram a presença de imortais, isto é, dos primeiros Mbyá, que se encantaram e hoje moram na Terra sem Mal” (2014, p. 27).

Diante do que tem sido exposto neste trabalho, fica perceptível que a composição territorial dos Mbyá Guarani muito está relacionada com sua cosmologia, mantendo uma relação de respeito com a natureza e, ao mesmo tempo, obedecendo determinações de seus ancestrais – expressadas através dos *karaí* – de onde devem ocupar e se estabelecer. Além disso, fica perceptível a não permanência deles no mesmo espaço por muito tempo, uma vez que estão sempre em movimento. E esses deslocamentos ocorrem, pode-se dizer, por duas razões distintas. A primeira é alusiva às questões místicas, quando saem em busca de sua imortalidade, em busca da Terra sem Mal, retornando à ideia de “territorialidade livre” como um dos princípios *Guarani*. A outra razão é decorrente dos conflitos fundiários que os força, muitas vezes, a buscar outros espaços, como

aponta Teo (2015) e Ladeira (1996), sendo uma realidade que atinge não apenas os grupos *Mbyá*, mas diversas outras etnias no Brasil.

Os deslocamentos *Mbyá* são uma constante e ocorrem desde antes da chegada dos luso-hispânicos a terras ameríndias. Porém, por viverem em movimento, acabam sendo impedidos do direito à terra, havendo dificuldades nos processos de demarcação e reconhecimento. Uma das saídas encontradas por eles, como explica Teo (2015), é de firmar acordos com outros grupos indígenas que possuem terras regularizadas, como o que ocorre no Espírito Santo. Por outro lado, Ladeira (1996) vem dizer que para os *Mbyá*, torna-se imprópria a redução de território ao que entendemos por terras indígenas, pois para eles, o conceito de território supera os limites físicos das aldeias e trilhas e está associado a uma noção de mundo que envolve a redefinição constante das relações multiétnicas, o compartilhar e dividir espaços (LADEIRA, 1996, p. 785).

Desta forma, é possível compreender o território *Mbyá* como processo, relação de fluidez; e não como um elemento fixo e delimitado no espaço. O território tradicional *Guarani* pode ser definido como processo de territorialização *Mbyá*, que culturalmente permanecem em movimento, mantendo as relações sociais e de reciprocidade entre as aldeias (LADEIRA, 1997).

A Tava Guarani enquanto Patrimônio Cultural

O processo de reconhecimento da *Tava* como Patrimônio Cultural Brasileiro teve início com a realização do Inventário Nacional de Referências Culturais dos *Mbyá Guarani* situados no estado do Rio Grande do Sul. O inventário teve início no ano de 2003, fruto da proposta de mudar a exposição do Museu das Missões, localizado no Sítio de São Miguel Arcanjo que há muito tempo não havia sido modificada, o que acarretou numa estagnação das narrativas históricas apresentadas pelo próprio museu. Outro elemento que se apresenta com o mesmo discurso histórico por décadas é o espetáculo “Som e Luz” que ocorre desde a década de 1970 e se mantém igual desde então, sofrendo alguns ajustes técnicos apenas. É fato que quando falamos sobre narrativas, nos referimos à forma como interpretamos a sociedade e sua história, trata-se da acepção que temos sobre a realidade, é uma referência da nossa própria identidade. E entendendo a identidade como a relação de experiências vividas cotidianamente, ela permanece em constante transformação (HALL, 2011), assim como o nosso entendimento sobre o mundo. Portanto, a nossa identidade influencia na forma como narramos o mundo, logo, as narrativas tendem a não permanecer as mesmas.

O que se pretende dizer é que, em São Miguel das Missões, tanto na exposição do Museu das Missões quanto no espetáculo “Som e Luz”, as narrativas ali contidas não seguiram as transformações adotadas por pesquisadores da história, antropologia e outras disciplinas em âmbito nacional. Havia uma falta de coerência entre o que se falava sobre a história da região e o que se encontrava ali representado. Antes da realização do INRC, as narrativas ainda traziam o jesuíta como herói civilizador, deixando os *Guarani* em segundo plano, como grupos frágeis que precisavam ser protegidos, não reconhecendo sua importância em todo esse processo de formação reducional. E naquele período, no início dos anos 2000, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional começava

a implementar ações vinculadas às novas políticas de referências culturais, como o Decreto 3.551/2000 que reconhece um bem como Patrimônio Imaterial Brasileiro. Deste modo, as referências culturais das minorias também passaram a ser valorizadas e estudadas, como ocorreu com os *Mbyá Guarani* do Rio Grande do Sul, mais especificamente da Região das Missões.

Somando a estagnação das narrativas presentes no Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo com as novas políticas de referências culturais, pensou-se em realizar um INRC naquela região. Porém, a razão que levou à realização do INRC no Rio Grande do Sul foi a ocupação diária dos *Mbyá Guarani* naquele sítio para comercializar seus artesanatos. A ocupação deles ali era curiosa, pois se fosse somente para vender suas produções, eles poderiam fazer em qualquer outro local, inclusive em áreas com maior número de pessoas transitando. Havia ali algum motivo especial, e a proposta do INRC era de descobrir qual. As perguntas que nortearam a realização desses trabalhos foram: Qual o sentido da presença deles neste sítio? E teria alguma representatividade?

Ao longo do desenvolvimento do inventário foi identificada a existência da *Tava* nos remanescentes da Igreja de São Miguel Arcanjo, além de começar a compreender a sua importância para o povo *Guarani*. Essa identificação resultou em seu registro como Patrimônio Imaterial Brasileiro em 2014, no Livro dos Lugares com o título de *Tava: Lugar de Referência para o Povo Guarani*. Esse reconhecimento trouxe em perspectiva outro olhar sobre o patrimônio; o território que outrora era evidenciado pela presença jesuítica ganhou novos limites, agora com a *Tava* não se trata mais apenas das reduções – não que essa parte da história não seja importante ou não mereça ser reconhecida – mas também da historicidade e das referências culturais indígenas, o papel que o povo *Guarani* teve na construção histórica do país. Há uma nova abordagem sobre aquele espaço, que se integra aos contextos históricos de outros países sul-americanos, como Argentina e Paraguai, que também passaram pelo projeto missional através da implementação das reduções jesuíticas, inclusive, com o uso de mão de obra indígena.

Essa presença das reduções jesuíticas *Guarani* em outros países além do Brasil possibilita o reconhecimento da *Tava* como Patrimônio Cultural do MERCOSUL, sendo que, para ocorrer tal reconhecimento, é necessário que haja integração do bem entre dois ou mais países que compõem o bloco. Isso acontece pois a integração é o fator preponderante para o desenvolvimento de qualquer área dentro do MERCOSUL, uma vez que ela é componente base da assinatura do Tratado de Assunção, responsável por criar e instituir o MERCOSUL, em 1991. Portanto, é fundamental que o patrimônio a ser reconhecido pelo MERCOSUL expresse, de alguma maneira, o processo integracionista proposto pelo bloco, seja por questões históricas ou artísticas, refletindo o passado ou o presente; o que importa é que o bem possa ser representativo para a região e não apenas para um país.

Uma das razões que leva a compreender a *Tava* como elemento de integração do MERCOSUL Cultural é a existência do território tradicional *Guarani*, o *Y'vy Rupá*, que se forma e se transforma à medida em que os *Mbyá* caminham em busca de sua Terra sem Mal. Ele existe além dos limites geopolíticos estabelecidos, está presente na subjetividade *Guarani*, e para se manter vivo necessita das relações sociais entre os grupos, ou seja, é necessário manter em voga o princípio da territorialidade livre,

que consiste no caminhar livremente pelo território tradicional, visitando parentes, identificando novas *Tava*, erguendo novas aldeias; e considerando que este território tradicional ocupa parte do Paraguai, da Argentina e do Brasil, o reconhecimento da *Tava* como Patrimônio Cultural do MERCOSUL a transforma no alicerce do debate acerca do percurso dos *Guarani* por entre os três países. A *Tava* é a representação não só da integração política entre esses Estados, como também é o reflexo da integração cultural entre diferentes povos e culturas.

O reconhecimento da *Tava* de São Miguel Arcanjo não dá aos *Guarani* o poder de atravessar as fronteiras políticas dos Estados sempre que quiserem, mas possibilita uma sensibilização aos países envolvidos de discutirem uma política pública específica para essa situação. Além disso, esse reconhecimento não é relevante apenas para o povo *Guarani*, visto que para esse povo, todo remanescente de redução, é identificado por eles como *Tava*, por se tratar de construções de pedra realizadas por seus antepassados mediante permissão de *Nhanderu* (IPHAN, 2014). Portanto, a existência dessas *Tava* intensifica a participação desse grupo no desenvolvimento do projeto missional, sem contar que essas edificações são marcas do passado missionário, parte da formação histórica sul-americana, pois foi aqui que tal projeto se consolidou, formando os trinta povos das missões que juntos constituíram a antiga Província Jesuítica do Paraguai (STELLO, 2013). Com a atual delimitação político-territorial da América Latina, esses trinta povos encontram-se distribuídos entre quinze na Argentina, oito no Paraguai e sete no Brasil; porém, apenas vinte apresentam algum vestígio do passado reducional, dos quais quatro estão localizados em território brasileiro (Figura 5).

A respeito desses vinte sítios históricos que estão distribuídos nos três países da América do Sul, vale chamar a atenção para que sete deles foram identificados e reconhecidos como Patrimônio Mundial pela UNESCO. O remanescente localizado no Brasil e que se tornou Patrimônio Mundial é o Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo, ou seja, local onde se encontra *Tava*, recém reconhecida pelo MERCOSUL. Tal sítio, em âmbito da UNESCO, foi reconhecido em conjunto com mais quatro situados na Argentina, formando um bem seriado e transfronteiriço.

Assim, fica perceptível que seja pela cosmologia *Guarani*, seja pela história missionária, não há como negar a importância da *Tava* para o MERCOSUL e sua capacidade de promover a integração que o bloco tanto busca. Ademais, a presença de outros sítios históricos ajuda a fortalecer a integração por meio de uma nova composição territorial, um espaço além das fronteiras, delimitado a partir de relações culturais e históricas particulares daquele território.

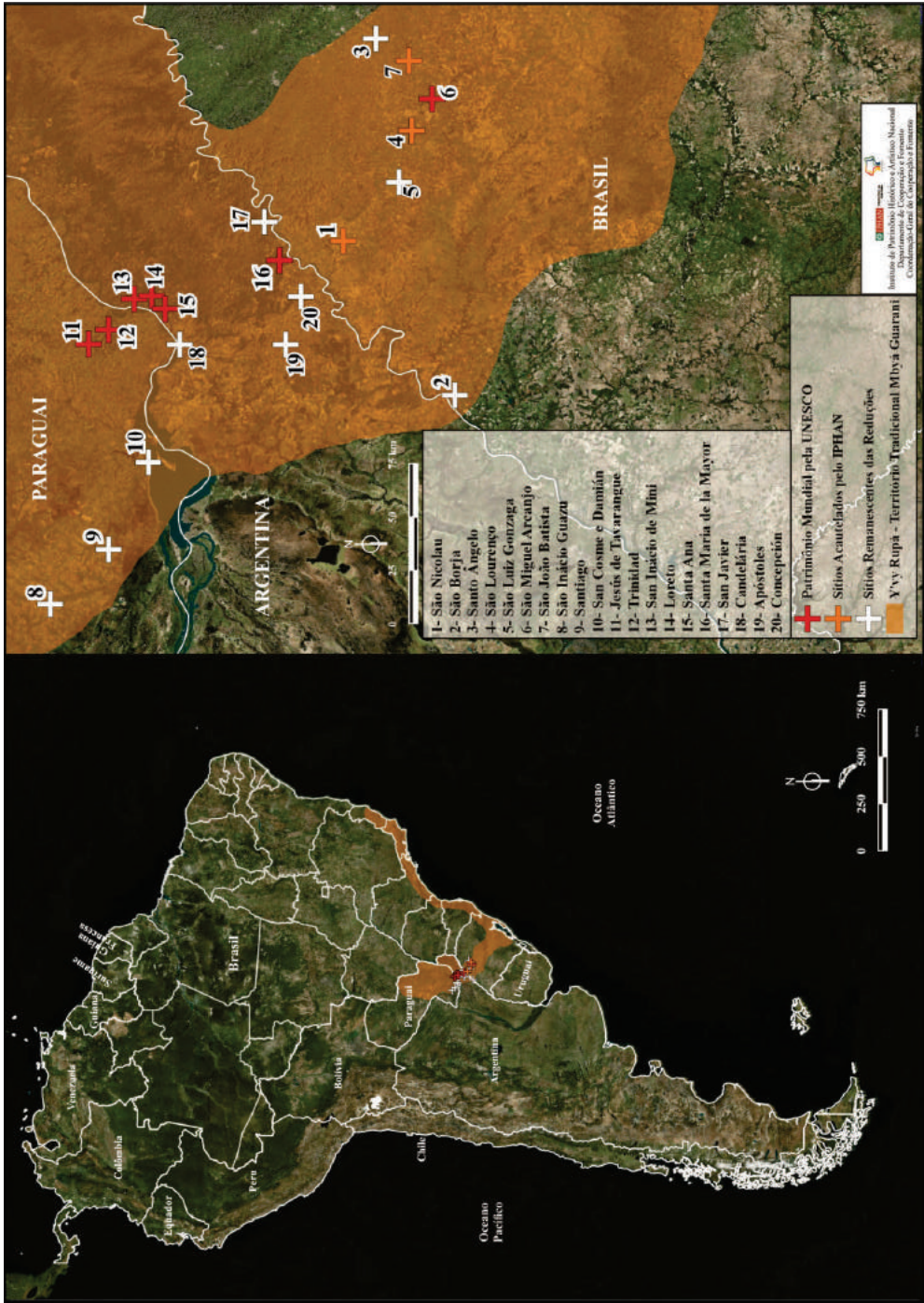


Figura 5: Localização dos Sítios Históricos Missioneiros remanescentes das antigas reduções jesuíticas *Guarani*.
Fonte: IPHAN – Dossiê de Candidatura da Tava a Patrimônio Cultural do MERCOSUL. 2018.

Conclusão

No período colonial, os *Mbyá Guarani* fizeram parte da organização e formação do território reducional, mas, para além de meros ajudantes, a historicidade aponta para um protagonismo indígena nesse mesmo processo de construção. O trabalho servil indígena foi responsável tanto pela produção interna das reduções quanto pelo erguimento de edificações, como as igrejas. Seu trabalho ficou marcado na memória e nas paisagens. Porém, as narrativas de reconhecimento dos remanescentes das reduções como Patrimônio Cultural Brasileiro não davam a devida importância à participação *Guarani* na produção desse território.

Mas cabe dizer que o tombamento dos quatro sítios missionários pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ocorreu em um período em que o discurso nacional era outro, as minorias costumeiramente eram negligenciadas. Ao longo do tempo esse cenário foi se alternando, dando espaço a novas narrativas, legitimando as experiências de outros grupos, para além da maioria branca. E, como reflexo dessa nova conjuntura, entre os anos de 2004 a 2008, o mesmo instituto realizou um Inventário Nacional de Referências Culturais em quatro aldeias *Mbyá Guarani* no Rio Grande do Sul, o que possibilitou a identificação e reconhecimento da *Tava Guarani*.

A *Tava* é um lugar sagrado para o povo *Mbyá*, de tal modo que ao identificar uma, eles necessitam construir uma casa de oração ao lado e erguer uma nova aldeia; ela se torna um dos elementos determinantes para a fixação deles naquele espaço. Assim, nota-se que a relação desse grupo com a *Tava* está intrinsecamente ligada à apropriação do território. Logo, a existência da *Tava* no município de São Miguel das Missões se torna um dos fundamentos da permanência desse grupo ali, e seu consequente reconhecimento como Patrimônio Imaterial Brasileiro ajuda a legitimar o direito deles de permanecerem no local.

O fato é que a territorialização *Mbyá Guarani* é assunto bastante complexo de ser debatido, uma vez que envolve o seu modo de vida unido às questões místico-cosmológicas de apropriação do espaço. O território *Mbyá* está além do plano físico e cartográfico, no entanto, é neste plano que ele é utilizado, através da ocupação, fixação e sobrevivência. O território tradicional *Guarani*, que segue desde o Paraguai até o Espírito Santo, só é tradicional porque compõe os espaços por eles ocupados ao longo dos anos, além de ser a rota por eles percorrida em busca de sua Terra sem Mal. As demarcações realizadas dentro desse território tradicional maior é uma maneira de assegurar seus direitos de acesso à terra, possibilitando os intercâmbios entre as aldeias, de modo a dar continuidade ao princípio da territorialidade livre, mesmo que de maneira mais restritiva.

Estudos a respeito da territorialidade e do território *Mbyá Guarani* tendem a expressar essa complexidade existente em meio a este assunto. Assim, se tornam fundamentais para ampliar esta rede de debates, proporcionar maior visibilidade e possibilitar a legitimação das lutas e direitos desse povo que, como tantos outros, sofreu no processo de construção da identidade nacional brasileira e, ainda sofre com a falta de acesso igualitário aos direitos sociais. Portanto, o presente trabalho buscou apresentar brevemente o que se compreende por território tradicional *Guarani* e sua relação com seus ocupantes, neste caso, os próprios *Mbyá*. Por outro lado, o trabalho também trouxe para o debate o reconhecimento da *Tava* de São Miguel Arcanjo como Patrimônio Imaterial Brasileiro e Patrimônio Cultural do MERCOSUL. Diante do que foi exposto, entende-se que tais reconhecimentos proporcio-

nam uma maior visibilidade às referências culturais *Guarani*, ampliando o leque de manifestações culturais brasileiras e, inclusive, do MERCOSUL. Na verdade, as manifestações sempre existiram, apenas eram excluídas do rol cultural e agora vêm adquirindo espaço e respeito, sendo valorizadas e reconhecidas. É uma forma de romper com o paradigma civilizador branco europeu, e permitir conhecer o que há para além disso.

Referências Bibliográficas

BAPTISTA, J. *O temporal: estrutura, dinâmica e funcionamento dos povoados reducionais. Dossiê Documental I* (Consultoria Histórica). Museu das Missões/IPHAN, São Miguel das Missões, 2010.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6. ed., 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Tava: lugar de referência para os Guarani*. Dossiê de Registro – IPHAN, 2014.

LADEIRA, M. I. *As demarcações Guarani, a caminho da terra sem mal*. Acervo CTI, 1996

_____. *Necessidade de novas políticas para o reconhecimento do território Guarani*. 49º Congresso Internacional de Americanistas. Quito/Equador, 1997.

PONTES, B. M. S. As bases geopolíticas dos sete povos das missões. *Revista de Geopolítica*, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 57-71, 2010.

STELLO, V. F. *Além das reduções: a paisagem cultural da região missioneira*. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

TEAO, K. M. *Território e identidade dos Guarani Mbya do Espírito Santo (1967-2006)*. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2015.

Recebido em: 17/12/2018

Aceito em: 25/03/2019

¹ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, Dossiê de Candidatura Missões Jesuíticas Guarani, Moxos e Chiquitos apresentado à Comissão do Patrimônio Cultural, MERCOSUL Cultural. 2015.

² Refere-se a uma plataforma colaborativa que organiza e disponibiliza dados georreferenciados sobre os territórios ocupados pelos povos *Guarani* na América do Sul. Surgiu a partir do desenvolvimento do Projeto Valorização do Mundo Cultural Guarani, realizado pelo IPHAN. Disponível em: <https://guarani.map.as/#/>. Acesso em: mar. 2019.

Interações entre Geografia e Educação Ambiental. O Caso da Implantação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

Interactions between Geography and Environmental Education: The Case of the Mamirauá Sustainable Development Reserve in the Brazilian Amazon

Vicente Paulo dos Santos Pintoⁱ

Universidade Federal de Juiz de Fora
Juiz de Fora, Brasil

Resumo: O presente artigo é uma revisão bibliográfica que se propõe abordar interações entre os campos da ciência geográfica e da educação ambiental diante do enfrentamento da crise ambiental contemporânea, procurando evidenciar o meio ambiente como matriz do pensamento geográfico, a educação ambiental como ciência e movimento social decorrente do ambientalismo e as possíveis contribuições do saber/fazer geográfico para o campo da educação ambiental. Sob o prisma da questão do método geográfico proposto por Becker & Gomes (1993), busca-se uma análise crítica acerca da proposta do desenvolvimento sustentável como um modelo logístico para ordenar o uso do território. Para tanto, é discutida a implantação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá na Amazônia brasileira no final do século XX com ênfase na concepção de educação ambiental proposta para a unidade de conservação. Como resultado, evidencia-se a relevância de Mamirauá como uma experiência de gestão territorial concreta que expressa uma nova racionalidade identificada com os princípios básicos do discurso do desenvolvimento sustentável que para sua implantação se utiliza, como uma de suas estratégias, de um subprograma de educação ambiental.

Palavras-chave: Geografia; Educação Ambiental; Crise Ambiental; Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

Abstract: This article is a bibliographical review of the interaction between the fields of geography and environmental education in response to the contemporary environmental crisis. The environment as a matrix for geographic thought, environmental education as science, environmentalism as a social movement and the possible contributions of geographic knowledge to the field of environmental education are highlighted. Based on the proposal of geographical method offered by Becker & Gomes (1993), a critical analysis of sustainable development as a logistic model for ordering territorial use is developed here. To this end, the implementation of the Mamirauá Sustainable Development Reserve

ⁱ Professor Associado do Departamento de Geografia. vicente.pinto@ufjf.edu.br. <https://orcid.org/0000-0002-7841-0822>

in the Brazilian Amazon at the end of the 20th century is discussed with an emphasis on the program of environmental education used in the conservation unit. The Mamirauá case is shown to be a concrete example of territorial governance that expresses a new rationality identified with the basic principles of sustainable development which uses environmental education as one of its basic strategies.

Keywords: Geography; Environmental Education; Environmental Crisis; Mamirauá Sustainable Development Reserve; Brazilian Amazon.

Introdução

Passadas mais de quatro décadas da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (EA) – acontecida no ano de 1977, em Tbilisi, Geórgia, ex-União Soviética –, marco histórico da estruturação do campo da educação ambiental em âmbito global, este texto pretende trazer à tona uma discussão que possa contribuir na compreensão da relação/movimento entre o campo da geografia e o campo da educação ambiental, partindo de uma discussão teórico-metodológica para se chegar à discussão de um caso de implantação de uma unidade de conservação na Amazônia brasileira.

O presente artigo é uma revisão bibliográfica que parte de uma inquietação epistemológica geradora de uma questão teórica: Quais seriam possíveis contribuições de um saber/fazer geográfico para o campo da EA diante da crise socioambiental contemporânea?

A partir do aporte de Becker e Gomes (1993), assume-se neste texto a necessidade de identificar possíveis contribuições da ciência geografia diante de respostas necessárias à reconhecida questão ambiental e para o enfrentamento da crise ambiental com ênfase na contribuição da geografia política como base teórica-metodológica para a elaboração de uma proposta político-pedagógica de educação ambiental.

Assim, propõe-se desenvolver um plano de argumentação que possa ser capaz de se colocar diante da pergunta-geradora anteriormente anunciada.

Para tanto é necessário estabelecer algumas linhas de análise que permitam lançar questões e elementos para um debate necessário e que pretende ir além do âmbito disciplinar. Nesta direção, muito mais do que achar as respostas prontas e acabadas, procura-se uma locução que pretende tensionar/movimentar a geografia diante da educação ambiental e vice-versa.

Portanto, as linhas de análise que vão estruturar este texto são: *i*) um paralelo inicial entre as diferentes origens dos campos – na acepção do termo proposta por Pierre Bourdieu, ou seja, o campo da geografia diante do campo da educação ambiental; *ii*) a proposta de uma abordagem geopolítica da questão ambiental, assentada em Becker e Gomes, como possibilidade de relacionar a geografia e a educação ambiental e *iii*) o estudo do caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Mamirauá, com ênfase na implantação da educação ambiental como instrumento de gestão ambiental aplicado ao ordenamento ambiental.

A Geografia e a Educação Ambiental: Campos Sociais diante da Crise Ambiental

Ao se colocar o campo da geografia em relação ao campo da educação ambiental não há uma intencionalidade de se estabelecer uma análise comparativa ou hierárquica. A motivação de se buscar possíveis relações entre os dois campos se dá não somente pela trajetória profissional do autor deste texto, mas também, e principalmente, pelo fato de ambos serem campos sociais¹ consolidados da ciência contemporânea e constituírem bases fundamentais das ciências ambientais e do movimento ambientalista.

A educação ambiental é um conteúdo pertinente à formação do profissional da geografia, tanto em termos da licenciatura, quanto do bacharelado, podendo se constituir numa atribuição de responsabilidade técnica no caso da(o) geógrafa(o) e um conteúdo didático inserido no currículo do ensino de geografia a ser desenvolvido pela(o) professor(a) de geografia nos diferentes níveis de ensino, conforme definido pela Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999), que preconiza a educação ambiental no ensino formal e a educação ambiental não formal. No campo da geografia podemos identificar inúmeros profissionais envolvidos com o ensino, a pesquisa e a extensão em educação ambiental, constituindo grupos e desenvolvendo linhas de pesquisa, estabelecendo redes de pesquisadores e realizando eventos que articulam ambos os saberes.

Além disso, por se tratar de um campo ambiental e interdisciplinar, a educação ambiental exige sob o ponto de vista teórico, epistêmico e metodológico, a inserção do conhecimento produzido pelo campo da geografia, assim como os profissionais da geografia têm um papel fundamental a ser desempenhado na constituição de coletivos/equipes multidisciplinares estruturadas para elaboração da reflexão e para a execução das práticas em educação ambiental.

Para Pierre Bourdieu (2004) todas as produções culturais são objetos de análises com pretensões científicas. Segundo o referido autor,

(...) ao se tratar da ciência com uma tradição da história da ciência, descreve o processo de perpetuação da ciência como uma espécie de partenogênese, a ciência engendrando-se a si própria, fora de qualquer intervenção no mundo. Para se compreender uma produção cultural (literatura, ciência, etc.) não basta referir-se ao contexto textual desta produção, tampouco referir-se ao contexto social contentando-se estabelecer uma relação direta entre texto e contexto. (BOURDIEU, 2004, p. 19-20)

Bourdieu (2004, p. 20) chama de campo literário, artístico, jurídico, científico, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem, difundem a arte, a literatura ou a ciência. Para ele, este universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas.

Diante deste quadro teórico estabelecido por Bourdieu, quando se pretende estabelecer elos entre a geografia e a educação ambiental vale ressaltar as aproximações e as diferenças, as generalidades e as especificidades. Uma das diferenças simples, mas nem

sempre fácil de medir, de quantificar, entre os diferentes campos científicos, “isso que se chamam disciplinas” (BOURDIEU 2004, p. 21), estará, de fato, no grau de autonomia do campo disciplinar.

A noção de autonomia em Bourdieu se relaciona à capacidade de cada campo responder às pressões externas. De certa forma, a constituição do campo é uma resposta a estas pressões e a evolução do mesmo como campo, sem dúvida, diz respeito à capacidade de se manter um certo grau desta autonomia no sentido de manter sua unidade e identidade.

Estando atento aos riscos das transposições simplistas e às próprias dificuldades apontadas por Bourdieu, ao se assumir a relação entre os campos, não só por uma questão de trajetória acadêmica-profissional, mas também através de evidências de interações multi/inter/transdisciplinares existentes entre a geografia e EA, é necessário trazer à tona possíveis marcos fundadores dos dois campos que nos permitam estabelecer as especificidades de cada uma para buscarmos os elementos de relação.

Parto do pressuposto de que ambos os campos têm em suas raízes, ontologicamente, a questão ambiental como questão basilar. Entendo que a temática ambiental é central para os dois, permitindo assim estabelecer essa articulação proposta.

As raízes epistemológicas (e até estéticas) da geografia e da educação ambiental encontram-se, temporalmente, em séculos anteriores – presentes na dimensão ambientalista dos naturalistas dos séculos XVIII e XIX. Porém, a sistematização da geografia como ciência moderna é mais antiga, muito anterior à educação ambiental. O campo da educação ambiental é mais recente, em processo de constituição somente depois da Segunda Guerra Mundial, a partir dos anos de 1970.

Como argumentam Becker e Gomes, a partir do século XVIII,

(...) a geografia moderna, em seu esforço de sistematização, procurou estabelecer, de forma geral e metódica um campo de observação definido em torno da relação homem-natureza. Dessa forma, as raízes do pensar geográfico foram, sem dúvida, estabelecidas quando **esta disciplina** (*grifo nosso*) tomou a si a tarefa de afirmar e interpretar uma possível ordem nesta relação, a partir de múltiplas questões que visam integrar a dinâmica da natureza, em seu conjunto, ao mundo humano da cultura e do desenvolvimento social. (BECKER; GOMES, 1993, p. 147)

Para os geógrafos citados, a geografia universitária,

(...) seja com Humboldt, Ritter, Buffon ou Kant, institucionalizou-se através de **um discurso que tinha como referência central a questão da relação homem-meio** (*grifo nosso*) (...) Portanto, mesmo conscientes do fato de que outros ramos da ciência dedicaram e dedicam atenção a campos paralelos de indagações – história natural, biologia, ecologia, por exemplo podemos afirmar que só na geografia **este tema foi fundador e permanente**. (*grifo nosso*) (BECKER; GOMES, 1993, p. 148)

Denota-se aqui, em relação à ciência geográfica, a centralidade com a preocupação ambiental. Vale ressaltar também o processo de consolidação da geografia como um campo social, no qual o caráter disciplinar precisa se afirmar diante de outros campos disciplinares em consolidação no mesmo período histórico.

Além do caráter disciplinar na constituição do campo social, pode-se afirmar que na geografia o “ambiental” é fundante – apesar de alguns geógrafos, como Mendonça (2012), estabelecerem uma periodização que afirma uma “geografia ambientalista” somente após a Segunda Guerra Mundial. Para Becker e Gomes, desde sua origem moderna,

(...) a geografia pretende dar sempre à **questão do ambiente** (*grifo nosso*) uma dimensão mais ampla, que inclua suas múltiplas e complexas relações com a sociedade, a qual também contextualiza e conduz a reflexão sobre a natureza. **Esta pretensão de síntese** (*grifo nosso*) cria a via de uma obrigatória solidariedade disciplinar e, simultaneamente, coloca a geografia como produtora de um discurso específico, centrado não na “naturalidade” dos fenômenos, mas sim em suas imbricações com os fatos sociais. (BECKER; GOMES, 1993, p. 148-149)

Já a educação ambiental, suas raízes como um campo social emergem no contexto de uma crise ambiental “reconhecida no final do século XX e estruturou-se como resultado de uma demanda para que o ser humano adotasse uma visão de mundo e uma prática social capazes de minimizar os impactos ambientais então prevaletentes” (LAYRARGUES; LIMA, 2011).

Neste sentido, a geografia se estabelece como campo social cujo caráter de ciência é fundante, em função da sistematização de uma disciplina que irá se colocar num contexto de institucionalização na universidade no século XIX inserida em condições particulares de desenvolvimento das relações capitalistas que colocavam a questão espacial (também em sua dimensão ambiental) no centro do debate. Já a educação ambiental é um campo social estabelecido nas décadas finais do século XX na esteira da difusa institucionalização do ambientalismo, que emergiu no contexto do reconhecimento por parte da comunidade científica global de uma crise ambiental global, como movimento social que se internaliza nos diferentes campos da ciência contemporânea.

Entendo que a elaboração e a consolidação da Educação Ambiental como um campo específico pode ser compreendido como um processo de desdobramento do movimento ambientalista no campo, já anteriormente consolidado, da Educação, tanto como práxis social, repercutindo na organização de sujeitos coletivos para o enfrentamento dos problemas, quanto ciência, originando grupos de pesquisadores responsáveis pela produção de pesquisas e propostas educativas centradas na questão ambiental.

Essa é uma especificidade ontológica da EA, seu estabelecimento como campo social se afirma, a partir de um lado, numa perspectiva multidisciplinar, considerando a necessidade de contribuição dos mais diferentes campos disciplinares da ciência, tais como a biologia, a ecologia, a economia, a sociologia, a física, a química, dentre outros e, mais especificamente, a geografia, que é o que interessa nesta análise. Por outro, por ser “educação”, institucionalmente, se assenta em uma comunidade científica radicada no campo da educação. Mas esse campo não é institucionalizado exclusivamente por

pedagogos, mas também, e principalmente, por pesquisadores e cientistas da área ambiental, tais como citados anteriormente.

Nesse entendimento, portanto, a EA pode ser considerada como um subcampo derivado do ambientalismo e capilarizado em diferentes campos científicos, inclusive na geografia. Tendo no campo da educação sua base mais consistente, com estruturas institucionais próprias que a caracterizam desde sua origem e formação como um campo multidisciplinar.

Consideramos, nessa reflexão, que o universo da Educação Ambiental pode ser entendido, simultaneamente, como um subcampo derivado do campo ambientalista e também como um campo relativamente autônomo de atividade e de saber. Isso porque, se remontarmos à história da Educação Ambiental, veremos que, tanto simbólica quanto institucionalmente, ela retira do campo ambientalista os elementos mais significativos de sua identidade e formação. Por outro lado, ao analisarmos sua relação com o campo educacional, seus propósitos, cultura, saberes, espaços escolarizados e práticas, constataremos que a Educação Ambiental tem particularidades próprias que lhe atribuem um “*ethos*” específico, relativamente diferenciado do campo ambientalista. (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 3)

Tomando como referência os autores acima citados, observando a educação ambiental a partir da noção de campo social, pode-se dizer que ela é composta por uma diversidade de atores, grupos e instituições sociais que compartilham um núcleo de valores e normas comuns. Contudo, tais atores também se diferenciam em suas concepções sobre meio ambiente e questão ambiental, e nas propostas políticas, pedagógicas e epistemológicas que defendem para abordar os problemas ambientais. Esses diferentes grupos e forças sociais disputam a hegemonia do campo e a possibilidade de orientá-lo de acordo com sua interpretação da realidade e seus interesses que oscilam entre tendências à conservação ou à transformação das relações sociais e das relações que a sociedade mantém com o seu ambiente.

A multiplicidade de propostas conceituais revela uma diversidade interna no campo da EA, assim,

(...) na prática, isso significa que existem muitos caminhos possíveis de conceber e de realizar os meios e os fins da Educação Ambiental. Dependendo desse conjunto complexo de circunstâncias, alguns atores escolhem um determinado caminho, outros escolhem um caminho diferente: uns creem ser determinante o desenvolvimento da afetividade e sensibilidade na relação com a natureza, outros entendem que é fundamental conhecer os princípios e fundamentos ecológicos que organizam a Vida. Alguns têm forte expectativa no autoconhecimento individual e na capacidade de mudança do próprio comportamento em relação à natureza, outros estão seguros que é preciso articular o problema ambiental com suas dimensões sociais e políticas, entre outras possibilidades. (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 6)

De acordo com os mesmos,

(...) observando a multiplicidade de atores, de concepções, práticas e posições político-pedagógicas e o dinamismo que articula esses elementos, a reflexão identifica três macrotendências convivendo e disputando a hegemonia simbólica e objetiva do campo da Educação Ambiental no Brasil. As macrotendências conservacionista, pragmática e crítica funcionam na reflexão como tipos ideais weberianos com fins didáticos, analíticos e políticos, embora não tenham a pretensão de esboçar uma representação objetivista da realidade considerada. Esses tipos ideais procuram expressar três eixos estruturadores do campo estudado em torno dos quais gravitam uma pluralidade de posições e concepções pedagógicas e políticas sobre a Educação Ambiental e as possibilidades de conduzi-la no contexto de crise ambiental contemporânea, em meio à qual emerge o quadro das mudanças climáticas. (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 12)

Em termos da busca da convergência entre o campo da educação ambiental e o campo da geografia coloca-se a necessidade de estabelecer o enfrentamento da crise ambiental, configurada no período pós-Segunda Guerra Mundial, como elemento comum e aglutinador dos dois campos. Para Lima (2005, p. 81), “na busca para respostas teóricas e práticas de enfrentamento da crise ambiental sempre se colocou a questão de como utilizar a educação para criar e promover valores, ideias, sensibilidades e comportamentos favoráveis à preservação do meio ambiente”. Esse resgate da educação diante da crise ambiental emergente na segunda metade do século XX ganhou magnitude e reconhecimento como elemento relevante no enfrentamento da crise ambiental.

Diante destas considerações, o enfrentamento da crise ambiental por parte da ciência pode ser um mote fundamental para articular os saberes produzidos pelo campo da geografia com a necessidade de se estabelecer elementos constitutivos para a teoria e práxis de uma educação ambiental crítica. A educação ambiental, nessa perspectiva, tem um papel decisivo no sentido de contribuir para ampliar a consciência crítica dos indivíduos para a necessidade de construção de uma nova ordem sociometabólica sustentável. Isto significa uma opção por uma educação ambiental crítica e emancipatória que vai além de “ensinar” bons comportamentos em relação à natureza e ao meio ambiente. É uma educação ambiental comprometida com as mudanças de valores e a transformação da sociedade.

A EA, enquanto campo de atividades e de saber, já nasce como um fenômeno complexo e multidimensional que reúne contribuições de diversas disciplinas, matrizes filosóficas, atores e movimentos sociais. Diante da opção por uma educação ambiental crítica, tendo como referência o enfrentamento da crise ambiental, se coloca o desafio para pensarmos possíveis contribuições da ciência geográfica, como saber/fazer, para o campo da EA.

Geografia e Educação Ambiental: em Busca de uma Abordagem Geopolítica da Questão Ambiental

Para um fazer geográfico crítico, em face da crise ambiental nos dias atuais, exige pensarmos um saber geográfico que traz a necessidade da transdisciplinaridade e o arti-

cula com o caráter central da EA, que surge do enfrentamento da crise ambiental do final do século passado. Discutir esse papel impõe ao campo geográfico identificar e analisar como o tema ambiental vai sendo elaborado e mobilizado ao longo da evolução do pensamento geográfico, assim como assumir uma abordagem geográfica mais compreensiva da questão ambiental.

Becker e Gomes (1993, p. 159) identificaram “no contexto do final do século XX, marcado pela instabilidade e pela imprevisibilidade, um contexto favorável à busca de novas abordagens para o meio ambiente na geografia”. Citam os estudos de percepção ambiental, o reconhecimento da ação antrópica nos processos geomorfológicos, os sistemas geográficos de informação como “algumas novas orientações concretas na disciplina que retoma a sua essência de síntese e contém, em si mesma, a transdisciplinaridade.”

Ao explicitar o caráter transdisciplinar da geografia num contexto de crise ambiental e propor novas orientações neste sentido, implicitamente trazem a necessidade de se pensar a contribuição da produção geográfica para a área ambiental, sugerindo uma agenda de temas de pesquisa e intervenção que possibilite estabelecer articulações entre uma saber geográfico e outros campos científicos.

A análise do caráter da crise ambiental contemporânea é central para a clarificação da questão ambiental global. Torna-se significativa a compreensão dos movimentos históricos que levam a diferentes abordagens sobre a relação sociedade-natureza que vão constituir a chamada “geografia ambientalista” (Mendonça, 2012). Portanto, pode ser relevante para o entendimento do papel da(o) geógrafa(o), nesta conjuntura, buscarmos encontrar elementos que permitam a distinção de períodos epistêmicos que possam demarcar o tratamento da categoria “meio ambiente” pela ciência geográfica.

Porém, compreende-se ser mais importante e necessário buscar, a partir do conhecimento geográfico, a elaboração de um conceito de meio ambiente que possa ser mobilizador de intervenções concretas no mundo, como constructo histórico, que possa ser crítico, emancipatório, libertário. Nesse caso, servindo de referência para não só para os estudos e pesquisas, mas também para as políticas, programas e projetos em educação ambiental.

Desta maneira, a opção por uma abordagem política da crise ambiental, à luz de uma geopolítica crítica, permite a elaboração de um método geográfico crítico que possa dar suporte à clarificação da questão ambiental e ao enfrentamento da crise ambiental e, nesse sentido, fundamental para a elaboração de uma proposta político-pedagógica de educação ambiental crítica, emancipatória, libertária e com compromisso social.

Entende-se que o artigo elaborado por Becker e Gomes (1993) no início da década de 1990, numa coletânea de artigos reunidos no livro *As ciências sociais e a questão ambiental*, pode ser estabelecido como uma possibilidade de um método geográfico capaz de articular um diálogo transdisciplinar realizado no âmbito das ciências sociais no sentido de se discutir o papel da ciência diante da questão ambiental, sintetizada a partir de um quadro planetário de degradação, poluição e perda de diversidade, naquilo que é compreendido como crise ambiental. Neste sentido podendo representar uma referência na busca de respostas de uma ciência em crise que exigia (e ainda exige) novos métodos e conceitos geográficos que fossem melhor adequados a interpretar e explicar uma realidade complexa apontada como um “desafio ambiental” por Porto-Gonçalves (2004).

Becker e Gomes propõem como elementos da reflexão sobre o meio ambiente: a (des)ordem global, a revolução tecno-científica e a crise ambiental. Entendo que naquele momento de crise aguda já vivida pela ciência, no final do século XX, os dois geógrafos se propuseram elaborar uma contribuição da geografia brasileira buscando trazer elementos geográficos para a compreensão da questão ambiental e para o enfrentamento da crise ambiental. Sendo assim, abrindo possibilidades múltiplas, de formulação de teorias e práticas, que representaram a possibilidade de analisar a contribuição da geografia política para a elaboração de uma proposta político-pedagógica de educação ambiental num contexto de crise do capitalismo e de esgotamento dos modelos de desenvolvimentos assentados na exploração da natureza como fonte inesgotável de recursos visando o crescimento econômico.

Desde os anos de 1990, a produção científica na área ambiental está diretamente relacionada às repercussões da Conferência da ONU, realizada no Rio em 1992, que ratifica o discurso oficial do desenvolvimento sustentável. Desta reunião são derivados documentos fundamentais para a formulação de políticas, programas e projetos no campo ambiental, a saber: as Convenções sobre o clima, sobre a desertificação, sobre a diversidade biológica e a Agenda 21. Paralelo ao evento oficial da ONU, o Fórum Global gerou a Carta da Terra e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

O conceito de sustentabilidade planetária é a ideia força que, neste contexto histórico, mobiliza o ambientalismo em todos os setores da sociedade global. De um lado, a Rio 92 consagra a proposta oficial orquestrada pela ONU do Desenvolvimento Sustentável (DS). De outro, um conjunto significativo da sociedade global se contrapõe a esta proposta oficial compreendendo o DS como uma “sustentabilidade de mercado”, que gera diferentes discursos em diferentes setores sociais que apelam pela ecoeficiência, que atende os interesses de determinados grupos sociais ricos inseridos no centro do poder global, tanto nos “países do norte”, quanto “nos países do sul”.

É nesta conjuntura que uma abordagem geopolítica da questão ambiental é proposta por Becker e Gomes (1993, p. 159), pois, “no momento em que se esgotam os paradigmas nas ciências sociais, renova-se o interesse pelas relações entre política e território, de que o ambiente é parte integrante”. Porém, é necessário tratar criticamente a construção teórica de Gomes e Becker, considerando a conjuntura na qual esta foi proposta e os desdobramentos da evolução histórica da questão ambiental nestes últimos vinte e cinco anos. A possibilidade de mobilização de uma articulação entre geografia e educação ambiental no sentido da criticidade depende aqui de um esforço analítico que exige tratar a sustentabilidade em sua complexidade e considerar as diferentes intencionalidades discursivas em torno da proposta do desenvolvimento sustentável.

Neste caso, o desejado domínio da natureza não foi alcançado, gerando preocupação ambiental legítima. A exploração de recursos sem precedentes, no século XX, resultou em uma abrangência global dos impactos gerados e numa crise ambiental que exprime o fato de se tocar nos limites objetivos da biosfera. (BECKER; GOMES, 2003, p. 160)

Para ambos, as novas tecnologias alteram a noção de valor da natureza, vista como capital de valorização futura, como reserva de valor e sem uso produtivo imediato. Esta alteração do valor da natureza é uma forma de controle do capital-natureza para o futuro, sintetizado sobretudo no controle da biodiversidade, que na medida que é fonte de conhecimento é também fonte de poder.

A influência ecológica como parâmetro da geopolítica mundial atua sob diversas formas: a mídia; a violenta retração de crédito para projetos; as imposições da agenda internacional que define o que vai ser discutido e exclui temas essenciais; a proposta de conversão da dívida por natureza, que corresponde a novos recortes territoriais, dos **paraísos experimentais** (*grifo nosso*) para a biotecnologia – à semelhança dos paraísos fiscais – e que significa a retirada de porções dos territórios do circuito produtivo. (BECKER; GOMES, 2003, p. 162)

Diante desta conjuntura de (des)ordem mundial que, segundo os autores, exige a retomada do planejamento estratégico é a logística a nova racionalidade no ordenamento territorial. Logística que supera e subordina a própria estratégia. Preocupados com quem controla a logística em tempos de “globalização da natureza” (Porto-Gonçalves, 2004), os autores propõem o desenvolvimento sustentável (DS) como um modelo logístico para ordenar o uso do território. Becker & Gomes (2003) assumem o DS como um mecanismo de regulação do uso do território que tenta ordenar a desordem global. Afirmam que o DS tem a sustentabilidade como cerne, e ela é uma expressão de uma nova racionalidade produzida à época. Identificam os princípios da eficácia, da diferença e da descentralização como os princípios básicos do “discurso do DS”.

Em síntese, esta proposta de Becker e Gomes, mesmo reconhecendo as diferenciadas interpretações sobre o DS e o caráter discursivo do DS, o assumem como um modelo logístico de ordenamento territorial, ressaltando os seus limites e contradições. No contexto da época o DS é uma novidade e é apresentado como uma inovação, uma possibilidade de internalizar a ecologia na economia.

Porém, afirmam que: “as novas relações sociedade-natureza se inserem na questão mais ampla da gestão do território que é, por sua vez, indissociável da questão do novo padrão de inserção do Brasil na economia-mundo”. Nos alertam para os riscos representados de uma “importação automática do novo modelo” e informam que “a adoção indiscriminada do novo paradigma é hoje impossível ou contraditória, na medida em que um de seus fundamentos é exatamente tirar partido da diferença, otimizando vantagens e minimizando desvantagens autóctones (BECKER; GOMES, 1993, p. 169-170).

Desta maneira, transcorrido o tempo histórico, fica claro o quanto devemos desconfiar dos discursos simplistas em torno do DS. É evidente que o discurso do DS deve ser questionado, criticado, contraposto e superado. Porém, é preciso reconhecer que sua matriz de pensamento é ainda adotada como justificativa de implantação de políticas públicas e de propostas de gestão do território – daí a necessidade de analisar criticamente este discurso a partir de processos concretos que têm no DS sua justificativa de implantação no território sobre distintas territorialidades.

E tendo esta proposta de método como referência é que se pretende trazer o estudo do caso da implantação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM) como uma possibilidade empírica de discutir a contribuição da geografia diante da crise ambiental e, neste sentido, discutir elementos teóricos para elaboração de uma proposta político-pedagógica de educação ambiental.

A Experiência da Educação Ambiental em Mamirauá – O Discurso do Desenvolvimento Sustentável como Proposta de Ordenamento Territorial

Quanto à RDSM – inicialmente, trazendo o que defende Becker e Gomes (1993, p. 162) –, a criação da reserva, em 1990, é uma evidência da influência ecológica como parâmetro da geopolítica mundial resultando em novo recorte territorial que atua sob a forma de um “paraíso experimental para a biotecnologia – à semelhança dos paraísos fiscais” – e que significou a retirada de porções dos territórios municipais de Uarini, Juruá, Fonte Boa, Maraã e Tonantins no estado do Amazonas do circuito produtivo (PINTO, 1997). Em 2011, os dados do Censo Demográfico da Reserva Mamirauá apontavam a existência de 1.873 domicílios, com 10.867 pessoas, entre moradores e usuários da reserva.

Através do Decreto-Lei nº 12.836 do Governo do Estado do Amazonas, em 9 de março de 1990, foi criada a Estação Ecológica do Mamirauá (EEM), a partir da proposta elaborada, em 1985, pelo biólogo José Márcio Ayres, e pelo fotógrafo Luis Carlos Marigo, que percorreram a área, entre os anos de 1983 e 1985, realizando estudos científicos e documentários fotográficos. A proposta inicial previa delimitação de uma área aproximada de 712 km², definida por limites naturais, tendo o rio Japurá a leste, a norte o rio Jarauá e ao sul, o rio Solimões. Ao ser decretada a criação da EEM, a área foi estendida para 11.240 km², envolvendo a região compreendida entre os rios Japurá, Solimões e Auati-Paraná (Projeto Mamirauá, Relatório Semestral, #5, 1994).

No ano de 1984, quando o lago Mamirauá estava protegido por uma portaria da Superintendência do Amazonas, do extinto IBDF, foi iniciado um trabalho sistemático de pesquisa, por Ayres, sobre a socioecologia do macaco uacari branco, com auxílio do INPA e do CNPq. No ano seguinte, Ayres enviou à SEMA (ex-Secretaria Especial do Meio Ambiente, hoje parte do IBAMA) uma proposta para a criação de uma Estação Ecológica, totalmente constituída por várzea, via de regra negligenciada no SNUC.

Logo depois da criação da EEM pelo Estado do Amazonas, foi apresentado o Plano Para a Implementação da Estação Ecológica do Lago do Mamirauá, em abril de 1991. Este plano foi preparado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq, Wildlife Conservation International, Overseas Development Administration-U.K. e Universidade Federal do Pará; em colaboração com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e com o Instituto do Meio Ambiente do Amazonas, instituindo-se, desta forma, o Projeto Mamirauá, coordenado por José Márcio Ayres².

O Plano para Implementação da EEM foi enviado a instituições financiadoras nacionais e internacionais, propondo a criação de uma área focal de 200.000 ha, compreendida entre os rios Aranapu, Japurá e Solimões, para a implantação piloto das atividades de manutenção da reserva que, segundo o Plano, posteriormente, deverão ser estendidas às demais áreas.

Foi criada, no início de 1992, a Sociedade Civil Mamirauá (SCM), uma ONG constituída por cientistas e profissionais liberais, com a finalidade específica de assumir, em nome do Governo do Estado do Amazonas, a gestão ambiental da Unidade de Conservação. A sociedade civil assumiu os encargos administrativos e financeiros da Reserva. Em 1996, a Estação Ecológica Mamirauá é transformada em Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM), a SCM publica o primeiro plano de manejo da Reserva Mamirauá e coordena o Projeto Corredores Ecológicos do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). Em 1998, o Governo do Amazonas cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. Em 1999, acontece a criação do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) que é qualificado como Organização Social ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Em 2000, a categoria de RDS é aprovada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Em 2001, foi firmado o primeiro contrato de gestão entre o Instituto Mamirauá e o MCT.

Na legislação brasileira, a denominação de Estação Ecológica refere-se a unidades de conservação não habitadas por populações humanas, reservados 10% de sua área para pesquisa e 90% para a preservação total. Fica evidente a incompatibilidade do modelo de Estação Ecológica com a realidade de Mamirauá e, assim, depois de estudos, consultas e gestões junto aos Órgãos Oficiais, os responsáveis pelo Projeto Mamirauá elaboraram um Projeto de Lei, encaminhado pelo Governo do Estado do Amazonas, através do qual um novo tipo de unidade de conservação foi proposto, chamado de Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Em fins de junho de 1996, este Projeto de Lei foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas e a Lei foi promulgada, em 12 de julho do mesmo ano, pelo Governador Amazonino Mendes. Foi estabelecida a proteção ambiental, assegurada a permanência das comunidades ribeirinhas que habitam a região e autorizada a “exploração sustentável” dos recursos naturais, inclusive o ecoturismo.

Três elementos geopolíticos deste processo podem ser destacados: 1º) a criação da UC como instrumento institucional para a restrição do uso dos recursos naturais, indicativo de políticas conservacionistas no âmbito das políticas territoriais para a Amazônia; 2º) o compartilhamento da gestão ambiental entre os poderes federal e estadual, retirando do município o ordenamento territorial. Decretada a UC pelo Estado do Amazonas, para viabilizar a implantação do Projeto, parcerias inovadoras – por seu formato e por seus elementos – são realizadas, evidenciando o modelo de PPP; 3º) a estratégia de implantação de um programa de educação ambiental como instrumento de gestão ambiental aplicado ao ordenamento ambiental.

De um lado, o Estado, incapaz de exercer sozinho a gestão, de executor passa para o papel de regulador; por outro lado, o fato de um agente do “Terceiro Setor” assumir as responsabilidades, que antes somente cabiam ao Estado, é revelador de um novo quadro político-institucional: mostra, nitidamente, que a mobilização da sociedade civil organizada em termos de redes de pesquisas globais, legitimadas pela incorporação de “lideranças comunitárias” passam a realizar importantes e novos papéis da gestão territorial do espaço amazônico (PINTO, 1994). Atualmente, além dos órgão oficiais vinculados ao Estado brasileiro (nos três níveis federativos), estão entre os financiadores/parceiros de Mamirauá: Colônia de Pescadores Z-23 de Alvarães, Colônia de Pescadores Z-4 de Tefé, Colônia de Pescadores Z-32 de Maraã, Gordon and Betty Moore Foundation, Desafio de

Impacto Social Google Brasil, Instituto Piagaçu, Max-Planck Institute, Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, União Internacional para Conservação da Natureza e Wildlife Conservation Society – WCS/Brasil.

O caráter de flexibilidade administrativa da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público permite que instituições governamentais e não governamentais externas possam financiar a produção de uma proposta de plano de manejo da área e a implantação da infraestrutura. Ao mesmo tempo, espera-se que a presença de instituições nacionais salvaguardem e legitimem o aspecto da soberania nacional.

Um outro elemento se coloca no cenário: a participação das comunidades locais e a manutenção da sociobiodiversidade. A presença centenária de moradores na área implica uma nova dimensão de gestão territorial. Para a efetivação da sustentabilidade, eles precisam, de fato, estar integrados no projeto de desenvolvimento e ter seu patrimônio sociocultural preservado. Foram as informações originadas pela pesquisa científica que serviram para a definição de uso e ocupação da Reserva, regulando o acesso à área, redefinindo a territorialidade das comunidades ribeirinhas organizadas em setores com apoio da Igreja Católica através das Comunidades Eclesiais de Base do Brasil (CEBs) muito antes da criação da UC. Inclusive, há que se ressaltar que a chamada Zona Especial de Ecoturismo se insere na área de preservação prioritária definida pelo Plano de Manejo. Ao longo do processo de implantação da Reserva ficou patente a implantação de todo um aparato logístico pelo Projeto Mamirauá, calcado na pesquisa de ponta dos recursos amazônicos e em poderosos instrumentos tecnológicos, no sentido de controlar o território e inserir a população autóctone da gestão territorial, comandado por gestores do Projeto e definido a partir de uma biologia da conservação apoiada na concepção de sustentabilidade ecológica.

Pode-se constatar que Mamirauá, enquanto UC, se estabeleceu tendo o desenvolvimento sustentável (DS) como um modelo logístico capaz de concretizar e materializar uma nova racionalidade no ordenamento territorial. Nesta logística do DS fica explícito o papel geoestratégico a ela subordinado de um programa de educação ambiental que possa ter como sujeito prioritário os ribeirinhos tradicionais, moradores centenários, que deverão ser capacitados a respeitar as normas de uso definidas no âmbito de um Plano de Manejo.

Verifica-se em Mamirauá a proposta de uma EA prioritariamente conservacionista. Os gestores da UC vêm construindo um processo de longo prazo, que desde sua fase inicial, no início da década de 1990, teve como foco principal a sensibilização e envolvimento da população residente na proposta de conservação e desenvolvimento de pesquisas aplicadas para subsidiar ações de manejo.

Na estrutura organizacional vigente em Mamirauá, a Educação Ambiental constitui uma linha de atuação, ou subprograma, que se insere no Programa de Gestão Comunitária, juntamente com as outras linhas de atuação: Apoio à gestão participativa, Capacitação de lideranças, Assessoria para associações comunitárias, Proteção Ambiental e Comunicação Comunitária.

Diante desta estrutura é possível confirmar o papel da educação ambiental como instrumento de gestão ambiental e de apoio para a implementação da logística territorial. Segundo os gestores do IDSM, a educação ambiental

busca favorecer a compreensão dos comunitários sobre práticas sustentáveis de manejo dos recursos naturais. A estratégia atual desta linha segue as metas dos modelos conceituais de conservação da biodiversidade e de qualidade de vida. As principais ações estão voltadas para a realização de palestras e oficinas de orientação sobre o melhor uso dos recursos naturais. (IDSM, 2018a)

Fica patente a centralidade dos objetivos do subprograma de educação ambiental em torno “do melhor uso dos recursos naturais”, revelando explicitamente o caráter conservacionista das atividades educativas, apoiadas em palestras e oficinas, baseado numa lógica instrumental de apoio logístico ao manejo da UC. Neste ordenamento territorial, as “práticas sustentáveis” que devem ser compreendidas pelos comunitários são aquelas institucionalizadas pelo Plano de Manejo.

As ações de educação ambiental priorizam a proposta de “conscientização” sobre a importância do manejo sustentado dos recursos naturais para a conservação da biodiversidade, em especial nos ecossistemas de várzea e terra firme da RDSM. A proposta de conscientização presente nesta concepção de educação ambiental no sentido da conservação se faz mais pragmática e utilitária, diferente de uma abordagem freireana (FREIRE, 1979), visando fornecer informações geradas pelo estudo científico no sentido do estabelecimento de comportamentos adequados ao manejo.

Quanto à implantação das atividades educativas, segundo Souza e Silva (2008), foram encontradas várias dificuldades para a implantação do primeiro programa de educação ambiental, pois em 1996, do total da população maior de 15 anos, 38% eram analfabetos. As escolas apresentavam precariedade de infraestrutura, funcionando em sistema multiseriado, os professores tinham baixa escolaridade e havia a necessidade de adaptação às variações sazonais.

Desde então, as ações que estão sendo implementadas pelo IDSM incluem parcerias com prefeituras para a capacitação dos professores, assessoria para acompanhamentos pedagógicos na área de educação ambiental, recuperação das salas de aula, implantação de energia solar nas escolas, construção de sanitários adequados à várzea e merenda escolar oferecida com apoio da comunidade.

As ações de educação ambiental envolvem principalmente as seguintes atividades: formação de professores, alunos e lideranças comunitárias das áreas rurais e urbanas sobre conservação ambiental; produção de material didático, tendo como principal referência o resultado das pesquisas feitas sobre o manejo dos recursos nas áreas da RDSM; formação de educadores ambientais jovens e mirins atuando nas comunidades e em escolas das áreas urbanas para fortalecer o desenvolvimento das ações de conscientização ambiental; visitas educativas às áreas preservadas para divulgar os resultados dos programas de desenvolvimento sustentável implantados pelo IDSM. (SOUZA E SILVA, 2008)

É fundamental reconhecer que a proposta institucional se apresenta como uma estratégia de manejo participativo, porém há que se reconhecer também que esse qualificante “participativo” subordina a territorialidade dos ribeirinhos enquadrados como comunitários às normas de gestão territorial da RDSM, pois o manejo, segundo os próprios gestores, “é implementado com assessoria técnica do Instituto Mamirauá, com

base em resultados de pesquisas, inclusão do saber local, monitoramento das espécies alvo de manejo e respeitando a legislação ambiental” (IDSM, 2018b).

Medeiros (2018) afirma que a dimensão política (representada pelas atividades e ações do Instituto Mamirauá) apresenta interação de afastamento com as comunidades locais, em relação ao que se espera de envolvimento dos ribeirinhos no controle social e no apoio comunitário, e interação conflituosa, em relação a outras políticas e programas públicos. Isso acontece porque envolve várias instituições no apoio à cogestão da Reserva Mamirauá e há pouca integração com políticas e programas municipais.

O subprograma de educação ambiental desenvolvido no âmbito da RDSM apesar de representar uma proposta inovadora e referencial para o campo social (Bourdieu, 2004) da educação ambiental, representa mais uma estratégia voltada para os interesses de uma certa biologia da conservação visando a otimização da gestão tecnocientífica da unidade de conservação. Este programa de educação ambiental não representa uma proposta de ecologismo popular protagonizada pelos ribeirinhos, povos da floresta, organizados em suas bases sociais. Trata-se de uma educação ambiental de caráter conservacionista definida a partir da gestão ambiental articulada por redes globais assentadas no biopoder (Foucault, 2008), resultante dos acordos entre organizações científicas e o Estado, estabelecendo Unidades de Conservação vinculadas à lógica da ecoeficiência (ALIER, 2007). Sob o prisma do campo da geografia política, a combinação dos recortes territoriais com os novos atores revela a estrutura transicional do Estado e da sociedade, bem como a imprevisibilidade dos processos de organização socioespacial diante da crise ambiental. A transformação induzida pelo vetor ecológico (Becker, 1990) pode significar o movimento para um desenvolvimento sustentável mais democrático e flexível ou, pelo contrário, um incentivo à fragmentação.

Considerações Finais

Diante da premissa que a categoria meio ambiente é matriz do pensamento do campo social geográfico, assim como do campo da educação ambiental, a natureza socialmente apropriada, ganha valor, tanto como algo a ser conservado, quanto a ser pesquisado – como fonte de informação – e, assim, pode-se vislumbrar, diante da crise ambiental contemporânea, a consolidação de novos modelos de produção com base em novas racionalidades tecno-científicas-informacionais, sendo a consolidação do Projeto Mamirauá uma evidência cabal desse processo.

Por tudo isto, evidencia-se a relevância de Mamirauá como uma experiência de gestão territorial concreta e exitosa que assume que o discurso do DS, tendo a sustentabilidade como cerne e a educação ambiental como parte da estratégia de ordenação do território, expressando uma nova racionalidade identificada com os princípios básicos da sustentabilidade.

É importante ressaltar que a implantação da educação ambiental tem como desafio maior a efetiva participação das comunidades tradicionais, uma população culturalmente diferenciada, vivendo há várias gerações no ecossistema da várzea amazônica, em estreita dependência do meio natural para a sua alimentação, abrigo e outras condições materiais de subsistência.

Constata-se que as variáveis socioambientais que impõem (re)territorializações para as comunidades ribeirinhas da Reserva Mamirauá são resultantes de uma estrutura socioespacial de poder configurada pelas práticas territorializadas das políticas de criação de unidades de conservação, cuja sobreposição tem produzido interação de conflito sobre as competências e as responsabilidades com relação ao acesso ao território e aos recursos pesqueiros. As atividades de gestão ambiental de Mamirauá dificilmente dão conta de todo o território e de toda a população comunitária gerando assim também impactos negativos sobre a estrutura social imposta “de cima para baixo”.

Com a implantação da UC e com a gestão do Projeto, o uso e a vivência do espaço da comunidade depende de regras e normas definidas além dela, regras que passam a valer para as comunidades inseridas no Projeto Mamirauá, que criam novas relações com o seu espaço de vivência, estabelecendo novos valores, novos tipos de uso, de ocupação e de produção deste espaço, e, conseqüentemente, reforçam velhos e geram novos conflitos socioambientais.

Esse processo é revelador de como modelos de ordenamento do território podem ser estabelecidos tendo como justificativas teórico-metodológicas, de um lado, a legítima consciência ecológica difundida por uma perspectiva preservacionista assentada no campo da educação ambiental mais conservadora que visa preservar a natureza como estoque de vida. E de outro lado, a geopolítica ecológica, que visa a preservação do território como reserva de valor e, concomitantemente, podem coincidir com as metas das alternativas comunitárias como propõe a RDSM, inserida em múltiplas escalas, aliada a redes sociais locais e transnacionais, cujas lógicas e interesses precisam ser sempre levados em consideração.

Referências Bibliográficas

ALIER, J. M. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2007.

BECKER, B. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.

_____; GOMES, P. C. da C. Meio Ambiente: Matriz do Pensamento Geográfico. In: VIEIRA, P. F.; MAINON, D. (orgs.) *As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade*. RJ/Belém: APED/ EUFP, 1993.

BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM. *Manejo e desenvolvimento*. Programa de gestão comunitária, 2018a. Disponível em: <https://www.mamiraua.org.br/manejo-e-desenvolvimento/programa-de-gestao-comunitaria>. Acesso em: 15 set. 2018.

_____. *Manejo e desenvolvimento*. Manejo de Recursos Naturais e Desenvolvimento Social, 2018b. Disponível em: <https://www.mamiraua.org.br/pt-br/manejo-e-desenvolvimento/programa>. Acesso em: 15 set. 2018.

FREIRE, P. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. Mapeando as macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. In: *Anais do VI Encontro "Pesquisa em Educação Ambiental" – A Pesquisa em Educação Ambiental e a Pós-Graduação no Brasil*. Ribeirão Preto: Unesp, setembro de 2011.

LIMA, G. F. da C. *Formação e dinâmica do campo da educação ambiental no Brasil: emergência, identidade e desafios*. Campinas: Unicamp, 2005. Tese de Doutorado.

MEDEIROS, M. S. et al. A saúde no contexto de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável: o caso de Mamirauá, na Amazônia Brasileira. *Saúde Soc.* São Paulo, v. 27, n. 1, p. 128-148, 2018 128.

MENDONÇA, F. *Geografia e meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, V. P. S. *A implantação da RDSM e o processo de reordenação territorial da AM brasileira no final do século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. Tese de Mestrado.

PORTO-GONÇALVES, C.W. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SOUZA E SILVA, C. M. et al. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá: uma percepção da gestão ambiental acerca da sustentabilidade. In: XXXII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, 2008. *Anais...* Rio de Janeiro: EnAnpad, 2008.

Recebido em: 29/03/2019 Aceito em: 17/04/2019

¹ Geografia e Educação Ambiental são considerados campos sociais na acepção de Pierre Bourdieu (2004), conforme será tratado ao longo do texto.

² José Márcio Corrêa Ayres foi um cientista brasileiro que estudou os primatas da Amazônia, tendo se destacado pela Tese de Doutorado defendida em Cambridge: "Os Uacaris Brancos e a Floresta Amazônica Inundada". Idealizou a criação das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã.

Análise Espaço-Temporal do Uso da Superfície no Parque Nacional da Serra da Capivara/PI a Partir do Sensoriamento Remoto

Remote Sensing Spatial-Temporal Analysis of Surface Use in the National Park of the Serra da Capivara (Piauí)

José Antônio Vilar Pereiraⁱ

Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa, Brasil

Elielson Fulgencio de Britoⁱⁱ

Universidade Federal de Campina Grande

Cajazeiras, Brasil

Yuri Gomes de Souzaⁱⁱⁱ

Universidade Federal de Campina Grande

Cajazeiras, Brasil

Resumo: O desenvolvimento econômico agrícola do Brasil tem se caracterizado nas últimas décadas pelo uso intensivo dos recursos naturais quase sem nenhum planejamento. Assim, a Caatinga, bioma exclusivamente brasileiro, torna-se um dos mais ameaçados, tendo suas áreas desmatadas e substituídas por pastagens. Para tentar amenizar essa devastação foram criadas as Unidades de Conservação para fins de proteção e conservação dos biomas brasileiros, incluindo a Caatinga. Porém, mesmo sendo a legislação ambiental brasileira abrangente, não ocorre cumprimento em sua totalidade. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar espaço-temporalmente o uso da superfície do Parque Nacional da Serra da Capivara (Piauí, Brasil), entre os anos de 2006 e 2016 a partir de imagens dos satélites Landsat 5 e 8. Quanto aos resultados, nos anos analisados identificou-se um aumento nas áreas de vegetação do tipo arbórea e arbustiva e uma redução do tipo herbácea. As áreas de solo exposto também diminuíram, sinalizando a relevância da preservação do ambiente produzida pelas Unidades de Conservação.

Palavras-chave: Bioma. Caatinga. Sensoriamento Remoto. Conservação.

Abstract: In recent decades Brazilian agricultural development has been characterized by the intensive use of natural resources with little or no planning. The Caatinga has be-

ⁱ Mestrando em Geografia. joseantoniovilar36@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-6033-5596>

ⁱⁱ Graduando em Geografia, Campus Cajazeiras. elielson132010@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-7619-3791>

ⁱⁱⁱ Graduando em Geografia, Campus Cajazeiras. yurigomes.s28@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-4198-0004>

come one of the most threatened biomes in Brazil and presents deforested areas which have become pastures. In an attempt to mitigate this deforestation conservation units have the function of protection and conservation of the Brazilian biomes, including the Caatinga. However, even if Brazilian environmental legislation is ambitious its application has been unsatisfactory in many ways. With this in mind, the objective of this article is to offer a spatial and temporal analysis of change in surface use in the Serra da Capivara National Park (Piauí, Brazil) comparing Landsat 5 and 8 satellite images from 2006 and 2016. Results show an increase in the area of vegetation of arboreal and shrub types and a reduction in herbaceous vegetation. The area of exposed soil has also decreased, which signals the need for environment preservation in the form of conservation units.

Keywords: Caatinga biome, Remote sensing, Conservation.

Introdução

A Caatinga é um mosaico de arbustos espinhosos e florestas sazonalmente secas, esse bioma é endêmico do Brasil, e recobre grande parte do semiárido do Nordeste brasileiro, especificamente nos estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe e nordeste de Minas Gerais, no vale do Jequitinhonha, estendendo-se por mais de 755.000 km² (BRASIL 2005; LEAL et al., 2005).

Este bioma é caracterizado por apresentar um sistema de chuvas extremamente irregular de ano para ano, o que resulta em secas severas e periódicas (KROL et al., 2001; CHIANG & KOUTAVAS, 2004). Para Rizzini et al. (2009), essas condições climáticas determinam que o processo de folhagem e florescimento ocorra em curto período de tempo (três meses), sendo assim, a vegetação permanece “dormente” durante maior parte do ano.

A Caatinga é marcada por apresentar grande biodiversidade de paisagens (TROVÃO et al., 2007). Para Silva et al. (2004), apesar de ser uma área unicamente brasileira cujos limites estão inteiramente restritos ao território nacional, pouca atenção tem sido dada à conservação da variada e marcante paisagem da Caatinga, e sua contribuição à biodiversidade brasileira vem sendo subestimada. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 1999), de 1985 a 1996 foram investidos 135 milhões de dólares para financiar 2.439 projetos de biodiversidade em todo o país, desse montante apenas 4% foram destinados à Caatinga.

O desenvolvimento econômico agrícola do Brasil tem sido, nas últimas décadas, caracterizado pelo uso intensivo dos recursos naturais sem nenhum planejamento (VANZELA et al., 2009). Assim, o bioma Caatinga torna-se um dos mais ameaçados no país, onde cerca de 50% da sua área já foi desmatada e substituída por cultivos e pastagens e sua madeira é utilizada como lenha ou transformada em carvão (MMA, 2007).

Para superar e tentar amenizar essa devastação resultante de ações antrópicas foram criadas as Unidades de Conservação (UC) para fins de proteção e conservação dos biomas brasileiros, incluindo a Caatinga.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), há dois grupos distintos de área de conservação: as de proteção integral, que propõem a preservação de áreas com pouco ou nenhum povoamento, onde não é permitido a utilização direta dos

recursos naturais, sendo subdividida em cinco classes: Estação Ecológica (E. E.), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Monumento Natural (MONA) e Refúgio da Vida Silvestre (RVS); o segundo grupo são as de uso sustentável ou racional, garantem a conservação através do uso sustentável da área, com utilização controlada dos recursos naturais, subdividida em sete classes: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (REx), Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Nesse contexto, destaca-se o Parque Nacional da Serra da Capivara – PI (PNSC), considerado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como patrimônio mundial da humanidade. No cenário preocupante em que se encontram as florestas brasileiras e em especial o bioma Caatinga, a importância das Unidades de Conservação cresce a cada dia como uma das mais importantes estratégias de conservação da natureza.

Segundo Nascimento et al. (2005), mesmo a legislação ambiental brasileira sendo considerada bastante ampla, as ações direcionadas para promover mudanças continuam sendo implementadas de maneira consideravelmente tímida, devido à deficiência de meios e materiais para apurar com rigor as agressões ao meio ambiente.

Uma alternativa para suprir essa deficiência é a utilização das Geotecnologias através dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG), pois são ferramentas que possuem alta capacidade de armazenamento de informações e grande poder de manipulação de dados, além de possibilitarem o mapeamento e análise do uso e ocupação da superfície, fortalecendo as ações ambientais de monitoramento e agindo como suporte para os instrumentos jurídicos de controle e fiscalização.

Nesse caso, os dados gerados pelo Sensoriamento Remoto constituem informações básicas para um planejamento e gestão de uma Unidade de Conservação (UC). Segundo Vicens et al. (2001), a geração de mapas que mostrem a situação em que se encontra a vegetação das UCs, a partir da interpretação de imagens de satélite, facilitou e promoveu o entendimento e o monitoramento da situação terrestre.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é analisar espaço-temporalmente o uso e ocupação da superfície da Unidade de Conservação de Proteção Integral do Parque Nacional da Serra da Capivara, localizada no Piauí, por meio de ferramentas do Sensoriamento Remoto.

Materiais e Métodos

Caracterizações da Área de Estudo

O Parque Nacional da Serra da Capivara está localizado no sudeste do estado do Piauí a 530 km da capital Teresina, ocupa áreas dos municípios de São Raimundo Nonato, São João do Piauí, Coronel José Dias e Canto do Buriti, segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2007) e sua área estende-se por aproximadamente 129.953 ha cobertos pelo Bioma Caatinga (Figura 1).

Conforme Lemos (2004), o Parque compreende a fronteira entre as duas maiores formações geológicas do Nordeste: a depressão do médio São Francisco e a bacia sedi-

mentar do Piauí-Maranhão, tendo destaque as chapadas que podem chegar de 500 a 600 metros de altitude, compostas por latossolos areno-argilosos vermelho-amarelo.

As condições climáticas são típicas do bioma Caatinga, com irregularidades pluviométricas e longos períodos de estiagem, com secas entre os meses de maio a setembro. Segundo a classificação climática de Köppen, o clima da região é do tipo BSw^h, com elevadas temperaturas. A vegetação do tipo caducifólia apresenta predominância de portes arbustivos e arbóreos. De acordo com Lemos e Rodal (2002), o período chuvoso compreende o intervalo que vai de outubro a maio, com precipitações médias de 689 mm anuais, além de que a temperatura média anual fica em torno de 28°C, variando entre 18°C nos meses mais frios e entre 37°C e 38°C nos meses mais quentes.

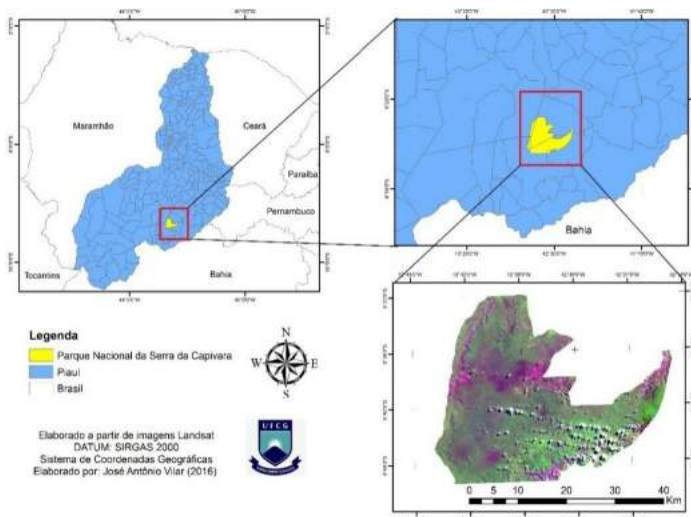


Figura 1: Localização da área de estudo.
Base de dados: IBGE (2010) e USGS (2016).

Procedimentos Metodológicos

Com base nos objetivos elaborados, os procedimentos metodológicos estão divididos em: 1) Levantamento bibliográfico; 2) Pré-processamento das imagens de satélite; 3) Processamento Digital das Imagens (PDI); 4) Aplicação do Índice de Vegetação (IVAS); e 5) Elaboração dos mapas temáticos. Para a realização de todas as tarefas foram utilizados os softwares Erdas Imagine 9.2 e o Arcgis 2010, ambos licenciados para o Laboratório de Cartografia Digital, Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto (CADIGEOS) dos cursos de Pós-graduação do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande (UFCC).

Pré-Processamento das Imagens

Essa etapa consiste na obtenção das imagens de satélite e no empilhamento das informações adquiridas.

Aquisição das Imagens

As imagens utilizadas foram obtidas através do site do Serviço de Geologia dos Estados Unidos (USGS). Essas cenas são provenientes dos satélites Landsat 5 e 8, capturadas pelos sensores Thematic Mapper (TM) e Operational Land Imager (OLI), respectivamente.

Foram baixadas quatro imagens da órbita/ponto 218/66 e 219/66 correspondentes as datas 09/05/2006 e 18/05/2006 captadas pelo sensor TM e 23/02/2016 01/03/2016 captada pelo sensor OLI. Optou-se pelo uso dessas imagens devido à baixa porcentagem de nuvens detectadas para essas datas e por corresponder ao período de chuva na área.

Empilhamento

Esta etapa é executada no software Erdas Imagine 9.2, e seu procedimento consiste na sobreposição das bandas espectrais necessárias do satélite Landsat 5 (1, 2, 3, 4, 5 e 7) exceto a banda 6, e depois as do Landsat 8 (2, 3, 4, 5, 6 e 7), exceto a banda 1. Ressalta-se que as bandas empilhadas estão de acordo com a necessidade da pesquisa.

Reprojeção das Imagens

O sistema padrão de referência das imagens Landsat obtidas através da USGS está orientado para o Hemisfério Norte em *DATUM World Geodetic System (WGS) 1984 UTM Zona Norte*, sendo necessário, portanto, fazer a reprojeção dessas cenas para o Hemisfério Sul, ou seja, *DATUM WGS 1984 UTM Zona Sul*. Essa tarefa foi realizada a partir da ferramenta *Reprojet Images* do software Erdas Imagine 2010.

Processamento Digital das Imagens

Calibração Radiométrica

Landsat 5

A calibração radiométrica segundo Oliveira et al. (2010) consiste na conversão do nível de cinza de cada pixel e banda, em radiância monocromática que representa a energia solar refletida por unidade de área, de tempo, de ângulo sólido e de comprimento de onda, medida ao nível do satélite nas bandas 1, 2, 3, 4, 5 e 7. A calibração radiométrica proposta por Markhan e Baker (1987) pode ser obtida através da equação (1):

Equação (1)

$$L_{\lambda_i} = a_i + \frac{b_i - a_i}{255} ND$$

Onde a e b são as radiâncias espectrais mínima e máxima (Tabela 1); ND é a intensidade do pixel (número digital – número inteiro de 0 a 255); e i corresponde às bandas (1, 2, ... e 7).

Tabela 1: Descrição das bandas e faixas espectrais correspondentes ao TM – Landsat 5, coeficientes de calibração mínimo (a) e máximo (b) e irradiância solar espectral no topo da atmosfera ($ESUN_{\lambda}$).

| Bandas | Faixa espectral (μm) | Coeficiente de Calibração ($W m^{-2} \mu m^{-1}$) | | | | $ESUN_{\lambda}$ ($W m^{-2} \mu m^{-1}$) |
|---------------|-----------------------------|---|--------|-----------------|--------|--|
| | | De 01/03/1984 até 31/12/1991 | | Após 01/01/1992 | | |
| | | A | b | a | b | |
| 1 (azul) | 0,45 – 0,52 | -1,52 | 169,00 | -1,52 | 193,00 | 1983 |
| 2 (verde) | 0,52 – 0,60 | -2,84 | 333,00 | -2,84 | 365,00 | 1796 |
| 3 (vermelho) | 0,63 – 0,69 | -1,17 | 264,00 | -1,17 | 264,00 | 1536 |
| 4 (IV-próx.) | 0,76 – 0,90 | -1,51 | 221,00 | -1,51 | 221,00 | 1031 |
| 5 (IV-médio) | 1,55 – 1,75 | -0,37 | 30,20 | -0,37 | 30,20 | 220 |
| 6 (IV-termal) | 10,4 – 12,5 | 1,2378 | 15,303 | 1,2378 | 15,303 | - |
| 7 (IV-médio) | 2,08 – 2,35 | -0,15 | 16,50 | -0,15 | 16,50 | 83,44 |

Fonte: Chander et al. (2007; 2009).

Cômputo da Reflectância

A reflectância pode ser definida como sendo a razão entre o fluxo e radiação solar refletido pela superfície e o fluxo de radiação solar global incidente, obtida segundo Allen et al. (2002) através da equação (2):

Equação (2)

$$\rho_{\lambda_i} = \frac{\pi \cdot L_{\lambda_i}}{k_{\lambda_i} \cdot \cos Z \cdot d_r}$$

Onde, L_{λ_i} é a radiância espectral de cada banda, k_{λ_i} é a irradiância solar espectral de cada banda no topo da atmosfera ($Wm^{-2} \mu m^{-1}$), Z é o ângulo zenital solar e d_r é o quadrado da razão entre a distância média Terra-Sol (r_o) e a distância Terra-Sol (r) em dado dia do ano (DSA).

Landsat 8

Segundo Araújo (2014), para o cálculo da reflectância do Landsat 8 é necessário a utilização dos elementos fornecidos no arquivo metadados (MTL) disponível na imagem utilizada. A reflectância é obtida através da equação (3) disponibilizada pela USGS (2015):

Equação (3)

$$\rho\lambda' = \frac{M_p * Q_{cal} + A_p}{\cos Z}$$

Em que: $\rho\lambda'$ é igual à refletância planetária, sem correção para o ângulo solar; M_p é o fator multiplicativo (disponível no arquivo metadados); A_p é o fator aditivo (disponível no arquivo metadados) e Q_{cal} corresponde aos valores de pixel calibrados do produto padrão Quantized (DN).

IVAS (Índice de Vegetação Ajustado para os Efeitos do Solo)

Esse é um índice que foi proposto por Huete (1988), com o intuito de diminuir a influência da resposta espectral do solo mediante a inclusão de um fator de ajuste (L) que é variável com o grau de recobrimento do dossel das plantas (PONZONI & SHIMABUKURO, 2007). Conforme os autores supracitados, o fator de ajuste do IVAS foi obtido de forma que o índice resultante tivesse o mesmo valor para a vegetação, independente se o solo fosse claro ou escuro. Os valores podem variar entre 0 para coberturas vegetais mais densas e 1 para vegetação menos densa, sendo que o valor padrão utilizado para a maioria das aplicações é 0,5, que corresponde a uma densidade vegetal intermediária. O IVAS é calculado através da equação (4) proposta por Huete (1988):

Equação (4)

$$IVAS = (1+L) * \frac{p_{iv} - p_v}{L + p_{iv} + p_v}$$

Onde L é um fator de função da densidade da vegetação e sua determinação requer um conhecimento *a priori* da quantidade de vegetação, p_{iv} é a banda do infravermelho e p_v a banda do vermelho.

Mosaico das Imagens

Em virtude da grande extensão da área trabalhada foi necessária a utilização de duas imagens para cada orbita/ponto sendo necessário realizar a união das mesmas.

Segundo Lima (2015), o mosaico das imagens consiste na adesão de imagens georreferenciadas, com o intuito de formar imagens maiores, se fazendo, assim, necessário que todos estejam em mesma projeção. Esse procedimento foi realizado no software Erdas utilizando a ferramenta *Mosaic Pro*.

Classificação das Imagens

Essa etapa foi realizada no software *ArcGis* onde é possível, através da análise do histograma das imagens IVAS, corroboradas com o estudo de campo, separar as classes de uso e ocupação da superfície e obter a quantidade de pixel da imagem em cada clas-

se. De acordo com Lima (2015), cada pixel tem a dimensão de 30x30 m sendo possível se obter a área em metros quadrados por classe analisada multiplicando-se o valor total do pixel por classe pelo tamanho da área de um pixel (900 m²).

Estudo de Campo

O estudo de campo foi realizado em março de 2016, considerando o período chuvoso da área de estudo, com a finalidade de validar as informações obtidas através das imagens de satélite.

Resultados e Discussões

A partir da escolha das imagens de satélite correspondentes aos anos de 2006 e 2016 foi aplicado o Índice de Vegetação Ajustado ao Solo (IVAS), que permitiu identificar cinco classes de uso e ocupação da superfície do Parque Nacional da Serra da Capivara/PI. Com isso, tem-se a distribuição das referidas categorias: Caatinga Arbustiva; Caatinga Herbácea; Caatinga Arbórea; Solo Exposto; e as áreas não classificadas¹, totalizando uma área de 1.010,8 km² (Tabela 2).

Tabela 2: Quantificação das Classes de Uso e Ocupação da Superfície para os anos de 2006 e 2016.

| Classes | 2006 | | 2016 | |
|-------------------------|-------------------------|----------|-------------------------|----------|
| | Área (km ²) | Área (%) | Área (km ²) | Área (%) |
| Caatinga Arbustiva | 462,1 | 45,71 | 496,2 | 49,09 |
| Caatinga Arbórea | 216,0 | 24,77 | 341,3 | 33,76 |
| Caatinga Herbácea | 250,3 | 21,36 | 130,5 | 12,91 |
| Solo Exposto | 55,2 | 5,46 | 30,4 | 3,01 |
| Áreas não classificadas | 27,2 | 2,70 | 12,4 | 1,23 |
| Total | 1010,8 | 100 | 1010,8 | 100 |

Fonte: Elaborado a partir da Base de Dados da USGS (2016).

Com base nos dados apontados na Tabela 2 e Figura 2, para o ano de 2006 verificou-se que a classe que apresentou maior predominância foi a Caatinga Arbustiva ocupando uma área de 462,1 km² (45,71%); seguida pela classe Caatinga Herbácea que ocupou uma área de 250,3 km² (24,77%); já a Caatinga Arbórea teve 216,0 km² (21,36%); a categoria Solo Exposto dispôs de 55,2 km² (5,46%); as áreas não classificadas representaram 27,2 km² (2,70%).

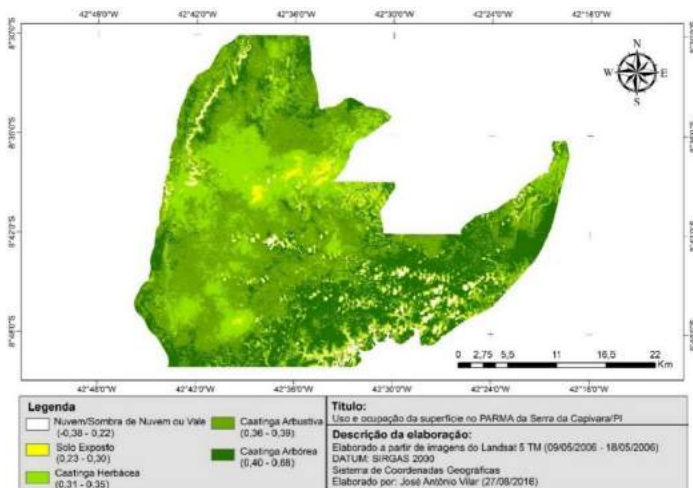


Figura 2: Classificação do Uso e Ocupação da superfície para o PNSC (09/05/2006 – 18/05/2006).

Fonte: Elaborado a partir da Base de Dados da USGS (2016).

Para o ano de 2016 percebeu-se as maiores ocupações das classes de Caatinga Arbustiva e Caatinga Arbórea com abrangência de 496,2 km² (49,09%) e 341,3 km² (33,76%), respectivamente; já a classe Caatinga Herbácea teve 130,5 km² (12,91%); o Solo Exposto ocupou uma área de 30,4 km² (3,01%); por último, as áreas não classificadas, com 12,4 km² (1,23%) (Tabela 2 e Figura 3).

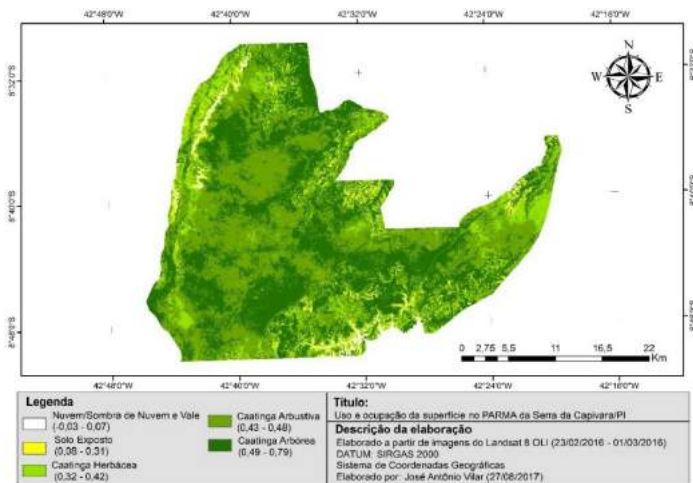


Figura 3: Classificação do Uso e Ocupação do solo para o PNSC (23/02/2016 – 01/03/2016).

Fonte: Elaborado a partir da Base de Dados da USGS (2016).

Ao realizar a análise espaço-temporal entre as classes de uso e ocupação da superfície para os anos de 2006 e 2016, identificou-se a quantificação que no intervalo de dez anos algumas alterações foram perceptíveis, conforme aponta a Figura 4.

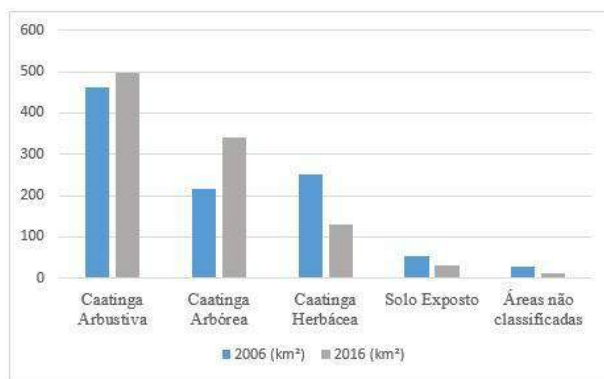


Figura 4: Comparação das Classes de Uso e Ocupação da Superfície (2006-2016).

Fonte: USGS (2016).

No período analisado, constatou-se um aumento significativo para o ano de 2016 da vegetação do tipo Caatinga Arbustiva e Arbórea (Figura 5), em relação ao que foi identificado na imagem de 2006. Essas classes tiveram um crescimento 125,3 km² e 34,1 km², respectivamente, suprimindo as áreas da Caatinga Herbácea, que apresentou uma redução de 119,8 km². Acredita-se, portanto, que tal resultado pode estar relacionado à adoção de práticas mais rigorosas de fiscalização e conservação do Parque.



Figura 5: Vista Panorâmica do Parque.
Foto: Elielson Fulgencio de Brito (2016).

Quanto à classe Solo Exposto, notou-se uma significativa redução de 24,8 km², decrescendo de 55,2 km² para 30,4 km², mostrando que houve um processo colonização da vegetação nessas áreas em virtude de sua regeneração. Resultados semelhantes foram encontrados por Lima (2015) ao realizar análise espaço-temporal da mesma área de estudo para os anos de 2004 e 2014, onde foi constatado que houve uma redução da categoria Solo Exposto em 27,03%.

No entanto, sabe-se que o espaço geográfico não está ileso das modificações da paisagem causadas pelo homem, como é o caso do estudo de Novais et al. (2011), que, ao fazerem a análise do uso e ocupação do solo para a APA de São Desiderio no estado da Bahia, identificaram que as áreas cuja vegetação encontra-se em processo de degradação são resultantes principalmente de ações antrópicas, já que a área em questão é sujeitada pela expansão da fronteira agrícola presente em seu entorno, sendo a principal causa das altas taxas de desmatamento.

Diante dos resultados obtidos ressalta-se a importância das UCs para preservação do meio ambiente, como destaca-se nesse trabalho a composição vegetativa do bioma Catinga. Não apenas, como também de outros biomas, Brandon (2000 apud Richter et al., 2003) analisou em 24 países 71 parques, demonstrando que apesar de todas as ameaças, a simples criação de uma UC minimiza o desflorestamento acelerado.

Considerações Finais

Os dados obtidos através do Sensoriamento Remoto demonstraram um processo considerável de regeneração das áreas de vegetação no Parque. Em dez anos houve um crescimento, principalmente da vegetação do tipo arbórea (125,3 km²) e do tipo arbustiva (34,1 km²), e a classe solo exposto teve uma redução de 24,8 km².

De modo geral, percebeu-se que grande parte da área estudada apresenta aumento nos valores de índice de vegetação o que indica preservação. Todavia, ainda existem áreas sendo degradadas resultantes principalmente de atividades antrópicas ilegais como a extração de madeira e outras relacionadas a práticas agrícolas presentes próximo ao Parque.

Mesmo a legislação das UCs sendo bastante ampla, vários motivos, sobretudo os associados à falta de recursos financeiros e humanos dificultam o cumprimento da lei. Sendo assim, uma das alternativas para superar essas dificuldades é o uso das geotecnologias, como os Sistemas de Informações Geográficas (SIG), que possibilitam aos órgãos competentes a fiscalização e cumprimento das medidas cabíveis para garantir a conservação dessas áreas.

Referências Bibliográficas

ALLEN, R. G.; TREZZA, R.; TASUMI, M. *Surface energy balance algorithms for land – advance training and users manual*. v. 10, p. 98, 2002.

ARAÚJO, E. D. S. *Sensoriamento remoto na análise das mudanças ambientais na cidade de Campina Grande-PP*. 2015. 54 f. TCC (Graduação) – Curso de Geografia, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande/PB.

BRASIL. MMA. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos. *Programa de ação nacional de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca*. PAN-Brasil. Brasília – DF. p. 213. 2005.

CHANDER, G.; MARKHAM, B.; BARSÍ, J. A. *Revised Landsat-5 Thematic Mapper Radiometric Calibration*. IEEE Geoscience and Remote Sensing Letters, v. 4, n. 3, p. 490-494, 2007.

CHANDER, G.; MARKHAM, B. L.; HELDER, D. L. *Summary of current radiometric calibration coefficients for Landsat MSS, TM, ETM+, and EO-1 ALI sensors*. Remote Sensing of Environment, 2009.

CHIANG, J. C. H.; KOUVATAS, A. Tropical flip-flop connections. *Nature* 432, p. 684-685, 2004.

HUETE, A. R. Adjusting vegetation indices for soil influences. *International Agrophysics*, v. 4, n. 4, p. 367-376, 1998.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recursos Naturais e Estudos Ambientais*. 2010 Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/sistematizacao/sist_doc1.shtm. Acesso em: 05 mai. 2016.

KROL, M. S.; JAEGAR, A.; BRONSTERT, A.; KRYWKON, J. The semiarid integrad model (SDIM), a regional integrad model assessing water availability, vulnerability of ecosystems and society in NE-Brazil. *Physics and chemistry of the Earth* (B), n. 26, p. 529-533, 2001.

LEAL, I.; TABARELLI, M.; SILVA, J. M. C.; LACHER, T. Mudando o curso da conservação da biodiversidade na caatinga do Nordeste do Brasil. *Megadiversidade*. v. 1, n. 1, 2015.

LIMA, F. N. de. *Mapeamento e análise espectro-temporal das unidades de conservação de proteção integral da administração federal no bioma caatinga*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2015.

LOUZADA, F. L. R. O.; COUTINHO, L. M.; ANDRADE, C. C.; OLIVEIRA, V. Á. de S.; BREDÁ, P. H. M.; SANTOS, A. R. Análise da cobertura florestal por meio da subtração de imagem NDVI na Floresta Nacional de Pacotuba, Cachoeiro de Itapemirim, ES. In: XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Natal, INPE, *Anais.*, p. 3995-4001, 2009.

LEMOS, R. J. *Composição florística do Parque Nacional da Serra da Capivara, Piauí, Brasil*. 2004.

LEMOS, J. R.; RODAL, M. J. N. Fitossociologia do componente lenhoso de um trecho da vegetação de caatinga no Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil. *Acta Botânica Brasílica*, v. 16, n. 1, p. 23-42, 2002.

OLIVEIRA, T. H.; OLIVEIRA, J. S. S.; MACHADO, C. C. C.; GALVÍNCIO, J. D.; NOBREGA, R. S.; PIMENTEL, R. M. M. Detecção Espaço – temporal de estresse hídrico na vegetação do semi-árido no Nordeste do Brasil utilizando NDVI e NDWI – Estudo de caso da Serra da Capivara e Serra do Congo – PI. In: VI Seminário Latino Americano e II Seminário Ibero Americano de Geografia Física. Coimbra: Departamento de Geografia e Inovmap, p. 1-12, 2010.

PONZONI, F. J.; SHIMABUKURO, Y. E. *Sensoriamento remoto aplicado ao estudo da vegetação*. 1. ed. São José dos Campos: Ed. Parêntese. v. 1, 2007.

RICHTER, M.; CRUZ, C. B. M.; MENEZES, P. M. L.; SILVA, L. de C. V.; MEDEIROS, D. R. O uso de Produtos de Sensoriamento Remoto como suporte ao Planejamento e Gestão do Parque Nacional de Itatiaia. In: XXI Congresso Brasileiro de Cartografia, 2003, Belo Horizonte, *Anais*.

USGS. Sistema Geológico dos Estados Unidos. 2015. Disponível em: http://landsat.usgs.gov/Landsat8_Using_Product.php. Acesso em: 20. fev. 2016.

MARKHAM, B.L.; BARKER, L. L. Thematic Mapper Bandpass Solar Exoatmospherical irradiances. *International Journal of Remote Sensing*. v. 8, n. 3, p. 517-523, 1987.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. 1999. *First national report for the Convention on Biological Diversity*. Brazil. Secretaria de Biodiversidade e Florestas, MMA, Brasília.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. 2007. *Plano operativo de prevenção e combate aos incêndios florestais do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba*. Brasília, 2007.

NOVAIS, R. L; LIMA, A. D; RODRIGUES, J.A; COSTA, A. M. S; BORGES, L. F; ANJOS, C. S. Análise da vegetação da Área de Preservação Ambiental de São Desidério – BA, a partir do NDVI e NDWI. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 15. (SBSR). *Anais*. Curitiba. São José dos Campos: INPE, p. 1.888, 2011.

NASCIMENTO, M. C.; SOARES, V. P.; RIBEIRO, C. A. A S; SILVA, E. Delimitação automática de Áreas de Preservação Permanente (APP) e identificação de conflito de uso da terra na bacia hidrográfica do rio Alegre. In: XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. *Anais*. Goiânia, 2005.

RIZZINI, C. T.; COIMBRA-FILHO, A. F.; HOUAISS, A. *Ecosystemas brasileiros/ Brazilian ecosystems*. Enge-Rio Engenharia e Consultoria, Rio de Janeiro, 1988.

TROVÃO, D. M. de B. M.; FERNANDES, P. D.; ANDRADE, L. A.; DANTAS NETO, J. Variações sazonais de aspectos fisiológicos de espécies da Caatinga. *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*. v. 11, n. 3, p. 307-311, 2007.

José Antônio Vilar Pereira, Elielson Fulgencio de Brito e Yuri Gomes de Souza

SILVA, J. M. C.; TABARELLI, M.; LINS, L. V. (Org.). *Biodiversidade da caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação*. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2004.

VANZELA, L. S.; HERNANDEZ, F. B. T.; FRANCO, R. A. M. Influência do uso e ocupação do solo nos recursos hídricos do córrego Três Barras, Marinópolis. *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*. v. 14, n. 1, p. 55-64, 2009.

VICENS, R. S.; MARQUES, J. S.; CRUZ, C. B. M.; ARGENTO, M. S. F.; GARAY, I. *Sensoriamento Remoto e SIG como suporte ao desenvolvimento do subprojeto PROBIO "conservação e recuperação da floresta atlântica"*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001. 12p.

Recebido em: 11/03/2019

Aceito em: 15/5/2019

¹ A categoria denominada "áreas não classificadas" corresponde às áreas detectadas no mapeamento como nuvem, sombra de nuvem ou vales, visto que não é possível identificar os usos da superfície para essas classes.

Turistificação e Patrimonialização na Representação do Espaço: uma Análise sob a Perspectiva da Tríade Lefebvriana¹

Turistification and Patrimonialization in the Representation of Space: an Analysis Using a Lefebvrian Triad Perspective

Débora Rodrigues de Oliveira Serraⁱ
Universidade Federal do Pará
Belém, Brasil

Resumo: o presente artigo aborda os processos de turistificação e patrimonialização na produção do espaço a partir da tríade dialética desenvolvida por Lefebvre (2013), visando relacioná-los à dimensão da representação do espaço. A análise contribui para a compreensão de que a concepção do espaço dada por tais processos implica nas dimensões do percebido e do vivido. Como procedimento metodológico foi utilizado o levantamento e a análise bibliográfica referentes à produção do espaço e aos supracitados processos de turistificação e patrimonialização. Com base em dados empíricos apresentados pelos autores abordados, revela-se, como resultado, que nas concepções do espaço para o turismo que se utilizam de bens patrimoniais faz-se necessário considerar os espaços percebido e vivido a fim de se evitar que projetos nessas áreas sejam frustrados e, principalmente, ocasionem efeitos prejudiciais a moradores e visitantes.

Palavras-chaves: Turistificação; Patrimonialização; Produção do Espaço; Representação do Espaço.

Abstract: This article treats the processes of touristification and patrimonialization in the production of recreation space using a dialectic triad perspective first developed by Lefebvre (2013). By associating these two processes to the dimension of spatial representation an understanding is gained of space as a process involving perceived and lived dimensions. The present study uses survey methods and bibliographical analysis concerning the production of space as related to touristification and patrimonialization. Empirical data is presented to show how conceptions of tourist space are used as patrimonial assets. The necessary of considering how tourist spaces are perceived and lived in is shown to be fundamental for avoiding the failure of projects undertaken in these areas which can cause detrimental effects to residents and visitors.

Keywords: Touristification; Patrimonialization; Production of Space; Representation of Space.

ⁱ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia. deberra1980@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-2895-8910>

Introdução

Ao abordar a produção do espaço, Henry Lefebvre se torna um autor importante para as análises geográficas no modo de produção capitalista, contribuindo para uma visão ampla do espaço social com a construção da tríade dialética que envolve as práticas espaciais, os espaços de representação e a representação do espaço, que correspondem aos espaços percebido, vivido e concebido.

Atuando de modo cada vez mais intenso na produção do espaço com o avanço do modo de produção capitalista, os processos de turistificação e patrimonialização se relacionam entre si e se assemelham, conforme Cruz (2017), por terem iniciado na Europa e por terem se globalizado atendendo a interesses mercadológicos.

O objetivo do presente estudo é relacionar os referidos processos de turistificação e patrimonialização à dimensão da representação do espaço ou do espaço concebido, considerado por Lefebvre (2013) como espaço dominante, mas que apresenta interdependência com os espaços percebido e vivido.

A análise do modo como se concebem processos que atuam na produção do espaço é reveladora dos interesses dos seus agentes hegemônicos, bem como dos seus efeitos sobre as percepções e vivências espaciais de indivíduos e grupos sociais de modo que, no que se refere à turistificação e patrimonialização, estudos com essa abordagem podem contribuir para concepções do espaço mais adequadas às necessidades de seus habitantes e visitantes.

Para tanto, utilizou-se como metodologia o levantamento e a análise bibliográfica referentes à produção do espaço e aos supracitados processos de turistificação e patrimonialização.

A estrutura do presente artigo se divide em três seções, que abordam, respectivamente, a tríade desenvolvida por Henry Lefebvre para as análises da produção do espaço, considerações sobre a inter-relação dos processos de turistificação e patrimonialização e, finalmente, a relação de tais processos com a representação do espaço.

A Tríade *Lefebvriana* na Produção do Espaço

A abordagem geográfica dos mais diversos fenômenos se dá pela sua relação com o espaço, o qual está presente em diversos ramos do conhecimento científico, mas, na geografia, se tornou central, tido como um ponto de partida para estudos mais voltados à criticidade. A construção de seu conceito, porém, se dá a partir de contribuições externas às elaboradas pelos geógrafos, destacando-se os estudos de Henri Lefebvre.

Lefebvre se refere a um conhecimento do espaço à escala global, sendo ele “essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção” (LEFEBVRE, 2008a, p. 48), sendo, ainda, um produto da história. Para ele:

O espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos: mas, envolve as coisas produzidas e compreende suas relações e sua coexistência e simultaneidade: em sua ordem e/ou desordem (relativos). De modo que, resultado de uma sequência e de um conjunto de operações, não pode reduzir-se à condição de simples objeto. (LEFEBVRE, 2013, p. 129, tradução nossa)

Para Carlos (2017a), Lefebvre não trata do conceito de espaço, mas sim da “produção do espaço”, dado que a noção de produção, presente na teoria marxista que o influenciou, possibilita identificar o momento histórico em que o espaço se torna necessário para a reprodução de um modo de produção, importando, ainda, identificar os sujeitos desse processo: o Estado, o capital e os sujeitos sociais.

Sendo compreendido por meio de uma relação social inerente a relações de propriedade e ligado às forças produtivas, o espaço para Lefebvre (2013) é um produto que se consome, mas é também meio de produção, dado que o que configura o espaço é também determinado por ele. Como meio de produção, ele não pode ser separado das forças produtivas, da divisão social do trabalho, da natureza, do Estado ou das superestruturas.

Lefebvre (2008a) entende que as sociedades sempre produziram o seu espaço na superfície do solo, mas a ampliação das forças produtivas tem permitido se produzir o espaço como um todo. O espaço não é inocente, dado que ele é produzido de acordo com as visões e interesses dos seus produtores.

Desse modo, considerar o espaço como neutro, por não se notar as relações que existem dentro de sua forma, esconde a existência de um sujeito que atua para manter suas condições. Esse sujeito, para Lefebvre (2013), é o Estado, com sua base em classes sociais e frações de classe.

Lefebvre (1972, p. 147) afirma que:

O Estado tem, com efeito, interesses próprios e por isso tende, em particular no Ocidente e em França, a colocar-se acima da sociedade, a instaurar-se, mascarando as contradições dessa sociedade, esmagando-as pela força repressiva ou dissimulando-as num nevoeiro ideológico, em resumo, tende a fazer imperar uma “razão de Estado” confundida – ideologicamente – com a razão em geral. Além da burocracia, e pelas mesmas razões, o Estado mantém um aparelho repressivo: exército, polícia, aparelho judiciário, etc.

Assim, a partir de hipóteses, o autor propõe a análise crítica do espaço, tal como Marx realizou na economia. Numa analogia à substituição da análise das coisas em si mesmas pela análise crítica da atividade produtiva, tarefa executada por Marx, o autor compreende a necessidade de ir além da análise das coisas no espaço para se descobrir as relações sociais nelas presentes. Afirma que a tendência tem sido fragmentar o espaço pela divisão social do trabalho, considerando-se o espaço como receptáculo passivo. Nessa analogia, seria possível também investigar a fetichismo do espaço (LEFEBVRE, 2013).

Considerando a análise de Lefebvre (2013), que nos revela a transformação do espaço em mercadoria, observa-se que esse processo evolui para que as cidades passem a competir entre si por sua inserção num mercado mundial, que se movimenta de modo articulado com outros mercados, dentre eles o do turismo, fazendo-se necessário o uso de novas estratégias espaciais, conforme aponta Sanchez (2001).

Para a referida autora, o mercado do turismo “tem fortes imbricações com o mercado de cidades e, apoiado nesta relação, constrói suas segmentações e grupos-alvo no mercado, como o turismo urbano, [...], o turismo cultural, o turismo de compras, de jovens ou de terceira idade” (SANCHEZ, 2001, p. 34).

Pode-se afirmar que o turismo se torna, portanto, uma atividade que possibilita a compreensão da importância da análise do espaço no avanço dos estudos marxistas, conforme se propõe Lefebvre (1973), uma vez que para ele a ocupação e a produção do espaço se tornaram cada vez mais necessários para a continuidade do modo de produção capitalista.

Ademais, a análise da atividade turística permite, ainda, que se visualizem os já mencionados aspectos relativos ao espaço, que superam a ideia de sua passividade, destacando-se o fato de que ele é ao mesmo tempo um produto, cujo consumo se dá claramente no turismo, mas também um meio de produção, ou seja, objeto de trabalho ou matéria prima para se tornar mercadoria, o chamado produto turístico.

Buscando aprofundar a análise da produção do espaço como mercadoria, é importante incluir uma das principais contribuições de Lefebvre para esclarecer a relação entre o espaço e a reprodução das relações sociais de produção: a dialética tridimensional do espaço.

A princípio, ressalta-se que, para Schmid (2012), a teoria *lefebvrina* da produção do espaço tem sido interpretada, por parte dos pesquisadores, de modo equivocado, desconsiderando-se o que para ele são aspectos fundamentais: “(1) sua versão triádica da dialética, desenvolvida com base em Hegel, Marx e Nietzsche; (2) sua teoria da linguagem baseada em Nietzsche; e (3) a influência da fenomenologia francesa em seu pensamento” (p. 89), havendo, portanto, a necessidade da reconstrução dessa teoria.

Assim, no que se refere à versão triádica da dialética, Lefebvre (2013) apresenta as dimensões das práticas espaciais, das representações do espaço e dos espaços de representação, às quais correspondem, respectivamente, três tipos de espaço: percebido, concebido e vivido.

- a) A prática espacial de uma sociedade produz seu espaço (...): Em que consiste a prática espacial no neo-capitalismo? Expressa uma estreita associação no espaço percebido, entre a realidade cotidiana (o uso do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes que se ligam aos lugares do trabalho, da vida “privada”, de ócio).
- b) As representações do espaço, ou seja, o espaço concebido, o espaço dos cientistas, planejadores, urbanistas, tecnocratas fragmentadores, engenheiros sociais e até o de certo tipo de artistas próximos à cientificidade, todos os quais identificam o vivido e o percebido com o concebido (...).
- c) Os espaços de representação, ou seja, o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham (...). Trata-se do espaço dominado, isto é, passivamente experimentado, que a imaginação deseja modificar e tomar. (LEFEBVRE, 2013, p. 97-98, tradução nossa)

Ressalta-se que Lefebvre (2013) compreende que as três dimensões do espaço interferem na sua produção de diferentes maneiras, considerando as suas características, seu modo de produção e o momento histórico, sendo que a relação entre elas apresenta uma tensão permanente.

Desse modo, Schmid (2012) esclarece a necessidade de que se dê exatamente o mesmo valor às três referidas dimensões, de modo que as análises devem considerar que

o espaço é ao mesmo tempo concebido, percebido e vivido. Para ele, essas dimensões “constituem uma unidade dialética contraditória. É uma tripla determinação: o espaço emerge somente da interação de todas as três” (p. 105).

Ainda em Schmid (2012), é possível identificar a influência da perspectiva fenomenológica, mas ao mesmo tempo materialista, na tridimensionalidade proposta por Lefebvre, a qual pode se relacionar ao indivíduo ou à sociedade. De modo claro, ele diferencia e relaciona os três espaços:

- Espaço percebido: o espaço tem um aspecto perceptível que pode ser apreendido por meio dos sentidos. (...) Esse aspecto sensualmente perceptivo do espaço relaciona-se diretamente com a materialidade dos “elementos” que constituem o “espaço”.
- Espaço concebido: o espaço não pode ser percebido enquanto tal sem ter sido concebido previamente em pensamento.
- Espaço vivido: (...) Essa dimensão significa o mundo assim como ele é experimentado pelos seres humanos na prática de sua vida cotidiana. Neste ponto, Lefebvre é inequívoco: o vivido, a experiência prática, não se deixa exaurir pela análise teórica. Sempre permanece (...) o que não é passível de análise apesar de ser o mais valioso resíduo, que só pode ser expresso por meio de meios artísticos. (Schmid, 2012, p. 103)

No presente estudo, ressalta-se a importância dada por Lefebvre à dimensão espacial para uma continuidade do que se propunha Karl Marx, tanto por colocá-lo para além da localização de onde se consome e produz, dado que, como observa Gottdiener (2010), ele se torna uma força produtiva, a partir da sua forma ou design, como pelo seu avanço no desenvolvimento de uma dialética não mais binária, mas triádica, conforme explanado por autores como Schmid (2012).

A tríade espacial desenvolvida por Lefebvre (2013) pode ser utilizada para a análise de diversos fenômenos que ocorrem na produção e na reprodução do espaço, dentre eles a turistificação e a patrimonialização, processos que, considerando as transformações do capitalismo, atendem à lógica do mercado, conforme Cruz (2007).

Partindo da concepção de Lefebvre (2013) de que o espaço é socialmente produzido, de que nele se dão as contradições relativas ao modo de produção vigente e que ele se apresenta por uma tríade dialética formada pelo percebido, concebido e vivido, também chamadas de práticas espaciais, representação do espaço e espaço de representação, observa-se que os processos de turistificação e patrimonialização exercem influência sobre a dimensão da representação do espaço, no ato de se buscar definir o que pode ou não ser considerado atrativo turístico e patrimônio, consequentemente, influenciam também as práticas espaciais e o espaço de representação.

Assim, a partir da tríade dialética *lefebvrina* para a análise do espaço, considera-se que a turistificação e patrimonialização atuam na representação do espaço, quando especialistas definem os bens de maior atratividade, importância e maior relação com a devoção a partir de um saber técnico, mas que também pode ser ideológico para atender aos interesses de determinados grupos.

A Inter-relação entre os Processos de Turistificação e Patrimonialização

Para uma análise mais densa sobre como a turistificação e a patrimonialização podem ser interpretadas a partir da dimensão da representação do espaço, faz-se necessário o levantamento de diversos estudos, sobretudo sob o enfoque geográfico, que esclareçam os referidos processos e como eles se relacionam entre si.

Diversos autores enfocam a relação entre a atividade turística e os bens patrimonializados, a exemplo de Bertonecello (2011), que ressalta que essa relação “pode ser considerada como um núcleo fundamental para compreender tanto as formas como o turismo tem sido organizado na atualidade, como o rol e a importância que o patrimônio também tem adquirido, ambos se requerem e se alimentam mutuamente” (BERTONCELLO, 2011, p. 51, tradução nossa).

O presente estudo destaca as abordagens que analisam a turistificação e patrimonialização como integrantes do processo de produção e reprodução do espaço, iniciando-se por Carlos (2017b), para quem o turismo faz parte do processo de acumulação capitalista, tornando-se uma atividade estratégica para as economias locais no momento em que a indústria passa por transformações que reduzem sua capacidade geradora de empregos.

Relacionando patrimônio e turismo, a referida autora observa que o patrimônio “surge da possibilidade de congelar, num determinado lugar, a representação das relações sociais (...) que permitiram a construção de uma história coletiva (...)” (Carlos 2017b, p. 27), mas que é tido como uma particularidade do espaço passível de ser consumida ou vendida, de modo que a história dos lugares perde seu conteúdo ganhando valor de troca no mercado.

Para Cruz (2017), patrimonialização e turistificação são processos inter-relacionados. Ela afirma que o turismo massificado “é expressão do processo de mundialização que consagra a articulação entre essa atividade e o patrimônio cultural, convertido em objeto de consumo e alocado numa aparente encruzilhada entre valor de uso e valor de troca” (CRUZ, 2017, p. 10).

A referida autora compreende que o debate patrimonial, institucionalizado no século XVIII, e o desenvolvimento do turismo como atividade econômica organizada, iniciado no século XIX, são processos socioculturais “distintos nas suas gênesis, mas convergentes no que tange aos interesses de agentes sociais envolvidos com sua organização” (CRUZ, 2017, p. 9-10).

Desse modo, há agentes presentes simultaneamente nesses dois processos, mas a sua identificação requer, inicialmente, a compreensão de seus conceitos, pois, apesar de relacionados, eles apresentam especificidades.

Paes (2009) afirma que a patrimonialização envolve:

(...) um conjunto de práticas sociais, desde as mais diversas formas de produção cultural, de saberes simbólicos e técnicos, até os inúmeros processos de institucionalização do patrimônio como tal, que permitem a preservação dos bens culturais. (PAES, 2009, p. 164)

Para a referida autora, a necessidade da preservação está relacionada às dimensões culturais, no sentido de que o ser humano seleciona, por meio da cultura, o que deve ser

preservado e valorizado; técnica, considerando que o processo de preservação requer saberes, instrumentos e normas específicos, e, por fim, política, pois tanto a seleção, quanto a normatização do que deve ser patrimonializado envolve conflitos de interesses que geram decisões e ações.

Assim, a seleção do que deve ou não ser patrimonializado envolve disputas econômicas, políticas e simbólicas entre seus agentes, de modo que, para Canclini (1999), o patrimônio cultural se torna um recurso para a reprodução tanto das diferenças entre os grupos sociais, quanto da hegemonia de quem tem mais acesso à produção e distribuição dos bens.

Entretanto, o referido autor compreende que não só a desigualdade estrutural entre as classes na formação e apropriação do patrimônio deve ser considerada nas análises, pois “a sociedade não se desenvolve somente mediante a reprodução incessante do capital hegemônico, nem o lugar das classes populares se explica unicamente por sua posição subordinada” (CANCLINI, 1999, p. 19). Ou seja, é necessário considerar também a interação entre os agentes desses processos: o setor privado, o Estado e os movimentos sociais, pois as contradições no uso do patrimônio estão vinculadas a como ocorre essa interação a cada período.

O termo turistificação, por sua vez, tem sido usado nacional e internacionalmente para se referir à apropriação e transformação de espaços para o turismo e ao direcionamento de atividades para o atendimento de visitantes, buscando-se, assim, atender, sobretudo, a interesses mercadológicos. Figueiredo (2008) observa que a turistificação está direcionada à adequação ou criação de espaços para o turismo, sendo que ela:

(...) notadamente um conceito novo, serve para demonstrar um relativo direcionamento de espaços, cidades, ou mesmo cadeias de produção à atividade turística. Esse direcionamento se dá a partir da mudança da conformação da paisagem e do ordenamento espacial, para que se adequem às novas atividades econômicas (FIGUEIREDO, 2008, p. 86).

Numa perspectiva *lefebvriana*, Carlos (2017b) indica a importância do turismo no desenvolvimento da sociedade urbana, pois ele aponta para a passagem do consumo no espaço (consumo ligado à realização da vida) para o consumo do espaço (espaço como mercadoria) “(...) de modo que a história dos lugares, destituídos de seus conteúdos, ganha valor de troca no mercado” (CARLOS, 2017b, p. 29).

Tratando do processo de turistificação do espaço, a partir de uma abordagem territorial, Fratucci (2008) afirma que ele “(...) compreende tanto o processo de apropriação simbólica de trechos do espaço pelo turista (...), como o processo de dominação pelos agentes econômicos e pelos agentes de governo” (FRATUCCI, 2008, p. 53). Tal concepção revela o território como uma categoria geográfica importante na análise desse processo, considerando-se a atuação dos seus agentes e suas estratégias de apropriação ou dominação de porções espaciais.

Quanto aos agentes de turistificação do espaço, Fratucci (2008) se baseia em Knafou (1996), o qual elenca os turistas, o mercado e os planejadores e promotores “territoriais”,

aqui considerados como o Estado. Fratucci (2008), porém, amplia essa concepção incluindo entre os agentes as comunidades das áreas receptoras.

Assim, mercado e Estado estão presentes como agentes tanto nos processos de patrimonialização, quanto de turistificação, ambos, em geral, apresentando interesses convergentes. Porém, deve-se ressaltar que, na análise sobre as comunidades das áreas receptoras dos lugares onde se desenvolve a atividade turística, incluem-se os movimentos sociais que buscam a preservação de bens culturais, os quais têm interesses, por vezes, divergentes dos demais agentes.

Na origem da relação entre turismo e patrimônio, Bertonecello (2010) situa o turismo no tempo, afirmando que sua expansão se deu após a Segunda Guerra Mundial, com a modalidade denominada turismo de massa, que tem como paradigma o turismo de sol e praia, embora outras modalidades, chamadas de “turismo alternativo” para turistas-consumidores específicos, estejam se difundindo nas últimas décadas. Nessa tendência surge o turismo cultural, mais valorizado socialmente que o turismo de massa e bastante vinculado ao patrimônio, devendo, no entanto, ser analisado de forma mais cuidadosa.

Nesse sentido, Bertonecello (2010) critica o fato de que, apesar de colocado à disposição de todos, apenas quem tem condições de pagar e de fazer turismo tem acesso a esse patrimônio, o que assemelha o turismo cultural de base patrimonial às modalidades turísticas do passado, que o tornaram uma forma de distinção social.

Assim, o referido autor se refere à segmentação do turismo, a qual está vinculada ao mercado, o que se observa em Brasil (2010a), ao afirmar que:

Para o Ministério do Turismo, a segmentação é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda. (BRASIL, 2010a, p. 61)

O referido estudo apresenta a segmentação da atividade turística baseada na demanda, na qual se considera variáveis diversas, tais como a sua situação geográfica, socioeconômica, psicográfica e comportamental; e na oferta, a qual se baseia em características que visam atender às diversas demandas, destacando-se, como segmentos prioritários a serem desenvolvidos no Brasil, os turismos cultural, de estudos e intercâmbio, rural, náutico, de esportes, de aventura, de negócios e eventos, de pesca, de sol e praia, e de saúde, além do ecoturismo.

Para o presente estudo, destaca-se o segmento do turismo cultural, o qual “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (BRASIL, 2010b, p. 15).

Sobre o movimento crescente de produções geográficas acadêmicas voltadas ao patrimônio e sua relação com o turismo, apesar de não se ter localizado pesquisa científica a respeito, supõe-se a predominância de abordagens voltadas ao patrimônio material em relação às pesquisas sobre o imaterial, o que se explicaria pela entrada mais recente dos bens imateriais no rol das políticas preservacionistas. Essa suposição se estende às demais áreas do conhecimento.

Nigro (2010) afirma que na Geografia do Turismo e na Geografia Urbana, as revitalizações de áreas centrais se destacam na análise do patrimônio. Em relação ao turismo, as análises geográficas são críticas em relação ao consumo do patrimônio, onde se privilegia seu valor estético, dificultando a compreensão dos processos que originaram as construções patrimonializadas e da sua importância nas vivências sociais presentes. No urbano, as análises se dão sobre os processos de revitalização e de reestruturação urbanas, gerando outros processos, como a gentrificação², ambos associados ao incremento da atividade turística, trazendo efeitos sociais questionáveis.

Choay (2001), ao abordar o patrimônio histórico na era da indústria cultural, mostra a relação entre o patrimônio e a indústria cultural na pós-modernidade, na qual os monumentos e o patrimônio apresentam tanto a função de saber e prazer à disposição de todos, quanto a de produto a ser consumido. Essa relação se desdobra em efeitos perversos, como a exclusão de populações economicamente desfavorecidas das áreas patrimonializadas, bem como a banalização ou homogeneização de cidades, sendo necessárias estratégias de conservação a partir de medidas de controle, medidas pedagógicas e políticas urbanas.

Os efeitos perversos apontados por Choay (2001) têm sido discutidos por diversos estudiosos, dos quais se podem destacar os pesquisadores da chamada Geografia do Turismo, a exemplo de Cruz (2012), que, ao relacionar turismo, patrimônio e produção do espaço, aponta diversas contradições no que ela trata como “patrimonialização do patrimônio”, referindo-se à “institucionalização de mecanismos de proteção do patrimônio cultural, material e imaterial” (2012, p. 95).

A referida autora, ao discutir o patrimônio cultural situado entre o valor de uso e o valor de troca, observa o predomínio do valor econômico sobre o cultural em relação aos bens a serem preservados. No caso dos bens tangíveis, ela verifica que, buscando a valorização do espaço geográfico e atendendo aos interesses do mercado imobiliário, populações são expulsas das áreas patrimonializadas, independente da relação histórica que elas possuem com essas áreas, de modo que, para se cuidar do patrimônio, se descuida de quem tem vínculo com ele. Ademais, ela afirma que “entre as motivações que levam à patrimonialização de um dado objeto destaca-se o seu valor de uso, mas o que viabiliza a sua existência como tal é o seu valor de troca” (CRUZ, 2012, p. 98), referindo-se à relação de dependência mútua entre o turismo e o bem patrimonializado, visto que cobra-se para o acesso ao bem, mas depende-se dessa cobrança para que o bem seja preservado. A contradição da contradição se dá quando o bem protegido a partir dessa lógica é destruído pelos próprios turistas.

Estando associada à produção global do espaço, a transformação de bens tombados em mercadoria se torna uma estratégia para o mercado de cidades, discutido por Sanchez (2001) ou, ainda no mesmo sentido, pode ser analisada, segundo Cruz (2012), pelo paradigma do empreendedorismo urbano, discutido por Harvey (2005), no qual, com o avanço do neoliberalismo, houve uma mudança na governança urbana de modo que as cidades passaram a se transformar em mercadorias.

Harvey (2005) aponta quatro estratégias básicas para o empreendedorismo urbano, uma delas referente ao turismo ou para além dele, quando a região urbana pode “buscar melhorar sua posição competitiva com respeito à divisão espacial do consumo” (2005, p. 175),

o que se dá com investimentos ligados à qualidade de vida para atrair consumidores, incluindo-se a valorização de áreas degradadas. Porém, ao analisar as perspectivas críticas em relação a esse processo, o autor apresenta alguns de seus impactos negativos, ressaltado que tais perspectivas podem revelar potencialidades.

Dentre os problemas advindos do empreendedorismo urbano numa condição de concorrência interurbana, o referido autor observa, entre outras questões, que:

Deve-se reconhecer que, sob a camuflagem de muitos projetos de sucesso, existem alguns problemas sociais e econômicos muito sérios, e que isso, em muitas cidades, está assumindo um caráter geográfico, na forma de uma cidade dupla, com a regeneração de um centro decadente e um mar circundante de pobreza crescente. (HARVEY, 2005, p. 188)

Assim, Cruz (2012) observa que o empreendedorismo urbano, a partir de investimentos do Estado e do mercado, se dá a partir de uma valorização fragmentada do espaço, ou seja, no caso das cidades históricas, eles são voltados para os centros históricos negligenciando a periferia, devido à seletividade espacial do capital e à arena política onde ocorre a produção do espaço. Para ela:

(...) cidades como Ouro Preto, e Tiradentes, por exemplo, objetos de análise de artigos e teses repletos de “rococó” e vazios de fundamento, permanecem e certamente permanecerão fragmentadas, com seus “centros históricos” iluminados e suas periferias opacas – sendo esta a lógica perversa do empreendedorismo urbano e das parcerias público-privadas que o sustenta – até o dia em que o planejamento urbano-territorial venha a ser o meio pelo qual um Estado igualitário atue para produzir um território socialmente mais justo. (CRUZ, 2012, p. 102)

A análise de Costa (2015), desenvolvida em sua tese de doutorado defendida em 2011, se dá nesse sentido. Como hipótese central, referindo-se à patrimonialização pela Unesco, ele sustenta que “(...) dialeticamente, a cidade histórica se universaliza e se decompõe (...)” (COSTA, 2015, p. 26) a partir da própria patrimonialização, processo que a projeta globalmente, mas que, por favorecer apenas a área tombada, apresenta mecanismos que conduzem à fragmentação do território e uma compreensão distorcida do que é Patrimônio Mundial.

Assim, para ele:

Enquanto as políticas urbanas não operarem junto às políticas patrimoniais nos bairros mais apartados do centro, efetivamente, imperará a perversidade da fragmentação articulada do território urbano nas cidades históricas em tela. (...). Devemos, então, (...) entendermos que a cidade como um todo é um documento. (...). Como já dissemos, não podemos acreditar que a preservação vá solucionar, sozinha, problemas urbanos históricos, mas que a solução das problemáticas socioterritoriais da cidade histórica, para além dos limites do tombamento, pode levar a uma democrática patrimonialização. (COSTA 2015, p. 446)

Utilizando o método dialético, Costa (2015) aponta diversas contradições no processo de patrimonialização global. Ao discutir a autenticidade e integridade do patrimônio como critérios para a inscrição na lista da Unesco, num momento em que se observa o simulacro das cidades, ele traz o exemplo da Carta de Veneza, que permite a refuncionalização de monumentos, ferindo-se, portanto, o critério da autenticidade. Desse modo, a noção de autenticidade tornou-se flexível, dado que as cidades acompanham o movimento histórico. Para o autor, tal flexibilização atende aos objetivos de: “possibilitar a inclusão de bens que sofreram impactos de catástrofes naturais ou humanas, assim, tornando a Lista do Patrimônio Mundial mais representativa” (COSTA, 2015, p. 231), bem como de fomentar a dinâmica econômica dos lugares cancelados, pois, “(...) integram a rede global da nova economia urbana”.

Quanto à seletividade do que é patrimonializado, que se dá pela chamada ativação patrimonial, Bertonecello (2010) compreende que ela se baseia nos interesses do presente e não na representatividade do bem no passado e que ela utiliza critérios supostamente objetivos, mascarando a intenção de atender ao mercado, especialmente quando esse bem é usado como atrativo turístico.

Nessa relação entre turismo e patrimônio, o referido autor afirma que a seletividade se dá mais por critérios e interesses das sociedades de origem dos turistas do que das sociedades a quem esse patrimônio pertence e para quem se justifica a patrimonialização. Ademais, ao se buscar atender às expectativas do turismo existe o risco de conflitos com os interesses dos órgãos legitimadores.

Para ele, tais questões colidem com o caráter de bem comum do patrimônio, ou seja, a sua valorização turística pode levar a processos diferenciais de apropriação e a sua privatização pode desvirtuar a essência do patrimônio. Assim, se subverte a sequência da preservação, institucionalização e transformação em atrativo turístico e ela passa a se iniciar pela identificação, via técnicas de marketing, dos interesses dos turistas potenciais, que levam a seleção de bens que atendam a esses interesses e que por essa razão se tornam os bens a serem protegidos e oficialmente patrimonializados.

Assim, infere-se que o que não é interessante turisticamente ou, sendo mais abrangente, economicamente, tende a não ser valorizado como patrimônio, reduzindo-se a possibilidade da diversidade e, nesse sentido, Cruz (2012) aponta uma outra contradição ao afirmar que “o movimento que busca auferir, com a ‘patrimonialização do patrimônio’, a renda de monopólio, é o mesmo que impede o alcance deste objetivo, posto que, ao estetizar as formas, banaliza-as pelo repetitivo e pelo homogêneo” (CRUZ, 2012, p. 103).

As contradições ora apresentadas são características da produção do espaço no capitalismo e, conforme propósito desse estudo, enfatiza-se, a seguir, a relação da representação do espaço com a turistificação e a patrimonialização.

A Turistificação e a Patrimonialização na Representação do Espaço

Em relação ao processo de turistificação, o qual se insere na produção e reprodução do espaço a partir dos interesses de diversos agentes, Cruz (2007) compreende que, dentre eles, o Estado e o mercado são os que atuam de modo hegemônico.

Tal compreensão pode ser estendida ao processo de patrimonialização, considerando todo o exposto no presente estudo, ressaltando-se que a atuação do Estado e do mercado, em ambos os processos, se dá pela seleção, por meio dos planejadores e da sua concepção do espaço, do que deve ou não atrair turistas e/ou ser preservado. E, nesse sentido, é possível a análise de tais processos na dimensão do espaço concebido, que, para Lefebvre (2013, p. 97), “é o espaço dominante em qualquer sociedade (ou modo de produção)” (tradução nossa).

Referindo-se ao espaço do ócio e seu consumo, Lefebvre (2013, p. 116, tradução nossa) afirma que “(...) na prática espacial do neocapitalismo, com os transportes aéreos, as representações do espaço permitem manipular os espaços de representação (sol e mar, festa, gasto e desperdício)”. A partir dessa afirmação, infere-se que as práticas espaciais contemporâneas capitalistas, relativas a bens culturais materiais e imateriais, com os processos de turistificação e patrimonialização atuando na concepção do espaço a partir de interesses mercadológicos, alteram o sentido e, portanto, os espaços de representação relativos a esses bens.

Todavia, essas alterações nos espaços de representação podem gerar conflitos espaciais, principalmente quando se dão pela imposição de interesses de alguns grupos sociais, a exemplo do que ocorre na elaboração e implementação de diversas políticas públicas no Brasil, inclusive nas que se referem ao turismo e ao patrimônio.

Nesse sentido, em relação à turistificação, a análise de Malta (2018) sobre as políticas públicas de turismo no Brasil, referindo-se ao período de 1930 até o plano nacional do triênio 2013-2016, revela que elas “foram e são pouco participativas, centradas nas tomadas de decisão dos poderes públicos e foram relegadas, em todos os governos estudados, a um papel secundário” (MALTA, 2018, p. 83).

Em relação a conflitos observados no processo de patrimonialização, estudiosos do tema nos apresentam exemplos como os projetos de tombamento “Paisagens Cariocas” e “Cais do Valongo”, ambos no Rio de Janeiro, nos quais Ribeiro (2017) observa que o primeiro se deu de modo impositivo e o segundo por pressão popular. Para o autor, o reconhecimento do Estado não basta, sendo necessário ampliá-lo para diferentes setores da sociedade e, dessa forma, nos dois projetos citados, a legitimidade da patrimonialização depende de que a população os acate e os aceite. Referindo-se ao “Paisagens Cariocas”, ele afirma que “o fato da inscrição ter sido feita de ‘cima pra baixo’, não anula a possibilidade de esta inscrição se tornar um instrumento de uso verdadeiramente democrático e constituidor de cidadanias, entretanto, isto ainda permanece como devir” (RIBEIRO, 2017, p. 63). Porém, compreende-se que, devido aos mecanismos de participação popular na gestão do patrimônio ainda apresentarem entraves, a apropriação da população pela patrimonialização desde o início do processo, no que se refere também à seleção dos bens, seria fundamental para que o ideal apresentado pelo autor se efetivasse.

Ademais, as discussões sobre a participação popular nas políticas públicas merecem análises aprofundadas, pois, como aponta Demo (1996), deve-se considerar, inicialmente, o processo histórico de dominação e opressão, onde a participação só é interessante para a classe hegemônica quando ela é consentida e tutelada, legitimando a ordem vigente. A verdadeira participação, porém, conforme o autor, faz parte de um processo de conquista a partir da superação da dominação preexistente.

No que se refere à institucionalização dos processos de patrimonialização e turistificação, observa-se que ela interfere na produção do espaço de acordo com a concepção de seus agentes, das disputas entre eles em cada campo (BOURDIEU, 2003), nas quais os interesses da classe hegemônica, em cada processo, tendem a prevalecer. Todavia, é necessário atentar para a constante relação dialética entre as dimensões da tríade espacial apontada por Lefebvre (2013) para evitar a impressão de que, como espaço dominante, o espaço concebido se efetiva desconsiderando o vivido e o percebido.

Nesse sentido, entre os estudos geográficos referentes a turismo e patrimônio, a análise de Trindade Jr (2013) sobre o processo de renovação e reapropriação do espaço na área central de Belém oferece elementos reveladores, dado que ele discute a relação entre patrimônio, vivência e representação do espaço urbano. Segundo esse autor, as intervenções realizadas sobre o patrimônio da referida cidade não articulam a sua conservação com as vivências preexistentes, imperando a lógica moderna e dita eficiente nos projetos voltados para o marketing urbano. Por conseguinte, tal lógica, que faz parte da representação do espaço, ou seja, da concepção do espaço por agentes hegemônicos ligados, entre outros, à patrimonialização e à turistificação, ignora, segundo o autor, os conteúdos sociais presentes no seu núcleo central e na zona periférica do centro, implementando serviços sofisticados em áreas habitadas pela classe média baixa, de comércio popular e com forte presença de ambulantes. Porém, ao ignorar esses conteúdos, os quais estão vinculados ao vivido e ao percebido pela população local, há o risco das intervenções não atenderem às expectativas pelas quais elas foram concebidas, o que o autor exemplifica com os projetos de requalificação urbana da década de 1980 na Feira do Açaí e na Ladeira do Castelo. Em ambos os casos, observou-se a falta de continuidade no seu uso pela população de maior renda, bem como por turistas.

Em relação aos citados projetos, bem como aos implementados a partir da década de 1990, como a Estação das Docas e a Estação Gasômetro, o referido autor revela que, na dimensão da representação do espaço, a renomeação de espaços requalificados é estratégica para a afirmação dos novos conteúdos que se pretende dar ao patrimônio. Ou seja, os nomes dos projetos se tornam usuais para a população e contribuem para a mudança de sentido que se pretende dar a esses espaços. Assim, o nome “estação”, sugere um sentido de pausa, que fica esvaziado ao servir apenas para quem tem condições de consumir em tais espaços. Para os que não têm tal condição, o termo fica com sentido de espaço de passagem, o que revela um esvaziamento tanto do espaço público, que se torna coletivo, quanto do espaço do cidadão, que se torna espaço do consumidor (TRINDADE JR, 2013).

Outra característica das intervenções desse período, ainda segundo o referido autor, é a criação de uma nova relação com o rio, de modo a se negatizar a imagem propiciada pelas atividades tradicionais e populares desenvolvidas na beira-rio, para reduzi-la a lugar de contemplação, lazer e turismo, já sob o novo nome de orla. Porém, tais projetos de requalificação, assim como outros implementados na beira do rio, como o Feliz Lusitânia e o Mangal das Garças, desconsideram as demais possibilidades de uso desse elemento, por exemplo, não facilitando a circulação fluvial. Em tais espaços, elementos como o Píer das Onze Janelas e o Memorial das Embarcações, fazem

referência a essa circulação sobre as águas, a qual é negada no projeto, fazendo-se, assim, o jogo de presença e ausência comum à maioria das intervenções urbanísticas de Belém. Esse jogo tem por base a análise de Lefebvre (2006), no qual ele pensa o espaço concebido no sentido de representações simulantes-dissimuladas, o que, para Trindade Jr (2013), é nítido nos espaços requalificados citados, uma vez que os projetos de intervenção contêm elementos que se referem às relações sociais com o rio, mas impossibilitam suas práticas, e utilizam da toponímia para ratificar “uma prática que induz ao esquecimento dos antigos nomes ‘trapiche’, ‘cais’, ‘doca’, responsáveis por identificar esses atracadouros, tão presentes na vida cotidiana dos que acessam o rio” (TRINDADE JR, 2013, p. 507).

Considerando que, no decorrer de um processo, há uma relação entre os interesses dos agentes e a representação do espaço, as mudanças nos interesses acarretam transformações na concepção de tais processos e, portanto, na própria concepção do espaço, o que se exemplifica, no caso da análise de autores sobre a patrimonialização, com o relato de Canclini (1999). Ele afirma que no México e em outros países, a legislação, as declarações e os debates sobre o patrimônio mostram um movimento triplo de redefinição: no primeiro, deve-se incluir não apenas as expressões mortas, ou do passado, mas também os bens atuais visíveis e invisíveis; no segundo, as políticas patrimoniais de conservação e gestão do que foi produzido no passado se estendem aos usos que relacionam esses bens com as necessidades contemporâneas, e, no terceiro, contra a seleção privilegiada de bens produzidos pelas classes hegemônicas, há o reconhecimento do que é produzido pelas classes populares.

No Brasil, Bispo (2011), em sua análise sobre as políticas culturais, observa que:

(...) a atuação do poder público com relação aos bens histórico-culturais passou nas décadas de 30 e 40, e nos governos militares, de “conservacionista-monumentalista” e muito presente, para liberal e “mercantil”, a partir de meados dos anos 80, e assim permaneceu até início dos anos 2000. A partir de 2003, no primeiro mandato do presidente Lula, houve um retorno à institucionalização da área, mas desta vez não com uma visão “conservacionista-monumentalista”, mas sim “participacionista” (BISPO, 2011, p. 105).

No que se refere ao processo de turistificação, Malta (2018), em sua análise sobre as políticas públicas brasileiras antes e depois da criação do Ministério do Turismo, observa a predominância economicista nessas políticas, as quais seguem uma tendência global de concepção de desenvolvimento. Com base em Souza (2015), ele afirma que:

Fica claro, portanto, nas instituições elaboradoras das políticas públicas de turismo, o predomínio da perspectiva tradicional de desenvolvimento, fortemente caracterizada pelo que Souza (2015, p. 262) aponta como “vícios” inerentes às teorias de desenvolvimento ancoradas nos marcos da ideologia capitalista do desenvolvimento econômico: “etnocentrismo (mais especificamente eurocentrismo), teleologismo (isto é: etapismo, evolucionismo, historicismo) e economicismo” (MALTA, 2018, p. 80).

Desse modo, as concepções das políticas de turismo e de patrimônio, analisadas pela dimensão da representação do espaço, interferem nas práticas espaciais e nos espaços de representação, podendo gerar, no atual momento do modo de produção capitalista, impactos negativos sobre os bens culturais que não se adaptam à lógica do mercado.

Considerações Finais

A análise dos processos de turistificação e patrimonialização pode ser feita sob a perspectiva da produção do espaço, na qual, conforme Lefebvre (2013), o espaço é socialmente produzido e se apresenta pela tríade percebido-concebido-vivido, ou, em outras palavras, na prática espacial, na representação do espaço e no espaço de representação.

Assim, considerando que, para o referido autor, a dimensão da representação do espaço está relacionada ao modo como planejadores e tecnocratas o concebem, o presente estudo buscou analisar a turistificação e a patrimonialização por essa dimensão, dado que a definição dos bens que devem ser preservados e/ou preparados para compor a oferta turística é feita por técnicos e planejadores.

A partir das contribuições dos autores elencados para esse estudo, a exemplo de Trindade Jr (2013), observou-se que os referidos processos têm se desenvolvido, em geral, de modo a buscar favorecer alguns grupos, desconsiderando-se as dimensões das práticas espaciais e dos espaços de representação o que, por consequência, se traduz em insucessos de diversos projetos.

Referências Bibliográficas

BISPO, M. N. Políticas públicas e o patrimônio histórico: das primeiras ações a economia da cultura. *Revista Contemporânea* (UERJ Online), v. 9, n. 1, p. 94-107, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/1253/1587>. Acesso em: 03 jan. 2019.

BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Lisboa: Edições Fim de Século, 2003.

BRASIL. *Segmentação do turismo e o mercado*. 1 ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010a.

BRASIL. *Turismo Cultural: orientações básicas*. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010b.

CANCLINI, N. G. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: AGUILAR CRIADO, E. (Org.). *Patrimonio Etnológico: nuevas perspectivas de estudio*. Andalucía: Consejería de Cultura, 1999.

CARLOS, A. F. A. Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2017a.

Débora Rodrigues de Oliveira Serra

_____. Turismo e Patrimônio: um aporte geográfico. In: PAES, M. T. D., SOTRATTI, M. A. *Geografia, turismo e patrimônio cultural: identidades, usos e ideologias*. São Paulo: Annablume, 2017b.

CHOAY, F. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001

COSTA, E. B. da. *Cidades da patrimonialização global: simultaneidade totalidade urbana – totalidade-mundo*. São Paulo: Humanitas, Fapesp, 2015.

CRUZ, R. C. A. *Geografias do Turismo: de lugares a pseudo-lugares*. São Paulo: Roca, 2007.

_____. “Patrimonialização do patrimônio”: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. *GEOUSP: espaço e tempo*, São Paulo, v. 1, n. 31, p. 95-104, 2012.

_____. Prefácio. In: PAES, M. T. D.; SOTRATTI, A. *Geografia, turismo e patrimônio cultural: identidades, usos e ideologias*. São Paulo: Annablume, 2017.

FIGUEIREDO, S. L. Espaços de cultura nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, S. (Org.). *Turismo, lazer e planejamento urbano e regional*. Belém: NAEA, p. 79-92, 2008.

FRATUCCI, A. C. *A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo*. 2008. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense. Niterói.

GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2010.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, H. *O pensamento marxista e a cidade*. Póvoa de Varzim: Ulissea, 1972.

_____. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. *La Producción del Espacio*. Madrid: Capitan Swing, 2013.

MALTA, G. A. P. *O turismo como projeto político e sua capacidade de indução ao desenvolvimento econômico: destinos indutores ou concentradores do desenvolvimento turístico regional em Minas Gerais?* 2018. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia. Instituto de Geociência da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte – UFMG.

NIGRO, C. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. S. (Org.). *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, p. 55-80, 2010.

PAES, M. T. D. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais um olhar geográfico. In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. (Org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

RIBEIRO, R. W. Patrimônio, discurso e prática: incursões sobre democracia e cidadania a partir do Rio de Janeiro e o patrimônio mundial. In: PAES, M. T. D.; SOTRATTI, M. A. (Org.). *Geografia, turismo e patrimônio cultural. Identidades, usos e ideologias*. São Paulo, Anablume, p. 45-66, 2017.

SÁNCHEZ, F. A Reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista de Sociologia e Política*. n. 16, p. 31-49, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n16/a03n16.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2019.

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. *GEOUSP: Espaço e Tempo* (Online), n. 32, p. 89-109, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2012.74284>. Acesso em: 02 jan. 2019.

TRINDADE JR, S. C. C. da. Patrimônios, vivências e representações do espaço em políticas de requalificação urbana na amazônia. *Espaço e Geografia* (UNB), v. 16, p. 483-513, 2013. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/266>. Acesso em: 14 fev. 2019.

Recebido em: 13/03/2019

Aceito em: 02/05/2019

¹ O presente trabalho trata-se de pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará e está sendo realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Conforme Sanchez (2001, p. 47), trata-se da “(...) valorização de áreas da cidade e de segmentos sociais em detrimento de outros (...)”.

